



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Beatriz Brandão dos Santos

“Me chama pelo nome”

: juventude vulnerável entre muros e esquinas do Rio e de Roma

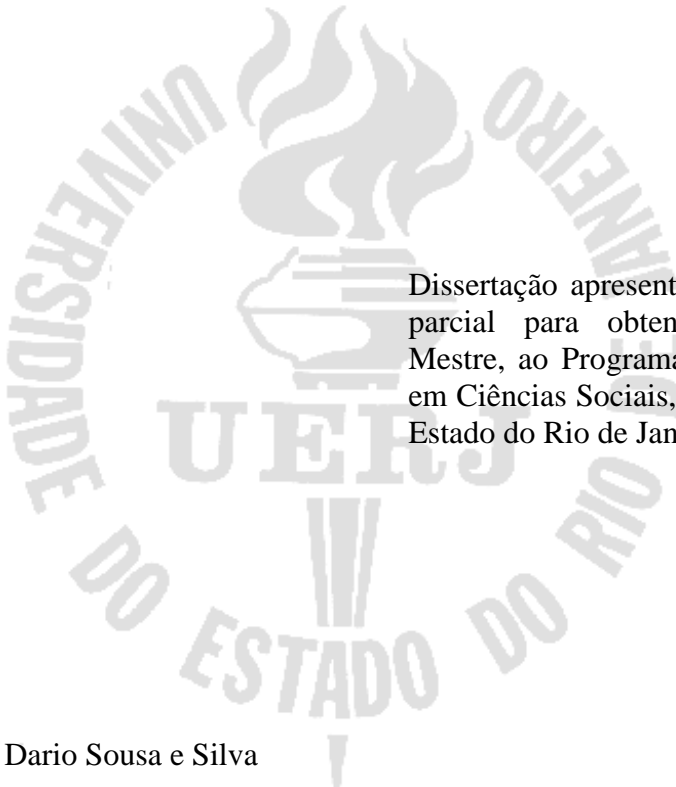
Rio de Janeiro

2013

Beatriz Brandão dos Santos

“Me chama pelo nome”

:juventude vulnerável entre muros e esquinas do Rio e de Roma



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Dario Sousa e Silva

Co-orientador: Prof. Dr. Enzo Rossi

Rio de Janeiro

2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCSA

S237 Santos, Beatriz Brandão dos
“Me chama pelo nome”: juventude vulnerável entre muros e
esquinas do Rio e de Roma / Beatriz Brandão dos Santos. –
2013.
187 f.

Orientador: Dario Sousa e Silva.

Coorientador: Enzo Rossi.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Antropologia – Teses. 2. Assistência a menores - Teses.
I. Silva Filho, Dario de Sousa e. II. Rossi, Enzo. III.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 572

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Beatriz Brandão dos Santos

“Me chama pelo nome”

:juventude vulnerável entre muros e esquinas do Rio e de Roma

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 28 de Fevereiro de 2013.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Dario Sousa e Silva (Orientador)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof. Dr. Enzo Rossi (Co-orientador)

Università degli Studi di Roma “Tor Vergata”

Prof. Dr. Valter Sinder

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof^a. Dra. Felícia Picanço

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Prof^a. Dra. Mírian Paura

Centro de Educação e Humanidades – UERJ

Prof^a. Dra. Mara Clemente

Università degli Studi di Roma “La Sapienza”

Rio de Janeiro

2013

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação aos meninos abrigados
do Rio de Janeiro e de Roma, que deram luz,
cor, sentido e vida aos meus escritos.

AGRADECIMENTOS

A consecução de uma pesquisa toma todas as esferas de nossa vida e, conseqüentemente, a nossa relação social. Nossos familiares e amigos acabam por respirá-la junto conosco e a pensar sobre ela também. Por isso, cada pessoa tem seu olhar e seu dedo no que está impresso e escrito aqui; impossível seria retirar a participação de pessoas tão queridas que construíram, cada uma com a sua contribuição, esse trabalho comigo.

Em primeiro lugar agradeço a **Deus**, não um agradecimento formal porque deve constar, mas um agradecimento pleno e, sem dúvida, o maior agradecimento. Ao meu Jesus, que é Senhor, Pai e Amigo em minha vida. Em cada passo sei que Ele está ao meu lado a me guiar com sua paciência e bondade, fazendo com que o ame mais e mais. No processo da dissertação, Deus mostrou sua face amiga, ao me acompanhar em todas as fases, ao estar comigo nos momentos de maiores angústias, me tranquilizando e, ao me ouvir em cada momento de dúvida e inquietação. A Ele dedico a mais pura gratidão.

À *espinha dorsal* da minha formação, àquela que não só me formou e amou, mas desenhou a vida junto comigo como amiga, parceira e em todos os sentidos que a palavra mãe pode alcançar. Minha mãe, **Maylta**, é a pessoa que merece mais agradecimentos pela dedicação de uma vida à quem sou. Poucas são mães e filhas com um companheirismo tão genuíno e cheio de respeito e admiração como o nosso. Em toda a minha vida foi ela o meu esteio e, nessa dissertação, foi o suporte mais forte e pleno que pude encontrar. Me acompanhou em cada etapa com apoio emocional, apoio acadêmico, apoio teórico, apoio financeiro e, acima de tudo, com seu exemplo de persistência e determinação na vida, seu saber humilde não menos denso e profundo, sua honestidade e humanidade. Um “obrigada” para pessoa que me criou e me ajudou a construir quem eu sou é pouco, muito pouco. É o mínimo que posso dar.

Ao meu namorado **Thiago**, que há quatro anos está comigo a cada passo, participando de cada trabalho, decisão e vibrando com cada conquista alcançada. Durante essa pesquisa, mais que apoio, me emprestou sua escuta, dividiu comigo as dores e alegrias, ouvindo, participando, aconselhando com paciência e muito carinho, realmente, vivendo junto comigo. Agradeço porque nos momentos mais penosos da escrita, me acolhia de forma amorosa.

Obrigada pelos momentos de descanso e amor que me proporcionou, obrigada pela atitude de companheirismo sempre presente e, principalmente, obrigada pela linda história que estamos construindo juntos e os sonhos que dividimos com amor sincero e muita paixão.

Ao meu orientador **Dario**, pela forma muito generosa com que me acolheu e por seu primeiro olhar de crédito e confiança. Essa mesma confiança me acompanhou, dando força e ânimo para buscar qualidade na pesquisa. Revelou-se um orientador competente com seu trabalho e, mais que isso, um parceiro que vibra junto com os alunos, a cada conquista e descoberta realizada. Agradeço por apontar meus limites e erros de forma amigável e sempre compreensiva. A leveza na fala me assegurava de que ali teria uma mão apoiadora. Agradeço o entusiasmo e a parceria com que me ouvia quando dividia descobertas no campo, sempre com um olhar atento e, mesmo na menor observação proferida não era desmerecida ou diminuída por ele. Muito obrigada pela forma humana com que levou esse processo de orientação.

Agradeço demais ao meu co-orientador que acompanhou com muito companheirismo o processo da pesquisa. Um muito obrigada ao professor e meu tutor **Enzo Rossi**, que me auxiliou muito, me recebendo de braços abertos, com alegria e boa vontade ao me ajudar em tudo o que necessitava. Desde a pesquisa até as coisas mais cotidianas na minha estadia em Roma, eu sabia que poderia contar com ele. A ele devo um agradecimento, particular, por ter me possibilitado a experiência em Roma. Muito obrigada pelo trabalho em conjunto, que, para mim, deu muito certo.

Agradeço aos professores que me acompanharam desde a banca da qualificação, **Valter Sinder** e **Felícia Picanço**. Sem as contribuições e direcionamentos deles a pesquisa não seria a mesma. Os dois conseguiram dar o tom certo e necessário à pesquisa, numa união de leveza e solidez, que proporcionou o equilíbrio e a consistência que a dissertação necessitava. Agradeço, também, à professora **Mirian Paura**, veterana nos estudos de juventude, que, prontamente, aceitou o convite para a participação da banca de forma prestativa e doce.

Faço um agradecimento à minha professora de italiano **Aline**, que me impulsionou, me ajudou a admirar e me apaixonar, ainda mais, por essa língua linda e rica. Agradeço por suas aulas, conselhos, dicas e palavras de incentivo.

Deixo registrada a minha grande e representativa admiração pela professora **Mara Clemente**, que de modo muito generoso me recebeu com um sorriso largo. A forma aberta e cuidadosa que me abraçou conquistou uma afeição e confiança duradoura. Em poucos minutos de conversa e com poucas palavras já redirecionava minha pesquisa, abrindo o meu olhar para a teoria italiana. Sou muito grata à Mara, porque muitas ideias se consolidaram nessa pesquisa devido ao seu olhar acurado e competente.

Faço um agradecimento especial à **Fúlvia Vanolli**, que deu a alma do meu campo na Itália. Sem a ajuda dela nenhuma entrada no campo seria possível. Fúlvia se mostrou uma das pessoas de alegria espontânea e coração sincero que encontrei nessa caminhada. Sem dúvida, seus olhos que viviam sorrindo nunca serão apagados de minha memória e seu exemplo de humildade vai guiar minhas opções na vida.

Além de Fúlvia, a Itália reservou outros presentes. Por isso, não posso deixar de agradecer ao meu amigo **Luigi Spera**, que agiu em minha vida para além da pesquisa. Agradeço pela empatia no primeiro encontro, a forma apaixonada como mostrou seu país e sua cidade, que fizeram com que me encantasse ainda mais pela terra italiana. Agradeço todo o estímulo e a torcida que acompanharam suas falas e gestos. Grata sou pela ajuda sempre disponível e pela forma bonita que conduzimos nossa amizade.

Não posso deixar de agradecer aos funcionários dos abrigos, que, de fato, me acolheram, não medindo esforços para ajudar e estabelecer um contato aproximado. Agradeço aos **funcionários da Casa Elettra, Centro Eirene e Binário 95** que me receberam com simpatia e disposição aos auxílios necessários à pesquisa. Faço um agradecimento especial a **Giro, Tyrell e Valentina**, funcionários do Binário 95, pela relação mais próxima de admiração e amizade que pudemos construir. Muito obrigada pelos aprendizados que tive com todos vocês.

Para finalizar os agradecimentos ao que a Itália me apresentou e me deu de bom, fecho com a última pessoa que tive o imenso prazer em conhecer e dividir as experiências desse tempo especial, o professor **Giuseppe Ricotta**. No dia em que nos conhecemos, Giuseppe já mostrou sua simpatia e humildade e no desenvolvimento da dissertação se colocou presente, prestativo e atencioso.

Agradeço imensamente a recepção que tive na casa de acolhida **Frei Carmelo Cox**. Educadores e funcionários receptivos, com uma simpatia e disposição, que fizeram com que me sentisse em minha própria casa. Na casa de acolhida vivi momentos memoráveis e significativos. Agradeço, em especial, aos funcionários **Cícero** e **Delma** pela forma amigável e confiante com a qual me acompanharam nesses meses de pesquisa. Eles foram fundamentais.

Deixo um agradecimento aos funcionários da UERJ que, de modo sempre prestativo, auxiliaram para que toda a parte administrativa acontecesse com êxito. Muito obrigada **Wagner, Sônia** e **Daniel**, que embelezam os corredores na nossa UERJ com seus sorrisos. Ao amigo que a UERJ me deu e que eu sei que me acompanhará por toda a minha trajetória, um brinde à amizade. Palavras me faltam para agradecer a extrema parceria de **Wellington**. Me orgulho dessa amizade, que nasceu de forma despreocupada e desabrochou tão fortalecida. Marcou-me demais a disponibilidade impecável, a sensibilidade, o apoio extraordinário, a leitura atenciosa, os conselhos e dicas e a torcida verdadeira. Agradeço por ter sido amigo, psicólogo e (extra) orientador no tempo em que escrevia. Por isso, afirmo que palavras são muito poucas para agradecer ao amigo revelação do ano (risos).

Às amigas que a vida me concedeu, como não lembrá-las? Como não agradecer às amigas que me acompanham desde o início desse mestrado, cada passo, cada sonho, cada novo projeto e que com força e incentivo tornaram esse caminhar mais gostoso e prazeroso? Por isso, meu mais profundo agradecimento às amigas queridas: **Natasha** e **Deborah**. Agradeço a amizade enfática e recheada de empatia que construí com Natasha no dia em que nos conhecemos. Selamos ali uma amizade eterna que caminha no desejo e na torcida, uma da outra, pelas conquistas que realizamos. E Natasha torce de modo veemente e cheio de vida. Amo a forma dela se doar. Ela tem a “alegria que me alegra”. Agradeço a minha amiga, companheira e parceira Deborah, a primeira “amiga acadêmica”, a que eu divido a teoria, divido os artigos, divido os sonhos, a que eu confio para ligar desesperada por não saber como “fechar o projeto”, a que há três anos me acompanha na empreitada da academia, nas delícias das viagens e nas histórias da vida. Somos a prova de que diferentes pesquisas e diferentes personalidades se encontram num encaixe perfeito de harmonia. Ela tem a “inspiração que me inspira”.

Aos grandes colegas que fiz durante esses dois anos de mestrado e que me acompanharam no dia a dia, dividindo cada angústia pequena e cada grande felicidade. Nos

construímos e aprendemos juntos. Todos foram relevantes e formam o quadro de diversidade necessário a nossa formação como pessoa e profissional, que nos impulsionam a trilhar caminhos de sucesso e superação. Mas agradeço, especialmente, a colegas queridos dos quais dividi momentos prazerosos, que troquei e-mails e conversas agradáveis, **Ana Clara Sisterolli, Eduardo Moura, Sergio Baptista, Camila Pierobon e Marcela Lopes.** Agradeço, também, a **Raquel Carriconde**, que, com prazer, se colocou disponível para a leitura e o auxílio desse trabalho. Exponho, aqui, a minha alegria e confiança por ter o toque de uma pessoa como ela, tão admirada por mim. Muito obrigada! Por fim, dedico um agradecimento especial ao amigo **Eduardo Cidade**, que foi a grande leveza desses dois anos, a grande marca desse mestrado, e que o deixou mais alegre e mais gostoso de se viver.

Por fim, agradeço a todos que, mesmo não citados aqui de forma direta, embalam o meu sentimento de gratidão e reconhecimento de que, sem a harmonia das cores, não existiria a beleza dos encontros. Obrigada!!!

As pulgas sonham em comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico de sorte chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chova ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os dono de nada.

Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, *fodidos* e mal pagos:
Que não são embora sejam.
Que não falam idiomas, falam dialetos.
Que não praticam religiões, praticam superstições.
Que não fazem arte, fazem artesanato.
Que não são seres humanos, são recursos humanos.
Que não tem cultura, têm folclore.
Que não têm cara, têm braços.
Que não têm nome, têm número.

Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.

Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.

Eduardo Galeano

Aquele moleque sobrevive como manda o dia a dia, tá na correria, como vive a maioria, preto desde nascença escuro de sol, eu tô pra ver ali igual no futebol, sair um dia das ruas é a meta final viver decente, sem ter na mente o mal, tem o instinto, que a liberdade deu, tem a malícia, que a cada esquina deu, conhece puta, traficante ladrão, toda raça uma par de alucinado e nunca embaço, confia nele mais do que na polícia, quem confia em polícia, eu não sou louco, a noite chega, e o frio também, sem demora e a pedra o consumo aumenta a cada hora, pra aquecer ou pra esquecer, viciar, deve ser pra se adormecer, pra sonhar, viajar na paranóia na escuridão, um poço fundo de lama (...)

Mágico de Oz – Racionais Mc`s

RESUMO

BRANDÃO, Beatriz. *“Me chama pelo nome”*: juventude vulnerável entre muros e esquinas do Rio e de Roma. 2013. 199 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Esta dissertação propõe analisar a relação institucional entre dois grupos de jovens abrigados em instituições de acolhimento, nas cidades do Rio de Janeiro e Roma. Por meio de observações participantes e de entrevistas, em que se teve acesso às trajetórias e narrativas dos sujeitos, foi possível apresentar as vias de conflito e proximidade, encontros e desencontros que se dão através das relações concretas entre meninos institucionalizados e corpo técnico do abrigo. Constitui-se numa pesquisa descritiva das singularidades dos dois cenários apresentados, mostrando também alguns pontos de semelhança e diferença entre os *minori stranieri non accompagnati* em Roma e meninos abrigados provenientes das ruas, bem como meninos vítimas de negligência/violência familiar, no Rio de Janeiro. Dois grupos de jovens diferentes com processos de vida distintos, mas que compartilham o fato de possuírem uma carreira de rupturas; a formação de vínculos frágeis no processo de construção de suas identidades; as vidas tuteladas por uma instituição e por essa se constituir no único meio de associação com o mundo externo formal, seja por via do trabalho ou da adoção de uma família. O objetivo foi, portanto, verificar como se formam os vínculos institucionais e de que modo os jovens abrigados interpretam e questionam a função social do acolhimento em suas vidas e como isso reflete na relação cotidiana com a instituição.

Palavras-chaves: Juventude. Acolhimento institucional. Identidade.

ABSTRACT

BRANDÃO, Beatriz. *“Call me by my name”*: vulnerable youth between walls and corners of Rio and Rome. 2013. 199 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

This dissertation aims to analyze the institutional relationship between two groups of youths housed in institutions, in the cities of Rio de Janeiro and Rome. Through observation and interviews, in which they had access to narratives and trajectories of the subjects, it had been possible to show routes of conflict and closeness, and disagreements that occur through the concrete relations between institutionalized children and staff of the shelter. It constitutes a descriptive study of the singularities of the two scenarios presented, showing also some points of similarity and difference between the *minori stranieri non accompagnati* in Rome and boys sheltered from the streets, and children who are victims of neglect / family violence in Rio de Janeiro. Two groups of young people with different lives, with distinct processes, but that share the fact of their rupture career; the formation of weak links in their identities process of constructing; the lives tutored by an institution and whether these constitute the only means of connection with the world outside formal either through work or adopting a family. The objective was therefore to determine how they form institutional ties and how the youth housed interpret and question the social function of host in their lives and how this reflects on the daily relationship with the institution.

Keywords: Youth. Institutional shelter. Identity

RIASSUNTO

In questa tesi si propone di analizzare il rapporto istituzionale tra due gruppi di giovani ospitati in strutture di accoglienza, nelle città di Rio de Janeiro e Roma. Attraverso l'osservazione dei partecipanti e le interviste, in cui si è avuto accesso a storie e racconti delle traiettorie umane dei soggetti, è stato possibile presentare i percorsi di conflitto e di vicinanza, di incontri e prese di distanza, che si verificano nelle relazioni concrete tra ragazzi ospiti e operatori dei centri d'accoglienza. Si è costruito uno studio descrittivo delle singolarità dei due scenari presentati, mostrando talvolta alcuni punti di somiglianza e differenza tra i minori stranieri non accompagnati a Roma e i bambini vissuti per strade e ragazzi vittime di trascuratezza/violenza in famiglia a Rio de Janeiro. Due gruppi di giovani con processi distinti di vita, ma che condividono il fatto di avere, i singoli soggetti, una "carriera di rottura"; la formazione di fragili legami nel processo di costruzione loro identità; la vita tutelata da una istituzione, che è per loro unico mezzo di collegamento con il mondo esterno 'formale', sia per ottenere documenti, cercare lavoro, e anche per l'adozione da parte di una famiglia. L'obiettivo è, quindi, verificare come si formano i legami istituzionali e in che modo i giovani accolti dalle strutture di accoglienza, interpretano e mettono in discussione il ruolo della assistenza sociale nella loro vita e di come questo si riflette sul rapporto quotidiano con l'istituzione.

Parole chiave: Gioventù. Accoglienza istituzionale. Identità.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 EXCLUSÃO, VULNERABILIDADE E JUVENTUDE - APONTAMENTOS TEÓRICOS.....	34
1.1 Aspectos da pobreza e exclusão urbana.....	34
1.2 Marcos da vulnerabilidade e <i>Visibilidade precária</i>.....	41
1.3 A face dos jovens em conflito com a lei – análise dos meninos de Roma.....	47
1.4 Juventude dicotômica: a questão histórica da “menoridade” para os meninos do Rio de Janeiro.....	52
2 O ESTADO NAS MARGENS E AS MARGENS NO ESTADO.....	57
2.1 Uma antropologia da cidade.....	57
2.2 Olhares fragmentados: história e cenário atual da cidade do Rio de Janeiro...	60
2.3 Roma periférica – “um subúrbio na tentativa de tornar-se capital”.....	66
2.4 Estado e instituições nas ações modificadoras da realidade dos meninos.....	75
2.5 Binário 95 - “Porque o necessário não é o suficiente”.....	87
3 CAMPO, METODOLOGIA E EMPIRIA.....	98
3.1 “Tia, isso serve pra quê?” – Representações entre meninos e a casa de acolhida no Rio de Janeiro.....	98
3.2 Menores estrangeiros não acompanhados – trajetórias de vida e relação institucional.....	137
CONCLUSÃO.....	164
REFERÊNCIAS.....	170
ANEXOS.....	177
PEQUENO REGISTRO ICONOGRÁFICO DA PESQUISA.....	178

INTRODUÇÃO

Uma introdução afetiva: pontos de encontro e pontos de ruptura

Eu não tenho nada que alguém possa levar/
 Eu só tenho a lua e a rua pra morar/
 Quem me ensinou os traquejos da vida/
 Me disse que a dor não era tão doída/
 Se a gente soubesse onde vai acabar/
Zeca Pagodinho e Zé Roberto

Ao entrar no mestrado em Ciências Sociais tinha como objetivo estudar fatores de desigualdade social em favelas, mas, aos poucos, a pesquisa foi se transformando até que me aproximei do tema dos meninos de rua e Direitos Humanos e toda essa aproximação atuou como ponte para a temática que desenvolvo hoje. Logo nos primeiros meses, surgiu a oportunidade de uma experiência fora do país, a Itália mostrava-se com abertura para o estudo na área de juventude vulnerabilizada e foi a partir daí que todo o processo iniciou e a pesquisa foi desenhada.

O intuito era investigar como essas instituições, situadas nos distintos cenários, se relacionavam com os sujeitos que se utilizam de seus serviços e como os vínculos afetivos eram formados entre ambos. Os objetivos foram se consolidando e se definindo à medida que a pesquisa se mostrava. O propósito, então, não foi realizar um estudo comparativo *strictu sensu* e sim uma apresentação de dois contextos complexos – Rio de Janeiro e Roma - que compartilham juventude vulnerável e abrigo institucional no mesmo solo.

Frente às modificações que o campo trouxe, uma das principais perguntas que se levantou foi de como, num momento com tantas mudanças de práticas institucionais, com uma miscelânea de posturas adotadas, essas *novas* casas de acolhimento se relacionam com suas *antigas* tradições de tratamento institucional? Como os abrigos se colocam diante de tantas vertentes institucionais? Qual(s) é a escolhida(s) por eles? E como o abrigado se situa nesse espaço?

Para tal, foram escolhidos abrigos recentes, que puderam sofrer influências das tantas correntes teóricas e, sobretudo práticas, que permearam as questões do abrigo institucional. A relação é dialética, pois os dois – abrigado e instituição – estão na formação de suas identidades e estão em simbiose: a instituição em busca de sua vertente e menino na

formação da concepção de si. Diante disso, houve a tentativa de se responder, no desenvolver da pesquisa, como eles se autoinfluenciam e quais são as representações de ambos dadas no cotidiano do abrigo.

O percurso da elaboração de uma dissertação é penoso, mas é também embebido, não somente de descobertas teóricas, mas também de experiências processuais da vivência. Essa pequena introdução, com notas afetivas, traz uma aproximação com os percalços de cada etapa que nos construiu – a mim e a dissertação. Quis colocar os meus pontos de encontro e de ruptura durante o trajeto da pesquisa, nos quais eles, em parte se sucedem, ou se antagonizam. Aqui foram expostos os pontos de ruptura diante da minha crise como pesquisadora e pontos de encontro em relação à identificação com jovens, entre tantos outros.

O porquê do tema

Quando ainda estava formulando o tema e decidi falar sobre contextos diferentes que abarcavam dois grupos de jovens em estado de vulnerabilidade, me retornaram com a seguinte pergunta, que acredito ser a pergunta de início de todo trabalho acadêmico: o que torna essa pesquisa algo relevante?

Para (me) responder resolvi desmembrar os eixos de sustentação dessa dissertação, que são: juventude, realidade do Rio e Roma e o acolhimento institucional. A opção de pequenas respostas, dadas uma a uma, não invalida nem interfere a completa interligação que elas têm na concepção da pesquisa, apenas organiza o pensamento tornando mais inteligíveis as escolhas.

Por que jovens?

A juventude¹ é um tema pujante, atrativo e necessário no cenário acadêmico atual. Jovens se encontram no cerne dos debates e decisões para políticas públicas e são, intrinsecamente, ligados às problemáticas sociais contemporâneas. São eles que suscitam as maiores interrogações e especulações, por estarem numa fase de mudanças contínuas. O que se forma sobre e para os jovens é paradoxal. São eles o emblema do futuro construtivo e do

¹ Existem muitas definições de juventude. “Algumas pesquisas do Instituto Francês de Opinião Pública (IFOP) sobre participação política, abrangem o intervalo de 18 a 30 anos, enquanto a Organização das Nações Unidas (ONU) lida com a faixa de 15 a 24 anos, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) trabalha com 15 a 29, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que demarca a definição legal da juventude no Brasil, vai de 0 aos 18 anos incompletos”. (MAIA, 2008: 02). Para os termos da dissertação, será adotado a definição do ECA, que é a regra dos abrigos nas duas cidades.

perigo eminente, ao mesmo tempo. Por isso, carrega em si mesmo o signo não só da ambiguidade, mas das multiformas, tornando os estudos que aconteçam sobre eles campos abertos de interpretação.

Por que Rio e Roma?

O objetivo foi colocar no prisma dois países distantes, de base histórica e políticas diferentes, mas que compartilhavam a mesma essência no que tange a esse problema. A situação de vulnerabilidade nos jovens tem se fortificado em todo mundo, o *léxico* de jovens em risco social está numa crescente e, ver como eles se colocam e se vêem diante dessa condição em histórias, trajetões e contextos diferentes se mostrou muito interessante e necessário acadêmica e teoricamente.

A escolha pela Itália se deu, em primeiro lugar, de forma objetiva, pela oportunidade factível devido ao convênio entre UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e a Universidade Tor Vergata, localizada em Roma. Para além dos convênios universitários, Roma e Rio, apesar das diferenças visíveis, possuem naturezas parecidas em relação à juventude pobre. Ambos têm um grande número de crianças e adolescentes (em sua maioria do sexo masculino) em que negligenciados de seus pais e/ou de seus países, são tutelados pelas redes assistenciais. A Itália é um dos países de recepção dos jovens que saem em fuga de guerra ou em busca de uma melhoria nas condições de vida. Rio e Roma partilham o abandono, o *olhar à margem* e a ação tutelar.

Por que acolhimento institucional?

Esse grande número de meninos em situação vulnerável e sem o acompanhamento dos pais e da família, tem um destino comum (quando não a rua) nas duas cidades: as instituições de acolhimento. Por isso, além da condição social de vulnerabilidade, partilham os abrigos como local de moradia e possibilidade de ligação (precária ou não) com o mundo formal e legal, ainda que estejam em territórios diferentes.

O título

Durante minhas aulas de Metodologia Qualitativa a frase de que o campo é definidor da pesquisa sempre ecoou em meus ouvidos e embalou o que eu acreditava como verdade.

Após a entrada efetiva no campo tive a confirmação desse pensamento de formas que não pude imaginar no processo de consecução do meu “núcleo duro”, ou seja, de um embasamento teórico solidificado.

Nessa dissertação, são descritos vários momentos em que o campo atuou com soberania, mas destaco aqui uma das mudanças que se vê logo na primeira linha: o título. Por muito tempo o meu título foi explicativo: “Entre muros e esquinas: juventude vulnerável e acolhimento institucional nas cidades do Rio de Janeiro e Roma”. No entanto, ocorreu a mudança devido às sinalizações que encontrei no campo da pesquisa. Os meus sujeitos me deram o título, a identificação unificadora desse trabalho. “Me chama pelo nome” é uma representação, muito real, do que eles querem e pedem. Embasada em dois acontecimentos cheguei a esta nova titulação: “Me chama pelo nome: juventude vulnerável entre muros e esquina do Rio e de Roma”.

Remontando a história que encena o título, me remeto a uma de minhas primeiras visitas ao Binário 95, em Roma, quando conheci Abdel e Adel, duas figuras muito distintas, com nomes tão parecidos. Ao conhecê-los, logo comentei que eram *xarás* e compartilhavam o mesmo nome. Rapidamente, os dois se mostraram incomodados e enfatizaram a diferença dos nomes entre eles. Os dois, apesar de saberem que tinham o nome quase igual, faziam questão de manter a diferença, de se distinguirem como pessoas. O nome é um símbolo de identidade, é a partir dele que alguém realmente existe como pessoa, se não há um nome, não há existência formal, não há direitos cívicos, não há acesso às suas histórias de vida. O nome personifica e dá distinção.

Depois dessa experiência, vivi outra no Rio muito similar. Em uma das visitas à casa de acolhida Frei Carmelo Cox, disse a Maurício: “*Feliz ano novo, meu querido*”. Aquela forma de chamar o incomodou, pois, prontamente sua resposta foi, com um tom mais indignado: “*Nem sabe o meu nome, né tia!*”. Aquela frase falou forte em mim e me fez ver o quanto a colocação era representativa, porque não saber o nome de Maurício pressupôs uma falta de vínculos, logo, quem não tem vínculos negligencia sem dor, sem o ressentimento de desamparar o conhecido. É o nome que confere além da identidade o reconhecimento. Esses meninos, como milhões de sujeitos, dão valor a serem reconhecidos, a serem chamados pelos nomes. O nome é representativo, pois é o que o torna diferente do conjunto, é o que o distingue e o marca como sujeito social. São esses sujeitos que reivindicam uma proteção sem o constrangimento da pena, uma proteção por direito e não por uma misericórdia. E assim se colocam: “*Se sabe quem eu sou, me chama pelo meu nome*”. E por essa fala se constituir na

cena mais emblemática de apresentação da pesquisa, não tinha como perdê-la. Eis que se prenuncia, no título, a nossa intenção: os chamem pelo nome.

O início e a Itália...

Ao cruzar o oceano e encontrar o meu primeiro campo, o vi se abrindo, completamente novo pra mim, não tinha noção do quanto ia aprender e viver sobre a minha pesquisa. E ali, meu pensamento raramente se desvencilhava das histórias lidas por autores que retrataram suas experiências durante a escrita de seus trabalhos. Assim como os índios transformaram Antony Seeger, a favela à Alba Zaluar, as garotas de programa à Maria Dulce Gaspar e os travestis a Hélio Silva². De igual modo, também pude sentir as vidas dos “meus” meninos³ pulsando para além das linhas lidas.

Saí do Brasil, rumando à Itália com o foco nos sujeitos de pesquisa, já totalmente influenciada por uma categoria de análise e, ao chegar, outras se mostraram e me remodelaram de acordo com a teoria vivenciada. Senti-me, como Hélio Silva (2009) descreve, o pesquisador entrando em campo, com todo o material, com as fórmulas prontas para inserir a observação dentro da categoria modular, com todo o aporte teórico na bagagem e nas mãos. Foi no cotidiano da pesquisa, ali, limpo, cru, desarmado, que o problema e a questão se mostraram de forma completa. Mais uma vez me reporte à Alba Zaluar, e senti-me também com inveja de Malinowski, que “aportou em uma praia logínqua nos mares da Oceania para estudar um povo tribal sem saber-lhe a língua, mas com a convicção de que iria deparar com uma cultura diferente e autônoma, harmoniosamente coerente e aceita por todos” (ZALUAR, 1994: 09).

E quando cheguei não era “simples” como me parecia, as leituras que fiz não me trouxeram ao certo o que eu pude enxergar. O conceito de um lado do oceano não poderia ser levado e utilizado assim como uma fórmula matemática ou uma relação mecânica e sobreposta. O conceito de meninos de rua⁴ não se aplicava à Itália e fui descobrindo, na prática, que o que girava naquela estrutura era o de menores estrangeiros não acompanhados⁵.

² Respectivamente: SEEGER, A. (1980); ZALUAR, A. (1994); GASPAR, M. D. (1985); SILVA, H. (2007).

³ Refiro-me sempre a meninos, no masculino, pois a pesquisa centrou-se em duas instituições que trabalham com jovens (de 07 a 18 anos) somente do sexo masculino.

⁴ Para essa pesquisa, interpreta-se a relação dos dois grupos com a rua de modo associativo a uma rotina estruturada para obter recursos da rua. É a rua como recurso. Trabalha-se com aqueles que não tem a casa como referência de moradia.

⁵ O termo na língua original, italiano, é de *minori stranieri non accompagnati*. Há várias conceituações e formas de tratar essa faixa etária, na área teórica e jurídica, na Itália e no Brasil. A escolha para a dissertação foi colocá-los em uma categoria de juventude, mas nos termos em que tratamos são, nos dois contextos, meninos menores de 18 anos, que se enquadram no

Esse se enquadra, em termos de tratamento e atendimento na Itália, numa categoria jurídica e não sociológica. A forma de abordar esse grupo tanto em livros quanto no cotidiano político evidencia essa categoria jurídica prevalente. Então, não eram eles os meninos moradores de rua, no sentido estrito que eu esperava encontrar, o que fez com que o preto e o branco do papel ganhassem movimento e cor.

Havia o conceito de *persone senza fissa dimora*⁶, compatível com o nosso conceito sociológico de moradores de rua, onde, por excelência, esses jovens *menores* não se enquadram⁷. Voltando a menção à fórmula matemática, se formou, portanto, uma regra de conjuntos (agora ela cabe como forma demonstrativa). Os jovens imigrantes da Itália fazem parte de uma categoria jurídica enquanto os *persone senza fissa dimora* de uma categoria sociológica, montando dois conjuntos separados, ou seja, um não está contido no outro. Já os jovens, em estado de vulnerabilidade no Rio se incluem tanto num conjunto de menores não acompanhados, quanto nos *persone senza fissa dimora*. Faz interseção, está contido nos dois casos. Devido a essa grande interseção com as duas categorias que decidi fazer uma imersão, um pouco mais ampliada, que desse conta das duas realidades.

Para compreender o processo de acolhimento italiano, me inseri, observei e participei de três centros de acolhimento, a fim de entender os tratamentos de maneira ampla e ter uma linha comparativa, focando no dos *minori stranieri non accompagnati*. O **Centro de Acolhimento Eirene** é um abrigo recente que trata de *menores de idade*, do sexo masculino, em sua maioria africanos requerentes de asilo, e também bengaleses, egípcios, tunisinos em busca de novas formas de construção de vida. A **Casa Elettra** se concentrava em mulheres, mães imigrantes que vinham com seus filhos e não tinham meios de subsistência e o **Binário 95** era centrado em *persone senza fissa dimora*, a população de rua adulta e italiana, com apenas alguns imigrantes, na maioria das vezes casos de alcoolismo, vícios, abandonos do lar ou problemas psíquicos. Ou, ainda, motivações extrarregulares, como o caso da americana católica Nicole, que saiu dos Estados Unidos para Roma para estar mais perto do Vaticano e acabou morando nas ruas⁸.

conceito de infância e adolescência. A discussão sobre menoridade na Itália se dá de forma diferente do Brasil, já que aqui houve ressignificações (jurídicas, teóricas e também no universo dos próprios meninos). Pelo termo do *menor* não se colocar de forma equânime nos dois países, a opção foi usar menores estrangeiros não acompanhados (*minori stranieri non accompagnati*) sem tradução para que as diferenças do termo *menor* não sejam confundidas. Esse assunto será exposto no Capítulo 1, com a apresentação sobre Juventude.

⁶ Na tradução: pessoas sem morada fixa.

⁷ Na Itália, os menores de 18 anos, mesmo que habitem nas ruas, não são enquadrados na condição de moradores de rua, são sempre menores não acompanhados. O conceito de *persone senza fissa dimora* é somente utilizado para a população adulta.

⁸ Alguns nomes e algumas histórias expostas nessa introdução não foram trabalhados no desenvolver da dissertação e serão analisados em trabalho posterior. Explicações referentes a isso serão vistas no Capítulo 2.

Por meio de uma convivência diária, foi possível observar as agências múltiplas, mecanismos, práticas, relações e trajetórias identitárias. Foi possível perceber também que cada abrigo, a partir do que era, da dinâmica de seu espaço, conduzia a minha postura. Em alguns eu tinha uma postura mais formal e vertical, enquanto em outros a intimidade e o espaço de continuação da casa se abriam e eu respondia aos estímulos dados por eles. Enquanto com Alessio, do Binário 95, eu sentava ao lado na hora do café da manhã, e em meio a risadas e perguntas sobre as morenas do Carnaval do Rio eu descobria de sua história, suas angústias e seus sonhos. Com Daraja, do centro Eirene, eu precisava ser levada por um funcionário, e fazer perguntas claras e diretas, que não o deixasse pensar estar invadindo sua intimidade, tão cara a ele. No caso de Antonella, da Casa Elettra, eu precisava chegar devagar e conquistar um espaço, antes de tudo emocional. Essas personalidades formavam um quadro complexo e simples ao mesmo tempo. Escolhi algumas histórias para ilustrar esse universo e para dar luz à teoria.

Não era esse um relacionamento unilateral, pois pude perceber como a presença do pesquisador não é neutra e transforma o lugar que está, transforma o campo. Foi impossível não lembrar de Hélio Silva e de suas palavras no texto “A situação etnográfica - andar e ver”

[...] O que envolve, além da relatividade que a subjetividade impõe à percepção, a capacidade de se incluir como peça exterior cuja presença altera a cena. Não se trata apenas de uma observação que altera o objeto observado, mas de uma alteração produzida pela participação do observador na cena que ele mesmo observa. Todo etnógrafo só pode estar em uma cena alterada pela sua presença. O significado da cena exige não apenas um reconhecimento do caráter subjetivo da observação, mas sobretudo a capacidade de ter uma noção objetiva de sua própria presença. (SILVA, 2009, p.180)

Histórias como a de Basma, Chatuluka, Alessio, Antonella, e tantos outros me impressionaram e me instigaram como fonte de inspiração, em meio a uma incansável ida para saber mais desse mundo “tão perto e tão distante”. O que ocorreu foi uma descoberta de “si e do outro”. No que se refere àqueles *minori stranieri*, ainda “indocumentados”, estávamos ambos, eu e eles ligados ali pela condição do “não pertencer”. De uma forma ou de outra, compartilhávamos de um ponto em comum, éramos estrangeiros, em uma terra que não era nossa, e esse se constituiu num elo de aproximação, que atuou para além do estranhamento inicial, éramos, ambos, jovens *outsiders* (BECKER, 2008 & ELIAS, 2000).

Na alegria de compartilhar esse momento com todos eles – *minori*, mães e os *persone senza fissa dimora* -, por vezes pensava que as coisas estavam postas, já observadas e sentidas, mas o campo também pode te dar “rasteiras”. Perto de voltar e de terminar meu campo por lá, disse, animada, à Fabrizia que gostaria de retornar no próximo ano para vê-los, e ela, com uma fala cortante, me fez repensar todo o meu percurso até ali, ao me dizer: “Mas

eu não quero estar aqui no ano que vem. Você pensa que isso aqui é uma colônia de férias?”. Sem respostas, parei para refletir e voltei para o Brasil com aquele pensamento me corroendo. Pensamento esse que voltou algumas vezes nas novas e surpreendentes descobertas que fiz na segunda etapa do meu campo.

Chegando ao Rio...

“Tia, quem é você? Já sei, educadora nova.” Com essa frase, e em meio a muitos olhares curiosos, fui recebida na casa de acolhida Frei Carmelo Cox. Não somente Vitor achava que tinha ganhado uma educadora nova, como todos os meninos. Em pouco tempo, a curiosidade deu espaço a espontaneidade, aos abraços e pedidos para que ficasse mais, conversasse mais, tivesse mais tempo com eles. Em meio a brincadeiras e risadas, a conversa fluía, assim como fluida foi a experiência com esses meninos.

Não fazer uma comparação com o campo anterior é algo pouco provável, e como minha experiência com os menores em Roma foi de receber, num primeiro momento, olhares desconfiados e temerosos, esperava ter mais ou menos a mesma recepção no abrigo do Rio. Contudo, para a minha surpresa, a relação com a Frei Carmelo Cox foi de acolhimento à primeira chegada. Os meninos, mesmo sem me conhecer, se mostraram completamente abertos e já à espera de uma nova visita.

Logo no primeiro contato tive acesso de como se dava o trabalho, ele se mostrou um pouco diferente do que imaginei. A casa de acolhida faz parte da **Associação Beneficente AMAR** que é uma das frentes do projeto. O abrigo está focado na recepção de dois perfis: o de meninos de rua e de meninos, moradores de áreas pobres, que são vítimas de violência e negligência familiar. Hoje, são 16 meninos assistidos, entre 07 e 14 anos. A casa nasceu com um foco nos meninos de rua, no entanto, houve uma mudança espontânea devido à demanda que chegava. O grande contingente não era os meninos em situação de rua e sim os meninos com um histórico de violência/negligência familiar e/ou abusos sexuais, mas não com um vínculo formado com a rua, somente a tinham por um rito de passagem, ou seja, às vezes dormiram algumas noites por contingências.

Os meninos em situação de rua têm um vínculo muito forte estabelecido com a rua e não ficam nos abrigos, sempre evadem. Por isso, a alternativa para trabalhar com os meninos de rua foi a criação de uma Casa Dia (assim como o Binário 95, em Roma), onde eles podem comer, fazer suas atividades diárias, mas sem um vínculo “perene” com a instituição. A Casa Dia funciona como uma espécie de ponte para o abrigamento total na Frei Carmelo Cox.

Como a própria instituição mudou suas estratégias de trabalho, eu também fui modificando as minhas estratégias à medida que vi as outras demandas se formarem frente às minhas percepções.

Depois de ter me surpreendido com as situações novas que o trabalho de campo me proporcionou em Roma, cheguei ao abrigo do Rio, ainda com algumas expectativas fechadas e esperando encontrar certos tipos de histórias. O imprevisto novamente me tomou, mostrando histórias e narrativas outras, das quais em minhas aspirações sociológicas eu ainda não havia imaginado.

Em uma das visitas perguntei sobre a entrevista na Rádio MEC que eles haviam feito no dia anterior e não pude ir, porém, só tive respostas muito evasivas do tipo: “*foi bem*”. Ainda que eu insistisse em saber fazendo outras perguntas mais específicas, as respostas eram: “*já disse, tia, foi bom*”. Estabelecer um diálogo com eles foi muito difícil. Ao passo que o estabelecimento de uma relação se deu de forma rápida, o diálogo mais estreito para chegar às suas narrativas de vida foi dificultoso. Situação que apareceu de forma inversa nos abrigos de Roma. A relação em Roma demandava tempo e dedicação, enquanto as informações me vinham de uma forma completa e não fragmentada. Não há como atribuir um valor comparativo, simplesmente são caminhos e modos diversos de se chegar ao objetivo. Na verdade, os objetivos, que se resumem em alcançar uma relação e ter acesso à suas interpretações de vida estavam, de diferentes formas, acontecendo.

Além de perceber como a minha presença modificava o espaço deles, outra coisa me chamou a atenção: a noção de tempo e o cronograma dos meninos não são os mesmos que o nosso (pesquisadores). O que rege é um princípio de “temporalidade esgarçada”. E, assim, aprendi na prática o descrito por Takeuti (2002, p.78):

Embora tivéssemos consciência de que o tempo lógico que organiza o nosso cronograma de desenvolvimento de pesquisa não fosse o mesmo tempo que organizava as atividades quotidianas dos jovens e a sua vida existencial, mantínhamos, inconscientemente, a expectativa de inscrevê-los na nossa lógica de pesquisa, inclusive na lógica de tempo.

A lógica de temporalidade desses meninos é, de fato, outra. Alguns dos exemplos que tenho são de Denis, Ronaldo e Maurício. Quando perguntei a Denis quanto tempo ele estava no abrigo sua resposta foi um mês e depois, na conversa com a assistente social, vi que ele estava ali somente há duas semanas. Sei que sua resposta não foi na intenção de *mentir*, mas para ele é realmente difícil distinguir horas, dias, meses ou anos. Essa suspeita foi confirmada num outro dia quando Maurício perguntou à assistente o dia de seu aniversário e ela disse 9/02/2000. Logo depois ele voltou dizendo que esqueceu e que precisava falar para a outra

educadora. Ela repetiu e ele retornou pela segunda vez falando: “*ela pediu dia, mês e ano*”. A assistente repetiu a data e Maurício, com um olhar de dúvida expressivo, pergunta: “*Mas é só isso?*”. Ainda numa conversa com Ronaldo, ele me disse o seguinte: “*Eu devo ter uns 14, 15 anos*”. Nesse sentido, a adequação ao próprio tempo deles se torna necessária num aprendizado cotidiano, pois a postura que essa pesquisa pede é divergente da investigação que a relação entre sujeito e pesquisador não entra em consideração.

Particpei de festas e datas especiais com eles, como o Natal. Ceiamos, confraternizamos, dançamos. Descobrimos-nos juntos em meio aos jogos e as histórias que lia dos gibis que eles chegavam e pediam: “*Tia, lê essa história pra mim, por favor?*” Nesses momentos de festividade, em que o contato parece se fazer de forma mais superficial, era possível extrair muitas observações sobre seus comportamentos e suas vidas. Por exemplo, em uma das festas de comemoração de fim de ano comprei alguns presentes para distribuir entre eles. Como sabia que gostavam de música, comprei instrumentos musicais – pandeiros e flautas – direcionados à crianças. O instrumento formou ali uma rede de integração, pois ao receberem o pandeiro nos primeiros minutos já fizeram um samba juntos e uma roda de capoeira.

A imagem que há da super carência da criança abandonada ou da total delinquência juvenil foi por mim interrogada diante das poucas palavras que os meninos proferiram. Entre o samba que montaram em poucos minutos e o comportamento e análise próprias sobre os presentes que haviam recebido, mostraram-se sujeitos ativos, que sabem o que querem. Os instrumentos comprados eram frágeis, feitos com materiais leves e não eram instrumentos profissionais, por isso, logo alguns se quebraram no uso da roda de samba. Vários falaram sobre a fragilidade do objeto, mas um dos comentários me chamou mais a atenção. Quando cheguei à cozinha, Denis tinha quebrado o seu pandeiro e falava que o instrumento “*quebrava à toa*”, mas ao perceber minha presença, se virou pra mim e disse: “*mas mesmo assim valeu a pena ter ganhado*”, fechando a frase com um largo sorriso. A noção para distinguir o que é bom ou ruim, frágil ou forte, de qualidade ou não, veio junto com a pronta resposta que pensou no sentimento daquele que ofereceu o presente. Percebo que são em detalhes como esses que a criança vai se formando como “ator social” (MARCHI, 2007) e a questão do afeto de “si e do outro” vai se constituindo nos momentos experimentados na vida.

Os meninos da AMAR têm entre 07 e 14 anos, enquanto os de Roma têm todos 16 e 17 anos. Ambos estão em fases diferentes e buscam coisas e objetivos diversos. A fase redefine os percursos e os limites das buscas e do que querem. É natural que um menino de 11, 12 anos queira a liberdade plena e que autonomia, independência e a própria liberdade

apareçam como conceitos não tão concretos para eles. Já os meninos de Roma, estão com o “peso” da juventude, da maior idade, da necessidade de uma vida autônoma, no sentido de se manter, e se fazer viver como algo forte e definido para ele. Então, esse jovem está na busca de segurança, e liberdade se forma com outro tônus para ele. Os arranjos de ligação com o mundo social ocorrem por vias diferentes, enquanto um busca o elo familiar o outro vê no trabalho sua chance de inserção, o que será abordado no Capítulo 3.

A escolha dos abrigos

As duas cidades analisadas possuem um vasto número de abrigos para receber jovens em situação de vulnerabilidade. A escolha dos abrigos de Roma se deu por meio de um contato precedente com a Cooperativa Social Eriches 29, uma expressiva cooperativa que atua com centros de acolhimento para imigrantes (mães e jovens). Essa é uma cooperativa pública e seus centros de acolhimento são mantidos com 100% de financiamento da Prefeitura. A outra parte dos serviços sociais é realizada pela ação filantrópica e católica da Caritas, que tem um espaço muito grande e de tradição no tratamento social do país.

Na decisão de visitar, também, a população de rua adulta, que já é uma problemática de exclusão crônica na Itália, foi escolhido o centro diurno Binário 95, que faz parte da rede Nacional ONDS (*Osservatorio Nazionale sul Disagio e La Solidarietà nelle Stazioni*), sendo um projeto cooperativo da Consultoria Europa Social. A escolha desse centro teve como causa além da expressividade territorial, o fato de atuarem diretamente com aqueles que procuram as estações de trem – no caso de Roma com a *Roma Termini* - como um lugar para passar seu dia ou fixar morada. Funciona juntamente com o Help Center⁹, ativo desde 2002. A união desses dois serviços de integração forma o *Polo Sociale Roma Termini*.

No Rio, a escolha veio, também, de um contato anterior com a Associação Beneficente AMAR, devido a uma conexão entre a instituição e pesquisadores da *Tor Vergata*. Já havia um intercâmbio entre Itália e AMAR e isso facilitou a entrada e a dinâmica da pesquisa. Além disso, as várias frentes e formas diversificadas de trabalhar com os jovens se mostraram como um ponto positivo para uma visão com mais amplitude da situação institucional. Os diretores da AMAR faziam parte da Fundação São Martinho, no centro da cidade, que se dividiram em 20 de julho de 2000. Seu foco é desenvolver um trabalho com crianças e adolescentes em situação de risco, através da metodologia do Sistema Preventivo

⁹ Abordagem com a população de rua na Roma Termini, a fim de atraí-los aos serviços.

de Educação, que conta com três linhas de abordagem: emergencial, preventiva e formativa, possuindo quatro sedes: administrativa, legal, centro sócio educativo e casa de acolhimento.

Para alcançar esses meninos a associação atua com linhas de abordagem. No primeiro momento a linha utilizada é a emergencial, momento em que ocorre a abordagem na rua, na qual age com o Centro Sócio Educativo, um centro diurno (casa dia) que tenta fazer um trabalho de conscientização para sair da rua. Os meninos vão ao centro somente de dia para ter cuidados básicos, comem, tomam banho, etc. O número de meninos varia muito, há dias que tem 16 meninos e outros apenas dois. Há um esforço para manter o contato com o jovem e levá-lo para um tratamento mais frequente junto ao acolhimento institucional¹⁰.

O acolhimento institucional na AMAR é feito pela Casa de Acolhida Frei Carmelo Cox, cenário dessa pesquisa. Os meninos chegam por meio de três caminhos possíveis à casa de acolhida: Conselho Tutelar, Ministério Público e Vara da Infância e Adolescência. Atualmente, o abrigo tem 16 meninos, sendo três deles ex-moradores de rua e os outros 13 estão devido a maus tratos familiares. O tempo máximo de permanência no abrigo é de dois anos (podendo ser estendido a depender do caso). Realizam acompanhamento com a família e de 6 em 6 meses fazem uma avaliação juntamente com a equipe técnica institucional e do juizado, para decidir se o menino continua no abrigo, volta para família ou entra no Programa Família Acolhedora, do governo federal. O destino mais comum, é a volta para a família de origem.

A associação, ao contrário da cooperativa Eriches estudada em Roma, é filantrópica e não pública, entretanto, a situação entre as instituições públicas e privadas no Rio de Janeiro se delineiam de forma diferente. As instituições totais públicas que recebiam jovens foram alvo de muitas críticas quanto ao tratamento repressivo. O cenário atual mostra o fechamento de algumas dessas e uma interface muito maior entre a prefeitura e abrigos autônomos, tanto que mesmo no *acolhimento compulsório* realizado pela Prefeitura, o envio dos meninos é feito para uma maioria de abrigos privados. Sendo assim, avalio que o fato dos abrigos serem públicos ou privados não inviabilizam as análises conjuntas da função social deles na vida dos meninos assistidos.

¹⁰ O número de atendimento é, realmente, sazonal, pois o centro sócio só pode atender um raio específico de seu entorno, que é a área de São Cristóvão e o Centro. Por exemplo, nos meses de dezembro a fevereiro, em que há uma maior presença de turistas na cidade, eles circulam e migram para a zona sul, diminuindo a frequência no centro.

A pesquisa é o início do inacabado...

Sei que propus um desafio: duas realidades tão densas e, aparentemente, tão distintas, ainda mais para um trabalho de dissertação. A tentativa foi de observar e apresentar como a questão do acolhimento interfere no projeto pessoal dos meninos, como esses meninos se enxergam e estabelecem uma relação com os funcionários, criando estratégias pra lidar com as questões da liberdade, legalidade e ainda com seu estigma.

Por acreditar que a formação de um trabalho se dá na construção de ator, pesquisador, objetos e sujeitos e que todos saem modificados desse meio, quis me mostrar e me inserir em todas as nuances e transformações de campo nessa pequena introdução. Essa é a importância que vejo da inserção do pesquisador em seu trabalho, mas nunca apartação, como algo externo a ele, e sim da qual ele integra, modifica, faz parte, numa relação simbiótica, sem deixar de olhar os protagonistas desse “invento real”, ou seja, como percebe, como escreve, cria e se refaz nessa própria criação. Tentei fazer uma sociologia antropológica, uma antropologia sociológica, vendo que as duas estão ligadas com a análise, as trajetórias, o discurso e com as vidas concretas.

Descobri, no chão do campo, que estamos num contínuo aprendizado do que fazer, quando falar, de compreender, analisar e interpretar os discursos. É entrar na vida e na história do outro, mas sem invadi-lo e estabelecendo uma relação de confiança, é o exercício de transpor uma “barreira utilitária” da voz somente como palavras num texto. Pesquisa é registro e processo de transformação daquele que registra o ato. Levando em conta o meu histórico, que é formação em jornalismo, vejo essa experiência como uma união de sociologia, antropologia e jornalismo, e tenho uma *pesquisa interacionista*. O que me faz remeter a Park (1950) – que sempre teve o jornalismo como questão central em suas pesquisas – quando diz que:

o sociólogo é como um tipo de super repórter como os profissionais da Fortune, que escrevem mais exata e distanciadamente, tendo a capacidade de interpretar as longas tendências sobre o que estava acontecendo na sociedade ao invés de permanecerem na superfície dos fenômenos, satisfeitos em observarem o que parece estar acontecendo. (MACHADO, 2005, p.25).

No campo nada se perde. A *não informação* já se constitui num dado e um sorriso do interlocutor pode se transformar tanto numa mudança de vida pessoal quanto na formação de uma nova teoria. Assim, os sentidos devem estar apurados para a observação, pois como afirma Triviños (1995, p.153), observar não é somente olhar:

Observar não é apenas olhar, é destacar um conjunto, algo especificamente prestando atenção em suas características. Observar um “fenômeno social”, significa, em primeiro lugar, que determinado evento social, simples ou complexo, tenha sido abstratamente separado do seu contexto para que, em sua dimensão singular, seja estudado em seus atos, suas atividades, seus significados e suas relações. Individualizam-se ou agrupam-se os fenômenos dentro de uma realidade que é indivisível, essencialmente para descobrir seus aspectos aparentiais e mais profundos, até captar, se for possível sua essência numa perspectiva específica e ampla, ao mesmo tempo de contradições, dinamismos de relações. (NEGRÃO & CONSTANTINO, 2011, p.96)

Nessa perspectiva, a lembrança é a de Lévi Strauss quando, ao falar sobre a formação do caminhar etnográfico, afirma que “menos do que um percurso, a exploração é uma escavação: só uma cena fugaz, um canto de paisagem, uma reflexão agarrada no ar permitem compreender e interpretar horizontes que de outro modo seriam estéreis” (STRAUSS, 1996, p.46).

A etnografia proporciona-me uma satisfação intelectual: como história que une por suas duas extremidades a do mundo e a minha, ela desvenda ao mesmo tempo a razão comum de ambas. Ao me propor estudar, liberta-me da dúvida, pois nele considera essas diferenças e essas mudanças que têm um sentido para todos os homens em exclusão daqueles, próprios a uma só civilização, que desapareceriam se optássemos por nos manter afastados (STRAUSS, 1996, p.56).

Portanto, me propus a um estudo muito complexo, que o tratei em sua simplicidade. Sabendo que muitos fios sempre ficam soltos, ainda pretendo usar esses fios pra uma nova costura.

APRESENTAÇÃO

Ele disse que eu era um tolo e não sabia o que era brincar. Eu respondi que tinha uma bicicleta e muito brinquedo. Ele riu e disse que tinha a rua e o cais. Fiquei gostando dele, parece um desses meninos de cinema que fogem de casa para passar aventuras.

Jorge Amado

Minori stranieri non accompagnati em Roma e *meninos abrigados* no Rio de Janeiro trazem em sua essência singularidades das marcas de seus territórios. Essa pesquisa propõe não um estudo centrado na comparação, que mesmo que não se pretenda, estabelece graus hierárquicos, mas busca uma descrição das singularidades encontradas em ambos os casos e como esses podem se complementar. Entendo e trabalho o sentido de singularidade nos termos expostos por Gilles Deleuze e Felix Guatarri em *Mil platôs* (1997, p.12) em que o conceito é tratado como:

[...] liberação política de toda forma de paranóia unitária e totalizante; num alastrar a ação, o pensamento e o desejo por proliferação e disjunção (e não por hierarquização piramidal); liberar-se das velhas categorias do Negativo (a lei, o limite, a castração, a falta), investindo o positivo, o múltiplo, o nômade [...]

Entramos “entre os muros e as esquinas” de dois grupos, que mesmo distintos em suas bases, trazem consigo semelhanças que os aproximam. Apesar das diferenças históricas, políticas e sociais entre o Rio de Janeiro e Roma, existem muitos paralelos entre os jovens de ambas as cidades, no que diz respeito às formas de exclusão social e às orientações coletivas de vida desenvolvidas, a partir de suas práticas cotidianas.

A análise mobilizou várias escalas, indo da dimensão do macro para o micro. O macro se relaciona aos contextos político sociais nos quais esses jovens se inscrevem, o Estado brasileiro e o italiano. Na dimensão do micro as situações analisadas se referem às relações intersubjetivas. A trilha será seguida como Neri (2009, p.08), pois a abordagem “centrada no indivíduo contribui para respeitar as especificidades de cada lugar, ao mesmo tempo em que nos impede de ignorar a complexidade das realidades estudadas”.

As formas de discriminação etno-racial e de segregação socioespacial vividas no cotidiano constituem uma base de experiências comuns entre os *minori stranieri non accompagnati* e os *meninos abrigados* brasileiros. Por esse viés, a análise dos contextos sociais diversos que permeiam as experiências comuns, é fundamental para a compreensão

das distintas visões de mundo ou orientações pessoais e coletivas dos dois grupos em suas ações práticas. O preconceito sofrido pelos meninos do Rio é um preconceito social, espacial, pois na maioria das vezes são vistos como “pivetes” e meninos de rua, perigosos. Já os imigrantes estão numa terra que não os pertence, sofrem ações discriminatórias étnico-raciais, pois a maioria vem de culturas muito distintas e, assim se formam como *outsiders* - não pertencerem àquele país. Para um, o estranhamento acontece na perda de um território e o outro está perdido dentro de seu próprio território.

Para compreender essa ação cotidiana, individual e coletiva, recorreremos ao instrumento da observação da relação desses jovens com o abrigo que vivem. O acolhimento institucional representa, nesse sentido, o fio condutor que os aproxima. Independente do tipo de orientação e trajetória dos diferentes grupos pode-se dizer que os abrigos proporcionam a constituição de novas formas associativas de vida que passaram a substituir, de algum modo, os vínculos perdidos devido a imigração e segregação socioespacial. Ambos têm no acolhimento institucional uma das únicas (ainda que escassas) possibilidades de ligação com a vida formal. Mesmo que com algum efeito de “instituição total”¹¹, é o abrigo que tem a responsabilidade de ser o agente modificador e de religamento com o mundo, onde eles se confrontam com sua própria identidade. Embasados nesse entendimento se deu a investigação de *como* a instituição age diante desse *status* de agente modificador. Essa ação não é mecânica e se falamos de orientação individual e coletiva de vida, deve-se saber como o abrigo age na relação com a construção de um projeto pessoal para o menino.

Goffman (2003) foi uma das principais fontes de inspiração para o entendimento da dinâmica entre abrigados e instituição. Partindo de seus conceitos de “instituição total”¹² e

¹¹ As instituições analisadas nessa pesquisa não se enquadram no caráter total descrito por Goffman. Mas é possível destacar alguns exemplos de “institucionalização total” e cultura asilar *na história jovem* do Brasil, como a criação, em 1935, do Serviço Social do Menor, pertencente ao Departamento de Assistência Social. A respeito dessa criação, Bernal (2004) afirmou que: “com o Serviço Social de Menores criou-se um sistema de controle social que exigia uma instituição centralizadora e mediadora que administrava outras instituições de recuperação infantil. Baseado em Erving Goffman, entendemos o Departamento de Serviço Social como uma ‘instituição total’ centralizadora, que organiza e administra as outras ‘instituições totais’, compreendidas como prestadoras de serviço” (BERNAL *apud* NEGRÃO & CONSTANTINO, 2011, p.36). Há ainda o exemplo da Fundação do Bem-Estar do Menor (Febem) em São Paulo, criada em 1998.

¹²Goffman agrupa cinco noções de instituições totais. “O primeiro grupo são instituições criadas para cuidar das pessoas que são incapazes e inofensivas; neste caso estão as diferentes instituições para cegos, velhos, órfãos e indigentes. Num segundo grupo, há locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não intencional; sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais etc. Um terceiro grupo é organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais; cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração. O quarto grupo são instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho. E o quinto grupo possui estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instrução para os religiosos; entre exemplos de tais instituições, é possível citar abadias, mosteiros, conventos e outros claustros” (GOFFMAN 2003, p.16-17). No que se refere as instituições estudadas na dissertação, os abrigos para jovens em condição de vulnerabilidade (meninos de rua, vítimas de violência familiar ou requerentes de asilo em outro país) se enquadram no segundo e terceiro grupo. Os discursos das tais transpassam a máxima de proteção dos meninos dos riscos que eles estão correndo, mas sem deixar de escorrer pela

“carreira moral” foi possível adentrar o mundo do abrigado e observar como passa por transformações do ponto de vista pessoal e de seu papel social. Apesar de Goffman classificar instituição total como “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 2003, p. 11), as instituições observadas não possuem esse caráter total, pois viabilizam um diálogo com o mundo externo, mas também podem ser caracterizadas por muitas análises descritas por Goffman.

Tratou-se, então, de ver como a instituição atua na vida desses dois grupos de jovens e como se dá o processo deles com a “mortificação do eu”, “concepção de si” e a “cultura aparente”¹³ que trazem consigo, que são formadas na vida familiar e civil. A condição de abrigado traz uma mudança de universos, na qual se aplica a visão de si e visão de mundo, pois o abrigado se vê diante de uma nova posição social que é diversa da anterior que, por sua vez, não será a mesma quando sair do abrigo.

A instituição total é um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal; aí reside seu especial interesse sociológico. Há também outros motivos que suscitam nosso interesse por esses estabelecimentos, Em nossa sociedade, são as estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu. (GOFFMAN, 2003, p.22).

Encontramos nesses dois grupos algumas semelhanças em seus diferentes processos de vida até se chegar as vias do acolhimento. Ambos rompem com uma vigência, com um vínculo, com o seio familiar. As motivações de saída dos *minori* e dos meninos se diferenciam em suas bases, mas ambos buscam outras formas de dar contornos a suas vidas e objetivos. Meninos de rua na fuga da violência doméstica ou em busca de independência e liberdade, *minori non accompagnati* na fuga de guerras políticas ou na busca para autonomia e melhoria de vida. Nos dois casos a ruptura é o começo de uma nova etapa e que dará início a um novo ciclo de vida. A ruptura marca os *minori* e meninos da mesma forma e, quando ambos são acolhidos, pode acontecer essa reconstrução em raízes de exclusão tão iguais e histórias de vida tão diferentes.

Assim, em nossos percursos diários nos deparamos com o personagem aqui estudado: o jovem em condição de vulnerabilidade. Personagem que, mesmo frente a tantos conceitos e

possibilidade de se tornarem perigosos em potencial ou de fato, o que muda o fator de risco para a sociedade, são eles nocivos à manutenção da ordem social.

¹³ Todos conceitos trabalhados por Goffman ao analisar os efeitos e influências que as instituições promovem em seus abrigados, em seu livro Manicômios, prisões e conventos (2003).

significações teóricas, se enquadra no encaixe das definições da miséria urbana. Na tentativa de ir ao seu encontro, propomos um diálogo entre diversos eixos analíticos, demonstrando como um desenvolvimento se imbrica no outro para chegar a um desfecho coerente. A partir do plano macro, com reflexões sobre o cenário de exclusão e marginalidade, nos direcionamos a uma esfera micro: as interações simbólicas desses jovens nos abrigos.

Ao decidir estudar o tema de meninos assistidos por uma rede assistencial não havia uma formulação direta de hipóteses, não havia fechado hipóteses porque tinha como propósito responder as inquietações primeiras que se colocaram no campo da pesquisa. O problema de pesquisa estava claro, com ele não havia a intenção de comprovar ou refutar esse ou aquele pensamento, mas investir na compreensão de uma dada problemática e fenômeno que apresentam frações da vida social. Dessa forma, o objetivo foi de analisar como os jovens vivenciavam aquele período de *reclusão* e descrever quais eram as suas histórias de vida. Isso só foi possível ao lançar mão da metodologia de observação participante, de forma que o campo assumisse o protagonismo da pesquisa. Tal método me permitiu a convivência e o registro dos relatos cruciais a esse estudo. Como já dito na introdução, foi preciso entender que o tempo e o cronograma, tanto dos sujeitos quanto das instituições não eram o mesmo que o nosso (pesquisadores).

Para isso, a pesquisa foi baseada nas narrativas e experiências de jovens sobre seu universo moral e experiência institucional, a partir da descrição e observação das sociabilidades dos internos, a relação desses adolescentes com essas instituições, e de que modo a passagem por elas pode contribuir para sua construção social. A tentativa foi de observar elementos de suas trajetórias para compreender o perfil dos jovens submetidos ao acolhimento, e como a vida no abrigo atua na formação de suas identidades sociais. Chegamos ao escopo central: a análise de como as subjetividades são constituídas por meio das relações e das impressões vivenciado pelos abrigados nas distintas instituições do Rio e de Roma.

No caminho para essa percepção, busquei identificar os padrões de sociabilidade, códigos de conduta, valores morais, sistemas de classificações e conjunto de regras aplicadas junto aos assistidos. Durante o processo de campo, as histórias e relatos ouvidos não foram tomados como verdades ou mentiras e sim como uma maneira de interpretação dos sujeitos acerca de sua própria história.

sua posição no grupo, o observador pode interpretar tais declarações e descrições como indicações da perspectiva do indivíduo sobre o ponto em questão. (BECKER, 1993, p.53).

Na observação das interações sociais firmadas pelos jovens abrigados, vemos que eles vivem na persistência de um intermitente prefixo “re”. Isso é, **remontam** suas narrativas diariamente, **redescobrem** padrões de sociabilidade, **reelaboram** seus itinerários, **resignificam** suas vidas e **redefinem** novos marcos semânticos de exclusão e marginalidade, conduzindo a nossa teoria a ele. É aí que a teoria se dobra as redefinições de suas vidas.

“Entre muros e esquinas” apresenta a trajetória de vulnerabilidades daqueles que rompem com a linearidade e produzem o seu real, tanto nos muros das instituições, quanto nas esquinas das ruas. Nas palavras de Escorel (1999, p.19) “que andam ao sabor das circunstâncias e não controlam o desenrolar dos acontecimentos”. Essa dissertação busca ser tecida por trajetórias marcadas pelo sentimento, pelas singularidades, pela resistência, pela memória e pelas histórias de vida. É desenhada pela relação, pelo vínculo e pelo afeto.

Estrutura da Dissertação

Nos capítulos que seguem houve a tentativa de se responder a várias questões, mas as resumi em três perguntas, que serão desenvolvidas ao longo dos capítulos: *Quem são eles? Do ponto de vista de quem? Excluídos em relação a quê?*

No **Capítulo 1** o estudo centrou nos temas da exclusão, juventude e vulnerabilidade. Foi nesse capítulo que houve uma ênfase à pergunta *Excluídos em relação a quê?* A resposta se deu através de um percurso que compreende o envolvimento teórico da exclusão urbana e social, na qual a principal inspiração para a vivência dos meninos foi a fragilidade de vínculos e vida como um círculo de ruptura. (ESCOREL, 1999). Essa é a linha que se interliga com a teorização sobre a juventude. A temática referente a juventude tem tido uma crescente em seus estudos e pesquisas, pois é uma fase intrigante e instigante. Foi tratado o tema de jovens (no meu caso crianças e adolescentes até 18 anos) com o intuito de observar as *tramas existenciais* desse jovem que habita no *entre*. Ou seja entre a iminência do estar em perigo e o potencial de se tornar perigoso. A essa fase é destinada um lugar de vácuo, “está entre o excesso de proteção e o de derrelição [desamparo, abandono]” (TAKEUTI, 2002).

Já no **Capítulo 2** imperou a pergunta: *Do ponto de vista de quem?* Foram apresentados os contextos que adornam essa problemática, mas, mais importante que o território em si que acontece (seja na América, Ásia ou Europa), o objetivo foi mostrar que a juventude (pobre e vulnerável) e suas formas de agenciamento frente às situações se constituem num problema

global e universal. A partir de Agier (2011) partimos de uma “antropologia da cidade” para pensar os contextos de Roma e do Rio, que recebem esses jovens meninos. Só que, mais que o território, foram abordadas as questões que habitam entre o universal e o particular das relações de jovens (em conflito, excluídos) com a instituição de acolhimento, apontando algumas observações obtidas em campo, unindo um pouco a teoria com o campo realizado.

A pergunta *Quem são eles?* esteve presente em todos os capítulos, mas foi no **Capítulo 3** que ela ganhou mais densidade. Esse capítulo se centrou nas vivências e agenciamentos dos meninos assistidos. Os relatos dos abrigados do Rio e de Roma formaram a trama dos discursos que amarrrou todas as teorias expostas anteriormente. Foram observadas as figuras de identificação, as questões familiares, a vivência numa instituição de acolhimento e as interpretações deles diante dessa (nova) forma de viver.

Inspirada em Takeuti (2002) esse trabalho termina com suas **Interrogações Finais**. Esse foi um tema que à medida que se dava e era descoberto, se descobria, ao mesmo tempo, sua complexidade. Então, ao invés de buscar a resposta de como solucionar o problema, busquei, dentro das limitações de uma dissertação, mostrar uma rama complexa de históricos e leituras sobre o mundo e sobre as vidas dos meninos. Vidas que não se recortam em quadros de estudos quantitativos e sim se apresentam num intrincado mundo de subjetividades, às vezes não imaginada. Tais Interrogações Finais vêm confirmar que estamos numa “tentativa sempre incompleta, fragmentária e liminar de lidar intelectual e politicamente com eles” (FELTRAN, 2001, p.263).

1 EXCLUSÃO, VULNERABILIDADE E JUVENTUDE - APONTAMENTOS TEÓRICOS

1.1 Aspectos da pobreza e exclusão urbana

*A pobreza força o homem livre a agir como
escravo
Hannah Arendt*

Jovem excluído, jovem em situação de vulnerabilidade, jovem em risco social, jovem em conflito com a lei. A juventude aqui estudada se inscreve em diversas categorias que, mesmo com suas especificidades, se encontram no mesmo caminho. Ainda que cada um tenha o seu espaço de pertencimento, são todos submetidos a um processo de rejeição social e simbólica, num universo multiforme, que foge às normas socialmente instituídas. Nessa primeira parte o foco será direcionado ao *estado de exclusão*, na perspectiva de se fazer uma revisão de literatura sobre o tema.

Não há um conceito predominante para *exclusão social*, ele é, na verdade, um termo pujante, utilizado com frequência em todas as parcelas da sociedade e que abarca diversas situações sociais, apresentada como uma categoria de abordagens múltiplas. Partimos do entendimento da exclusão como um fenômeno “integrado por processos de vulnerabilidade, fragilização, precariedade e ruptura dos vínculos sociais em cinco dimensões: econômico-ocupacional, sociofamiliar, da cidadania, das representações sociais e da vida humana” (SCOREL, 1999, p.17).

A teoria sobre exclusão não se coloca de modo uníssono no campo teórico, pois há uma ampla teia de teorias sobre a condição do indivíduo *excluído* ou *marginalizado*. Autores como Kowarick (1885), Oliveira (1997), Martins (1997) e Demo (1998) defendem a ideia de que esses sujeitos não são excluídos, mas, na verdade, necessários e funcionais à sociedade e ao sistema. Eles compõem o que a teoria marxista chamava de exército industrial de reserva¹⁴, se inserindo na teoria da marginalidade e não da exclusão, pois estão articulados e integrados, só que de forma marginalizada. É fato que o tema da desigualdade sempre foi muito utilizado,

¹⁴ “Produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo e que se constitui em alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista (MARX, 1985, p.191)”.

porém entre as décadas de 50 e 70, a noção predominante para se referir ao fenômeno da pobreza, no Brasil como em outros países da América Latina, passou a ser o da marginalidade.

O termo marginalidade designava amplas situações relacionadas com a pobreza urbana: localização, situação econômica, migração, cultura, minorias. Passou, então, a abarcar qualquer fenômeno que redundasse em alguma forma de exclusão aos benefícios da sociedade urbana industrial. Uma das primeiras premissas a ser pontuada é a de que, na concepção de marginalidade, o capitalismo moderno marginaliza o indivíduo, mas não exclui. O *marginal* está articulado, é parte integrante do mesmo todo social. (KOWARICK, 1985).

Os autores que integram a corrente de pensamento histórico-estrutural conferem à marginalidade o estatuto de conceito que designa posições na estrutura econômico-ocupacional e na dinâmica capitalista dependente, mas recusam a adoção da imagem de uma sociedade dual. A espacialização simbólica da marginalidade se situa na periferia de um mundo social referido a um centro. A tendência é uma abordagem dualista que, realçando as oposições polares, não deixa perceber as articulações que integram o fenômeno da marginalidade na dinâmica de desenvolvimento social (Kowarick, 1985), Manuel Castells (*apud* Fassin, 1996) afirma que “é ideológico chamar de marginalidade aquilo que, de fato, é a situação de tensão entre duas estruturas sociais que se interpenetram” (SCOREL, 1999, p. 44).

A construção do discurso com referências à marginalidade não se perde totalmente na década de 1990, como veremos nas discussões de autores contemporâneos que questionam e trazem novas interpretações ao seu núcleo teórico. Porém, o foco somente na marginalidade começa a ser deixado de lado pelos estudos acadêmicos para a entrada da exclusão social, que até a década de 1970 não tinha ainda o seu conceito presente nas discussões.

O conceito de exclusão social interpreta as questões por outro viés. Inspirada na tradição francesa de Castel (1999), Xiberras (1994), entre outros, a ideia de exclusão enxerga o indivíduo sem um elo necessário ao processo de produção, sendo não integrado e não integrável. São desprezados por não serem forças políticas (CASTEL, 1999). Para Castel, a situação de exclusão aponta para a vulnerabilidade das massas, que tem como resultado a desagregação progressiva de vínculos e proteções ligadas ao mundo formal. Tal vulnerabilidade gera processos de “desfiliação” e de fragilização dos suportes de sociabilidade, o que produz seres atomizados, “sobrantes”.

No cenário brasileiro, autores como Scorel (1999) e Nascimento (1994) seguem também a visão de exclusão e enxergam o problema como uma trajetória de rupturas parciais, podendo chegar a ruptura total com todos os vínculos que os ligam à sociedade. Para eles, os excluídos não pertencem aos grupos e as dimensões sociais, encontram-se “sem lugar no

mundo, totalmente desvinculado ou com vínculos tão frágeis e efêmeros que não constituem uma unidade social de pertencimento”. (SCOREL, 1999, p.18).

Apesar das muitas formas de abordagem, exclusão se define por um campo teórico e um recorte próprio, e não deve ser confundida como um conceito geral e amplo como desigualdade ou pobreza, pois desigualdade, pobreza e exclusão apresentam-se como termos distintos, embora, a atuação de um esteja imbricada na do outro. “Os conceitos de desigualdade e pobreza são diferentes entre si e igualmente distintos do de exclusão social. O conceito de exclusão social está mais próximo, como oposição, ao de coesão social, ou, como sinal de ruptura, de vínculo social”. (NASCIMENTO, 1994b, p.31)

Segundo relatos de Scorel (1999, p.51), “a origem do termo exclusão é atribuída ao livro *Les Exclus: un français sur dix*¹⁵, de René Lenoir, publicado em 1974, ainda que o conteúdo do trabalho não trouxesse nenhuma elaboração teórica do conceito de exclusão social”. Nesse momento, *ser pobre* se relacionava a sua situação subjetiva – ser tratado como objeto – e não averiguado por seu *status* econômico ocupacional. Mesmo sem nenhuma intenção de elaboração teórica de exclusão, essa obra tornou-se marco porque deu luz a um fenômeno que era visto de forma residual e pouco influente na sociedade, mas, na verdade, era um problema que atingia cada vez mais famílias e indivíduos. Exclusão fazia referência a doentes mentais, imigrantes, alcoólatras e grupos vulneráveis, aqueles cuja adaptação e integração social eram escassas.

A década de 1970 se revela específica no desenvolvimento e aprofundamento dessa questão, pois foi o avanço do desemprego nos países mais influentes e a constituição de uma “nova pobreza”, que atingiu setores que foram além dos considerados *inadaptados*, ou seja, os doentes mentais, taxicômicos, imigrantes. Essa nova realidade alcançou e reverberou também nos *adaptados*, mas que na atual conjuntura tornaram-se, da mesma forma, vítimas. A crise de desemprego obteve seu auge na década de 1990, o que denotou um redirecionamento no tratamento de exclusão. A noção de exclusão social torna-se, assim, mais difundida e debatida e a abordagem a partir das questões econômico ocupacionais passou a ser elemento primordial na análise do corpo teórico. No entanto, essa explicação não vinha isolada, pois outras estruturas se colocavam presentes – como o aspecto cultural, sentimento de pertencimento, ligação com os vínculos sociais, crise identitária, segregação espacial, étnica etc.

Adotamos aqui a exclusão tratada a partir da fragilização e/ou quebra dos laços e vínculos do indivíduo com a sociedade, que é chamada de visão integracionista. Essa

¹⁵ “Os excluídos: um francês sobre dez.”

orientação é abordada por autores como Castel (1999), Escorel (1999) Xiberras (1994) e Nascimento (1994). Exclusão social é colocada – na fala de Escorel e Nascimento - como:

Um processo porque fala de um movimento que exclui, de trajetórias ao longo de um eixo inserção/exclusão, e que é potencialmente excludente (vetores de exclusão ou vulnerabilidades). Mas é, ao mesmo tempo, um estado, a condição de exclusão, o resultado objetivo de um movimento (ESCOREL, 1999, p.67).

A exclusão se dá através de uma ruptura dos vínculos sociais. Xiberras (1993) irá assinalar a existência de ruptura com três vínculos: societais, comunitários e individuais. Como se a exclusão fosse uma trajetória de sucessivas e crescentes rupturas. Termos que se aproximam de Castel que irá se debruçar, particularmente, sobre as diversas trajetórias de exclusão no espaço urbano. (NASCIMENTO, 1994, p.32).

É a exclusão social como um processo de rupturas. Temos autores franceses, como Castel e Xiberras, e brasileiros, como Escorel e Nascimento que tratam do assunto por essa perspectiva, contudo, há algumas diferenças no modo com que lidam com a questão. Na França, que vivia o *Welfare State*, a discussão em torno do emprego era central, pois o trabalho, naquele momento era fator constitutivo de cidadania. No Brasil, que tinha a cidadania num *status* precário, e o emprego já não se estendia a maioria da população, tinha, na desvinculação sociofamiliar, o foco de preocupação no processo de exclusão social.

No cenário descrito, Robert Castel – que faz sua análise a partir da crise da sociedade salarial na França do século XX – denomina essas transformações como uma nova questão social. Sua principal linha de pensamento acerca da temática se abalizava na crise do assalariamento, o que inviabilizou a formação de solidariedade e inserção social. Nessa perspectiva, seu pensamento se direciona a interpretar o desemprego como elemento que conduz a um processo de desfiliação, pois opera como uma “máquina de vulnerabilidade”.

Sua avaliação é demonstrativa de como o trabalho e o desemprego desempenham a função de produzir os *supranumerários*. Para Castel (1999, p.516), a “precarização do trabalho permite compreender os processos que alimentam a vulnerabilidade social e produzem, no final do percurso, o desemprego e a desfiliação”, como podemos constatar quando o autor elucida que:

Há um déficit de lugares ocupáveis na estrutura social, entendendo-se por lugares posições às quais estão associados uma utilidade social e um reconhecimento público. Trabalhadores que estão envelhecendo – em torno dos 50 anos – e que não tem mais lugar no processo produtivo; jovens à procura de um primeiro emprego e que vagam de estágio em estágio e de um pequeno serviço a outro; desempregados que há muito tempo que passam, até a exaustão e sem grande sucesso, por requalificações ou motivações: tudo se passa como se nosso tipo de sociedade redescobrisse, com surpresa, a presença de um perfil de populações que acreditava desaparecido “inúteis para o mundo”, que nele estão sem verdadeiramente pertencer. Ocupam uma posição de supranumerários, flutuando, não integrados e não integráveis, pelo menos no sentido em que Durkheim fala da integração como o pertencimento a uma sociedade que forma em todos os elementos interdependentes (CASTEL, 1999, p.529-530).

Desse modo, apesar de tais autores olharem o problema pelo mesmo viés analítico, o conduzem em outros termos metodológicos. Como visto, Castel dá mais ênfase às desvinculações com o trabalho. Enquanto, por exemplo, Escorel, que escreve voltada para a realidade exclusivamente brasileira, confere mais profundidade à dimensão da sociabilidade primária, momento em que define a condição do excluído como daquele que possui “vínculos tão frágeis e efêmeros que não constituem uma unidade social de pertencimento”. (ESCOREL 1999, p.18). O risco que a desfiliação traz é de uma “fratura” na sociedade, que diminui a capacidade dela manter suas relações e vínculos de interdependência social. Esse raciocínio nos remete ao modelo durkheimiano, cuja coesão social é dada “pela interdependência entre as funções ocupadas pelos indivíduos (e pelos grupos que eles formam) numa sociedade com alto grau de divisão do trabalho”. (LEAL, 2010, p.05).

O debate contemporâneo sobre exclusão social resgata, também, alguns pressupostos de marginalidade. As noções sobre esse processo que distancia o indivíduo de um contato com a sociedade e o impede de viver uma coesão social são avaliados e reformulados por autores nas décadas de 1990 e 2000. Para muitos deles, o conceito de exclusão mostra-se vago e impreciso, alguns tentam não usar a expressão em seu vocabulário, às vezes negando-a ou concedendo-lhe uma nova nomenclatura. É o caso de Martins (1997) e Demo (1998), que desacreditam na efetividade do conceito, ou Oliveira (1997) que tece críticas quanto ao seu comum uso, muitas vezes, desapropriado.

Para esses autores, o termo exclusão pede uma complementaridade, pois não é completo em si mesmo, nem autoexplicativo. É uma “terminologia transitiva” que exige outra informação que a torne inteligível. Exclusão de (ou do) que? Exclusão do mundo do trabalho? Exclusão institucional? Exclusão social? Esse é um dos motivos que dificulta a plena aceitação do conceito.

Antes de tudo, creio que uma decantação terminológica preliminar se faz necessária, pois, como costuma ocorrer com os conceitos que caem no domínio público, também o de exclusão vem se prestando aos mais diversos usos, o que ocasiona uma certa diluição retórica de sua especificidade. [...] Chamar de excluído todo e qualquer grupo social desfavorecido pode levar a contra-sensos, como aplicar um mesmo conceito tanto a moradores de rua quanto a pessoas que, apesar de portadoras de deficiência física, gozam de uma situação econômica bastante confortável. (OLIVEIRA, 1997, p.50).

Oliveira (1997) traz uma questão provocativa ao intitular seu artigo com a pergunta: “Os excluídos existem?” Num diálogo com a teoria marxista, analisa como as apropriações desse tema se dão na prática cotidiana e nos discursos que permeiam o senso comum. Levanta, em meio a sua crítica, o elemento da visão antidualista, pois diante da dicotomia

clássica entre opressores e oprimidos vê-se hoje o surgimento de uma nova oposição: incluídos e excluídos, onde na arena dos excluídos se insere toda gama de minorias. A inclusão de todas as minorias como os excluídos é inaceitável, porque “os processos de exclusão que afetam os grupos não têm nada em comum: nem a mesma origem nem a mesma natureza, além de não se manifestarem da mesma maneira e, com toda evidência, demandarem tratamentos bastante diferentes”. (OLIVEIRA, 1997, p.50-51).

A juventude pobre é inserida nessa pauta de discussão de uma forma particular, por se tratar de uma fase em que está por um lado relegada e por outro necessita de investimentos com “olhares atentos para o futuro que a espera”. Por isso, não pode ser, então, completamente descartada. Insere-se numa concepção paradoxal, pois por serem jovens emanam a possibilidade de um futuro e um *encaixe* (por diversos modos) no sistema, mas por serem pobres trazem à tona a face de um possível *risco social*, o que abre as diversas manifestações e tentativas de apartação.

Configuram-se nas multiformas e, assim, não se enquadram numa perspectiva teórica única. Não são completamente excluídos ou relegados primeiro porque se constituem jovens e, também, porque a situação de abrigados os confere uma filiação formal com o Estado. Mesmo que esse jovem não “alimente” o Estado ou esteja desvinculado de um campo de empregos, existe uma vinculação que os inscrevem num processo de aceitação social, ainda que pela via da *benevolência* e *caridade* devido às perdas que marcaram seu caminho. Se são abrigados, conseqüentemente estão incluídos, de alguma forma, na esfera social, logo, não produzem riscos, o que os dá a possibilidade de não serem completamente “descartados”.

Diante de tantas propostas teóricas, esse jovem pobre/ vítima de preconceitos/ imigrante/ em estado vulnerável conversa harmoniosamente com o descrito por Escorel como “integrado por processos de vulnerabilidade, fragilização, precariedade e ruptura dos vínculos sociais”. Diferentemente do que afirma Escorel, não há uma ruptura total e completa com os vínculos que possibilitam uma coesão social, há uma ruptura parcial. Tais laços não são inexistentes, existem de forma frouxa, tênue, esgarçada, mas existem.

Os dois grupos de jovens analisados possuem traços semelhantes no que tange a uma trajetória marcada pela ruptura. Essa ruptura é em alguns momentos passiva, que não estão ancoradas em suas decisões e outras ativas, elas decidiram por tais quebras. Sendo assim, romperam/foram rompidos com as famílias, romperam/foram rompidos com a rua, foram rompidos com seus países (no caso dos *minori*), percebendo que cada ruptura sinaliza outras formas de associação. Esse processo de ruptura - que ocorre antes de se chegar a uma condição de institucionalizado - os confere uma exclusão no sentido em que não “existem

formalmente”, por conseguinte operam o que Castel (1999) classifica de “não forças sociais”. Ao adentrar os abrigos, um tipo de filiação se abre, mas mesmo aí a trajetória de rupturas não é estancada, porque, após algum tempo o *contrato* que os unia aos abrigos é também rompido. Desse modo, suas vidas formam uma circular de ruptura em que os laços formados em cada fase se esvaem de modo veloz, sem tempo para estabelecerem e aprofundarem vínculos sólidos e estáveis.

No caso dos *minori* é devido à estreita relação com o Estado (guerras políticas, conflitos, torturas vindas de um “canal oficial”) que se abre espaço para a ocorrência de uma série de processos de rupturas biográficas e um afastamento dos vínculos que circundam a vida ligada à lei e à legitimidade. Ao chegar à Itália, são inseridos sim, mas de uma forma precária. Nesse sentido, cabe um adendo para dizer que estão inseridos, mas não integrados, já que não há uma contrapartida e não há tempo de estabelecimento de uma integração com vínculos tão escassos e efêmeros, forma-se aí uma *inserção pendular*. Pertencem a duas categorias simultaneamente: a da *exclusão*, quando são expulsos de seus países de origem e uma inclusão parcial no país que o recebe, entrando para o quadro dos atendidos por uma *comiseração do Estado*.

Então, não é possível afirmar se serão *incluídos* no sentido de Castel, pois como ainda não fazem parte dessa massa trabalhadora, ao saírem das instituições talvez rompam as fileiras dos supranumerários ou se acrescentem a elas. À vista de tais fatos expostos, a abordagem adotada é que os dois grupos se encaixam numa condição de ruptura e vínculos instáveis, mas ainda assim, mantêm um diálogo com o Estado, seja pela repressão autoritária ou pelo acolhimento.

Imigrantes ilegais, documentados, indocumentados, regulares, irregulares, refugiados de guerra, refugiados políticos... No caso dos *minori stranieri non accompagnati* é amplo o léxico operacionalizado pelo Estado na tentativa de definir quem são os imigrantes que vivem no território italiano. *Menores negligenciados, vítimas, crianças carentes, meninos de rua, perigosos em potencial, pivetes...* No Brasil também são formados diferentes nomenclaturas para inserção na gramática de riscos que se encontram. Não há uma constante, um conceito claro e preciso que os definam, eles passeiam pelas diversas categorias, a única coisa que unifica esses grupos é o sentimento de *inadequação social*. Conquanto, esses jovens não aceitam essa(s) condição(s) com passividade e estão num processo ativo de reestabelecer esses vínculos uma vez quebrados, como veremos ao longo das discussões aqui postas.

1.2 Marcos da vulnerabilidade e *Visibilidade precária*

Das feridas que a pobreza cria sou o pus/
 Sou o que de resto restaria aos urubus/
 Pus por isso mesmo este blusão carniça/
 Fiz no rosto este make-up pó calíça/
 Quis trazer assim nossa desgraça à luz

Gilberto Gil

No tópico anterior foi apresentado que um dos conceitos fortemente relacionado ao jovem pobre é o da *exclusão* por instabilidade de vínculos e que as possibilidades associativas de vida para eles, ainda que existentes, são precárias. Nessa mesma linha, será visto agora a vulnerabilidade e os fatores de risco social que incidem sobre essa fase. Os conceitos, apesar de aparecerem como quase sinônimos no discurso das instituições, carregam especificidades conceituais em seu tratamento. Vulnerabilidade social é utilizada por agências como CEPAL, ONU e Banco Mundial e mobiliza muitos atores – indivíduos, comunidades, grupos, domicílios – em contextos diversos. O conceito de risco social vem sendo usado pela teoria sociológica, por Ulrich Beck e Anthony Giddens¹⁶ (*apud* GUIVANT, 1998), que parte de uma convivência com o perigo (GIDDENS, 1991), ou seja, o jovem está em situação de risco social quando o perigo atua como uma ameaça a ele. “O risco social não é homogêneo em sua abrangência; os que podem estar em risco social são os que se encontram, permanentemente, em situação de desvantagem social”. (ROCHA, 2009, p.110).

O conceito de vulnerabilidade é mais amplo, abarca contextos diversos e vem sendo colocado muitas vezes em paralelo ou alternativo ao de pobreza¹⁷, parte de uma corrente de debilidades ou fragilidades, que permeiam ambientes ou inseguranças e incertezas. Vulnerabilidade social se caracteriza por um resultado negativo entre a disponibilidade de recursos materiais e simbólicos e seus atores, ultrapassando a referência somente à renda ou a bens materiais incluindo a população nessa equação. (ABRAMOVAY *et al*, 2002).

Vulnerabilidade se desenvolve como fruto de uma relação entre o ator (nesse caso o jovem) e a estrutura de Estado, mercado e sociedade. Por isso, o conceito passou de um

¹⁶“Ambos os teóricos, ainda que com abordagens que mantêm diferenças, coincidem em propor que o conceito de sociedade de risco passe a substituir o de sociedade de classes”. (GUIVANT, 1998, p.03).

¹⁷ Segundo Kaztman (2005), a vulnerabilidade não é o mesmo que pobreza, mas a inclui. Enquanto a pobreza faz referência a uma carência, um estado de necessidade, vulnerabilidade a transcende.

tratamento somente nos termos de *disfunção* para uma interpretação de relacionamento. Vulnerabilidade social não se restringe a uma questão, a uma situação social, mas sim abrange as intermediações e interações entre atores e ambientes, como visto na afirmação de Abramovay:

O acesso negado dos jovens a processos básicos como os analisados restringe a capacidade de formação, uso e reprodução dos recursos materiais e simbólicos; torna-se fonte de vulnerabilidade, contribuindo para a precária integração desses jovens às estruturas de oportunidades, quer provenientes do Estado, do mercado ou da sociedade. Ademais, diversas modalidades de separação do espaço e das oportunidades sociais, que incluem a segregação residencial, a separação dos espaços públicos de sociabilidade e a segmentação dos serviços básicos – em especial, da educação – concorrem para ampliar a situação de desigualdades sociais e a segregação de muitos jovens. (ABRAMOVAY *et al*, 2002, p.55).

Kaztman (2005) avalia essa relação posta entre jovem e sociedade como a de “laços esgarçados”, simbolizado pela impossibilidade de sustento, e uma incapacidade material e subjetiva de desenvolvimento no território, devido as condições de fragilidade que os cercam. É importante frisar os dois planos que ela atua: o estrutural e subjetivo. O estrutural se relaciona às questões materiais e a uma mobilidade nunca ascendente e o plano subjetivo marca os sentimentos de incerteza e não pertencimento.

O conceito de vulnerabilidade ao tratar da insegurança, incerteza e exposição a riscos provocados por eventos socioeconômicos ou ao não-acesso a insumos estratégicos apresenta uma visão integral sobre as condições de vida dos pobres, ao mesmo tempo em que considera a disponibilidade de recursos e estratégias para que estes indivíduos enfrentem as dificuldades que lhes afetam (VIGNOLI e FILGUEIRA, 2001, *apud* AMBRAMOVAY *et al*, 2002, p.34 -35).

O conceito de risco social, apesar de tratado de uma forma equivalente, traz diferenças em suas formulações. Enquanto a definição de vulnerabilidade está delimitada, perpassa alguns níveis de compreensão e abrange atores múltiplos, a de risco social “está quase sempre referido aos jovens moradores das grandes cidades e aos perigos a que estão submetidos por serem agentes e vítimas preferenciais da violência urbana, mas sem clareza sobre que perigos são esses”. (ROCHA, 2009, p.110).

Para falar sobre risco social, Rocha (2009) aciona os “repertórios dos projetos sociais” direcionados a jovens moradores de favela. Ainda que nossas pesquisas falem de problemas diferentes, temos pontos convergentes, como a sua argumentação de que dentro do contexto desses repertórios “há um deslize entre esses diferentes sentidos, e ‘estar em risco’ se metamorfoseia em ‘ser de risco’”. Nesse viés, risco social se encaixaria com a relação institucional dos abrigos. Projetos sociais para jovens moradores de favela e instituições de

abrigo, apesar de não serem redes que tratam de problemas idênticos possuem uma argumentação comum para a entrada de jovens: a retirada de jovens que estão sob a iminência de se tornarem perigosos e necessitam da égide de abrigos ou projetos como (às vezes única, como se mostram) alternativa de não seguir “carreiras de riscos morais”.

Por isso mesmo, as instituições de recebimento atuam como prestadores de uma “limpeza moral”, que mobilizam os conceitos utilizados por Rocha de “detergente moral”, e servem como “passaporte simbólico” para um mundo formal, o acesso a uma família (mas somente se eles “se comportarem”) ou ao mercado de trabalho¹⁸. Desse modo, elas se carimbam no cenário com seu dispositivo disciplinador (FOUCAULT, 2008). “Para uns, é o espaço que pode limpá-los de vinculações anteriores que seriam moralmente inaceitáveis; para outros, seria o espaço que pacifica, que disciplina” (ROCHA, 2009, p.121). Assim, tanto os projetos sociais de Rocha quanto as instituições de acolhimento funcionam, na visão de muitos, como *instituições correcionais*, como pontos referenciais para experimentarem “outro mundo”, que *corrijam* esse jovem para a entrada numa outra condição.

Portanto, um conceito não exclui o outro (de vulnerabilidade e risco social), atuando numa complementariedade. Os jovens que estudamos “estão contidos” nos dois casos, pois vão do macro ao micro, do universal ao mais particular. Vemos na condição vulnerável a *largura* do problema e no risco social a sua *agudeza*. Vulnerabilidade está inscrita no macro e na relação com o Estado, mobilizando recursos materiais variados, bem como atores de diversos campos. Como dito, compreende um sentido estrutural e outro que também dialoga com questões subjetivas, o que representa de modo mais *largo* e com mais amplitude a conjuntura e o cenário.

O risco social, que é encaixado na maior parte das análises atuais, se refere ao jovem que já está em estado vulnerável, porque o jovem que é considerado *em risco* é aquele que está em desvantagem social, ou seja, já denota uma condição vulnerável. Nesse sentido, permito-me concluir que elas coexistem sim, mas a vulnerabilidade é antecessora ao risco social, pois um jovem que não se encontra em estado de desigualdade ou que não seja vulnerável às possíveis mazelas, não é considerado em risco. O risco, então, é o que acende o micro, utilizado de uma forma mais *aguda*, é a *derme* do problema, ou seja, a parte que penetra com intensidade e abre o caminho para discursos duais e paradoxais, que repousam entre o cuidado e a repressão. Repressão, nesse ângulo, ocorre principalmente na negação de

¹⁸ Nos termos da pesquisa, o mundo formal pela ponte da família se relaciona aos meninos do Rio e o mercado de trabalho aos de Roma, como será aprofundado no Capítulo 3.

quem ele é para a afirmação do que ele deve ser a fim de alcançar um *enquadramento funcional*.

Os jovens estudados se inscrevem nas diversas formas de análise. Estão eles nos fatores de pobreza, o que, como consequência promove uma atividade de exclusão dos campos sociais (no sentido exposto da fragilidade de vínculos), categorizando-os como jovens vulneráveis, pois a condição de vulnerabilidade permeia as esferas de todas as privações vivenciadas, desde as materiais, concretas e objetivas até as subjetivas e de formação identitária. Sendo pobres, excluídos e vulneráveis são ainda vistos como em risco social, estão na “corda bamba” da exposição ao perigo. O sentido de um *potencial de risco* se aplica e à realidade desses meninos dos abrigos do Rio e de Roma, que (ainda) não estão no mundo do crime, (ainda) não são usuários de drogas ou ladrões. E, devido a isso, alguns vivem no *conflito com a lei* e entre as práticas legais e ilegais, como veremos numa nova exposição¹⁹ das muitas facetas que esse mesmo jovem se insere, ou melhor, é inserido por um processo social.

A relação com os atores externos

A convivência entre os jovens imigrantes/ pobres/ moradores de rua e em risco social²⁰ com os habitantes “normais” das cidades é permeada de ruídos. No rosto dessa juventude está a expressão da desigualdade, na explosão de uma imagem que apresenta a real história constrangedora da dinâmica social. “Por estarem ‘fora do lugar’, são tomados como uma espécie de emblema que ilustra, de forma vigorosa e trágica, os dilemas sociais, políticos e morais da sociedade brasileira”. (GREGORI, 2000, p.15).

Por serem a enunciação de um processo que o “Estado não pode resolver”, tornam-se vítimas de um processo dicotômico. Aparecem no imaginário social como a “não lembrança”, mas não lembrança essa que parece atávica no quadro do medo, ou pior, da repulsa. Forma-se, assim, um paradoxo entre a *atitude blasé*²¹ e o *gatilho apontado*²². Desse modo, “a exclusão

¹⁹ Será visto no ponto 1.3 desse mesmo capítulo.

²⁰ Sabendo que muitas vezes essas categorias não coexistem num único menino, são elas gerais, mas que aparecem em um ou outro grupo.

²¹ Por ser a metrópole um lugar heterogêneo, permite o indivíduo a relativizar a diferença, que tem como consequência a impessoalidade, sentido que faz Simmel cunhar o conceito da *atitude blasé*. “Os mesmos fatores que assim redundaram na exatidão e precisão minuciosa da forma de vida redundaram também em uma estrutura da mais alta impessoalidade; por outro lado, promoveram uma subjetividade altamente pessoal. Não há talvez fenômeno psíquico que tenha sido tão incondicionalmente reservado à metrópole quanto a ‘atitude blasé’. A atitude blasé resulta em primeiro lugar dos estímulos contrastantes que, em rápidas mudanças e compressão concentrada, são impostos aos nervos. Disto também parece originalmente jorrar a intensificação da intelectualidade metropolitana. (...) Uma vida em perseguição desregrada ao prazer

pode ser visível e materializada através de comportamentos e atitudes de evitação, de desconfiança, de rejeição ou de ódio, mas, também, pode assumir formas mais dissimuladas de ruptura do vínculo simbólico”. (SCOREL,1999, p.60).

Encontramos oscilação e conflito: são tomados ora como “pequenas monstruosidades sociais”, “bandidos em potencial” – em versões que sua peculiaridade já está definida como algo inato ou, se não inato como resultado de uma miséria social e moral que dificulta a busca de soluções -, ora como os “verdadeiros carentes”, nas versões que os representam como a ilustração mais cabal do abandono, dos desmandos e da desigualdade social. Estes são qualificativos extremos de posições mais nuançadas e, sem dúvida, divergentes entre si. Mesmo assim são representações que oscilam entre tomá-los como algozes ou vítimas. (GREGORI, 2000, p.30).

A partir da afirmação de Gregori é possível ver os comportamentos nuançados. Por um lado, a sujeição dos jovens em risco a ações violentas por agentes públicos, por outro o misto de repulsa, negligência e piedade dado pela sociedade civil. Como resposta dos jovens, vemos também atitudes de violência e revoltas (expressos em roubos e/ou atos infracionais) ou a aceitação da caridade e o estado de vitimização. O primeiro caso se dá nos termos da *subcultura da evitação* e do *fazer viver e deixar morrer*.

Evidencia-se uma “subcultura da evitação”, que segundo Silva e Milito (1995), é expressa pelo incentivo ou passividade diante de atos violentos, como a repressão policial, o extermínio e agressões físicas e verbais. Esse comportamento alheio, que tenta retirar a voz do menino, consegue deixá-lo com apenas um fio de voz, que permite poucas formas de abordagem, dessas, intensifica-se a linguagem da violência ou da pena. Suas linguagens corporificadas recebem respostas também com sinais corporais: o homicídio e o extermínio ou a negligência. Em qualquer modo, impera a máxima do “deixar morrer”²³.

O fato de “deixar morrer” (FOUCAULT, 2002) remete ao conceito de “vida nua” de Agamben (2004). Apesar de fazer referência a determinado momento histórico, o *fazer viver e deixar morrer* de Foucault e a *vida nua* de Agamben ainda são atuais e marcam a trajetória em muitos “momentos vida nua” dos sujeitos à violência, dos perseguidos políticos, dos meninos de rua, dos *cracudos*, dos que fazem parte da lógica excludente. A vida nua de

torna uma pessoa blasé porque agita os nervos até seu ponto de mais forte reatividade por um tempo tão longo que eles finalmente param de reagir. (...) Surge assim a incapacidade de reagir a novas sensações com a energia apropriada. Isto constitui aquela atitude blasé.” (SIMMEL, 1987, p.16)

²² Conceito retirado de SILVA, Hélio & MILITO, Claudia (1995).

²³ O conceito de *deixar morrer* advém da discussão de Foucault (2002) que abre espaço para o conceito de *biopolítica*. Recuperando a análise de Foucault, de acordo com a teoria clássica da soberania o Soberano possuía poder para *fazer morrer e deixar viver*. A partir do século XIX o direito do soberano recebeu um poder diferente, o de *fazer viver e deixar morrer*. Era a vida pelo poder, e a biopolítica, com os dispositivos normalizadores. Em nome dos que devem viver, decreta-se quem deve morrer.

Agambem representa a “vida matável”, ou seja aquela vida que pode ser exterminada sem que se cometa um crime. No entanto, nesse caso é sim crime no sentido jurídico, mas não no sentido moral, pois para a visão geral da sociedade civil (ou do senso comum) esse jovem *em (de)* risco, já está moralmente morto. Um exemplo tácito é o dado por Takeuti (2002, p.193):

“Matei você porque você não estudava e não tinha futuro... o governo não pode deixar que as ruas sejam invadidas por menores”. Acima estão os dizeres do cartaz colocado sobre o corpo de Patrício Hilário, 9 anos, encontrado morto, jogado numa rua de Ipanema, no Rio de Janeiro.

Esse fato mostra que a apartação pode ser visível e materializada através de comportamentos e atitudes de evitação, de desconfiança, de rejeição. A violência provoca medo no indivíduo que, mesmo quando compadecido diante do sofrimento daquele que é submetido aos suplícios públicos silencia. É o silêncio do medo que impera em muitos momentos: “O menino apanhou da polícia durante dez minutos e ficou no chão sangrando, várias testemunhas presenciaram a agressão, mas ninguém fez nada. Depois os policiais foram ao banco beber cerveja calmamente.” Takeuti (2002, p.189) comenta o fato, mostrando uma “comoção estéril” diante da cena, permeada do silenciamento na hora em que alguma resolução poderia ser feita. A indignação só aconteceria depois do fato consumado.

O jovem só pode ser objeto de cuidados no momento em que os espectadores do suplicio público perderam de vista os policiais. Medo de denunciar os executores da “pena”? Diríamos que sim, uma vez que os executores são os agentes legais da dominação e da violência²⁴. Nesse sentido, a hipótese da coibição social através da exibição pública da punição, não deixa de ter o seu interesse para entender o medo dos espectadores.

Levanta-se, então, a interrogativa da motivação a essa *não ajuda*, seria medo ou insensibilidade social? Avalia-se a presença de uma *visibilidade precária*. Entendendo invisibilidade como qualidade do que é invisível, que não se pode ver, esses meninos não são vítimas de uma falta de visão, mas de uma parca visão. A visibilidade precária é o teor do paradoxo entre Simmel (1987) e Silva (1995). Saber o momento de pôr em prática a atitude

²⁴ Nesse exemplo, o silenciamento diante de agentes do Estado, além de travar um diálogo com Foucault (2002) pode também ser explicado pelo descrito em Weber (2008). A presença estatal nos locais e com pessoas *marginais*, é, muitas vezes, determinada pelo uso da vigilância e da violência sancionada pelo Estado. Nesse contexto, as práticas consideradas excepcionais para a sociedade em geral, são regras e parte da vida cotidiana para eles. Tal violência dialoga com o monopólio do uso legítimo da força física a fim da manutenção da ordem estatal. “A organização obrigatória política com operações contínuas será chamado de ‘estado’ na medida em que o pessoal administrativo com sucesso defende o direito ao monopólio do uso legítimo da força física na execução de sua ordem”. (WEBER, 2008: 54). “Weber também enfatizou que o uso da força em qualquer outro tipo de organização seria considerada legítima apenas se for permitido pelo Estado ou por ele fixado. Assim, a afirmação do Estado moderno de monopolizar o uso da força é um essencial como caráter de jurisdição compulsória e operação contínua”. (DAS & POOLE, 2004, p.07)

blasé da indiferença (frutos dos muitos estímulos recebidos na metrópole) ou do gatilho apontado.

O ato de não ajudar se transversaliza pelo misto de medo e insensibilidade da sociedade, o que evoca os atos de violência dos jovens. Essa violência age como uma reivindicação contra esse olhar seletivo, que podemos verificar na afirmação de Perlman (1977, p.236) “são rejeitados e punidos por serem pobres, se perpetua uma das principais válvulas de escape, que se dá por meio da violência, devido ao parco grau de interação que a cidade o dedica”. O olhar que é dado ao menino é o olhar negligente, o olhar que o atravessa, que atua como uma carta branca para repressão, que:

Parte da população (que mesmo sem apertar o gatilho os quer mortos) lamenta a existência dessa postulada vantagens da menoridade, e reclama veemente contra elas. Justificam-se ao retirar desses personagens a própria condição da juventude, assim considerada ilícita para eles. (SILVA & MILITO, 1995, p.25).

Na tentativa de compreender como se dá essa interlocução, Silva e Milito (1995) se enveredaram num conjunto de relatos e tramas fragmentárias do cotidiano de meninos, no qual viram que o cenário revela uma linha tênue entre a voz e o silêncio, a liberdade e a prisão, a vida e a morte.

[...] esses meninos estão sendo produzidos para a mendicância e criminalidade. [...] Trazem em si a aura existencial do fracasso enquanto horizonte provável de existência. Eles falam de nós mesmos, singulares e delimitadores de nossa condição (SILVA & MILITO, 1995, p.30).

Além de se tentar calar a voz dos meninos também “é dissonante o som da voz que protesta em nome do menino, sempre abafada pelo coro agressivo das ameaças” (SILVA & MILITO, 1995, p.35). As frases proferidas pelas vozes dos que os rodeiam (residentes, turistas, policiais, transeuntes, etc) são tão áridas quanto seus percalços: “Não são crianças, são vagabundos”. “Eles não querem a cidadania, querem é tomar a cidade”. Todas essas exclamações nos fazem ver que “a predisposição ao extermínio é anterior ao fato traumático”²⁵.

²⁵ As expressões citadas foram extraídas de SILVA & MILITO (1995) nas respectivas páginas: p.47, p.61 e p. 55.

1.3 A face dos jovens em conflito com a lei – análise dos meninos de Roma

Talvez seja melhor usar diferentes cobertores para abrigar bem as crianças do que utilizar uma coberta única e esplêndida, mas onde todas fiquem tremendo de frio.

Erving Goffman

As questões postas no tópico anterior, que amparam e dão suporte a uma complexidade macro e universal dos jovens vulneráveis e em risco social, não respondem e não podem ser alocadas mecanicamente nos sujeitos dessa pesquisa, portanto, os novos pontos de discussão tentam relativizar o que foi dito e chamar para a realidade mais estrita dos dois grupos, diferenciando-os e aproximando-os quando possível e necessário.

Sendo assim, temos juventude e acolhimento institucional como as ligações que dão voz e caminho à pesquisa. Os sujeitos que aqui encontramos se expressam nesses jovens, que figuram um lugar de constante mutabilidade, logo nos desperta um interesse por novas descobertas do que habita nas *metamorfoses juvenis*²⁶. Esse espaço é, então, dedicado ao sujeito central e basilar que conduz todas as investigações realizadas aqui e que transitam entre a certeza e a interrogação. E fazendo *jus* a esse trânsito permanente de sua fase particular, faremos aqui uma reflexão experimental sobre a juventude.

A reflexão da qual fazemos referência, abriu espaço para uma *relação experimental* ao estar junto do cotidiano de jovens pobres, muitos deles com algum vínculo com a vida nas ruas, imigrantes, ou seja, aqueles que as políticas enquadram como “problema” e esse problema se traduz em jovens *em conflito* - ou em desarmonia - com a lei.

Nessa pesquisa, temos um grupo de jovens em conflito com a lei, num sentido de total polissemia, um sentido plural e com novas vozes. Vemos conflitos se desenhando de muitas maneiras: conflitos de decisão, de fuga da formalidade legal, da apartação e da vontade do distanciamento porque a lei, para alguns, atua como um *aprisionamento do eu* e de suas atitudes diante a vida. Há outros que estão em conflito com a lei, mas na tentativa de resgate da fratura social, com uma decisão de religação. O que querem é a vida formal, a lei, essa sim, é o verdadeiro sentido da liberdade, como é o caso dos *minori stranieri non accompagnati*. O

²⁶ Mannheim analisa essa fase não como parte de “sociedades estáticas” e sim de “sociedades dinâmicas que querem dar uma nova saída, qualquer que seja sua filosofia social ou política” (1961, p.39)

próprio termo *em conflito com a lei* “encerra em si mesmo uma guerra de significados”. (FELTRAN, 2011).

Nesse misto de signos e significações que o termo evoca, interpretamos que jovens em conflito com a lei não são necessariamente *fora da lei*. As leis são opacas em si mesmas, entram em suas ilegalidades na configuração de relações reais, e os meninos a transformam em espaço de subjetivação. Habitam eles no *entre*, habitam na fronteira do legal e do ilegal (TELLES, 2010). Suas ações estão para além de suas categorias de legal, justo ou impessoal, criando fronteiras entre o legal, o extralegal e o real. São eles meninos em conflito com a lei no sentido em que não há uma simetria, uma harmonia com os marcos legais e de ordem social e não, necessariamente, fora da lei na dimensão do crime e do delito. Assim, se enquadram numa categoria de *desviantes* e não de *criminosos*.

Por isso, o conflito com a lei, no caso desses jovens, não está ligado diretamente ao crime e sim a um *desvio* no caminho da formalidade, o que se constitui numa *desarmonia com a lei*. Na linha de Becker (2008), refletimos sobre o tratamento de desvio no lugar de crime. Essa modificação faz referência a outra perspectiva analítica, pois o crime se dobra aos estudos do indivíduo, enquanto o desvio supõe uma relação social. O comportamento desviante pressupõe descumprimento de regras estabelecidas para a produção de uma ordem social. O “desvio não é uma qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele”. (BECKER, 2008, p. 27).

Não existe indivíduo (ou grupo) desviante e sim uma relação entre os atores que se encontram em polos opostos. Aqueles que sancionam um código moral que deve ser seguido e aqueles que não seguem as regras hegemônicas. Conforme Velho “o comportamento desviante não é uma questão de inadaptação cultural, mas um problema político, obviamente vinculado a uma problemática de identidade”.

Os grupos sociais criam o desvio ao estabelecer as regras cuja infração constitui desvio e ao aplicá-las as pessoas particulares, marcando-as como *outsiders*. Sob tal ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa faz, mas sim a consequência da aplicação por outrem de regras e sanções ao ‘transgressor’. O desviante é aquele a quem tal marca foi aplicada com sucesso, o comportamento desviante é o comportamento assim definido por pessoas concretas. (BECKER, 1966 *apud* VELHO, 1985, p.24).

Nos termos estritos dos jovens em conflito com a lei que trato nesse tópico – os *minori stranieri non accompagnati* - estão eles no caminho do desvio de uma legalização, são eles desviantes, mas não por uma escolha ou uma ação de delinquência ou revolta, e sim por

uma contingência, uma questão circunstancial. É um desvio que independe de sua vontade e isso que se mostra diferente e interessante no caso desses meninos.

É nessa distância e nesse desvio com a lei e com os códigos sociais que reside uma aproximação, da qual faz de suas vidas constitutivas do centro do problema social contemporâneo. Os meninos não “precisam” de Estado, seja pela repressão ou pelas guerras civis e estatais em que passaram, conheceram frente a frente e de forma íntima a relação com a instituição do Estado. “A proximidade desta presença estatal, portanto, não faz mais que subjetivar a ausência civil e corporificar a existência do sujeito ilegal, que – quem vai negar? – merece punição exemplar”. (FELTRAN, 2011, p.261).

A sociologia da juventude²⁷ nos abre para a reflexão do lugar desse jovem no contexto onde ele está, pois carrega uma imagem dúbia e paradoxal: é necessário proteger os jovens e é necessário proteger a sociedade dos jovens. Como já discutido anteriormente, na verdade, essa segunda afirmação se refere à classe pobre de jovens, eles precisam ser protegidos porque estão em risco de se tornarem perigosos, são a figura do *perigo em potencial*, que abre espaço para a delinquência.

Por trás do culto à infância e a aparente receptividade unânime na qual as crianças são o objeto na sociedade, esconde-se um sentimento de ameaça e de rejeição em face a uma fantasia de “parricídio” que os adolescentes suscitam. Os jovens dos meios populares são um alvo ideal de projeção. Eles são considerados ameaçadores, hostis, injuriosos, razão pela qual convém se desembaraçar deles para salvaguardar a ilusão de uma sociedade harmoniosa, equilibrada, pacífica e sem conflitos. Produz-se, então uma conversão entre o que se denomina a “infância em perigo” para a “infância perigosa” (TAKEUTI, 2002, p. 12).

É importante frisar que tal “juventude perigosa” se dá nos termos do perigo dele se tornar um desviante ou um delinquente. No entanto, as ordens sociais encaixam as ações delinquentes num sentido de moralidade e/ou escolha natural, porém não é dessa forma que elas se delineiam, como afirma Takeuti:

as práticas delinquentes não são consequências de um caráter psicopata, de um temperamento rebelde ou de uma hereditariedade geneticamente pernicioso. Elas são simplesmente resultados de estratégias identitária diretamente derivadas de uma existência infeliz. (TAKEUTI, 2002, p.12).

²⁷Juventude é uma fase que abrange muitos anos da vida de um sujeito. Falamos aqui sobre a produção da sociologia da juventude de um modo geral, que abraça todas as idades inseridas. No entanto, cabe ressaltar, mais uma vez, que os jovens (do Rio e de Roma) analisados se inserem nas categorias de infância e adolescência, pois a faixa etária é de 07 a 18 anos, somente meninos “menores de idade”.

Esse debate, quando aplicado à realidade dos *minori stranieri* em Roma, é mais marcado pelo estigma²⁸, do que pela punição da delinquência (ainda que exista esse pensamento). Eles são estrangeiros não bem vindos, não convidados. Mais do que pessoas, são vistos como representativos de um (alto) custo para o Estado, como diz o poema de Galeano “não têm nome, têm número”. Formam-se, assim, dois pólos, um do Estado que oferece asilo político e abrigo e outro dos preconceitos dos sujeitos desse Estado. O desvio é consequente de uma invalidação social. Mais que desviantes são desvalidos sociais, são estorvos em seus países de origem, que os repelem e vão como lixo ilegais para outro país, o que produz um sentimento de inferioridade social.

“O sentimento de *deriva social* e de *crise de valores* parece incidir, de maneira aguda, sobre as condutas sociais dos jovens e, mais particularmente, sobre a sua subjetividade”. (TAKEUTI, 2002, p.16). Contudo, é dentro dessa incidência sobre sua subjetividade, que eles transformam o seu estigma em recurso de formação e negociação de identidade. A partir do estigma ocorre a interação com a comunidade que o rodeia, que age como um ponto de erupção para a projeção do “eu” e para a concepção de grupo que convive, e o grupo que o cerca – caracterizado na figura do outro, daquele que não divide o mesmo estereótipo. Por isso, o sentimento de deriva social, de crise de valores e o estigma atuam na construção da postura do menino para com os outros e em sua autovisão. Como eles leem e interpretam a condição de estar em conflito com a lei é o que define suas posições de reflexividade, indo além da imagem dual que formam sobre eles.

Entretanto, a visão ambivalente da juventude em perigo reflete nas políticas públicas e também nas práticas dos abrigos, que tendem a “vitimizá-los ou delinquentizá-los” (TAKEUTI, 2002), os vendo em blocos e quase nunca nas configurações das micro relações. Os abrigos quando não atuam com princípios repressivos, ainda assim retiram a condição de sujeito social ao vitimizá-los de forma total e trazê-los para uma via de dependência institucional. Desse modo, se formam instituições acolhedoras que tentam enquadrá-los numa

²⁸ Estigma é um conceito resignificado durante os séculos. Foi apropriado pelos gregos, que segundo Goffman (1988, p.11) “tinham conhecimento de recursos visuais e criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o *status* moral”. O cristianismo, algum tempo depois, também utilizou o termo para designar as marcas do sofrimento e chagas de Cristo. Hoje, a sociedade o usa para categorizar ou estereotipar algum tipo de diferenciação da normalidade, uma identidade deteriorada por uma ação social. Na Grécia antiga, as pessoas que detinham algum estigma eram fortemente marcadas por cortes ou queimaduras na pele. Essas evidências mostravam a todos que ali estava um traidor, escravo ou criminoso. Nota-se que o destaque era via uma linguagem corporal, ou seja, o corpo era a manifestação da linguagem moral: o corpo enquanto lugar da violência. Atualmente, esses sinais também se expressam por meio de uma linguagem corporificada, mas é “mais aplicado à própria desgraça do que a sua evidência corporal” (1988, p.11). Assim, “o termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos”. (1988, p.13). O estigmatizado se constitui, portanto, num indivíduo inabilitado para a aceitação social por completo.

existência conveniente. Esse assunto será aberto no próximo tópico e aprofundado no capítulo 2.

Durante a (tentativa) de colheita dessas informações, na conversa e convivência com os meninos pesquisados, foi percebido dois pontos que se destacam: a legalização e a liberdade. Estabelece-se aí um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que são jovens em conflito com a lei, a legalização ainda é um tema recorrente, pois somente ela viabiliza a possibilidade de procurar algo para a mudança de vida, o que para eles confere a liberdade. Mesmo que eles ainda não saibam quais são as mudanças, eles sabem que querem mudar²⁹.

1.4 Juventude dicotômica: a questão histórica da “menoridade” para os meninos do Rio de Janeiro

Temos o direito de ser igual, sempre que a
diferença nos inferioriza. Temos o direito
de ser diferentes sempre que a igualdade
nos descaracteriza

Boaventura Sousa Santos

No que se refere aos dois grupos de jovens e aos contextos em que estão inseridos, cabem algumas ressalvas nas interpretações dos conceitos de ambos. Entre o tratamento jurídico, os estudos teóricos e as qualificações frutos das novas significações dadas pela sociedade existem algumas diferenças que se pontuam. Roma e Rio de Janeiro concordam em seus marcos legais que o jovem com menos de 18 anos é um *menor de idade*. No entanto, os desdobramentos desse termo não se dão de maneira equânime. Na Itália, o termo menor não ultrapassa os meios jurídicos e é absorvido de uma forma unívoca pela sociedade e pelos próprios meninos, pois dizer que é *menor* significa somente ter menos de 18 anos. Já no Brasil este ultrapassou as questões jurídicas para chegar à ressignificação social de uma qualificação moral, que nos abre tramas complexas, por isso veremos nesse tópico a realidade desse segundo contexto.

²⁹A descrição desses pensamentos de forma mais detalhada e trabalhada será apresentada no Capítulo 3 – Campo, Metodologia e Empíria.

O caráter dual da juventude vem de uma raiz histórica, a da bipolarização³⁰ da infância e da adolescência: de um lado o jovem que não é abandonado pela família e que por ela é cuidado e por outro há o renegado pelo círculo familiar, mantido sob a tutela do Estado, que age por meio do molde jurídico assistencial. A juventude pobre foi sendo estereotipada como a que necessitava, de fato, de “salvação”³¹, o que formou uma criminalização da criança pobre. Para categorizá-los é incorporada a expressão *menor* no círculo jurídico na segunda década do século XX.

Esta visão ambivalente em relação à criança - em perigo *versus* perigosa - tornasse dominante no discurso brasileiro, na passagem do século. Identifica-se na criança, filha da pobreza, um importante elemento de transformação social, de acordo com o projeto político da época, o que justificará e legitimará uma série de medidas repressivas impostas sob a forma de assistência aos pobres. Do referencial jurídico claramente associado ao problema, constrói-se uma categoria específica - a do menor - que divide a infância em duas e passa a simbolizar aquela que é pobre e potencialmente perigosa. (RIZZINI, 2006, p.15).

O termo “menor” foi facilmente incorporado e internalizado, passando de categoria jurídica para substantivo qualificado³². Os ouvidos acolheram com facilidade as expressões: menor infrator, menor carente, menor de rua. Não se houve falar em “menor rico”, “menor bem nascido”, não se chama de “menor” o amigo, o vizinho ou o filho do chefe, pois é uma categoria nascida e formada para designar somente a criança pobre. Vemos, portanto, uma transformação linguística embutida de visões ideológicas, porque “não foram encontrados discursos contrários a essa tendência ou qualquer tipo de questionamento, donde se conclui

³⁰ José Murilo de Carvalho, ao analisar a República no Rio de Janeiro, destaca essa imagem dicotômica criada para caracterizar a “criança cuidada” e a abandonada (a que mostrava perigo): “Portanto, a consolidação de uma política de ‘assistência e proteção aos menores’ significou a dicotomização da infância na prática. Aos menores, a instrução mínima que permitisse domesticá-los para o uso de sua força de trabalho. No fundo, é o mesmo tipo de dicotomização que previa cidadania plena de forma seletiva para alguns e a vetava para a maioria”. (CARVALHO, 2009, p.20).

³¹ Ao percorrer uma linha de conceitos da infância e adolescência, vemos um início em que não havia reconhecimento dessa fase: o anonimato; depois se firmara a criança como ser puro e frágil, que necessitava ser cuidado e, sobretudo, vigiado (ARIËS, 1981). Até chegar a representação de criança encarnada no estereótipo da salvação da nação, que ganha força nos discursos e práticas políticas do século XX. Segundo Rizzini (2006: 04), “a consciência de que na infância estava o futuro da nação no século XIX estava associada à necessidade da criação de mecanismos que protegessem a criança dos perigos que pudessem desviá-la do caminho da disciplina”. Com a passagem do século XIX para o XX a população infanto-juvenil ganhou mais notoriedade e importância. Esse fato revela-se como a entrada dessa fase na pauta política, quando ela se revela um problema social para o país. Esse novo significado, encampado nos moldes da política social, pretendia moldar a criança como o ideal da futura nação, momento em que se entra em campo a célebre sentença de que “as crianças são o futuro da nação”. Elas eram vistas como seres em construção, plenamente moldáveis, assim como era o país: jovem, novo, em fase de crescimento. Essa analogia entre as duas imagens fez com que a proposta de salvação do Brasil se formasse a partir da salvação da criança: um país a ser moldado, como se molda uma criança.

³² “No Rio de Janeiro, os primeiros institutos exclusivos para a internação de menores de idade foram a Escola Premonitória Quinze de Novembro, fundada em 1899, e a Escola de Menores Abandonados (1907). Naquela época, os “menores” podiam ser levados também para estabelecimentos destinados a maiores, como a Colônia Correccional de Dois Rios, a Casa de Detenção e os patronatos agrícolas, até mesmo fora do Estado. Era comum que jovens fossem recolhidos das ruas por vadiagem, baderna, mendicagem, e classificados como “menores”, “vadios”, “desordeiros” e “perigosos” pela polícia, sendo encarcerados sem nenhum processo judicial.”. (NERI, 2009, p.39).

que a intervenção jurídica era muito bem vinda como possível chave para resolver os problemas que a instabilidade do momento impunha”. (RIZZINI, 2006, p.20). Assim:

No que diz respeito ao caso específico da criança, o argumento utilizado no ideário republicano de que investir na infância era civilizar o país, justificou a imposição da tutela aos filhos dos pobres, cerceando seus passos e mantendo-os à margem da sociedade. Não há dúvida de que a criança foi de fato um instrumento valioso, que precisava ser salva para salvar o país, porém na perspectiva de sua elite que se percebia ameaçada de perdê-lo. É por essa razão que parcela significativa da população infantil brasileira permanece até hoje à margem da sociedade, sendo vista, assim como o é o pobre em geral, como uma ameaça à ordem e à paz social. (RIZZINI, 2006, p.26).

Neri (2009) descreve que na interpretação de Alvim e Valladares (1988), é após a criação do Código de Menores³³ que a terminologia do “menor”, baseada na figura jurídica recém-criada, se populariza, “tornando-se uma categoria classificatória da infância pobre” (ALVIM & VALLADARES, 1988, p.6). A partir de então o entendimento (e o tratamento) dado a esses menores é o de corrupção moral. As sentenças dos juízes reforçavam a ideia de um estado de corrupção moral, que é difundido não só pela sociedade em geral, mas também por membros juristas que pensam e executam as leis (*apud* BATISTA, 2003).

A criminalização então é oficial. Para além dos comentários dos pais da classe média ou dos olhares de medo das “pessoas de bem”, a visão do menor perigoso e patológico era de cima pra baixo e seguia uma “ideologia moralista e biologista” (BATISTA, 2003), encontrada no próprio Código de Menores. As casas de acolhimento do governo que recebiam essa população de delinquentes mirins os consideravam “transviados, subnormais e criminosos” (RIZZINI, 2005).

É fundado, em 1941, o Serviço de Amparo ao Menor (SAM) na tentativa de conter esse problema social, no entanto, ainda nos primeiros anos recebeu uma série de denúncias de tortura e maus tratos, sendo, a partir de então reconhecido como uma “escola de crime”. (NERI, 2009). Não só a atuação jurídica os legitimava como jovens necessitados de uma reeducação para viver em sociedade, mas também os pareceres médicos que apontavam “personalidade instável” e “desajustamento social” (BATISTA, 2003 *apud* NERI, 2009).

Tais fatos explicam um histórico de repúdio que os abrigados e meninos recolhidos tem em relação as instituições de internação e acolhimento. Podemos verificar nos relatos pessoais acerca do trabalho de campo de Escorel (1999, p.91) que os meninos renunciavam o “acolhimento institucional” e até mesmo o repudiam:

³³“Em 1923, é criado o Juízo de Menores do Distrito Federal e, em 1927, é inaugurado o Código de Menores, a primeira legislação específica para crianças e adolescentes”. (NERI, 2009, p.39).

apresentava-me como pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz realizando uma pesquisa (escrevendo um livro) sobre pessoas que moravam e trabalhavam nas ruas. [...] Supunha encontrar um ‘imaginário social’ em que a Fiocruz seria conhecida e reconhecida positivamente, legitimando meu trabalho. Mas poucos dos entrevistados conheciam a instituição e só de mencionar a palavra ‘fundação’ associavam imediatamente à Fundação Leão XVIII e às perspectivas de recolhimento.

Somente em 1990 alguma mudança ocorreu no âmbito legal, com a sanção do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA)³⁴, que substituiu o Código de Menores. Este novo estatuto visava estar simétrico à Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança - resolução nº 44 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 20/11/1989. A partir do ECA, os marcos legais consideraram crianças e adolescentes como sujeitos portadores de direitos assegurados por lei. Com o ECA se abre a esperança de um diálogo com os Direitos Humanos na esfera global, que evocava a cidadania e a igualdade jurídica dos indivíduos.

Antes do ECA, os jovens em conflito com a lei não tinham assegurado seu direito de defesa perante o juiz e podiam ser encarcerados mediante mera suspeita, o que é proibido hoje, conforme disposto no artigo 106 do estatuto: “Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente”. Outra inovação do ECA foi a distinção das medidas socioeducativas daquelas de proteção, ou seja, os programas de atendimento ao jovem em conflito com a lei passaram a ser separados daqueles relativos a adolescentes cujos direitos foram violados (como no caso de abandono dos responsáveis) - no passado, as unidades da antiga FEBEM misturavam todos os casos nas mesmas unidades. (NERI, 2009, p.41)

Negar os ganhos e crescimentos obtidos após a implantação do ECA nos termos das condições das instituições de abrigo é impossível, contudo, mesmo com a mudança que o estatuto trouxe, a realidade do menor como problema ainda é muito latente e constante. Como interpretou Dos Santos (2004), tais direitos universais acabam atuando como uma abstração: “(...) quanto mais se afirmam os direitos do cidadão, mais eles se tornam abstratos e formais, e menos eles existem concretamente. A democracia e os direitos da cidadania (...) são

³⁴ O processo para a criação e chegada ao ECA está descrito em Sierra & Mesquita (2006, p.149-150): “Com relação aos menores de 18 anos, as reivindicações se deram no sentido de impedir os abusos da intervenção do Estado, que eram flagrantes durante todo período em que o sistema de proteção ao menor compreendia o trabalho realizado pela FUNABEM e FEBEMs. Em 1988, diversos setores da sociedade civil, em conjunto com algumas ONGs, mobilizaram-se pela criação de uma nova política para crianças e adolescentes. Eles formaram o Fórum Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, que foi o principal interlocutor da sociedade civil no Congresso. A articulação e a mobilização contribuíram para a inclusão na Constituição Federal dos artigos 227 e 228, que versam sobre a garantia, com absoluta prioridade, dos direitos fundamentais e sociais para crianças e adolescentes e a inimizabilidade para menores de 18 anos (SANTOS, 1992). O movimento cresceu e conseguiu a participação de setores governamentais, como a assessoria da FUNABEM, juizes, promotores etc. Eles elaboraram a nova lei e lutaram por sua aprovação. Em 13 de julho de 1990 foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. A fim de garantir a efetivação dos direitos fundamentais e sociais definidos no Estatuto, constitui-se um novo ordenamento institucional, que compreendia o trabalho de órgãos como o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente – que tem participação paritária entre representantes da sociedade civil e do governo – e os Conselhos Tutelares – que contam com representantes eleitos pela população dos bairros que atendem. De acordo com o Estatuto, o Conselho Tutelar seria responsável pela defesa dos direitos da criança e do adolescente quando estes se encontrassem ameaçados, seja por omissão ou violação”.

reservados e não universais” (DOS SANTOS, 2004, p.46 *apud* NERI: 2002, p.42). Atualmente, ainda existe uma repulsa às formas de “tratamento”, como o recolhimento compulsório realizado pela prefeitura do Rio de Janeiro e também uma série de denúncias de maus tratos de alguns abrigos, por isso muitos dos meninos preferem o não abrigo e o recusam. Assim,

o olhar sobre estas crianças e adolescentes como um problema continua presente. Ainda hoje predominam respostas inadequadas e ações repressoras por parte do poder público, representadas pelas operações de “controle urbano” e de “recolhimento” de crianças e adolescentes das ruas. Tais ações violam seus direitos humanos, previstos em diversos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Rebatizada de ações de “acolhimento” e realizadas pelo poder público geralmente de forma violenta, são elas práticas higienistas [...] perpetuando o exercício da criminalização da pobreza vigente desde os tempos do Brasil Colônia. Não se tendo conseguido atingir as raízes do problema, ele continua firmemente estabelecido. (RIZZINI, 2010, p.14).

Apesar desse cenário permanecer quase estático, novos referenciais assistenciais surgem para além de linha única da repressão. Alguns encampados por uma nova postura, que preza por outro tipo de assistência e tratamento, no entanto, outras facetas se mostram de uma forma mais complexa do que analisar o bruto da repressão ostensiva. E uma das formas que ganha espaço no novo núcleo de assistência a tais jovens é o da *negligência relacional*, que será exposto no próximo capítulo.

Portanto, diante de todos os fatos expostos, embora o discurso oficial imperante fosse o da “criança e adolescente como salvação” (RIZZINI, 2006), o discurso da salvação do jovem (pobre) enveredou por um propósito não da formação de uma consciência cidadã, mas sim para moldá-la para a submissão. A imagem revestida de periculosidade continua intacta, mostrando que não, ela não foi e não seria salva.

Na escrita desse capítulo, uma das principais percepções é que esse jovem abriga várias facetas. Um só jovem pode ser interpretado de várias maneiras e fazer parte de diferentes redes de relações afetivas. É ele o jovem na fronteira entre o legal e ilegal, o *menor*, o imigrante, o desviante, o que se encontra em conflito com a lei, mas também o filho, o irmão, o colega, o acolhido. Podemos pegar um em mil e descobrir mil em um. É um só jovem num campo heteróclito de informações.

2 O ESTADO NAS MARGENS E AS MARGENS NO ESTADO

Balzac dizia que as ruas de Paris nos dão impressões humanas. São assim as ruas de todas as cidades, com vida e destinos iguais aos do homem.

João do Rio

2.1 Uma antropologia da cidade

No capítulo 1 foram apresentados e discutidos teorias e conceitos que versam sobre os sujeitos da pesquisa, neste capítulo será abordado o cenário onde estão inscritos. O lugar em que vivem, fazem e formam suas vidas diz sobre quem são, assim como também esses meninos auxiliam na construção de novas características e feições para os locais e cidades que habitam. Portanto, Rio e Roma serão trabalhados aqui, como as cidades que recebem meninos e adolescentes desprotegidos por um caleidoscópio de situações.

Dentro dos dois cenários da pesquisa, existem os centros de acolhimento, com suas especificidades, mas na mesma proposta de “amparo social”. Os cenários estão circunscritos a um contexto que insere e apresenta a cidade e esta evoca uma multiplicidade de relações sociais, práticas culturais e é onde emerge processos de socialização diversos. Como afirmou Lefebvre, a cidade não é apenas a projeção de uma estrutura social no espaço. “O espaço é um produto material de uma dada formação social (...). Para Lefebvre o espaço é uma das forças de produção, sendo essencial ao próprio processo, devendo ladear outras forças”. (cf. RABHA, 2006, p.36).

As cidades se abrem para um conjunto de temporalidades, apropriações e conflitos de várias facetas, são então tecidos abertos, a todo o momento, para novas formas de (auto) (des) apropriação. Assim, esse capítulo é dedicado ao aporte que sustenta a juventude estudada, entendendo que o cenário e a forma de urbanização estão interligadas a formação dos problemas que incidem sobre os sujeitos. Assim, ao buscar entender a cidade, estamos buscando entender o cenário dos abrigos como instituições sociais dessas cidades e, por conseguinte, dos sujeitos que habitam essa cidade e que “frequentam ou povoam esses abrigos”.

Para vivenciar a realidade das duas cidades – Roma e Rio de Janeiro – e também dos abrigos de atendimento em foco, partimos do pensamento desenvolvido por Agier (2011) sobre a *antropologia da cidade*. Agier coloca diferenças entre o pensamento de uma “antropologia da cidade” e “antropologia na cidade”³⁵. Para o autor, “não há duas antropologias, mas sim maneiras diferentes de fazer antropologia com objetos diferentes e, portanto, campos diferentes, maneiras de pesquisar diferentes” (2011, p.192). As duas nomenclaturas formam, na realidade, dois caminhos distintos para se pensar a cidade. A ideia de uma *antropologia da cidade* tem seus diferenciais, que seriam:

deslocar o ponto de vista da cidade para os cidadãos - e assim, parafraseando Clifford Geertz quando fala de cultura, ver a cidade como vive, olhando-a 'por cima do ombro' dos cidadãos; a segunda operação versaria em "deslocar a própria problemática do objeto para o sujeito, da questão sobre o que é a cidade - uma essência inatingível e normativa - para a pergunta sobre o que faz a cidade. (AGIER, 2011, p.38).

Nesse caminho, Agier opta pela prevalência de um olhar dado aos cidadãos e às microrelações provenientes de suas práticas, ao invés de apontar ideias totalizantes sobre a cidade em si. Fala do olhar sobre ela, delineando a passagem de uma pesquisa feita na cidade e para a cidade a um novo direcionamento, no qual a cidade atua como “barro receptível”, que recebe e se molda junto com as tramas dos atores, sem ofuscar o jogo da realidade concreta que se dá no cotidiano. Assim, como é explícito no início do livro: “para compreender antropologicamente a cidade é preciso esquecer a cidade. Esse é um dos pontos de partida deste livro, que se propõe a conhecer as cidades a partir dos cidadãos e de suas experiências cotidianas, de seus lugares de vida e situações concretas” (AGIER, 2011, p.19). Ao nos desnudar de conceitos e pré-conceitos, a cidade se mostrará nas singularidades que a torna igual a tantas outras e tão diferente de todas.

A teoria de Agier será seguida na perspectiva do movimento, da mudança na direção do olhar, passando de uma análise totalizante para o objeto de estudo em si, para uma estreita observação a partir das colocações dos sujeitos, unido às suas práticas diárias que constroem e fazem a cidade. Os lugares escolhidos são por excelência locais à margem, o que se mostra como margem, é interpretado pelo autor como “cidade viva”. Esse movimento de trazer o foco para os sujeitos coloca a pesquisa sobre o urbano receptiva e, também, passível de se

³⁵ Para compor seu livro, Agier realiza pesquisas etnográficas em cenários similares ao da pesquisa dessa dissertação. O autor francês analisou acampamentos de refugiados de países africanos que passaram por guerras civis e também bairros periféricos da América Latina. A obra une artigos e entrevistas, sendo dividida em três partes, que expõem os saberes, espaços e situações das cidades observadas.

fazer compreender nas diversas operações acionadas pelas pessoas de forma contemporânea e simultânea.

É a partir do movimento que se torna possível descrever as complexas conexões realizadas pelos sujeitos que acionam, interligam e organizam constantemente as diferentes esferas da vida concreta na cidade. Aquilo que a antropologia *da* cidade suscita é a proposta de que o cidadão, esse sujeito que vive na cidade, não se constitui e não se coloca na cidade como um dado, um número a mais, mas sim como um processo vivo, na qual sua vivência se torna matéria prima de observação, o que “(...) liberta o pesquisador do constrangimento monográfico habitual à etnografia, para que este perceba não apenas os limites espaciais, mas os da interação” (AGIER, 2011, p.73). Interações que a cidade cria e alimenta como movimento vivo de sustentação, manutenção e continuidade das vidas que transitam pelas ruas e muros em seus diferentes destinos.

Interpretar a cidade a partir dos cidadãos/sujeitos é importante, porque para meninos abrigados no Rio e *minori stranieri non accompagnati* em Roma, o território fala. Para além do entendimento do processo de evolução urbana da cidade, é a visão do requerente de asilo, do menino, dos *minori* que dará contorno e tornará concreta a cidade em sua vivência, assim como ao abrigo onde partilham a vida. São nas interpretações, sentimentos e diálogo com a cidade, que esses sujeitos abrigados formam a tipificação real do cenário que estão. Por isso, me aponto na metodologia de Agier, quando o autor traz à cidade o olhar dos seus habitantes. A cidade – e logo o abrigo que nela se encontra – se constitui em “barro” imprescindível para a formação identitária dos sujeitos dessa pesquisa e para o (auto) reconhecimento desses.

A teoria exposta aqui atua de forma elucidativa, como um caminho que ilumina o que é encontrado no campo, não tendo a pretensão de se discutir os pormenores teóricos que outros pensamentos podem trazer. A tentativa foi de costurar as tramas existenciais com a vida na cidade e no abrigo³⁶, sabendo que uma não se aparta da outra e são interdependentes em seu desenvolvimento. A intenção, ao trazer Agier para a discussão principal que conduz esses capítulos, foi trabalhar os tempos biográficos na convergência com os tempos sociais.

Em uma aula, ainda na faculdade de jornalismo, uma professora falava sobre a possibilidade de subversão: “subversão teórica” e “subversão da arte”. Disse que só podemos fazer releituras e dar novos contornos ao que já compreendemos em seu funcionamento, conhecemos os detalhes, as técnicas e traçados. E usou como um dos exemplos a expressão

³⁶ No Capítulo 3 essa “costura” será tratada de forma mais aparente e profunda. Esse capítulo centrou-se mais na apresentação do cenário.

artística e ousada de Picasso, que conhecendo e dominando a arte de seu tempo, subverteu aos traçados e cores, aos contornos corretos e milimetrados. Assim, redescobriu novo aspecto e novo signo. Partindo da lógica de que o conhecimento é vital como forma de atuação, deve-se compreender a cidade para pensá-la nos termos da interação, o que ocorre somente a partir do alinhar histórico e processual. Por isso, dedico o subcapítulo a seguir a uma breve contextualização do sentido formador das cidades, que está atavicamente relacionado com o seu processo histórico.

2.2 Olhares fragmentados: história e cenário atual da cidade do Rio de Janeiro

E o cano da pistola/
Que as crianças mordem/
Reflete todas as cores/
Da paisagem da cidade/
Que é muito mais bonita/
E muito mais intensa/
Do que no cartão postal/

Caetano Veloso

Compreender a cidade no seu processo histórico, e entrar nas minúcias que a formam, dá fôlego para “subverter a ordem posta” naquilo que não contribui dignamente para o processo da vida dos seus cidadãos. A cidade é dinâmica e o é por via da ação dos sujeitos que nela habitam. Palavras e pensamentos mobilizam novas estruturas constitutivas dos territórios. Eis o “arcabouço” do que apresenta o Rio como *locus* de um dos cenários estudados por essa pesquisa.

A pretensão que temos aqui não é a de reconstituir os fatos históricos da cidade, mas de apenas puxar alguns fios que servem à nossa costura. Dessa forma, a partir de leituras realizadas em Rizzini (2066); Rabha (2006); Rodrigues (2009); Sposito (1994) e outros apresento o histórico da cidade do Rio de Janeiro. Assim, história e cenário da cidade do Rio estão ligados a uma raiz de colonização que tem a primeira década do século XIX como ponto demarcatório de transformações e fixação de um tipo de vida copiado da cidade colonizadora. O *eurocentrismo* dava a sua presença de forma mais marcada e como estilo de superioridade civilizacional.

A cidade do Rio de Janeiro vai criando os seus territórios diferenciados, entre a opulência e a pobreza vai se moldando e os territórios vão se dividindo entre as “quintas, os quintais e os cortiços”. E sob o signo da república, no início do século XX, o modelo eurocêntrico se amplifica pela *belle époque*³⁷, numa cidade “higienizada” de uma efervescência política e cultural que cultivava as grandes casas em detrimento da miséria que crescia fincando suas raízes às margens dos morros.

Com o advento da República o cenário político modifica-se, entretanto a estrutura da desigualdade que se instalara permanece de forma atroz. É nessa teia de conexão histórica e num crescente transformador de adaptação às novas ordens mundiais que vemos refluir nas décadas de 1950 e 1960 o movimento de industrialização, responsável por um processo migratório e de mobilidade social, que levou muitos moradores do campo à cidade, endossando o crescimento das favelas e periferias.

Na mudança do cenário da cidade, ela não detinha o espaço necessário para a nova conformação, organização política e social para receber tamanho contingente, e assim, àqueles que restaram às franjas da cidade aumentaram o número de trabalhos “extralegais” e irregulares. A essa parcela, que habitava o mundo do subemprego, fora negada a integração com a totalidade da modernização, momento em que a pobreza passa a ser enxergada como um problema de polícia e não de política. Estigmatizados, são esses “quase brancos, não brancos e quase pretos”³⁸ lançados aos descasos de milhares, considerados os *demiurgos* da pobreza.

Entre 1970 e 1980 o centro urbano tomava quase todo o território da cidade e a figura do pobre, obedecendo a linha direta de sua história, continuava materializada na precarização do trabalho e na insalubre habitação. Como habitação, cabia aos pobres o crescimento do que geraria, nas próximas décadas, os grandes “complexos da pobreza”³⁹, considerados, por muitos, formadores da violência. É na década de 1980 que ocorre uma resignificação na representação da pobreza. As principais referências não se abalizavam apenas no emprego e na habitação, mas agora, também na violência. Sobre a representação dos pobres se acumulam

³⁷ Ocorrida entre o final século XIX até a Primeira Guerra Mundial, foi considerada a época de ouro, em que houve uma importação de toda a vida cultural européia. Como exemplo de algumas transformações citamos a efervescência dos cabarés, do cancan e do cinema.

³⁸ Caetano, na música Haiti, nos traz essa reflexão formadora das cidades: “*E se, ao furar o sinal, o velho sinal vermelho habitual/ Notar um homem mijando na esquina da rua sobre um saco brilhante de lixo do Leblon/ E quando ouvir o silêncio sorridente de São Paulo diante da chacina/ III presos indefesos, mas presos são quase todos pretos ou quase pretos, ou quase brancos quase pretos de tão pobres/E pobres são como podres e todos sabem como se tratam os pretos*” É nessa conformação de cidade que os nossos sujeitos meninos da pesquisa recebem sua “herança histórica de forma direta”.

³⁹ Complexo do Alemão; Complexo da Maré; Complexo da Tijuca; Complexo de Manguinhos; Complexo do Juramento, entre outros

novos estigmas, em especial aqueles relacionados à violência urbana. A organização do tráfico cresce e logo toma o território das favelas, impondo novo modelo de ordem aos sujeitos dependentes daquele território. No entanto, para além desse novo cenário que estava se formando e também das falências das fábricas e empresas localizadas no entorno das favelas, os movimentos populares montaram novos modos de organização para a vida urbana, que se colocaram com mais visibilidade nessas décadas. A presença de movimentos coletivos mudou concepções de usos do espaço e tempo. Essa nova dinâmica que começava a se estabelecer propulsiona nos anos de 1980 e 1990 os conflitos de ações coletivas, formando novos atores, redes de socialização, que trouxeram à cena principal a figura da juventude.

Nesta conjuntura, o tema da juventude – em especial dos jovens filhos de trabalhadores - torna-se mais visível, revestido de novas indagações, podendo ser analisado sob vários aspectos. Para aqueles investigadores interessados no exame das ações coletivas e das lutas sociais, o tema da juventude adquire visibilidade, estruturando várias questões. (SPOSITO, 1994, p.161)

Entra para a arena dos debates públicos (e privados), acadêmicos e sociais a presença desses jovens que “tomavam” praças e ruas seja com suas gangues, por suas expressões culturais (como a música e o *hip hop*) ou pela moradia. Percebe-se uma nova apropriação do espaço urbano, que desafia o entendimento e exige uma aproximação mais sistemática para sua compreensão. (SPOSITO, 1994, p.162).

Essa juventude reinventa a sua pobreza se mostrando na música, nos “proibidos”, nos grafites e piches da cidade, nas novas expressões que “invadem” e formam novos vocabulários. Essa juventude que aparece no apelo crítico de novas vestimentas e novas formas de tratar e viver o corpo passa a ocupar lugar de destaque na nova conformação da cidade. Sendo assim, a juventude vem se desenhando junto com a identidade histórica do Rio de Janeiro.

A cidade que se colocou como o lugar da “coroa”, sede do poder, lugar de estratégia e atuação política da nação, depois palco da República e cúmplice de todas as transformações advindas com ela, redesenha seu destino. Hoje, mesmo não sendo a cidade de influência principal no âmbito político e econômico para o conjunto brasileiro, o Rio de Janeiro, continua a “minorar” a figura da criança carente, do jovem delinquente ou do menino de rua. Essa questão social, vista pelo ângulo político, ainda não cabe (como nunca coube) numa prioridade de discussão e ação nessa cidade. A política de limpeza urbana, mesmo que com outra face, continua a existir na busca de uma nova gestão e esses jovens sofrem o impacto de um projeto de cidade que não o assumiu como habitante e cidadão dela. Nesse caso, a

cidadania como termo de uma vida em sociedade está longe de ser para centenas dessa juventude que povoa as ruas e esquinas da cidade carioca.

Os projetos higienistas existiram no percurso histórico da consolidação da cidade, às vezes com um tom mais agressivo e acusatório⁴⁰ e outras vezes de forma menos diretiva. Num tom *dissimulado* que escamoteia o conflito e a luta. No tapete histórico, experimentamos das várias formas dessa ação. Percebemos, atualmente, um tom eufemista, que furta sutilmente o direito do outro ser cidadão; situação que se traveste de um discurso que faz tirar das vistas “dos grandes cidadãos” o incômodo da pobreza. É nessa lógica e ordem que a cidade cresce, empurrando os pobres para o inóspito, fazendo-os sentir que tal fato se constitui num bem para aqueles que recebem.

Para entender essas práticas é necessário que nos reportemos ao prelúdio da industrialização da cidade, marcado pelo fim do século XIX e início do XX. Esse foi um momento contundente na história da cidade, pois demarcou sua passagem para uma nova estrutura política, econômica e social. A passagem do século XIX para o XX demarca a transformação de uma situação colonial para moderna – república, industrialização, universidades. Efeitos como expansão demográfica e grande crescimento industrial indicaram alterações no funcionamento e distribuição da sociedade carioca.

As alterações no espaço urbano revelaram e estabeleceram outras formas de sociabilidade, ampliando a diversidade social. Como consequência, houve um acirramento devido às diferenças - nesse momento mais visível - o que abriu margem para o aumento no índice de violência e criminalidade. Toda mudança macro, na estrutura política e econômica, interferiu, de maneira direta, o cotidiano da cidade e os níveis de relacionamento social. O aumento populacional visibilizou os problemas e as diferenças. O progresso, apregoado, não pressupunha a sujeira da miséria nas ruas e para que esse lema fosse instituído a ação policial foi imprescindível.

A importância da polícia está diretamente relacionada à expansão quantitativa dos efetivos, pela ampliação do mercado de oferta de empregos e pela garantia de certa impunidade, não só por ser o policial uma autoridade, mas também por ser funcionário do Estado. Recrutando seus quadros na população nova da cidade, ou melhor, naqueles que vivem cotidianamente o drama social e conhecem as estratégias de sobrevivência, a polícia terá um papel socializador, tornando-se, assim, fundamental para a ação de limpeza do Estado: a ação policial criará uma terminologia específica para sua atuação no cotidiano, demarcando geograficamente as áreas em boas ou más, sãs ou doentes, o que reforçará a sua identidade com a modernidade, através da separação de áreas limpas, modernas e áreas sujas e antigas. Dessa forma, a polícia adquire a função de representante da ordem. Sua atuação é justificada levando-se em conta o “bem viver” e a segurança da cidade. (RODRIGUES, 2009, p.88-89).

⁴⁰ Ver Figura 1 nos Anexos. A figura se remete a uma remoção no Morro da Favella (atual Morro da Providência, no Centro do Rio de Janeiro), que mostra a higiene urbana num tom direto.

Excluía-se tudo o que não poderia conviver com a modernidade. Ao passo que o movimento cultural se intensificava, configurando um novo estilo de vida com ar europeu, crescia, por outro lado, o número de vendedores ambulantes e profissões de baixa esfera. Libertos, caberiam aos negros e mestiços as novas figuras e representações de trabalhos situados nas mais baixas escalas humana, como “burro sem rabo” e “homens tigres” que acenavam os contracensos de dois regimes, o antigo escravocrata e o novo trabalhismo. Esses homens eram comuns na paisagem da cidade que crescia em negócios, prédios e gentes, como era comum a presença dos “vagalumes” que acendiam e apagavam diuturnamente os candeeiros da cidade até que sua visão fosse corrompida pelas condições insalubres do seu trabalho. O descompasso do movimento civilizatório era mostrado na indefinição, explícita pelo convívio das duas dimensões de vida: o “nascimento” da modernidade com a herança e perpetuação da miséria.

A imagem da cidade capital passava a ser o centro depurado, com grandes e belas construções afrancesadas, dotado de iluminação, jardins e árvores. Local de passeios e compras, em que todos deviam circular bem vestidos e calçados, com segurança máxima, respeitando padrões de conduta adequados aos princípios e posturas estabelecidas, que proibiam manifestações típicas de um povo atrasado e inculto. A decisão se impunha sobre os elementos da cultura popular, a música e as festas ao gosto da população mais pobre, como quermesses e fogueiras, assim como ao carnaval de rua. A civilização deveria ser imposta de vez à vida da cidade, irradiada por seu centro. (RABHA, 2006, p. 382).

Dessa forma se delineou a cidade capital do Brasil. Uma cidade indefinida, com uma identidade importada, vivendo um movimento civilizatório⁴¹ do qual não estava preparada, intensificado pela falta de planejamento urbanístico e habitacional, o que nesse caso, mostrou-se como cerne para as desigualdades conjunturais que ali se estabeleciam, se instauravam e fortificavam. Os reflexos atuais do Rio de Janeiro advêm dele ter sido principal cenário da república em sua consolidação. A República do que não foi⁴², era permeada pelo conservadorismo, e transversalizada na oligarquia. Esse posicionamento político agiu de forma separatista, em que foi excluído um setor social que surgia com os trabalhadores urbanos, e assim se constrói uma cidade em separado.

As formas arquitetônicas e a divisão espacial da cidade também eram objeto de contraste, revelando uma preocupação constante com a segurança e a ordem. A existência de esquinas, becos e ruelas estreitas, garantindo a penumbra a qualquer hora do dia, como assinala Chevalier, parecia estimular os fantasmas de perigos inesperados que a cidade acobertava. (CHEVALIER, 1973 *apud* RIZZINI, 2006).

⁴¹ Apenas 45% da população eram nascidas no Rio de Janeiro (CARVALHO, 2009, p.17).

⁴² Termo cunhado e desenvolvido por José Murilo de Carvalho em “Os Bestializados” (2009)

De acordo com relatos de Rabha (2006), os principais intelectuais e nomes da literatura que escreviam sobre a cidade teceram sérias críticas às novas posturas adquiridas. Colocavam-se contra a implantação de novos hábitos, que criavam a sensação de otimismo pela regeneração. Eles a classificavam como “a primeira manifestação de um fenômeno de manipulação de consciências em massa no Brasil”.

Já vai longe o tempo em que os maiores nomes da literatura descreviam o Rio pelo centro da cidade. Com saudades do tempo de Joaquim Manoel de Macedo (1820- 1882), Machado de Assis (1839-1908), Lima Barreto (1881-1922), João do Rio (1881- 1921), Aluísio de Azevedo (1857-1913) ou mesmo Luiz Edmundo é preciso reconhecer que houve uma enorme mudança do cenário sobre o qual estes escritores trabalharam. Em Sevckenko (2003) encontra-se o registro da importância do centro no início do século XX, “marco da transfiguração urbana da cidade do Rio de Janeiro”, símbolo maior da “regeneração da cidade e do país”, na linguagem dos cronistas. Para o autor, o espaço público central da cidade, composto por grandes avenidas e suntuosas construções, modelado segundo maciças intervenções viabilizadas com recursos da nação e controles severamente impostos na férrea atuação do gestor da capital, serviu ao aburguesamento intensivo da paisagem carioca. E por extensão ao pensamento coletivo, comandado por jornalistas. (RABHA, 2006, p.381).

A cidade, palco da República, tentava seguir o modelo das principais capitais, no entanto, a população não se formava de forma homogênea. Em meio ao avanço da riqueza, circulava pelas ruas todo tipo de pessoas: vagabundos, mendigos, prostitutas, pivetes, ou seja, a chamada “classe perigosa”. Mesmo não entrando para os estudos oficiais, ou acadêmicos, a presença de crianças abandonadas era crescente no cenário urbano do Rio de Janeiro, “capital da República”. Segundo Carvalho (2009, p.15), “não seria exagero dizer que a cidade do Rio de Janeiro passou, durante a primeira década republicana, pela fase mais turbulenta de sua existência.

“Alguns depoimentos da época revelam que crianças e jovens eram figuras sempre presentes no cenário de abandono, pobreza e desordem da cidade. O jurista Evaristo de Moraes, ao escrever indignado sobre o recolhimento de crianças nas ruas da Capital e seu encarceramento na Casa de Detenção, afirmava em 1898 : “(...) Em regra geral, as crianças assim apanhadas nas ruas, vítimas da orphandade ou do abandono familiar, essas pobres crianças sem lar e sem pão, são enviadas ao juiz pretor, depois d ‘uma dormida no xadrez ou no corpo da guarda” (Gazeta da Tarde, 11 de outubro de 1898 in RIZZINI, 2006).

Essa reportagem (escrita há quase dois séculos) ilustra, de forma clara, como que a limpeza urbana ditou muitos caminhos para políticas públicas e atitudes de sociabilidade ontem e hoje. Caso não fosse revelada a data, tal publicação poderia ser colocada nos dias atuais sem muitas diferenças, realidade que mostra os velhos problemas se perpetuando. A cidade metamorfoseou as “rodas dos desvalidos, enjeitados e expostos” em ruas, desabrigos, desamparos e rejeições que se mantêm entre os muros e as esquinas da juventude vulnerável.

E ainda não sabemos os nomes dos meninos que clamam que os chamemos pelo nome, como nos disse o pequeno Maurício.

2.3 Roma periférica – “um subúrbio na tentativa de tornar-se capital”⁴³

Em seu livro “*Roma da capitale a periferia*” publicado no final da década de 1970, Ferrarotti desmitifica o ideário de cidade homogênea, integrada e equilibrada, ao mostrar, de forma profunda, o desenvolvimento e a proliferação das *baraccopoli*⁴⁴ romanas. Tal livro atuou como um marco redefinidor de debate na sociedade romana, pois Ferrarotti trouxe a vida e o cotidiano dos moradores dessas áreas e dos marginalizados à luz, fazendo uma crítica ao modo como o tema da sociologia urbana italiana vinha se afirmando nas ciências sociais. De uma forma mais ostensiva abriu para novos olhares e modos de discussão focalizando uma *baraccopole*: a Alexandrina Borgata e descrevendo toda a sua área e história, o que possibilitou uma crítica sobre as deficiências estruturais que se fixavam em Roma.

A divisão de classes, as más condições de saneamento, isolamento e falta de diálogo com o centro da vida social, como instalações de escolas, etc são também alguns dos frutos do regime fascista, vivido por duas décadas na sociedade italiana e romana. Frente a essas definições pós-regime, Ferrarotti (1979) se concentra em dois fenômenos emergentes: o desinteresse político em relação a esses pólos e auto-organização deles como resposta e necessidade.

Embora a trajetória e os conceitos de periferias no mundo deem a impressão de semelhança, em seu outro livro “*Periferie da problema a risorsa*”⁴⁵, escrito a partir de um olhar sobre as transformações contemporâneas, Ferrarotti (2009) afirma suas diferenças entre tantas definições, sem deixar de atentar para o que as aproxima: “Suburb, Outer City, Slum, Barrios, Bidonville, Ghetto, Barriadas, Villamiserias, Favela, Periferia, Borgata, Banlieu possuem traços diversos e o que os aproxima são a distância (real e simbólica) do centro e a

⁴³ Trecho retirado de uma citação de FERRAROTTI, Franco & MACIOTI, Maria Immacolata. *Periferie da problema a risorsa*. Roma: Sandro Teti Editore, 2009, p.72

⁴⁴ Sem tradução literal, as *baraccopoli* representam as áreas pobres romanas.

⁴⁵ Tradução: Periferias - de problema a recurso.

tendência das pessoas `a discriminação, `a pobreza”. O que nos remete ao afirmado por Wacquant (2001, p.07):

Favela no Brasil, poblacione no Chile, villa miséria na Argentina, cantegrill no Uruguai, rancho na Venezuela, banlieue na França, gueto nos Estados Unidos: as sociedades da América Latina, Europa e dos Estados Unidos dispõem todas de um termo específico para denominar essas comunidades estigmatizadas, situadas na base do sistema hierárquico de regiões que compõem uma metrópole.

As zonas periféricas se constituem num fenômeno comum e compartilhado, são consideradas “um mundo dentro de outro mundo”, nas palavras de Ferrarotti (2009, p.17) formam: “insieme di gruppi umani, numericamente consistenti, sparsi per tutto il globo, che sono presenti nella storia eppure ne restano fuori (...) Un mondo presente, formicolante e vivo, tuttavia l'ufficialità lo considera come combustibile inerte”⁴⁶. Num âmbito geral, a formação da periferia romana possui esses traços comuns encontrados em qualquer parte do mundo, como descrito no prefácio de Flavio Albanese e na introdução de Fouad Allam, respectivamente (FERRAROTTI ; MACIOTI, 2009, p.07 e 11):

Banlieu, il sostantivo francese per periferia, ha due varianti etimologiche: la prima lo indica per il luogo (lieu) di esclusione del diritto, in cui il cittadino veniva cacciato per essere messo al bando (band); la seconda, di segno uguale e contrario, lo fa risalire all'XI secolo e lo riconduce al significato di limite dell'estensione del diritto sul territorio libero al di fuori delle mura urbane⁴⁷.

Il termine banlieu proviene dalla radice tedesca ban che designa l'autorità del sovrano sul territorio e si riferisce anche all'esclusione, e dal termine latino (di epoca gallo-romana) leuca che significa distanza⁴⁸.

Contudo, mesmo com questões tão similares que as aproximam, a trajetória e a prática não se dão assim, há uma variedade histórica, contornos inéditos e imprevisíveis, particularidades próprias, pois “fra le favela di Rio de Janeiro e Le banlieu di Parigi, i ghetti di New York, Le borgate di Roma, Le barriadas di Lima, Le differenze sono profonde. Sono realtà lontane anni luce”⁴⁹.

⁴⁶ Tradução livre da pesquisadora: Um conjunto de grupos humanos, numericamente consistente, espalhados por todo o mundo, que são presentes na história, mas ainda são deixados de fora. Um mundo presente e vivo, que, no entanto, é considerado pelo olhar oficial como combustível inerte.

⁴⁷ Tradução livre da pesquisadora: *Banlieu*: o substantivo francês para periferia possui duas variantes etimológicas: a primeira indica lugar de exclusão de direito, onde o cidadão é alijado até ser banido; a segunda vem em outro sentido, que remonta ao século XI e o reconduz ao significado do limite do direito ao território livre que está do lado de fora dos muros da cidade.

⁴⁸ Tradução livre da pesquisadora: O termo *banlieu* provém do radical alemão *ban* que significa a autoridade do território soberano e se refere também a exclusão do termo latino (da época gallo-romana) que significa distância.

⁴⁹ Tradução livre da pesquisadora: Entre a favela do Rio de Janeiro e *banlieu* de Paris, os guetos de Nova York, as *borgate* de Roma, as *barriadas* de Lima, as diferenças são profundas. Eles possuem, realmente, anos-luz de distância.

A realidade romana experimentou uma mudança rápida e clara, onde se destacou as difíceis condições de vida nos subúrbios e a divisão de classes, reafirmada pelo sistema escolar. Maciotti (FERRAROTTI & MACIOTTI, 2009, p.104) conta – através de análise documental e entrevistas – sobre a formação de outra zona periférica romana, o *Quarticciolo*, mostrando sua intrínseca relação com Mussolini e o regime fascista. Segundo relatos do morador Vincenzo Pujia sobre a região, nascida no início da década de 1940, as casas do *Quarticciolo* foram construídas pelo propósito de desapropriação pelo IACP (*Istituto Autonomo Case Popolari*). É o resultado de uma intervenção planejada, impostas de cima pra baixo, o que corresponde à lógica *mussoliana* do despejo do centro histórico, a acomodação de rotas de acesso possível para a capital que dão a impressão de trazer uma grande e moderna cidade.

C'erano una volta, ai primi Del Novecento, orti e casali, costruiti su terreni dei grandi proprietari terrieri. Poi, le case popolari volute dal fascismo, in cui venivano utilizzati come abitazioni anche gli scantinati: una soluzione ritenuta inizialmente provvisoria, e che invece per molte famiglie è durata anche venti anni, nonostante l'insalubrità dei locali. Si scendevano infatti alcuni gradini e si accedeva ad ambienti siti sotto il livello stradale, con piccole finestrelle da cui piovevano sovente sassi lanciati da ragazzini incuranti che vi trovavano un certo divertimento⁵⁰. (FERRAROTTI & MACIOTTI, 2009, p. 106)

Os primeiros moradores eram artesãos e artistas “expulsos” do centro histórico, forçados a procurar outros ofícios, tornando-se muitas vezes, pedreiros, pintores ou operários sem qualificação profissional, que vão à cidade para buscar trabalho e voltam para dormir e viver nas zonas periféricas. Outros vendem no mercado, enquanto as mulheres trabalham de lavadeiras. Todos trabalham, inclusive as crianças. Outro morador do *Quarticciolo*, Augusto Bompiani, relembra a história do lugar:

È un quartiere che ha conosciuto la vita, la fame! Io avevo il mio padre che lavorava e lavora al cantiere... c'è tutta una storia bella! Per noi, bella! Oggi, oggi, per carità! C'hanno tutto! Però... allora non potevamo permetterci di comprarci manco un gelato. Basta pensare che io a dieci anni già lavoravo... tu immagina che al *Quarticciolo* c'era un negozio grande, e siccome io ero un ragazzo bello sveglio, ho iniziato lì a fare il commesso... mentre tutti i compagni mia alle cinque giocavano a pallone nella piazza del *Quarticciolo*, io andavo a lavorare⁵¹. (FERRAROTTI & MACIOTTI, 2009, p.108)

⁵⁰ Tradução livre da pesquisadora: Era uma vez, no início do século XX, pomares e casas construídas no terreno dos grandes proprietários. Depois, as casas populares desejadas pelo fascismo, foram usadas como habitações, até mesmo os porões: uma solução inicialmente considerada provisória e que, para muitas famílias durou mais de 20 anos, apesar de a insalubridade do local. Descendo alguns passos se chegava a ambientes abaixo do nível da rua, com janelas muito pequenas, nas quais “choviam” pedras jogadas pelas crianças que procuravam diversão.

⁵¹ Tradução livre da pesquisadora: É um bairro que conheceu a vida, a fome! O meu pai que trabalhou e trabalha num local da construção... há toda uma história linda! Para nós, é linda! Hoje, hoje, pelo amor de Deus! Eles tem tudo! Mas ... então, não poderíamos nos dar o luxo de comprar um sorvete. Basta imaginar que quando eu tinha 10 anos já trabalhava... você imagina que no *Quarticciolo* tinha grandes lojas, e eu era um menino atento, comecei a trabalhar ali como balconista ... enquanto todos os meus amigos jogavam bola na praça do *Quarticciolo*, eu ia trabalhar.

A responsabilidade da formação de moradias pobres (*baracche*) não pode ser atribuída aos moradores que a constroem (*baraccati*). No caso de Roma, por exemplo, é necessário entender que tais formações ocorrem porque a cidade funciona como o centro político italiano e por isso é a principal responsável em manter um diálogo internacional. Não há dúvida de que Roma é a principal receptora das consequências da crise centro meridional na Itália e é o principal polo atrativo à imigração extra-comunitária⁵². Roma é a grande conexão entre norte e sul e a primeira etapa dos imigrantes mais pobres. Mesmo quando o destino é outro, eles param primeiro em Roma para depois seguir para Milão, Torino, Suíça ou Alemanha.

Resta però in piedi un fatto conturbante. Roma non è Milano, Torino, Francoforte. La periferia di Roma non ha nulla della banlieue parigina. Contro tutti gli schemi esplicativi della sociologia urbana corrente si dà il fatto che Roma cresca a un tasso accelerato, si sviluppi e costituisca un caso di processo intenso di urbanizzazione senza industrializzazione con il rischio di una terziarizzazione spuria di tipo clientelare, usata dai partiti politici per garantirsi il consenso. Tuttavia, la povertà forse più grave è quella che non si vede. È la povertà dignitosa, quella che cerca disperatamente di salvare le apparenze. È la neopovetà del ceto medio, che si vergogna di se stessa. (FERRAROTTI ; MACIOTI, 2009, p.27)⁵³:

A subjetividade que envolve essas pessoas incluídas no “velho arquétipo” de pobreza mostra o que se esconde atrás dos dados estatísticos, o que vive no micros social, mais do que a pobreza como um dado objetivo, vê-la como uma vivência específica de um grupo de indivíduos, mostrando que os aspectos estruturais do fenômeno são integrados ao qualitativo. Uma frase muito significativa é descrita por Ferrarotti (2009, p.21), quando conta sobre uma entrevista com Pina, uma das fundadoras do *Acquedotto Felice*. Sua fala demonstra um entendimento do lugar que habita e do que ele promove em sua vida e, de forma rápida, conseguiu mostrar ao entrevistador sua consciência do que há para além das “verdades prontas”: “Il lavoro – domanda l’intervistatore ben addestrato – il lavoro c’è?” La risposta è pronta. “Ma certo, il lavoro c’è, tutti si danno da fare, il lavoro non manca... quello che manca è l’occupazione”⁵⁴

⁵² Imigração extra comunitária: que não faz parte da União Européia.

⁵³ Tradução livre da pesquisadora: Nos resta um fato perturbador. Roma não é Milão, Torino, Frankfurt. A periferia de Roma não tem nada dos *banlieu* parisienses. Contra todos os diagramas explicativos da atual sociologia urbana se dá o fato de que Roma está crescendo em um ritmo acelerado, se desenvolvendo e constitui um caso de intenso processo de urbanização sem industrialização com o risco de uma terceirização espúria, do tipo clientelista, usado por partidos políticos para garantir o seu consentimento. No entanto, a pobreza mais grave é que não se vê. É a pobreza digna, que tenta desesperadamente manter as aparências. É a pobreza da nova classe média, que tem vergonha de si mesma.

⁵⁴ Tradução livre da pesquisadora: “O trabalho – pergunta o entrevistador bem treinado - há trabalho?” A resposta é pronta. “Claro, há trabalho, todos tem o que fazer, o trabalho nunca falta ... o que falta é a ocupação”.

As periferias não são gestadas segundo as lógicas que reproduzem os modelos de cidade formal, mas isso não exclui a interação entre ambas. Ainda como uma forma de resposta - mas majoritariamente de necessidade - a auto-organização da periferia mostra que, a despeito das previsões, ela avança e constrói novos diálogos, mesmo que ainda na condição de “sub”, ela se mostra necessária. Por muitos anos a expressão binária centro e periferia teve uma função reguladora “nella costruzione della conoscenza, individuando degli assi privilegiati di organizzazione delle esperienze sociali, delle formazioni culturali, degli interessi politici e del funzionamento delle istituzioni”. (CAPUZZO, 2006)⁵⁵. Nesse esquema binário o centro e a periferia possuem seus lugares e funções bem delimitadas, enquanto o centro seria o padrão, o formal, a periferia representava a destoante, a residual a “desfocalizada”, porém, essa visão recebeu mudanças nos últimos tempos:

Negli ultimi anni questo schema binario di organizzazione del sapere è stato sottoposto a critiche e revisioni in diversi ambiti disciplinari che hanno introdotto nuove angolature analitiche e depotenziato la rigida assialità dello schema spaziale. Le periferie sono entrate in gioco come protagoniste di una relazione di reciproca influenza con i centri e nuove categorie sono intervenute a designare la specificità di questi rapporti. (CAPUZZO, 2006)⁵⁶.

Essa questão exposta é vista no tratamento de sociólogos como Ferrarotti e Maciotti e também nas mudanças que estão ocorrendo em Roma. Atualmente, acontece uma progressiva aproximação entre centro e periferia - não uma assimilação, que ainda parece impossível – mas uma aproximação que implica no término de uma ideia de total estranhamento entre dois mundos. Mundos que se “separam”, especialmente, pela questão material porque: “tra gli abitanti dei Parioli e quelli dell'Acquedotto Felice non passa alcuna differenza in quanto esseri umani capaci di percezioni soggettive; la differenza, grande, c'è ma riguarda le condizioni materiali di vita, cioè il lavoro, l'abitazione, l'ammontare e la regolarità del reddito”⁵⁷ (FERRAROTTI ; MACIOTTI, 2009, p.26).

A formação da periferia romana, como visto, se afasta do centro urbano, onde “a cidade acontece”, mas os autores atentam para uma mudança muito atual com a afirmação de

⁵⁵ Tradução livre da pesquisadora: na construção do conhecimento, na identificação dos eixos privilegiados de organização das experiências sociais, nas formações culturais, nos interesses políticos e no funcionamento das instituições.

⁵⁶ Tradução livre da pesquisadora: Nos últimos anos, este esquema binário de organização do conhecimento tem sido alvo de críticas e revisão em diferentes âmbitos disciplinares que introduziram novos ângulos de análise e enfraquecem o rígido esquema espacial. As periferias entraram em cena como protagonistas de uma relação de influência mútua com os centros e novas categorias vieram para designar a natureza específica dessas relações.

⁵⁷ Tradução livre da pesquisadora: Entre os habitantes do *Parioli* e aqueles do *Acquedotto Felice* não existe qualquer diferença em relação a serem seres humanos capazes de percepções subjetivas, a diferença entre eles diz respeito às condições materiais de vida, emprego, habitação, ou seja, a quantidade (o valor) e regularidade de renda.

que a periferia tornou-se central: “Roma é agora uma periferia tentando, dolorosamente, tornando-se a capital” (FERRAROTTI & MACIOTI, 2009, p.72). Mesmo com essas mudanças no âmbito das pesquisas acadêmicas e na forma como a periferia tem se colocado nos novos esquemas políticos e sociais, ainda há muito que se caminhar na questão de ordem prática e cotidiana, como veremos com dados atuais da percepção de romanos sobre sentimento de insegurança, principalmente referente às zonas periféricas.

Um estado de insegurança

De acordo com uma pesquisa, centrada no período de 1998 a 2010, que tinha o objetivo de apresentar a relevância de questões de nível social e econômico e ainda a percepção subjetiva dos cidadãos, foi apontado que o desemprego foi, de longe, o problema mais ouvido e a criminalidade ocupou o segundo lugar. A importância atribuída ao crime alcançou seu pico em 2001, quando 65,8% das pessoas o considerava como o principal problema do país. Depois de 2001, a preocupação para com o crime diminuiu até alcançar o mínimo em 2003 (48,8%), mas aumentou novamente em 2008, para atingir um nível de importância próximo ao atribuído ao desemprego (61,3% do desemprego para 60,5% do crime). Entre 2008 e 2010, caiu novamente devido a crise econômica, que muda o foco e a atenção coletiva em matéria de emprego. A imigração de não europeus e a ineficiência do sistema de saúde representam, respectivamente, o terceiro e quarto ouvido. (Dados do livro GIOVANNINI, 2012, p.148).

Esses dados nos despertam e abrem para a crítica feita por Farruggia & Ricotta (2010, p. 05) de que: “la percezione di insicurezza da parte dei cittadini italiani è divenuta nel corso dell’ultimo decennio uno dei temi più importanti e dibattuti nell’agenda politica dei governi, e ha ricoperto un ruolo decisivo nelle elezioni politiche e amministrative del 2008. [CAVAZZA & CORBETTA, 2008]”⁵⁸. O debate sobre a insegurança e o risco segue além das discussões de governo e possui um grande espaço no plano sociológico contemporâneo com Bauman; Beck; Castel; Giddens; Luhmann, (cf. FARRUGGIA & RICOTTA, 2010).

Em uma linha comparativa com outras cidades do mundo, Roma ainda possui uma taxa de criminalidade menor, mas mesmo assim, os romanos tem uma sensação de insegurança muito elevada, “con tassi simili a quelli dei cittadini di Tokio o di San Paolo (dove però il 20% della popolazione subisce almeno un reato all’anno) [CENSIS/Fondazione

⁵⁸ Tradução livre da pesquisadora: A percepção de insegurança por parte dos cidadãos italianos tornou-se, ao longo da última década, uma das questões mais importantes na agenda política dos governos, e desempenhou um papel decisivo nas eleições nacionais e locais de 2008.

Roma, 2009]⁵⁹. E um dos motivos apontados para o aumento da insegurança é número significativo de estrangeiros:

Altro dato significativo della capitale è la presenza di cittadini stranieri residenti: sono 293.948 nel Comune di Roma, 123.635 nei restanti Comuni della provincia, 83.791 nelle altre province laziali. A fronte di una media nazionale del 6,5%, la loro incidenza sulla popolazione romana è dell' 8,9% [Caritas Migrantes, 2010]⁶⁰.

A sensação de insegurança e de risco entre os cidadãos romanos tem uma ligação direta com a discussão sobre centro e periferia. Apesar de ocorrer uma dependência e um diálogo maior entre os dois polos, ainda se encontram problemas bem delimitados, há uma fratura entre os bairros que circundam as duas regiões, que os separam nos termos de qualidade de vida e segurança. Segundo Farruggia & Ricotta (2010, p.12), numa recente pesquisa de opinião realizada pelo Departamento de Inovação da Universidade *La Sapienza* de Roma [2009], os dados confirmam a dicotomia na percepção da segurança entre os bairros centrais e periféricos. Os moradores das áreas periféricas da capital têm expressado julgamentos mais críticos relativos à segurança. Para 52% da população dos subúrbios, Roma é uma cidade com pouco ou nenhuma segurança, em comparação com 45,1% dos cidadãos dos bairros centrais da cidade. Além disso, 71,7% da amostra acreditava que as áreas centrais da capital eram mais seguras.

Ciò è particolarmente vero nei quartieri sensibili delle città metropolitane - come emerge dagli studi di caso a Batogi e al Trullo - dove l'insicurezza urbana si associa principalmente a questioni connesse al decoro urbano, ai comportamenti incivili, alla condizione di marginalità rispetto al resto della città e a un'assenza di regolazione da parte delle agenzie istituzionali su questioni essenziali quali le politiche della casa, i servizi sul territorio, ecc.. La questione della sicurezza come protezione dalla criminalità, e dalla microcriminalità in particolare, risulta essere nell'opinione dei produttori di sicurezza, degli amministratori e dei cittadini intervistati, meno pressante per chi abita in queste zone della città. (FARRUGGIA & RICOTTA, 2010, p.31)⁶¹.

⁵⁹ Tradução livre da pesquisadora: com taxas semelhantes aos cidadãos de Tóquio ou São Paulo (onde, no entanto, 20% da população sofre pelo menos um crime por ano!) [Censis / Roma Foundation, 2009].

⁶⁰ Tradução livre da pesquisadora: Outro dado significativo da capital é a presença de estrangeiros: são 293.948 no município de Roma, 123.635 nos demais municípios da província, 83.791 em outras províncias da região do Lazio. Confrontado com uma média nacional de 6,5%, seu impacto sobre a população romana é de 8, 9%.

⁶¹ Tradução livre da pesquisadora: Isto é verdade especialmente nos bairros sensíveis da cidade metropolitana - como fica claro a partir dos estudos de caso em *Batogi* e *Trullo* - onde a insegurança urbana está associada principalmente a questões relacionadas com a arquitetura urbanística, ao comportamento não civilizado, a condição de marginalidade em comparação com o resto cidade e uma ausência de regulação por agências institucionais referentes a questões fundamentais, como as políticas de habitação, serviços para os territórios, etc. A questão da segurança como proteção contra a criminalidade, e a microcriminalidade em particular, parece ser, na opinião dos especialistas em segurança e dos cidadãos entrevistados, menos urgente do que para aqueles que vivem nessas áreas da cidade.

Tais dados tácitos e objetivos nos direcionam a uma reflexão sobre as questões precedentes, que levam à existência desse sentimento dividido. A propagação de insegurança na sociedade contemporânea não pode ser reduzida apenas ao fenômeno da criminalidade: a questão da segurança é influenciada por uma multiplicidade de fatores, que tem a ver com fenômenos econômicos, como a precarização do mercado de trabalho, o aumento do desemprego e da crise do Estado-Providência, e fenômenos redes sociais, como o enfraquecimento das relações comunitárias e de vizinhança. Além disso, a questão de teoria *praxis* habita em duas linhas ideológicas que não conversam entre si:

Il tema della sicurezza urbana ha una duplice matrice ‘ideologica’ in quanto l’attenzione al locale e ai problemi di sicurezza delle comunità appartiene sia alla svolta realista di destra che ha fatto da base teorica alle ben note politiche di tolleranza zero, sia al realismo criminologico di sinistra, che a partire dagli anni ‘80 ha invitato studiosi criminologi e sociologi della devianza a ‘prendere la criminalità sul serio’ (HUGHES, 2004 *apud* FARRUGLIA & RICOTTA, p.14)⁶².

As novas modificações que se formam na metrópole causam uma maior sensação de insegurança e um dos principais casos é o que Farruggia e Ricotta (2010, p.13) chamam de novas “classes perigosas”, formadas por jovens desempregados, minorias étnica, marginalizados, etc. São eles o objeto privilegiado dos discursos e atenção no campo da insegurança urbana. Jovens, inscritos numa condição de abertura para o que o mundo o traz de bom e ruim, pode se unir ao fato de serem estrangeiros e imigrantes numa terra que não os pertence, o que descortina outros problemas que veremos a seguir.

Juventude e imigração na capital romana

A principal problemática que se dá agora é o surgimento de um novo “direcionamento periférico”: a migração não é mais interna e sim internacional. A entrada de uma imigração organizada e consistente no contexto italiano - e é claro da capital - modifica o cenário e introduz novas formas de tratamento políticos, o que, para os cidadãos romanos, representa uma perda na forte coesão comunitária já existente. Saíram de cena os barracos e as “favelas”, os protagonistas do subúrbio das décadas de 1950 e 1960 para dar entrada ao problema da integração com tantos estrangeiros⁶³.

⁶² Tradução livre da pesquisadora: A questão da segurança urbana tem uma dupla matriz “ideológica”, a atenção para os problemas de segurança da comunidade pertence a virada realista da direita, que tem sido a base teórica para a política conhecida de tolerância zero, e o realismo de criminológico de esquerda, que a partir dos anos 80, convidou criminologistas estudiosos e sociólogos do desvio para “estudar o crime a sério”.

A presença dos estrangeiros em solo italiano modificou todas as esferas da vida pública e teve elevada interferência nas mudanças derivadas das crises econômicas. Como em 1992, em 2012⁶⁴ a Itália ainda vive uma grave crise em seu sistema econômico e condições de vida da população. Nessas duas décadas o crescimento da população se deu quase que exclusivamente devido à população estrangeira. “Solo negli ultimi dieci anni, quest’ultima è quasi triplicata ed è avvenuto un significativo processo di integrazione, pur in presenza di evidenti segnali di difficoltà, soprattutto tra le nuove generazioni”. (GIOVANNINI, 2012, p.57)⁶⁵:

È notevolmente cresciuta l’immigrazione: solo negli ultimi dieci anni, la popolazione straniera in Italia è quasi triplicata e si è realizzato, per molti se non per tutti, un significativo processo di integrazione e radicamento. Quasi la metà degli immigrati non comunitari ha un permesso di soggiorno a tempo indeterminato, spiccata è la tendenza a ricomporre in Italia la famiglia precedentemente costituita nel paese di origine: 79 ragazzi su mille nelle nostre scuole sono stranieri. Ma non mancano segnali di difficoltà: elevata è la quota di abbandoni scolastici e l’incidenza dei Neet (Not in Education, Employment or Training), ovvero i giovani tra 15 e 29 anni che non stanno ricevendo un’istruzione e non hanno un impiego, ha raggiunto per gli immigrati il livello del 32,8 per cento. (GIOVANNINI, 2012, p.59)⁶⁶

Portanto, desde os anos de 1990 que não só aumentou consideravelmente a presença de estrangeiros, mas também houve importantes mudanças dos fluxos migratórios e, conseqüentemente, as características e padrões de inserção. Há uma alta diversidade de origens e diversidade no crescimento da população estrangeira, o que é uma das principais características da imigração na Itália.

⁶³ De 2002 a 2011 o fluxo de ingresso de cidadãos estrangeiros superou o número de três milhões e meio. (Dados da Revista *MIGRAZIONI INTERNAZIONALI E INTERNE DELLA POPOLAZIONE RESIDENTE – Istat*, 2011).

⁶⁴ Tradução livre da pesquisadora da citação: GIOVANNINI, 2012:59: Em 2011, a Itália teve de enfrentar novamente uma grave crise de natureza financeira, que produziu, e ainda está tendo um impacto importante sobre as condições econômicas e de moradia da população. Se a recessão de 2008-2009 foi originada fora da União Europeia, a crise que começou em 2011 parece estar intimamente relacionada a problemas internos na zona do euro e na Itália. Sustentabilidade das finanças públicas, necessidade de reformas estruturais, reforçando a competitividade da economia, colocando a Itália no comércio mundial, a luta contra a corrupção, a perda de credibilidade da classe política estão entre as questões da agenda do debate público, que estão levando a uma repetição potencial do desenvolvimento político, cultural e econômico que a Itália enfrentou em 1992.

⁶⁵ Tradução livre da pesquisadora: Só nos últimos dez anos, esta última (imigração) é quase triplicada e, assim, ocorreu um significativo processo de integração, embora haja evidentes sinais de problemas, sobretudo entre as novas gerações.

⁶⁶ Tradução livre da pesquisadora: É notável o crescimento da imigração: somente nos últimos dez anos, a população estrangeira na Itália quase triplicou e realizou-se para muitos, se não para todos, um significativo processo de integração e radicação. Quase metade dos imigrantes que não fazem parte da União Europeia tem uma autorização de residência por um período indefinido, a tendência na Itália é recompor a família do mesmo modo que existia no país de origem: 79 sobre mil meninos em nossas escolas são estrangeiros. Mas não faltam sinais de dificuldades: é elevada a taxa de abandono escolar e a incidência no NEET (Sem educação, emprego ou formação), e jovens imigrantes entre 15 e 29 anos que não estão recebendo uma educação e não tem um emprego, alcançou a taxa de 32,8%.

La maturità dell'immigrazione nel nostro Paese è testimoniata anche dalla crescente rilevanza delle acquisizioni di cittadinanza e, in particolar modo, da quelle per naturalizzazione. Nel 1992 le acquisizioni di cittadinanza italiana ammontavano a 4.204, di cui quasi 3.700 a seguito di matrimonio e solo 524 per naturalizzazione. Nel 2010 le acquisizioni registrate per questi due motivi sono state oltre 40 mila. La modalità prevalente di acquisizione è stata la naturalizzazione (21,6 mila) che ha superato (per la prima volta nel 2009) quella per matrimonio (GIOVANNINI, 2012, p. 65)⁶⁷

A juventude imigrante passou a ser um problema maior que a da própria juventude italiana, devido a tradições e costumes de que os jovens morem com os pais até a idade adulta. Em comparação com outros países europeus, a Itália é o país no qual a população envelhece mais, logo vive mais, no entanto é também onde se tem menos filhos. “La famiglia tradizionale fatta da coniugi con figli non è più il modello dominante: i giovani tardano ad uscire dalla famiglia e l'età media delle madri alla nascita del primo figlio cresce di generazione in generazione”. (GIOVANNINI, 2012, p.57)⁶⁸

Ainda que todo esse processo de formação periférica incluísse a juventude, mesmo que não como base principal e sim como pendular, o problema da imigração entrou de forma consistente para a questão urbana, para o crescimento da cidade, para os direcionamentos políticos, e aí a figura do jovem – que inclui o menor estrangeiro - se mostra referencial. O fenômeno de crianças e adolescentes imigrantes em situação vulnerável só eclode, de fato, na década de 90, com a entrada desses jovens, que ocupam as ruas e lotam os programas de assistência social criados para atendê-los, como será mostrado a seguir.

⁶⁷Tradução livre da pesquisadora: A maturidade da imigração no nosso país também é evidenciada pela crescente aquisição da cidadania e, de modo particular, daqueles que se naturalizam. Em 1992, a aquisição da cidadania italiana totalizou o número de 4.204, dos quais cerca de 3.700 por casamento e apenas 524 para a naturalização. Em 2010, as aquisições registradas para essas duas razões foram mais de 40 000. O modo predominante de aquisição foi de naturalização (21 600), que superou (pela primeira vez em 2009) a de casamento.

⁶⁸Tradução livre da pesquisadora: A família tradicional feita por cônjuges com filhos não é mais o modelo dominante: os jovens estão relutantes em deixar a família e a idade média das mães para o nascimento do primeiro filho cresce de geração em geração.

2.4 Estado e instituições nas ações modificadoras da realidade dos meninos

Salve este mundo, menino/
Com o seu coração pequenino/
Lhe dou um ensino/
Lhe dou um destino.

Zé Roberto & Zeca Pagodinho

Existe ainda uma “cultura de institucionalização”⁶⁹ da juventude que tenta se respaldar e inspirar suas práticas em processos institucionais que desenvolveram uma lógica de disciplinarização para a conduta de valores hegemônicos. Vemos esse tema ser expresso em muitos autores como Foucault (2008), que discorreu sobre o sistema das instituições prisionais, afirmando que os processos disciplinares abriam para fórmulas de dominação e Goffman (2003), ao abordar a questão das instituições totais, falando acerca do fechamento e proibições com a vida social externa. Nos ateremos mais amiúde na análise de Goffman, por acreditar que tal referencial se constitui como o mais adequado para o tipo de trabalho aqui investido. A análise de Foucault caminha num sentido importante para o entendimento e abertura das questões voltadas para a institucionalização, entretanto, há um limite concreto de trabalhar esse texto à luz da teoria de tal pesquisador: a maior demanda de tempo e de confluências que deveriam ser feitas. Nesse sentido, como todo estudo é inacabado, fica a sugestão para o uso da teoria foucaultiana em outros momentos.

Ao pensar num percurso linear para o histórico do *acolhimento institucional*⁷⁰ no Brasil, temos, conforme Silva (1998 *apud* NEGRÃO & CONSTANTINO, 2011), um primeiro momento, de 1500 a 1874, no qual prevalecia a ação filantrópica, com a forte atuação da igreja e da Santa Casa de Misericórdia. A segunda fase é caracterizada pela “filantropia-higienista”, no espaço entre 1874 a 1922, momento no qual o serviço médico entrou com protagonismo nas questões dessa ordem. O terceiro período é o considerado “assistencial”, indo de 1924 a 1964, e vem com a criação do Código de Menores e do Juizado

⁶⁹ Termo utilizado por RIZZINI, Irene & RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil - percurso histórico e desafios do presente*. São Paulo: Loyola, 2004.

⁷⁰ “A medida de proteção denominada ‘abrigo em entidade’ – conforme artigo 101, inciso VII da lei n.8069, de 13 de julho de 1990, do ECA, alterada pela Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009, passou a ser denominado Acolhimento Institucional”. Assim como as autoras, “o acolhimento aqui em estudo se refere àquele realizado por instituições nas quais crianças e adolescentes, por terem seus direitos violados, são acolhidos por determinação legal em entidades cujo atendimento se dá em tempo integral, ou seja, quando o abrigo torna-se, de fato, uma moradia”. (NEGRÃO & CONSTANTINO, 2011, p.11 e 54)

de Menores, quando o Estado passa a ser o elemento central na tutela de crianças e adolescentes órfãos ou abandonados. Encontramos no quarto período o chamado “institucionalização pós-64”, 1964 a 1990, que tem como marco a criação da Funabem (federal) e Febem (estadual). A quinta e última fase é a da “desinstitucionalização”, que segue de 1990 até os dias atuais, e traz o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com responsabilidade estendida também para a sociedade civil, com o direito à convivência familiar e comunitária.

Passamos por períodos em que o poder proeminente era bem claro, em todas as fases esteve delimitado quem conduzia as ações institucionais. Nos últimos anos, a entrada e radicação do Estado se tornou central, então, a partir dessa resumida historização, foi possível ver a ligação e o trabalho que coaduna instituições, Estado e sociedade civil. Por isso, pensar nessa conexão é essencial para a reflexão sobre o futuro dos meninos abrigados. Toda essa rede se tece por liames complexos que abarcam as reais possibilidades de inserção desses jovens na vida formal ou no mercado de trabalho; de retorno a suas famílias de origem, quando há essa possibilidade ou de uma adoção. Para alguns, a vida pós-abrigo, abre fronteiras para a criação de uma autonomia desse grupo, por isso, o desenvolvimento de um diálogo entre as esferas é relevante e fundamental, pois “não se pode construir um futuro claro com crianças socializadas obscuramente”. (SILVA ; MILITO, 1995, p.39).

O processo de saída do mundo da infância e adolescência ocorre na interação contínua com um conjunto de agências socializadoras encarregadas de preparar os imaturos para o exercício pleno da vida adulta. Na juventude, os laços com a família tendem a se tornar mais difusos ao lado de uma inserção mais forte em outras instituições. (SPOSITO, 1994, p.161)

As questões discutidas sobre o acolhimento institucional possuem um alcance amplo e necessitam de um diálogo direto com um legado deixado por um "Estado altamente regulatório, criador de grupos de interesse rentistas, que não consegue fazer-se chegar, enquanto Estado mínimo, à vasta maioria da população", (SANTOS, 1993, p.114). A partir do estudo de Santos é possível identificar como se viabiliza e se dá o diálogo entre sociedade, Estado e instituições, mostrando como as políticas sociais, muitas vezes, podem virar objeto de barganha.

Ao descrever as razões da desordem, Santos nos remete à análise acerca das distinções processuais das poliarquias européias e latinoamericanas. Introduce o caso mais emblemático

do quadro europeu: a Inglaterra, demonstrando que o desenvolvimento de sua poliarquia⁷¹ respeitou a sequência de incorporação de novos atores políticos, institucionalização de regras e desse modo, abriu caminho para as políticas de bem estar. Ao passo que os países latino-americanos se utilizaram da política social como "instrumento de engenharia política auxiliar na solução do problema de conciliar participação ampliada e baixa institucionalização" (*cf.* SANTOS, p. 30).

A poliarquia brasileira se cristalizou deficiente de um arcabouço institucional sólido, uma vez que as deficiências institucionais também são obstáculos à ação eficaz do Estado. O retrato é materializado em instituições inaptas, que não podem agir frente a uma clivagem de erros governamentais, o que gera políticas inadequadas, com enormes custos sociais. Esse quadro complexo é, ao mesmo tempo, gerado e responsável pela formação de uma cultura cívica que foge do conflito com o Estado. Nesse sentido, não há obediência à lei e sim temor ao castigo. As instituições são, portanto, idealizadas para atender o "controle" de uma questão social que cada vez mais se torna contundente e representativa no tratamento dos "restolhos" de um processo social.

Há, nessa interlocução entre Estado e sociedade, um vazio de respeito cívico, que reverbera (como também é um subproduto) numa desordem institucional. Tendo em vista que a cidadania corresponde aos valores embutidos nas políticas públicas, para a sociedade, resta o confinamento regulatório da cidadania. Nesse caminho, a ordem não pode ser considerada um bem coletivo e:

inútil será, nestas condições, supor que a ordem depende do grau de repressão à desordem, pois que desordem, no caso, significa precisamente o conflito sem regras entre concepções diferentes da ordem. A pura repressão, não justificada por um conjunto de valores universalmente aceitos, apenas confirmará o juízo privado de cada miniagregado de que só sobrevive quem consegue impor-se, por qualquer meio, aos demais. (SANTOS, 1993, p.110)

O que implica numa descrença generalizada. Devido a essa falta de segurança com o que pertence ao Estado – e suas instituições - os laços de solidariedade se diluem e o privado se sobrepõe ao público, pois no novo desdobramento é no meio privado que a sociedade sente segurança. Na ausência de um diálogo com o meio totalizante, criam-se microagregamentos,

⁷¹ A interpretação do conceito poliarquia é devido a Robert Dahl, que compreendia que a evolução política da sociedade necessitava de dois eixos fundamentais: a liberização – que diz respeito ao grau de institucionalização e o acatamento dos resultados, em que os participantes possuem o direito de criar organizações, competir cargo público etc - e a participação, referente à proporção da sociedade que desfruta desses direitos. No entanto, a sequência e o ritmo de evolução de ambos irão indicar o grau e a qualidade da formação poliárquica. Por isso, Santos (p.80) nos elucida que "define-se poliarquia, sucintamente, por elevado grau de institucionalização da competição pelo poder (existência de regras claras, públicas e obedecidas) associado à extensa participação política, só limitada por razoável requisito de idade. A coexistência de ambas as dimensões supõe, minimamente, a garantia dos direitos clássicos de associação, liberdade de expressão, formação de partidos, igualdade perante a lei e, afinal, controle da agenda pública".

grupos, que formam juntos suas pequenas redes, com sistemas próprios de sociabilidade. Como consequência tem-se a inexistência de um código de conduta universalmente aceito.

Em tal circunstância, tendem a prevalecer os códigos privados de comportamento, compartilhado apenas por pequenos segmentos da sociedade maior. Surge daí as subculturas do crime, as microssociedades drogadas, os anéis da corrupção. O universo social espatifa-se em microagrupamentos que passam a definir para si próprios o que é certo e o que é errado, o justo e o injusto. Constituindo-se de maneira estanque, não há entre as microssociedades uma linguagem, um direito comum. Todas têm seu “código de honra”, cada uma inteiramente alheia aos códigos das demais. (SANTOS, 1993, p.109).

As críticas feitas por Santos são importantes à medida que apresentam um pouco da lógica estatal e de suas instituições, possibilitando ver de que forma as características de sua construção puderam influenciar também nas instituições de atendimento, com caráter público ou privado. Ao trazê-lo, o objetivo foi mostrar que há uma simbiose entre tais campos e a relação não ocorre de forma unilateral, pois as atitudes institucionais desencadeiam nas atitudes do Estado, ambos dialogam e se constroem juntos.

Da privação às relações – o caso das instituições brasileiras

Os espaços de abrigo, ainda hoje, recebem crianças e adolescentes que tem os laços enfraquecidos com suas famílias e comunidades, por isso são direcionados aos jovens que transitam entre a casa, a rua e os abrigos, usando o meio da *circulação* (GREGORI, 2000) – vida de movimentos circulares, com rupturas recorrentes – para construção “de sua própria identidade e história de vida nesses diferentes e adversos espaços” (RIZZINI & RIZZINI, 2004, p.07).

Conforme o levantamento histórico feito por Rizzini & Rizzini (2004), a cultura asilar sempre foi presente no Brasil, desde a era colonial, os filhos de família rica e também de setores pauperizados passaram parte de sua formação longe de suas famílias, em internatos. Foram criados asilos, orfanatos, seminários, colégios internos, educandários, entre outros, para receber tanto os filhos dos ricos como as crianças órfãs e abandonadas da classe pobre. Após a segunda metade do século XX o modelo de internato não é mais usado pela classe rica, a ponto de não existir mais para esse contingente e passa atuar somente com a população pobre. “Essa modalidade de educação, na qual o indivíduo é gerido no tempo e espaço pelas normas institucionais, sob relações de poder totalmente desiguais, é mantida para os pobres até a atualidade. A reclusão (...) continua vigente até hoje para as categorias consideradas ameaçadoras à sociedade” (RIZZINI ; RIZZINI, 2004, p.22).

No país não existem dados estatísticos que mostrem a quantidade de jovens institucionalizados, mas é sabido do histórico e da cultura de internação fechada. Até a década de 1980 instituições como essa funcionavam nos moldes de orfanatos e internatos de menores. “Com a aprovação do ECA essa prática foi coibida e os orfanatos caíram em desuso, porém a cultura resiste em ser alterada”. (RIZZINI ; RIZZINI, 2004, p.14). A promulgação do ECA, em 1990, marcou muitas mudanças no aspecto institucional, como a possibilidade de uma convivência familiar e comunitária. O Estatuto trouxe muitas transformações na forma do tratamento, porém ainda persistem muitos vestígios de uma intervenção assistencialista para as crianças e adolescentes e autoritária para a família. “Na prática, os executores de programa de abrigo nem sempre atuam direcionados pelos princípios do ECA, mantendo suas práticas permeadas pelo assistencialismo, o qual para Oliveira (2004, p.374), trata-se de uma visão fragmentada, reducionista e unilateral do atendimento” (NEGRÃO & CONSTANTINO, 2011, p.12)

Na última década, as instituições do tipo internato saíram de moda e o tema deixou de ser discutido, como se o problema estivesse resolvido. Ao que tudo indica, não foi. As denúncias de violência associadas às instituições que acolhem as crianças atestam a ineficácia do atendimento. De acordo com a lei, muda-se o conceito de *internação* para *abrigo* (...), no entanto, vemos que na prática, há resistências e obstáculos para a implementação da lei. (RIZZINI & RIZZINI, 2004, p.15)

No percurso – nada linear e sim complexo – temos o tipo de internato de menores a partir do século XVIII, a reabilitação dos menores abandonados e delinquentes, nos séculos XIX e XX, até a questão atual do abrigo de crianças e adolescentes. Por muitos anos, a instituição foi vista com uma função social de caráter preventivo à delinquência, contudo, não é possível realizar o trabalho pautado nesse objetivo. Focar nesse tipo de atuação é uma atitude insípida e de solo duvidoso, pois não só as investigações teóricas e qualitativas mostram como tais métodos são reprováveis, como também os próprios dados sobre a história da condição de abrigo:

Pode ser constatado pela pesquisa realizada por Maricondi (1997), a qual aponta que, das 111 pessoas mortas na Chacina do Carandiru em 1992, 38 delas haviam passado por instituições de internação quando crianças ou adolescentes. Consta na pesquisa realizada por Roberto Silva (1998) que um terço das 370 crianças institucionalizadas orientam-se para a delinquência e, partes dessas, de forma recorrente. (NEGRÃO & CONSTANTINO, 2011, p.13)⁷²

⁷² De acordo com as estatísticas apresentadas pelos autores acima, observamos que a sociedade “numa força tarefa”, aliada às instituições sociais por ela aceita e mantida – Estado; Segurança; Educação e Família – necessita não somente rever o processo do acolhimento oferecido pelas instituições brasileiras à “juventude em estado de vulnerabilidade”, mas mudar, significativamente, o seu percurso dentro dele de forma que os meninos não sejam “jogados” à situações de vulnerabilidade que ameaçam sua existência e sua integridade como pessoa física e cidadão de direito, caso que, de fato, deveriam ser na legitimidade de se constituírem como sujeito social.

Por outro lado, também é possível identificar outra face expressa pela linguagem do sofrimento. O sofrimento se transforma em eixo revelador nas ações políticas e institucionais, pois se coloca como a consolidação de sentimentos morais. Esse novo *léxico* exerce no “atendido” a postura de ajudado, negando uma postura reivindicatória. Estabelecem-se figuras sociais da compaixão, que se sinalizam no interior da precariedade. São mecanismos que se põe no campo da política, mas retirando o direito, buscando-se a postura de agradecimento e humildade do ajudado, criando mecanismos de desigualdade pela prática da compaixão, que é o lugar da falta por excelência. Essa “compaixão”, nas políticas atuais, é balizada pela máxima do acolhimento.

Diante do exposto, temos um cenário geral no qual se formam dois pólos de instituições: as que usam o método repressivo e outra o da vitimização. O primeiro exemplo pode ser analisado à luz de ações de instituições como as antigas Febem e Funabem e o segundo exemplo embasa seus discursos da máxima carência do jovem abrigado. As críticas às instituições como Febem são referentes às ações repressivas que estimulam sentimento de ódio e vingança social pelo o que viveram. Já a segunda promove uma necessidade *ad eternum* entre a instituição e os abrigados. Prevalece a pena, compaixão e a caridade (inspirado em lições filantrópicas). Ambos se encontram em pólos (quase) antagônicos e não permitem ao abrigado uma aproximação do status de ator social.

Se a emergência das informações e dispositivos de “amparo e proteção ao menor” representa, por um lado o esforço de compreensão social das condições da infância e juventude relegadas socialmente e uma necessidade de reparação social, por outro ela revela o desmazelo e a indiferença da sociedade brasileira, ao longo de sua edificação histórica e social, com relação a esse segmento populacional. Isto é, a busca de aperfeiçoamento desses mecanismos sociais, antes de tudo, vem confirmar a existência de uma divisão da infância e juventude no país, desde a origem dessa sociedade. (TAKEUTI, 2002, p.182).

Esse levantamento histórico nos indica as possíveis realidades e enlaces a serem encontradas. Para a pesquisa, o objetivo foi dar entrada em instituições de acolhimento mais recentes⁷³, formadas após as mudanças ocorridas nesse histórico assistencial e a percepção foi de que suas ações representam uma reunião de eixos paradigmáticos e institucionais, que refletem em seus abrigados uma formação de “multi”, ou seja de muitas respostas, sentimentos e representações. Não somente no campo da revolta, devido a repressão, ou da pena e caridade, obtida partir de uma linguagem com a tônica do sofrimento, que pode

⁷³ A média de tempo de existência das instituições pesquisadas – no Rio e em Roma – é de dois anos.

incentivar um comportamento lânguido e desfalecido. Foi visto, durante o tempo de convívio com a casa de acolhida Frei Carmelo Cox, um tratamento de múltiplas facetas, com um misto de cuidado e negligência⁷⁴.

As contradições expressas nas ações das agências governamentais e não governamentais refletem, finalmente, a própria ambivalência da sociedade, relativa à questão da infância e da juventude relegadas socialmente. As relações de hostilidade e ódio (princípio de anulação), as relações de comiseração e benevolência (pautadas no princípio sentimentalista), bem como as relações de respeito a integridade e dignidade humanas (princípio da reciprocidade) estão bem refletidas nos diversos discursos e práticas difundidos nos vários microespaços sociais e institucionais, revelando que a sociedade brasileira, de um lado, oscila entre a *delinquentização* e a *vitimização* do “menino pobre” e, de outro, uma atitude direcionada ao resgate do direito a uma vida digna para a criança e o adolescente “pobre”. (TAKEUTI, 2002, p.184)

À vista das explicações teóricas e das percepções cotidianas, foi percebido uma relevância do papel histórico de modelos institucionais na própria concepção de acolhimento e nas regulações práticas, no qual se firma um caráter híbrido, que abarca os “tratamentos tradicionais”, mas também os transforma e agrega novas versões próprias. Isso significa não ver as funções em blocos e sim em configurações, interessa ver os movimentos através de sua micro absorção e suas micro relações, ao passo que se fala em *metamorfozes juvenis* também é possível falar de uma *metamorfose institucional*, mostrando que o signo das multiformas cabe não só na análise dos meninos, mas também para as instituições

Em busca de uma cidadania – o cenário dos centros de acolhimento italianos⁷⁵

Devido a suas demandas, o acolhimento institucional em Roma se divide em duas vias principais, a que trata dos próprios cidadãos italianos e a que tem que gerir o grande quantitativo de imigrantes⁷⁶ que chega ao país sem habitação ou perspectiva. O caso dos italianos se insere na problemática crônica dos *persone senza fissa dimora*, que tem maior ascendência na população adulta e os imigrantes formam uma gama de tipificações e ramificações que se estendem das mães que vem com seus filhos sozinhas, até *i minori stranieri non accompagnati*, ou para as famílias que vem, inteiras, em busca de uma nova

⁷⁴ Alguns conceitos e percepções gerais informados nessa discussão serão mostrados novamente no próximo capítulo, onde haverá uma interlocução mais profunda com as análises obtidas nas experiências de campo.

⁷⁵ Na Itália a tradução para instituições de acolhimento é: *centro d'accoglienza*

⁷⁶ Tradução livre da pesquisadora da Revista *MIGRAZIONI INTERNAZIONALI E INTERNE DELLA POPOLAZIONE RESIDENTE – Istat*, 2011:2: “A imigração tem sido um componente consolidado no quadro da dinâmica social e demográfica da população do país, tanto que hoje representam o fator predominante do crescimento da população. Já no início dos anos 70 o número de imigrantes ultrapassava o de emigrantes.”

forma de vida. Frente a problemas tão diversos que aspiram cuidados especiais, o desafio italiano é não homogeneizar suas ações e dar a cada caso o tratamento necessário.

Uma das principais críticas em Roma é a tendência de uma eterna dependência que os centros de acolhimento⁷⁷ dão a seus “beneficiários”. A crítica caminha principalmente na concepção de que o dependente de um abrigo tem, justamente, o *status* de beneficiário das ações feitas com benevolência, que Takeuti (2002, p.184) expressa ao dizer que “a idiossincrasia de pessoas na direção dessas organizações, que consideram a sua clientela como um ‘rebanho de sua propriedade’ a ‘ser assistida’, e que faz resvalar os bons intentos de suas propostas de ação assistências”.

Essa crítica é central na Itália e ultrapassa as outras sobre práticas repressivas, que se mostram de forma majoritária no Brasil. O argumento é de que há uma insistência em “servi-los” para que eles sempre dependam dos seus serviços. A questão pode ter sua discussão alargada e estendida num sentido de análise centro/sócio, que é explicada por meio de um caminho da construção histórica do *Welfare State* mundial e italiano e todo um escopo de política social.

Há uma pergunta que permeou o cenário europeu e os países que compartilharam o Estado do Bem Estar Social, e que suscitou respostas e ações de todos os lados políticos: “*Il Welfare deresponsabilizza le persone o amplia la sfera delle responsabilità personali?*” (ROSATI, 2004, p.17)⁷⁸. Em sua resposta, Rosati diz que depende da cultura que o *Welfare* se formou como base, se é a base do “faça por você mesmo” ou “faça na dependência de outros”. Na metade dos anos 1980, na Inglaterra e nos Estados Unidos, começou uma manobra crítica contra o “*Welfare* histórico”, o colocando como “estado assistencial”, com a ideia de que o *Welfare* desresponsabiliza.

A argumentação se sustenta ao afirmar que a existência de uma rede para tutelar as ocorrências da vida: pensão para velhice ou invalidez, cuidado de saúde para doenças, assistência para os pobres, etc produz um efeito depressivo da capacidade de iniciativa e procura dos indivíduos, que sabem que todas as suas necessidades serão concebidas, produzindo uma condição de letargia ao invés de “entrar na competição pela existência”.

È evidente che, in contesto come descritto, i ruoli sociali sono assegnati con un criterio assai netto. È un mondo in bianco e nero. Da un lato, i produttori che creano ricchezza rischiando nel mercato la conquista del massimo profitto, dall'altro, i parassiti che

⁷⁷ Durante o trabalho de campo ouvi muito essa crítica, principalmente, referente aos trabalhos realizados pelos centros da Caritas.

⁷⁸ O *Welfare State* desresponsabiliza as pessoas ou amplia a esfera das responsabilidades pessoais?

assorbono e consumano (senza contropartire) una parte eccessiva alla ricchezza prodotta.(ROSATI, 2004, p.17)⁷⁹

Da forma com que colocam, evidenciam todos os defeitos e desvios do “*Welfare* histórico”, que realmente existem, mas não os expõem como limites a superar e sim como causas estruturais de uma situação que não pode ser gerida a partir do ponto de vista econômico, nem revertido politicamente. Essa crítica, como se manifesta nos últimos vinte anos enquanto a fase de desenvolvimento do capitalismo ocidental, considerava natural que uma parte da riqueza produzida e da remuneração do capital servisse para garantir o *status* de humanidade dos trabalhadores primeiro e dos cidadãos depois, agora vamos para uma perspectiva oposta.

Per i lavoratori e le “classi subalterne” era in gioco la prospettiva di un presente e un avvenire meno incerti. Per il ceto imprenditoriale l’ obiettivo da perseguire era il mantenimento di una “pace sociale” che riducesse l’attrito dei conflitti, sottraendo così energie ai miti rivoluzionari di impianto marxista. La diffusa esperienza del riformismo, cioè del capitalismo corretto dal welfare, ha dimostrato a lungo che era possibile (e conveniente) far convivere elevati livelli di occupazione e protezione sociale con altrettanto elevati livelli di benefici d’impresa. (ROSATI, 2004, p.18)⁸⁰

Após uma reflexão sobre os impactos e estímulos sobre as “heranças” do *Welfare*, Rosati se atém ao caso italiano e volta novamente com uma pergunta: “Perché l’esperienza italiana non ha favorito lo sviluppo delle responsabilità personali?”⁸¹ Na qual diz que essa resposta está ligada a peculiaridade histórica de previdência social na Itália e afirma que:

Proprio l’aver negato la fondatezza del luogo comune per cui Welfare e mancanza di responsabilità personali sono fenomeni coincidenti, nel senso che il primo sarebbe causa della seconda, induce – muovendo da un presupposto a favore del welfare – a identificare alcuni vizi d’origine e una serie di scelte e comportamenti politici il cui risultato può essere riassunto in una formula che fotografa un’indifferenza: il cittadino comune non sente il welfare come qualcosa che gli appartiene anche se contribuisce a finanziarlo e ne utilizza i benefici. (ROSATI, 2004, p.21)⁸²

⁷⁹ Tradução livre da pesquisadora: É evidente que no contexto descrito, os papeis sociais são atribuídos com um critério muito marcado. É um mundo em branco e preto. De um lado, os produtores de riqueza buscando a realização de lucro máximo no mercado, do outro, os parasitas que absorvem e consomem (sem contrapartida) uma parte excessiva da riqueza produzida.

⁸⁰ Tradução livre da pesquisadora: Para os trabalhadores a classes subalternas era um jogo de perspectiva de um presente e um futuro menos incerto. Para a classe empresarial o objetivo consistia em buscar a manutenção da “paz social” que iria reduzir o atrito e o conflito, eliminando assim os mitos revolucionários de inspiração marxista. A experiência generalizada do reformismo, isto é do capitalismo correto do *Welfare*, demonstrou que era possível (e conveniente) combinar níveis elevados de proteção social e de emprego com níveis igualmente elevados de benefícios para a empresa.

⁸¹ Por que a experiência italiana tem incentivado o desenvolvimento da responsabilidade pessoal?

⁸² Tradução livre da pesquisadora: Apenas por ter negado a validade da crença generalizada de que o *Welfare* e falta de responsabilidade pessoal são fenômenos coincidentes, no sentido de que o primeiro é devido ao segundo, induz - movendo-se de uma suposição em favor do *Welfare* - identificar alguns defeitos de origem e uma série de escolhas e comportamentos políticos, no qual o resultado pode ser resumido em uma fórmula que fotografa uma indiferença: o cidadão comum não sente o *Welfare* como algo que pertence a ele mesmo, embora ele contribua para financiá-lo utilizando os benefícios.

A construção do sistema italiano é rodeada por uma série de sucessivos “gestos de benevolência” do poder. Deve-se lembrar de que boa parte do *welfare* italiano foi realizado nos anos do fascismo, mas, ainda hoje sobrevive uma terminologia burocrática-política, que fala de “providência” e “benefícios”, na qual traduz um viés paternalista e assistencial no *strictu sensu* do termo. Segundo Farruggia & Ricotta (2010, p.13), essa atenção à face mais desfavorecida das populações dos países ocidentais, desse lado e mais além do Atlântico, foram lidos pelo sociólogo francês Loic Wacquant [2004] como uma estratégia “liberal – partenarística” dos governos que “a fronte di un rischio di delegittimazione per i processi di deregolazione economica e di precarizzazione del lavoro, riconquistano la propria legittimità mostrando il loro volto securitario, protettivo verso l’insicuro cittadino metropolitano e severo verso i ‘poveri’⁸³.

Essas colocações explicam a grande crítica do acolhimento sobre uma ação continuada partenarística por parte das instituições. Mas diante desse panorama, Rosati responde que “esistono condizioni e spazi per un nuovo esercizio di responsabilità verso e nel welfare”⁸⁴. Parafraseando Domenico de Masi, “quando o ser humano subestima o problema é difícil resolvê-lo, mas quando ele toma consciência de um problema a fundo, achará a solução”⁸⁵. Frente a tal afirmativa otimista, nos cabe apresentar o cenário atual dos centros de acolhimento na cidade de Roma. Como explicitado na apresentação da dissertação, apesar dessa pesquisa se centrar na situação de jovens imigrantes, será descrito o trabalho da assistência social num nível amplo, iniciado pelos problemas dos moradores de rua – principalmente adultos e italianos – até se chegar a questão da imigração e dos *minori stranieri non accompagnati*.

Italianos na face das *persone senza fissa dimora* – um problema crônico

O tratamento para as *persone senza fissa dimora* era gestado como uma questão mais moral do que política, pois se dava de forma mais forte pela via da igreja e não do

⁸³ Tradução livre da pesquisadora: Frente a um risco de não legitimação pelos processos de desregulamentação e de precariedade do trabalho, reconquistam a legitimidade mostrando sua face securitária, protetora da cidade metropolitana insegura e dura com “pobres”.

⁸⁴ Existem condições e espaço para um novo exercício de responsabilidade para e no *Welfare*.

⁸⁵ Trecho retirado da Entrevista com DOMENICO DE MASI no Roda Viva de 21/6/1999. ENTREVISTADORES: Gilberto Dimenstein – Folha de São Paulo # Cláudia Costin – Secretária de Administração # Caco de Paula – Veja São Paulo # Ronaldo Olivetto – W/Brasil # Dante Silvestre Neto – SESC/São Paulo # Roseli Fichman – USP/Mackenzie # Marco Antonio de Rezende – Vip Exame

governo. Depois que esse problema toma corpo esses moradores de rua não são vistos mais como *poverini* – pobrezinhos – e sim como aquele que se quer ver longe. Começa então um binômio de forças: quem produz *versus* quem não produz.

As *persone senza fissa dimora* fazem parte de um fenômeno que passou por uma profunda evolução histórica e social na Itália. Estão incluídas em diversas categorias, como: residentes de comunidades nômades que viajaram por toda a Itália, andarilhos, comerciantes de rua que andam sem ter um lar estável, sem o direito a uma residência. Referindo-se à tipologia ETHOS (Tipologia Europeia sobre Sem-abrigo e exclusão habitacional), a definição inclui todas as pessoas que vivem em espaços públicos (ruas, barracas, carros abandonados, caravanas, galpões), que vivem em um dormitório durante a noite e/ou são forçados a gastar muitas horas do dia em um lugar público (aberto); vivem em albergues para sem-teto de alojamento temporário. E exclui todas as pessoas que vivem em condições de receber a hospitalidade fornecida e que vivem em habitações estruturadas nas cidades.

Oggi le persone senza fissa dimora sono quasi esclusivamente rappresentate da persone adulte gravemente emarginate, per motivi psichici, familiari, o economici; a costoro, soprattutto negli ultimi anni, si sono aggiunti i cittadini stranieri immigrati che non hanno la possibilità, normalmente per motivi economici, ma non solo, di avere un'abitazione e una dimora abituale. (MINARDI, 2011, p. 02)⁸⁶.

Dados do Istat (*Istituto Nazionale di Statistica*) apontam que até 2011 em Roma moradores de rua somam o total de 52,4% de italianos e 47,6% de estrangeiros. Os desabrigados estão em maioria: homens (86,9%), com menos de 45 anos (57,9% - 42,2 anos, em média). Cerca de 24% dos italianos estão desabrigados por 4 anos, o que significa que a situação é mais crônica para os italianos, que é ainda mais difícil de sair desta situação. As situações críticas que marcam o destino dos desabrigados são: perda de emprego (61,9%); separação do cônjuge e/ou filhos (59,5%); falta de saúde (16,2%) e 2% dos desabrigados viviam todos os três eventos⁸⁷.

Um número considerável das *persone senza fissa dimora* não foram capazes de responder, 9,3% tiveram dificuldade de interagir com os agentes. Entre as pessoas, 76% tinham problemas com limitações físicas ou deficiências evidentes (deficiências, doenças ou

⁸⁶ Tradução livre da pesquisadora: Hoje, os sem-teto são quase exclusivamente representado por adultos severamente marginalizados por razões psicológicas, familiares ou econômicas; a eles, sobretudo nos últimos anos, se acrescentaram os cidadãos imigrantes que não têm a oportunidade, geralmente por razões econômicas mas não somente, limitando, de ter uma casa e uma residência.

⁸⁷ Dados retirados da pesquisa feita pelo site: <http://www.istat.it/it/archivio/72163>

distúrbios mentais), o percentual cai para 31% entre aqueles que tinham problemas de dependência. Mais de 80% dos casos eram de homens e metade de italianos.

O número dessas pessoas sem moradia fixa é mais alarmante nas regiões centro e norte e as cidades com o maior número são Milão e Roma, que comportam 71% da estimativa da amostra correspondente. Destes, 44% das *persone senza fissa dimora* usam serviços assistenciais nas duas cidades: sendo 27,5% em Milão e 16,4%, para Roma. O número de abrigados não é elevado e ainda é um trabalho que merece ser debatido. Para tal, nos concentraremos em uma rede assistencial que recebe essa população na cidade de Roma, o centro diurno Binário 95, que atende aqueles que moram na estação central *Termini*.

2.5 Binário 95 - “Porque o necessário não é o suficiente”⁸⁸

A presença de *persone senza fissa dimora* sempre foi notável na cidade, mas em entrevista com o vice-presidente do centro disse que houve um marco nesse problema no ano de 2000 com o *Giubileo cattolico* – Jubileu católico. Esse ano foi considerado o grande jubileu e milhões de pessoas e peregrinos vieram a Roma para o evento. Para ele, esse ano foi um divisor de águas, pois muitas pessoas permaneceram em Roma, sem moradia e a maioria foi buscar recursos na recém-inaugurada Roma *Termini*. Esse não é um marco constitutivo somente para o fenômeno da população de rua em si em Roma (que teve seu prelúdio na década de 80), mas também para a Cooperativa Social que nasceu em 2002.

Entre as grandes estações italianas, *Roma Termini* foi a primeira a ter tão rapidamente uma transformação radical na ótica de uma valorização comercial. Inaugurada em 2000, quando ocorreu o Jubileu (...) estima-se que passam pela estação meio milhão de pessoas ao dia, por esse ser o único ponto que se encontram as duas linhas de metrô e dezenas de linhas de ônibus. No entorno, porém, a situação é muito crítica. À direita da estação se desenvolve o coração da Roma multiétnica: os bairros de Esquilino, Chinatown e Banglatown. À esquerda tem o bairro Macao, onde elegantes prédios são ocupados por hotéis de pouca qualidade e restaurantes frequentados por turistas *low-cost*. (Tradução livre da pesquisadora da citação: RADICCHI *et al*, 2011, p.94).

⁸⁸ O título é uma tradução do slogan: “Perché non è sufficiente il necessario”. O tempo de permanência no centro diurno Binário 95 foi muito importante para um entendimento do sistema de acolhimento italiano. Durante o tempo de permanência fiz pesquisa dentro do centro, no qual entrevistei muitos funcionários e abrigados, que falaram sobre suas histórias de vidas desde que começaram a receber o atendimento institucional. Pela importância que esse trabalho teve no meu desenvolvimento e na composição desse trabalho na Itália exponho aqui somente as questões mais gerais sobre a atuação do centro diurno. As análises das entrevistas e das trajetórias de vidas serão colocadas num próximo trabalho, no qual será tratada somente o caso da assistência das *persone senza fissa dimora*.

Após a década de 2000 houve um remodelamento do problema, aumentava o número de desempregados, com a relação da crise com o emprego, e também de imigrantes. O nascimento do Binário 95⁸⁹ está completamente ligado à formação da Cooperativa Sociale Europe Consulting - ONLUS e do Help Center. A primeira experiência do Help Center foi em 2002, essa criação veio como resposta à emergência de pessoas que “escolhiam” a estação para habitar. O Binário 95 foi criado quatro anos depois e funciona como um centro de emergência e orientação (das 10h-17h) que acolhe essas pessoas em situação de dificuldade para promover formas de reabilitação para uma inclusão social. A criação do Binário ocorreu porque viram que somente o trabalho com o Help Center era insuficiente, já que esse se configura num atendimento de primeiro nível, ou seja, para as necessidades emergenciais. Era necessário um lugar com estabilidade para romper só com a ajuda de emergência e fazer um plano de projeto de futuro e recuperação de seus recursos, que tivesse impactos no cotidiano das pessoas atendidas.

A cooperativa age a partir do ONDS (*Osservatorio Nazionale di Dissagio nelle Stazione*), criada pela ferrovia, na qual seu trabalho consiste em visitar as estações terminais (autonomamente ou quando são solicitados) para ver o espaço disponível e pessoas que queiram trabalhar e, assim, abrir uma unidade Help Center na região. Segundo o vice presidente, o ONDS se dirige ao município e diz: “temos esse posto e essas pessoas”. Normalmente, o município aceita, somente em casos específicos ele nega, alegando se tratar de fenômeno transitório, como o caso da Sicília com os imigrantes libaneses. Sendo aceito, o ONDS abre uma rede de Help Center perto da estação terminal e disponibiliza todos os dados em livros e em seu site.⁹⁰

Como já exposto, o trabalho do Help Center é de primeiro nível, ou seja, representa o primeiro contato, a fase das necessidades primárias em que para quase todas as atividades é necessário estar junto, pois ainda não houve um resgate de autonomia. Essa é uma fase crucial e que determina muito como será todo o processo de tratamento para reinserção na sociedade, pois se as primeiras necessidades não forem tratadas não é possível alcançar os próximos níveis (descobrir capacidades/ ter a consciência de quem se é). A importância de inserir o trabalho do Help Center aqui se dá por ele, em dez anos, ter se transformado num ponto de referência para abordagem e tratamento de moradores das estações ferroviárias.

⁸⁹ Mais informações do site: <http://www.binario95.it/>

⁹⁰ Informações sobre ONDS: <http://www.onds.it/>

No ano de 2006 a ferrovia disponibilizou o espaço para se montar o Binário 95. O interesse da ferrovia em investir nesse projeto ocorreu pela motivação da “limpeza urbana”. A estação *Termini* é o “coração” da cidade de Roma e ponto de chegadas e partidas em fluxo contínuo. O vice presidente relatou que não há interesse de pessoas dormindo, vivendo e “arrumando confusão” em um lugar tão estratégico no sentido urbano. A primeira tentativa foi contar com apoio policial, mas esse não conseguiu conter o problema. Eles expulsavam os habitantes e 15 dias depois já estavam de volta. Por isso, a alternativa foi investir no espaço social e, assim, a estação subsidiou a criação do Binário 95, inicialmente sendo apenas um centro diurno. Desse modo, eles estão de dia sendo tratados, onde tem um espaço para se limpar e não beber e assim não causam “nenhuma confusão na *Termini*”. Quanto a essa diferenciação entre “pessoas normais” e as desagradáveis, nos termos da estação de trem, há uma inspiração na descrição das diferenças entre o turista e o vagabundo do sociólogo Zygmunt Bauman:

“I turisti si muovono perché trovano che il mondo alla loro portata (globale) è irresistibilmente attraente, i vagabondi si muovono perché trovano che il mondo alla loro portata (locale) è inospitale, fino ai limiti della sopportazione. I turisti viaggiano perché lo vogliono; i vagabondi perché non hanno altra scelta sopportabile”. (...) In effetti, la dialettica tra la stazione e il resto della città è difficile: convivono i fenomeni sociali e, propria a causa delle sue peculiarità, la stazione è anzi diventata un luogo dove certe manifestazioni di disagio si presentano in maniera più evidente, non solo per le condizioni speciali che si verificano, ma soprattutto perché intorno ai binari tutto è un pò più vicino e la gente, in qualche modo, è costretta a guardare ciò che altrove trascurerebbe RADICCHI *et al*, 2011, p. 04)⁹¹.

O Binário 95 fica localizado a poucos minutos da estação *Termini*, numa localização estratégica. O centro é pequeno, mas tem tamanho suficiente para acolhê-los. Nos primeiro piso, tem duas salas, uma onde eles comem e outra para eles descansarem, conversarem e jogarem. No andar de cima funcionam os laboratórios de pintura, música, teatro, e a redação do jornal. Há também 10 leitos para os que dormem na instituição, mas esses não são os mesmos que frequentam o centro de dia, são públicos diferentes.⁹²

O financiamento é 50% privado e 50% público. O município auxilia no financiamento, ancorado da lei 328/2000, que traz a ideia de subsidiariedade. No entanto, o município só injeta dinheiro quando o projeto já é existente. Enquanto não há um serviço já

⁹¹ Tradução livre da pesquisadora: “Os turistas se movem porque acham o mundo a seu alcance (global) é irresistivelmente atraente, vagabundos se movem porque acham o mundo a seu alcance (local) é inóspito até os limites da resistência. Os turistas viajam porque querem, os vagabundos porque não têm outra escolha suportável. (...) De fato, a dialética entre a estação e o resto da cidade é difícil: convivem os fenômenos sociais e, por causa de suas próprias características, a estação se transformou num lugar onde certas manifestações de angústia e desconforto se apresentam de uma maneira mais evidente, não só pelas condições especiais que se verificam, mas, sobretudo, porque ao redor dos trilhos tudo é um pouco mais perto, e as pessoas, de alguma forma, são forçadas a olhar para outro lugar e negligenciar.”

⁹² Fotos do local nos Anexos.

instituído a prefeitura alega que não pode investir em algo inexistente, pois já tem outros projetos sociais para financiar. Sendo assim, os primeiros seis meses do Binário foram financiados pelo próprio dinheiro da Cooperativa. No ano de 2009 se institucionalizou o *Polo Sociale Roma Termini*, do qual fazem parte o Binário 95 e a Help Center. O financiamento é dado, portanto, metade pela prefeitura e metade por financiadores privados, que no caso do centro, são: *Fondazioni Philip Morris, Charlemogne, Vodafone e Chiesa Valdeshi*.

Sendo assim, no espaço funciona o Binário 95 diurno e o noturno. O diurno fica a cargo da direção deles mesmos (operadores do centro) já o noturno é direcionado pela SOS (*Sala Operativa Sociale*)⁹³, que é a responsável por formular os critérios e tomar as decisões e de quem vai dormir no centro. Para se estabelecer um equilíbrio, os hóspedes dos diferentes turnos nunca permanecem juntos ao mesmo tempo, há sempre um revezamento, pois se eles ficarem no mesmo centro nos dois turnos, correm o risco de se firmarem ali e perderem sua independência. Passam seus dias no *B95* como centro diurno, fazendo atividades e dormem em outros centros.

A escolha pela Cooperativa ocorreu pela relevância e emergência do trabalho com as pessoas que povoam as estações terminais na Itália, especificamente em Roma. Portanto, por que o trabalho em estações terminais? A estação é por excelência o local de não identificação, um centro por onde todos passam, mas ninguém vive, se constitui “num patchwork composto de realidades e sujeitos diferentes, um denominador comum que envolve em uma realidade virtual de pessoas que se cruzam, mas não se encontram”⁹⁴. O que nos remete a teoria dos “não-lugares” de Augé (2005), que classifica locais como a linha férrea, aeroportos, etc, como tipos específico de “não lugar”, isto é, não são relacionais ou identitários, ali emana um mundo provisório e transitório, onde o olhar e a convivência não se aprofundam. No entanto, esse lugar onde ninguém mora ou forma famílias, se mostra de modo paradoxal, pois é ali que as *persone senza fissa dimora* montam o seu próprio sistema social, formando um território simbólico de compromissos, onde os moradores respeitam seus limites.

⁹³ Informações sobre a SOS: http://www.comune.roma.it/wps/portal/pcr?jppagecode=sala_operat_soc_sos.wp

⁹⁴ Tradução livre da pesquisadora da citação: RADICCHI *et al*, 2011: 9.

Corpo técnico

A maior parte dos funcionários e responsáveis foi entrevistada, mas destaco nesse espaço as entrevistas com a psicóloga e a socióloga, acreditando que cada uma representou bem sua área de estudo em seus discursos e práticas, por atuarem de forma mais incisiva em polos diferentes, o que traz a visão global do trabalho. A psicóloga estava mais a frente do Binário 95 e se colocava sempre com uma fala mais de ajuda pessoal, de um contato individual, enquanto a socióloga, que era do Help Center, trazia um discurso inflamado, cheio de militância e sempre com um exemplo prático pra deixar ainda mais contundente sua fala.

O que foi percebido, por meio das observações e entrevistas, é que há abordagem coercitiva e dialógica do lado da instituição. Na apresentação do trabalho realizado por eles, a psicóloga diz que o discurso que prevalece aos *persone senza fissa dimora* é o da falta, tudo caminha na lógica da falta (são sem casa, sem teto, sem comida, sem inclusão). Isso os leva a um comportamento depressivo, pois pensam que a vida é feita dos espaços vazios, do que falta a eles. *“A gente modifica, então, a palavra sem para a com. São pessoas sem moradia, mas com capacidades e autonomia. A lógica do ou...ou muda para o e...e, o que retira qualquer pensamento excludente”*. (fragmentos da entrevista).

No entanto, a psicóloga expõe que uma das maiores dificuldades é romper com esse pensamento de só ter a luta diária pela sobrevivência, pois fora do centro o sentido da vida dessas pessoas era procurar comida e um teto para dormir, no máximo formas de se vestir para se proteger do frio e montar sua “casa”. Aquele ciclo vicioso está muito arraigado ao que eles são (ou pensam ser) e as atividades no centro chegam como uma ruptura desse ciclo árido, na perspectiva de mostrar que eles podem fazer algo a mais do que a própria busca pela sobrevivência.

A socióloga disse que eles criam um “mundo social `a parte” e esse é o trabalho mais penoso que eles têm a frente, pois desconfiam de todos que chegam para entrar em seu espaço. Como exemplo contou uma experiência que tiveram com um morador da *Termini* que não queria receber ajuda:

Havia um senhor que era como um chefe de todos na estação, todos os respeitavam e reconheciam a sua posição de chefe, por isso para se chegar aos outros deveríamos fazer uma aliança com ele como ponto de partida. Mas não era fácil chegar a ele, nem aos outros. Durante todo o nosso trabalho, nós o saudávamos e ele sempre nos agredia, mas nós não desistimos e tentávamos todos os dias, durante anos. Até que, aos poucos, ele parou de nos agredir e começou a nos responder, com impaciência, mas nos respondia. Depois de oito anos ele nos deu um sorriso e há um ano ele vem aqui uma vez por semana. Há oito anos não tomava banho e usava o mesmo suéter. O convencemos a tomar um banho e trocar o suéter, ele relutou, porém cedeu. Hoje ele ainda vive na estação, não quer sair de lá, mas estamos no

início do tratamento com ele, cremos que ainda conseguiremos o tirar da estação, porque os maiores avanços já foram feitos, estamos com esperança. E devemos tomar muito cuidado nessa fase, porque sempre há a possibilidade de se voltar ao nível zero se não houver um trabalho sério. (fragmentos da entrevista).

Sabendo dessas dificuldades, para que eles não se percam no andamento do tratamento, os operadores realizam uma entrevista individual na qual estabelecem os objetivos de cada um. No início os desejos sempre se referem às necessidades mais concretas (como tomar um banho uma vez a semana ou tirar um documento). Eles recebem um cartão que tem validade de um mês, a cada mês há uma reunião para ver os objetivos que foram alcançados ou não e nesse processo ocorre a tentativa de se estabelecer um pacto para o projeto pessoal

Assim fica clara a diferença de trabalho do primeiro nível e do segundo nível. O primeiro nível está mais focado na resolução de problemas concretos (dar um abrigo e uma casa, conseguir o documento, etc). O segundo nível vai mais profundo, no tratamento real e diário de sequelas das ruas, mexendo com o psicológico e formas de inclusão e autoreconhecimento.

No tempo em que visitei o centro pude ter alguns exemplos desse autoreconhecimento. Destaco aqui dois deles. Um foi no laboratório de escrita, que funciona como uma “reunião de pauta”, pois discute com eles as matérias do jornal *Shaker*. Naturalmente, Nina – a operadora responsável pelo jornal – edita e faz algumas modificações no texto deles, e ao reler os textos, Alessio a interrompeu ao menos duas vezes para dizer que aquele não era o texto dele porque não tinha reconhecido as mesmas palavras que havia escrito. Esse fato mostra que eles querem ser reconhecidos por completo no que escreveram, se alguém toca em sua arte, ela já não é mais a mesma.

O jornal é completamente produzido por eles. Eles são os próprios repórteres, fazem as entrevistas e escrevem. O jornal atua como um espelho. Lendo seus escritos uma frase em destaque me chamou a atenção: “Solo i poveri sappiano riconoscere un essere umano”⁹⁵. Diante disso, avalio que o jornal tem o potencial de atuar como um meio de inserção e de reencontro com a sua auto estima perdida, com quem ele é, com quem pode se tornar, se coloca como um elemento articulador e modificador para uma reabilitação social.

⁹⁵ Somente os pobres sabem reconhecer um ser humano.

O direito de asilo para a imigração forçada

“A palavra asilo deriva do grego ‘asylon’ indicativo de um lugar que não pode ser violado, como um local sagrado e, portanto, ‘seguro’ para aqueles que fugiam da perseguição”.⁹⁶ Essa concepção de asilo ainda permeia a áurea teórica do acolhimento italiano e esse pensamento de lugar seguro abre a fuga de milhares que se encontram numa perseguição política ou aqueles que partem devido uma “perseguição pela falta”, pela falta econômica, de suporte social ou de apoio de redes. Independente do motivo, todos buscam no asilo o sentido que a palavra grega a deu.

Essa saída de casa é caracterizada por uma imigração forçada, da qual, em 2011 fez 42.500.000 pessoas fugirem de suas terras por causa de guerras, conflitos étnicos, perseguição, ou falta de reconhecimento dos direitos humanos. Um grande quantitativo também cruza mares devido a desastres naturais, mas segundo o relatório anual do SPRAR (*Sistema di protezione per richiedenti asilo e rifugiati*) (ATLANTE SPRAR, 2012, p.05):

Le migrazioni forzate derivano anche da disastri naturali, ma la natura è spesso meno cattiva dell'uomo perché una guerra civile può essere talvolta più disastrosa di un'alluvione o di un'epidemia. Ad esempio le carestie, dovute a climi estremi e inospitali, non potrebbero essere molto meno distruttive se alcuni governanti di Stati non democratici non disperdessero preziose risorse economiche, spingendo il fior fiore delle proprie generazioni a fuggire altrove?⁹⁷

Essa é a realidade compartilhada por gente da África, Ásia e América latina, na qual os países de recepção, que permitem a presença de refugiados, estão na Europa e América do Norte. Nesse contexto global, a Itália tem desenvolvido um papel determinante, seja por ser uma zona estratégica ou pela antiga tradição de acolhimento. Com isso, o país recebe milhares de imigrantes por sua posição geográfica: a Itália é banhada pelo Mediterrâneo, com uma área de cerca de 7.500 km de litoral, situada entre os países ricos ao Norte (Europa) onde há paz, e os países pobres do hemisfério sul (África, Oriente Médio, Ásia), onde se multiplicam os focos de guerra e desespero. Portanto, está entre os países mais expostos à pressão migratória. Segundo Sarti (2010), em particular, há quase 20 anos, a costa da Puglia, Sicília e Calábria recebem imigrantes que se encontram na busca contínua de “caminhos da esperança”, mas mais recentemente eles têm desembarcado costas da Sardenha.

⁹⁶ Tradução livre da pesquisadora da citação SARTI, 2010: 12.

⁹⁷ Tradução livre da pesquisadora: As imigrações forçadas derivam também de desastres naturais, mas a natureza é muitas vezes, menos má que o homem, porque uma guerra civil pode ser mais desastrosa que uma enchente ou epidemia. Por exemplo, a fome, devido a climas extremos e inóspitos, não poderia ser muito menos destrutiva, se alguns líderes de Estados não democráticos não dispersassem valiosos recursos econômicos, empurrando a parte frutífera de sua geração para fugir para outro lugar?

Se da un lato questo nuovo sistema di accoglienza – temporaneo, straordinario e costruito all’insegna di una dichiarata emergenza – è stato caratterizzato da indubbi connotati positivi (il coinvolgimento delle regioni, la partecipazione di nuovi enti nel panorama dell’accoglienza, la tempestività degli interventi, la costituzione di un tavolo di confronto a livello nazionale, la collaborazione interdisciplinare tra enti e dipartimenti differenti, la capillarità territoriale, ecc.), d’altra parte è andato a insistere su un contesto di asilo ancora privo di una dimensione unica e armonica. (...) E il nostro Paese ha risposto, anche se a costo di sacrifici e dispendio di risorse, cercando di assicurare ai migranti adeguate forme di accoglienza; e lo ha fatto attraverso il coinvolgimento dello Stato, con le sue articolazioni centrali e periferiche, delle Regioni, delle Province e dei Comuni, senza dimenticare il ruolo fondamentale svolto dal mondo dell’associazionismo laico e religioso. (ATLANTE SPRAR, 2012, p.07)⁹⁸

Com um número, muitas vezes alarmantes, de imigrantes que chegam à Europa, a tentativa é estabelecer medidas uniformes para o tratamento de refugiados com o objetivo de garantir a sua integridade física. Para estes fins, a União Europeia adotou uma ferramenta regulatória para o fenômeno em todo o seu território, a Diretiva 2001/55/CE, é relativa à concessão de recepção e proteção temporária para o caso desse fluxo maciço de pessoas deslocadas. A Itália, como a maioria dos países europeus, experimenta os novos desafios colocados pela imigração incessante de várias frentes (África, Ásia, Oriente Médio).

In particolare, nel 2008, il numero di stranieri giunti sul nostro territorio è stato pari a 36.951, con un incremento di 16.596 unità rispetto ai 20.455 sbarcati nel 2007. I consistenti e crescenti flussi di immigrazione di diversa natura (migranti economici, soggetti in cerca di protezione, ecc..), che hanno interessato l’Italia in questi ultimi anni, hanno reso necessario costruire un “Sistema di Accoglienza” articolato in strutture con diversa tipologia: • Centri di accoglienza (CDA); • Centri di accoglienza per richiedenti asilo (CARA) • Centri di identificazione ed espulsione (CIE) (SARTI, *op. cit.*, p. 69)⁹⁹.

No Estado italiano a gestão dos fluxos migratórios está a cargo do Ministério do Interior pelo Departamento de Liberdade Civil e Imigração. Um departamento que, como o nome sugere, desempenha um papel central em relação a outros aspectos da imigração: implementa “políticas de recepção”, asilo e gestão da migração, também garante aos

⁹⁸ Tradução livre da pesquisadora: Se por um lado esse novo sistema de acolhimento – temporário, extraordinário e construído em nome de uma emergência declarada – foi caracterizado por indubitáveis conotações positivas (o envolvimento das regiões, a participação de novas entidades no panorama do acolhimento, estabelecimento de uma tabela de comparação a nível nacional, a colaboração interdisciplinar entre diferentes agências e departamentos, a difusão territorial, etc.), por outro lado insiste num contexto de asilo que ainda carece de uma dimensão unitária e harmônica. (...) E o nosso país tem respondido, ainda que à custa de sacrifício e de desperdício de recursos, com a tentativa de assegurar que os imigrantes tenham formas adequadas de acolhimento, e tem feito através da participação do Estado, com suas articulações centrais e periféricas, com as regiões, províncias e municípios, sem esquecer o papel fundamental desempenhado pelo setor voluntário secular e religioso.

⁹⁹ Tradução livre da pesquisadora: Em particular, em 2008, o número de estrangeiros que chegaram em nosso país era igual para 36.951, um aumento de 16.596 a unidade em comparação com os 20.455 desembarcaram em 2007. Os consistentes e crescentes fluxos de imigração de natureza diferente (imigrantes econômicos, pessoas que procuram proteção, etc ..), que ingressaram na Itália nos últimos anos tornaram necessária a construção de um “Sistema de Acolhimento” articulado estruturalmente com diferentes tipos: • Centros de Acolhimento (CDA); • Centros para requerentes de asilo (CARA) • Centros de Identificação e Expulsão (CIE).

estrangeiros legalmente presentes no território, o respeito ao complexo conjunto de direitos e deveres da Constituição. Diz o artigo 10: “*Lo straniero, al quale sia impedito nel suo paese l’effettivo esercizio delle libertà democratiche garantite dalla Costituzione italiana, ha diritto d’asilo nel territorio della Repubblica, secondo le condizioni stabilite dalla legge*”¹⁰⁰

La crescente rilevanza del ruolo svolto dall’Amministrazione sia a livello centrale, sia a livello periferico attraverso le Prefetture, le Questure e le Commissioni Territoriali per l’esame delle domande di asilo va certamente rapportata ai dati sulla presenza di immigrati in Italia che dimostrano le variazioni avvenute negli ultimi 20 anni: 500.000 nel 1987; 1.500.000 nel 1997; 3.500.000 nel 2007; 3.900.000 all’inizio del 2009 e 4.500.000 nel 2010. Una presenza che, con la sua valenza numerica, segna la definitiva trasformazione dell’Italia da “Paese di emigranti” – ne sono partiti ben 25 milioni tra il 1876 ed il 1976 – a “Paese di Arrivo”. (SARTI, *op. cit.*, p.18)¹⁰¹

Num primeiro momento a resposta, nos termos de acolhimento, foi caracterizada pela prestação de medidas adequadas para primeiros atendimentos, no nível do socorro. A partir dos anos 1990 iniciou uma reorganização geral com foco na proteção e reconhecimento dos direitos internacionais e na integração de imigrantes. Devido ao impulso decisivo da política europeia, o asilo tem evoluído em termos de direito material, referente à definição de seu conteúdo que a lei processual visa a criação de um procedimento europeu único de proteção internacional. “Il quadro comprenderà anche la descrizione delle modalità con cui l’attuazione pratica del diritto di asilo, sulla base delle esigenze rispondenti alle varie fasi migratorie, ha condotto alla strutturazione ed al potenziamento del Sistema Nazionale di Accoglienza”. (SARTI, *op. cit.*, p.19)¹⁰²

Falamos em que situação se pede asilo e como se recebe, mas quem pede asilo? Os requerentes de asilo são forçados a deixar suas terras, são os que fogem de situações de violência, de degradação, de contenção, de negação da liberdade, da privação da dignidade humana, são os que enfrentam os muitos perigos por causa de uma viagem conturbada, na esperança de aceitação, apoio, proteção e abrigo em um estado baseado no respeito liberdades e princípios que formam a base da democracia.

¹⁰⁰ Tradução livre da pesquisadora: “Um estrangeiro que está impedido de ter em seu país o exercício das liberdades democráticas garantidas pela Constituição italiana, possui o direito de asilo no território da República, nas condições estabelecidas pela lei”.

¹⁰¹ Tradução livre da pesquisadora: A crescente importância do papel desempenhado pela administração, em nível central e em nível periférico através das prefeituras, da Polícia e das Comissões Territoriais para o exame dos pedidos de asilo deve, certamente, ser comparados com os dados sobre a presença de imigrantes na Itália mostrando as mudanças que ocorreram nos últimos 20 anos: 500.000 em 1987; 1.500.000 em 1997; 3.500.000 em 2007; 3.900.000, no início de 2009 e 4.500.000 em 2010. Uma presença, com seu valor numérico, marca uma definitiva transformação na Itália de “país de emigrantes” - partiram 25 milhões entre 1876 e 1976 – para um “país de recepção”.

¹⁰² Tradução livre da pesquisadora: O quadro também irá incluir uma descrição de como a aplicação prática do direito de asilo, com base na satisfação das necessidades dos diferentes estágios de imigração, levou à estruturação e fortalecimento do Sistema Nacional de Acolhimento.

Nel 2011 in Italia sono state presentate 37.350 domande di protezione internazionale, il 208,1% in più rispetto al 2010 (12.121). L'aumento delle domande è dovuto in particolare a quella che è stata comunemente definita "emergenza Nord Africa". L'Africa è il continente da cui proviene il maggior numero di domande (76,4%), nel 2010 erano nettamente inferiori (35,3%). I primi dieci paesi di origine dei cittadini stranieri che hanno presentato le domande di asilo appartengono a due continenti: africano e asiatico. Tra il 2008 e il 2011 si è registrato un incremento delle domande di asilo pari al 17,7%. Nel 2008 le domande di protezione internazionale presentate sono state oltre 31mila, nel 2011 il numero ha superato le 37mila. (ATLANTE SPRAR, 2012, p.46)¹⁰³

Dentro das situações descritas se enquadram *i minori stranieri non accompagnati* e os outros diversos casos que atravessam seus países em busca de um destino que os dê segurança. Um desses é o de mães e crianças, encontrados na Casa Elettra. A crítica feita nessa situação é a de que, mesmo com tantas frentes políticas internacionais cuidando dessa questão, ainda há um déficit, que se mostra na soma de tarefas de um operador, o que satura seu trabalho e confunde o abrigado, como veremos adiante.

Casa Elettra – atendimento para mães com suas crianças imigrantes

A Casa Elettra é um centro de pronto atendimento da prefeitura de Roma que recebe somente hóspedes são mandados pela SOS (*Sala Operativa Sociale*). O serviço é acionado pelo chamado de telefone verde, ligam para ele as pessoas que estão em situação de dificuldade ou algum serviço social que as encontra pela rua. Uma vez contactada, a sala operativa remaneja todas essas pessoas ao centro de acolhimento próprio ao problema dela.

O centro é um pronto de emergência de primeiro nível, que na teoria está preparado para receber hóspedes em um curto período de tempo, de 15 dias a 3 meses. Depois esses devem passar à Casa Família, que se constitui num centro de segundo nível, onde há um período longo de permanência e o objetivo é a reabilitação da autonomia social. Na Casa Elettra esse não é o escopo principal e sim explicar para as mães quais serão os próximos passos para se obter uma vida autônoma, ou seja, não se faz um projeto de vida e sim é uma fase de conscientização de todo o processo que ela passou e que ela deve passar, pois é muito difícil, nesse espaço de tempo, dar uma solução para o problema delas.

Entretanto, as casas de família são poucas e pequenas e, na maioria das vezes, não dão conta da grande demanda. Devido a isso, as mães acabam permanecendo mais tempo do

¹⁰³ Tradução livre da pesquisadora: Em 2011 foram apresentados na Itália 37.350 pedidos de proteção internacional, houve um aumento de 208,1% em relação a 2010 (12.121). O aumento dos pedidos é devido, em particular, o que tem sido comumente referido como "emergência Norte de África". A África é o continente do qual chega o maior número de pedidos (76,4%), em 2010 foi significativamente menor (35,3%). Os dez principais países de origem dos cidadãos estrangeiros que apresentaram os seus pedidos de asilo são de dois continentes: África e Ásia. Entre 2008 e 2011 houve um aumento de pedidos de asilo de 17,7%. Em 2008, os pedidos de proteção internacional foram mais de 31 mil, em 2011 o número ultrapassou 37 mil.

que é devido (dentro dos objetivos de um trabalho de primeiro nível) nesse centro. E assim é “dada a função” de segundo nível, no entanto, para isso faltam recursos, funcionários preparados, já que os funcionários do centro são direcionados a executar serviços de emergência. Há, ainda, um dispêndio de energia que os retira do que deveria ser a real função desses operadores, devem fazer os dois trabalhos. Além dos deveres burocráticos sobrepostos, dentro do centro existem algumas dificuldades encontradas no cotidiano. Algumas delas não são “boas” mães para seus filhos e desse modo outra competência é olhar a criação e a relação mãe e filho, mesmo sem interferir.

Além de uma carga maior para os operadores cria-se também uma confusão na cabeça do abrigado, porque no primeiro contato os operadores fazem uma entrevista, se apresentam e apresentam também todos os objetivos e regras do centro. E, logo que lhes é apresentado como deve ser, eles se deparam com pessoas no quarto que já estão na casa há seis meses ou mais.

Nesse primeiro momento os operadores fazem as entrevistas, pegam todas as informações de base, analisam questões sanitárias. Diferente dos centros para *i minori*, cuja uma das principais demandas é para conseguir um documento (ou *permesso de soggiorno*) a Casa Elettra só recebe mães com documento, somente em casos muito especiais e particulares se recebe sem documento, mas ainda assim é algo raro.

A maior parte das mulheres é estrangeira – entre romenas, marroquinas, indianas, paquistanesas e tunisianas – há somente uma mãe italiana. Essa diversidade se torna mais uma dificuldade encontrada para os operadores. Se estabelece aí um caminho de duas mãos, pois ao passo que eles devem mostrar respeito à cultura e história de cada uma, devem fazer prevalecer uma cultura comum a todas, que é a italiana, o país que elas estão (e que pretendem permanecer). Assim, fazer essa equação do respeito e da indução é um pouco mais complicada, porque elas podem achar que os funcionários estão agindo com desrespeito ou extrapolando o que é um limite para elas. Dentre muitas histórias em comum de imigrantes¹⁰⁴ uma trajetória que se destoava dos demais me chamou a atenção e devo expor, rapidamente, aqui como forma de ilustração, para atentar que casos particulares demandam uma atuação diferenciada, o que impacta todo um serviço assistencial.

A história de Antonella é muito particular, pois ela não se enquadra nos objetivos e no perfil desse centro, não deveria estar ali, mas nunca encontrou um lugar direcionado a ela. Antonella tem 56 anos e há 10 anos “passeia” pelo circuito de assistência social. Conceitualmente ela é uma *persona senza fissa dimora* e deveria estar num centro como o

¹⁰⁴ Tais histórias também serão tratadas com maior detalhe e profundidade num trabalho posterior.

Binário 95, no entanto, ela tem um retardo, que une a problemas cognitivos, cardíacos, diabete, hepatite, além de toda problemática psicológica. Por esses problemas um centro normal direcionado a *persone senza fissa dimora* não tem estrutura para recebê-la, não pode ir a uma pensão de idosos porque ainda não tem 60 anos, e casas destinadas a pessoas com problemas psiquiátricos acham que o problema dela não é grave o suficiente para por juntamente com os outros. Por isso, em todo esse tempo ela ficou sem lugar no mundo (e nem nos centros de serviços sociais).

No próximo capítulo será aprofundado o caso específico dos *minori stranieri non accompagnati*, no qual abordarei, não somente os aspectos legais, como também o plano subjetivo que se configurou em meio as interações e representações no centro de acolhimento.

3 CAMPO, METODOLOGIA E EMPÍRIA

3.1 “Tia, isso serve pra quê?” – Representações entre meninos e a casa de acolhida no Rio de Janeiro

“Liberdade pra mim é cuidado”

Luciano quando perguntado sobre o que é liberdade para ele

Luciano, o mesmo menino que indagou a frase exposta desse título, foi o que afirmou, com convicção, a epígrafe que abre esse capítulo. Essas duas frases dizem muito sobre alguns dos principais pilares da pesquisa. A pergunta proferida desperta sobre a falta de referência e como, *perdidos*, eles se estabelecem e se desenvolvem naquele espaço, estão ali em busca de um *porquê*. A sua afirmativa fala sobre as representações que formaram suas experiências de vida no envolvimento entre casa-rua-abrigo. A palavra de cada menino expressa sintomas, que muitas vezes não há possibilidade de serem diagnosticados e nessas linhas há a busca de se perscrutar o peso e o significado das perguntas e afirmações ditas, mesmo quando faladas de forma aparentemente descompromissada¹⁰⁵ Até porque é do descompasso que encontramos o compasso que abre para caminhos de reflexão, que faremos nesse capítulo.

O propósito inicial da pesquisa foi compreender o abrigo a partir das representações dos meninos abrigados, ao observar as tramas relacionais que se desenvolviam e os sentidos atribuídos a elas. As vivências institucionais foram observadas e analisadas em uma casa de acolhida, que age como uma metonímia representativa de todo um dispositivo legal e geral sobre o acolhimento institucional, isto é, num espaço único se reúne uma gama de particularidades que se enunciam num contexto social, sabendo que:

As percepções que se possam ter sobre o acolhimento institucional localizam-se em espaços e localidades históricas, não nos permitindo concebê-las de forma não imbricada e em uma relação dialética com o mundo social e individual, tampouco reduzir os fenômenos ao momento em que acontecem [...] ao identificar características singulares, mas pertencentes a uma realidade social. (NEGRÃO & CONSTANTINO, 2011, p.18).

¹⁰⁵ Essas falas possuem representação e significados que nos fazem ler a cena sob outras perspectivas que aprofundam a primeira visão da aparência, mais apurada para perceber o “imperceptível”, para detectar as nuances e para observar além do que se apresenta e no sentido do contexto e da fala. Essa apresenta e representa o que queremos observar e que não está localizado no plano do visível.

Embora a análise aconteça num ambiente pessoal, simboliza ações históricas, políticas, ideológicas e sociais. É posta a interação entre o sujeito e o social num movimento contínuo, vista por meio das trajetórias subjetivas. Ao iniciar a pesquisa no abrigo analisado entrevistei o coordenador geral do local para uma inserção e entendimento do funcionamento da instituição. O primeiro contato formal se deu com o corpo técnico – diretor e coordenador – e logo depois com alguns educadores considerados importantes, bem como a assistente social. Foram ouvidas a maioria das pessoas que desempenhavam funções e participavam do cotidiano do abrigos. A comunicação com a psicóloga, com alguns voluntários e outros educadores ocorreu ao longo da pesquisa. No primeiro contato foram feitas entrevistas semi-estruturadas com o corpo técnico e após essa fase centrei-me na observação direta das ações cotidianas, depoimentos “espontâneos” e novas perguntas diretas eram feitas na medida em que se mostravam necessárias no desenvolver da pesquisa.

No primeiro contato com o corpo técnico, a observação foi que a aproximação com os meninos abrigados seria melhor sem entrevistas formais e estruturadas, pois eles se sentem acuados e pouco falam. Assim, foi reafirmada a escolha pelo método da observação participante que “permite identificar comportamentos não intencionais ou inconscientes, explorar tópicos que os informantes não se sentem à vontade de discutir e, ainda, registrá-los em seu contexto temporal-espacial, o que torna possível a compreensão das rotinas institucionais e vivências” (ALVES-MAZOTTI & GEWANDSZNADJER *apud* NEGRÃO & CONSTANTINO, 2011, p.22).

A observação participante implica saber ouvir, escutar, ver, fazer uso de todos os sentidos. É preciso aprender quando perguntar e quando não perguntar, assim como que perguntas fazer na hora certa. As entrevistas formais são muitas vezes desnecessárias, devendo a coleta de informações não se restringir a isso. Com o tempo os dados podem vir ao pesquisador sem que ele faça qualquer esforço para obtê-los. (VALLADARES, 2007, p.154)

Sendo assim, a pesquisa foi feita, essencialmente, a partir de métodos qualitativos e apesar dessa dissertação não se caracterizar como uma etnografia, a metodologia se deu por meio de uma observação participante no sentido atribuído por James Clifford: “um árduo aprendizado linguístico, grau de envolvimento direto, conversação, e frequentemente, um ‘desarranjo’ das expectativas pessoais e culturais”. (CLIFFORD, 1998, p.21). E, também, na tentativa de seguir *os dez mandamentos* da observação participante, ao dizer Valladares (2007, p.154) que:

A observação participante supõe a interação pesquisador/pesquisado. As informações que obtém, as respostas que são dadas às suas indagações, dependerão, ao final das contas, do seu comportamento e das relações que desenvolve com o grupo estudado. Uma autoanálise faz-se, portanto, necessária e convém ser inserida na própria história da pesquisa. A presença do pesquisador tem que ser justificada e sua transformação em “nativo” não se verificará, ou seja, por mais que se pense inserido, sobre ele paira sempre a “curiosidade” quando não a desconfiança.

A opção por um método qualitativo, no qual a observação participante é a principal postura metodológica que a envolve, ocorreu por essa ser uma técnica que o observador compartilha de todas as circunstâncias que intermediam as atividades e práticas próprias dos sujeitos pesquisados. Sendo, dessa forma, captar as significações das experiências subjetivas existentes na interação social. Considerando o que Bakhtin (1986, p.36) afirmou, que: “o material privilegiado da comunicação na vida cotidiana é a palavra”. Foi por meio da palavra e das flexões dela que iniciei essa pesquisa, considerando, também, que o silêncio tentava, por vezes substituir uma infinidade de palavras. Anunciava-se, a mim, um mundo de poucas palavras, mas de intensas significações. As pausas enunciavam um mundo de outras *não palavras*. E captar além do léxico, era desafio que me compunha e recompunha a cada encontro.

Destaco que a escolha foi por não revelar os nomes verdadeiros e não identificar de quem partiu a fala, o discurso é o mais importante. Analisar o que cada sujeito diz e quis dizer é o ponto fulcral de entendimento das várias enunciações e cenas. Com isso, ganha luz o impacto do pensamento traduzido em falas para os meninos abrigados e para as próprias ações institucionais. Como essa pesquisa se coloca intrinsecamente ligada ao nome que os meninos carregam, decidi escolher, para cada um, o nome no qual o significado harmoniza com a sua personalidade. Em cada nome escolhido está a tentativa de transparecer quem eles mostraram ser. O nome que carrega a identidade.

A entrada no abrigo e a quebra com a “cultura aparente”

A experiência de entrada nos abrigos age como outra ruptura (por vezes voluntária e outras involuntária) na “carreira moral” (GOFFMAN, 2003) e na vida dos meninos. A trajetória marcada por uma ruptura biográfica, familiar e de percursos não lineares são expressas no cotidiano dos abrigos. Cada um se coloca a partir “do que levou da vida” externa, suas visões e percepções de mundo são vistas nas atitudes do dia a dia, assim como nas oficinas, atividades, brincadeiras, aulas, entre outros, ocorreu um encontro - um desencontro e uma descoberta também - com o eu e, concomitantemente, com a produção de

um senso coletivo. O processo de entrada numa instituição total é descrito por Goffman (2003), mas pode ser visto, com suas particularidades, nos abrigos que recebem esses jovens.

Todos que se encontram ali chegam com uma “cultura aparente”, derivada de outra forma de vida e de um conjunto de atividades vividos. Já tinham uma forma de defesa, de enfrentar conflitos e fracassos, exercidos, na maior parte das vezes, de acordo com suas vontades pessoais, de forma mais deliberada. Com a entrada no abrigo não é possível haver uma substituição de cultura ou da formação tida até então, mas existe a adequação de um novo ritmo e estilo de vida, com uma especificidade:

Todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de outro grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, a seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição. (GOFFMAN, 2003, p.16)

É necessário tempo para se adequar a nova forma de sociabilidade que a instituição lhe proporciona, há um processo de modificações em sua “carreira moral”. Ao adentrar os muros da casa de acolhida¹⁰⁶ há concepções trazidas de um universo doméstico e, por vezes, da vida nas ruas. Não há um total desprendimento do que o constituiu até o momento de entrada no abrigo, no entanto, devido a essa nova áurea institucional e coletiva, na qual há uma série de regras e de uma hierarquia pra se obedecer no dia a dia, eles devem se despir para encararem um processo de admissão, no qual deve ser enquadrado nas novas programações e admitindo “ser conformado e codificado num objeto que pode ser colocado na máquina administrativa do estabelecimento, modelado suavemente pelas operações de rotina” (GOFFMAN, 2003, p. 26).

Esse novo tratamento dá uma sensação de homogeneização, pois todas as atividades devem ser realizadas em conjunto, da mesma forma, com os mesmos horários estabelecidos para todos, com o propósito de chegar aos objetivos oficiais. O abrigo entra com novas regras e “leis”, e devido a isso, para muitos - seja por uma postura pró ativa da instituição ou simplesmente pela falta de referencial do menino - é ele o principal ator de formação e a maior referência de ligação com o mundo externo. E no discurso das casas de acolhida, tais

¹⁰⁶ As nomenclaturas aparecerão de formas distintas, de acordo com a que cada país dá a sua instituição. No Rio, os abrigos são chamados pelos *educadores* de casa de acolhida e em Roma, os *operadores* a chamam de centro de acolhimento. Assim também acontece com as categorias dadas aos funcionários: educadores no Rio e operadores em Roma. Essas diferenças são expressas para uma identificação e localização com o cenário que estamos mencionando.

mudanças e realização de atividades são como meios de favorecimento de suas expressões quanto aos problemas enfrentados. “A busca de limites como enquanto a busca da lei necessária age para impedir a emergência do caos passional”. (TAKEUTI, 2002, p.87)

Para a criança e o adolescente institucionalizado, o abrigo é muitas vezes o ambiente imediato de maior impacto de suas trajetórias, ou melhor, o microsistema no qual ela realiza maior número de atividades, assume diferentes papéis e estabelece interações pessoais face a face pessoais ou simbólicas. (VASCONCELHOS, YUNES E GARCIA, 2009: 221 *apud* NEGRÃO & CONSTANTINO, 201, p.183).

No caso da Frei Carmelo Cox, a casa de acolhida analisada, há um direcionamento a dois perfis que, aparentemente, são muito próximos, o que leva a um pensamento de tratamentos similares e facilita uma predominância de um método homogeneizante. Entretanto, o perfil do menino que chegou devido a um abuso, negligência e/ou violência doméstica não é e não pode ser o mesmo do que fugiu de casa e teve a rua como único e principal recurso de sobrevivência. Apesar dos dois estarem envoltos por um sentido de pobreza, rejeição e estigma, *a cultura aparente* que os levou até a condição de menino institucionalizado se difere, logo, os diferenciais se dão das formas mais elementares aos detalhes sutis, como a inscrição numa fala *nativa* da rua, a maneira de se colocar, portar, jogar, brincar, pedir e trocar afeto. Os comportamentos, apesar de um pouco esperados e homogêneos, são diversificados e cada um necessita de uma atenção especial. Quando os meninos são “enviados” para o abrigo chegam de várias formas, alguns são mais calados e outros agressivos, outros chorando ou oprimidos.

Quanto aos meninos de rua, cada um já tem um universo próprio com gírias do grupo e um vocabulário resumido a poucas e significativas palavras. Dessa forma, uma palavra utilizada repetida vezes pelos meninos assume uma infinidade de sentidos que compreenderemos somente pelo contexto e de suas expressões corporais. Lidar com eles é diferente por haver uma comparação tenaz e circular entre a vida na rua e no abrigo, ao afirmarem que “a rua é boa, não é ruim, não se cumpre regras e tenho *liberdade*”. E é essa liberdade sem amarras que faz com que o índice de evasão desse perfil seja em números tão consideráveis. A rua funciona também como moeda de troca de permanência no abrigo, ou seja, algumas vezes presenciei a seguinte afirmativa como ameaça aos educadores quando barganhavam tratamentos ou objetos: “senão evado”.

A mudança de *status* de menino de rua para menino institucionalizado é uma quebra muito forte na ‘formação de si’, que é arraigada ao signo da liberdade, o principal expoente, bandeira e força que os fazem sujeitos de si, ou seja, dizerem sim ou não, expressando

vontades, gosto, sonhos e desejos. Por isso, ao entrar um menino de rua no abrigo, os educadores alegam que devem “entrar no mundo deles”, falar da mesma forma, entender o que eles querem dizer. Normalmente, quando eles decidem sair de casa, nunca é sozinho, sempre tem uma rede, pois ao mesmo tempo que a rua é *boa*, ela provoca medo, e por isso o menino não tem coragem de ir embora de casa completamente só. O exemplo se repete com os que estão abrigados, a evasão normalmente acontece junto com um grupo que já teve a vivência de rua, então, a fuga também não acontece de forma solitária.

No quadro atual da Frei Carmelo, as histórias de meninos de rua que persistiram na condição de institucionalizado são poucas, e os que ainda estão abrigados, o são por motivos pontuais, por contingências que tornam a presença necessária. Como exemplo há o caso de Lucas¹⁰⁷, que logo à primeira vista se distingue dos outros meninos da casa, não só por seu *piercing* na boca, mas por seu olhar de menino malandro e o sorriso que conversa contigo dizendo: “dou nó em pingo d’água”. Lucas, cujo codinome que recebera quando morava na rua de *trem bala*, pelo fato de roubar e fugir correndo rapidamente, frequentava o Centro Sócio de São Cristóvão, que funciona somente como Casa Dia, mas começou a ter problemas renais graves. Devido a necessidade de um acompanhamento médico rigoroso juntamente com mudanças de hábitos, foi transferido para o abrigo. Hoje, sua saúde já está recuperada e ele continua a viver – distintamente – na casa, mas a referência à evasão é recorrente.

A aproximação com os meninos de rua também se deu por outras vias. Os meninos, que passaram por violência doméstica e que não tem um histórico de rua, te recebem sem mesmo saber quem você é, porque a necessidade do estar junto é tão grande que a relação se inicia no primeiro minuto de entrada. Já os meninos que tem uma vivência e um vínculo forte com a rua, tem uma postura mais parecida com *i minori stranieri non accompagnati* de Roma (principalmente os africanos), eles te analisam, não são de falar muito e abrir sua vida. No meu caso, a aproximação foi pela via de pedidos de coisas materiais. O *espírito de viração*¹⁰⁸ transformava as solicitações de “presentes” em objeto de barganha. O que remete à Mauss em *Ensaio sobre a dádiva*, quando disserta acerca da “noção de aliança” de que toda “representação é relação” (*apud* LANNA, 2000, p.175):

¹⁰⁷ Esse menino é o que talvez mostre o espírito mais livre e inconstante, por isso a escolha de Lucas, que significa “curioso, preferindo a insegurança e o desconhecido a uma vida rotineira e monótona”.

¹⁰⁸ “Emprego do termo *viração* como uma noção exemplar para descrever o processo singular das experiências travadas pelos meninos de rua: as diferentes imagens produzidas sobre eles por discursos e ações sociais variados são incorporadas e atualizadas nas relações concretas que eles estabelecem, sem que haja escolha de alguma particular. Suas experiências são relevantes porque permitem o estudo de processos extremamente dinâmicos de constituição de identidade” (GREGORI, 2000, p.18-19).

Mauss já definia a dívida de modo amplo. Ela inclui não só presentes como também visitas, festas, comunhões, esmolas, heranças, um sem número de “prestações” enfim – prestações que podem ser “totais” ou “agonísticas”. Creio ser fundamental notar como Mauss entendia até mesmo os tributos como uma forma de dívida. Voltando à tese principal do *Ensaio*: nele se postula um entendimento da constituição da vida social por um constante dar-e-receber. Mostra ainda como, universalmente, dar e retribuir são obrigações, mas organizadas de modo particular em cada caso. Daí a importância de entendermos como as trocas são concebidas e praticadas nos diferentes tempos e lugares, de fato que elas podem tomar formas variadas, da retribuição pessoal à redistribuição de tributos.

Há um olhar desconfiado que se materializa e dificulta a chegada. Com um dos meninos de rua, que só passou a falar comigo depois de um tempo de convivência, o contato só foi real quando ele viu uma possibilidade de aproximação para *ganhar* algo. Foi então que Lucas me pediu um *cordão amarelo*. Eu disse que não poderia dar e ele respondeu: “Tia, se você não me der eu morro”. Sabendo que eu tinha o interesse de entrevistá-lo, usou o fato do cordão como instrumento de troca, o que nos leva aos conceitos de *manipulação de estigma* (GOFFMAN, 1988) e da *viração* (GREGORI, 2000). Destaco o fato de ele não pedir um cordão de ouro e sim amarelo. Leio essa situação e esse pedido como a *simbologia de um poder*, um recurso de pertencimento a determinado grupo. Como sua vivência é das ruas um cordão amarelo é representativo para ser aceito, ser temido. Não é o valor que o interessa é o que ele representa para a aceitação de um grupo escolhido por ele. Seus sinais exteriores (como o piercing) são formas de buscar uma tribo, para ele não importa se será adotado por uma família ou aceito por um grupo do qual quer fazer parte, ele tem a necessidade de estabelecer algum *pertencimento não estigmatizado*.

Essa postura deriva de um dia a dia próprio da rua, pois para lidar com as artimanhas da rua, além de jogar com sua identidade, os meninos precisam, em sua literalidade, se virar. O que nos faz remeter a teoria desenvolvida por Gregori (2000), que afirma que a vida diária do menino transforma-se numa “viração”. O termo designa, de forma direta e resumida, a simbiose entre a luta pela sobrevivência e a interação simbólica. A viração acaba sendo, então, a forma de descobrir maneiras de conquistar recursos de sobrevivência e o desenvolvimento de habilidades para se contornar suas situações adversas. A viração está articulada como fator essencial para a formação identitária do menino, para construir identidades coletivas, assim como para diversas modalidades de sociabilidade.

Para eles, a viração contém em si algo mais do que a mera sobrevivência, embora seja seu instrumento. Há uma tentativa de manipular recursos simbólicos e “identificatórios” para dialogar, comunicar e se posicionar, o que implica a adoção de várias posições de forma não excludente: comportar-se como “trombadinha”, como “avião” (passador de drogas), como “menor carente”, como “sobrevivente”, como adulto e como criança. Nesse sentido, é uma noção que sugere, mais do que o movimento – que é dinâmico e constante -, uma comunicação persistente e permanente com a cidade e seus vários personagens. [...] O

caráter dúplice da viração exige que o menino aprenda a lidar com os diferentes tipos de imagem elaborados sobre ele e que essas imagens façam sentido nas relações que ele estabelece com o mundo e com seus pares. (GREGORI, 2000, p.31).

É através desses atributos que os estigmatizados estabelecem as relações. Utilizam-se desses atributos para obter “ganhos secundários”. Nessa propositiva agem os meninos de rua, pois, em sua formação identitária “jogam” com a platéia e informam a construção do(s) personagem(s) por eles escolhidos e vivenciados. De tal modo, eles existem na inter-relação de seus “papéis”. O estigma mostra-se, nessa faceta, em sincronismo, com a subjetividade produzida.

Dentro das observações na casa de acolhida pude perceber esse jogo no *ritual de interação* (GOFFMAN, 2011) com os que são de fora. Nesse caso, me reporto novamente a uma situação ocorrida com Lucas. Estava conversando sobre roubo com os meninos e eles me contaram o que achavam dessa prática. Alguns diziam que nunca tinham roubado, outros contavam, com orgulho, que já *pegaram* cordão de ouro e anel de casamento. Ao perguntar a Lucas - que eu sabia que tinha grande histórico de roubo – sua resposta foi inesperada. “Que isso, tia, tá amarrado em nome de Jesus”. Recorrendo a uma expressão religiosa e sem saber que eu conhecia o seu histórico, ele quis se colocar de forma diferente dos outros para estabelecer um contato de confiança, um vínculo a fim de alcançar seus objetivos secundários.

Todos esses artifícios, recursos, ou “jogos com a platéia”, são feitos de forma consciente. No caso dos meninos de rua, eles sabem o que fazem. Há uma interação entre os personagens que ele *veste* e a construção do que ele está se transformando como sujeito. Despem-se e vestem novas “roupas teatrais” se adequando a cada necessidade que o momento e a situação determinam.

Alguns desses exemplos mostram a necessidade de um olhar minucioso para as formas heterogêneas de adaptação e de vivência que esses meninos possuem. No entanto, as formas heterogêneas de tratamento muitas vezes se esbarram e se confundem com “sistema de privilégios”. As regras do abrigo são um conjunto de disposições, preceitos e proibições que se forem bem aceitas funcionam como recompensas, privilégios e se desobedecidas tem como consequência castigos e repreensão, mas para Goffman (2003) o sentido de privilégio como recompensa para a instituição nada mais é do que a ausência de privação, exposta nos detalhes descritos:

No mundo externo, por exemplo, o internado provavelmente podia decidir, sem pensar muito a respeito, como desejava o seu café, se acenderia ou não o cigarro, quando falaria ou não; na instituição, tais direitos podem tornar-se problemáticos. Apresentadas ao internado como possibilidades, essas poucas reconquistas parecem ter um efeito

reintegrador, pois restabelecem as relações com todo o mundo perdido e suavizam os sintomas de afastamento com relação a ele e com relação ao eu perdido pelo indivíduo. (GOFFMAN, 2003, p.26)

Contudo, eles não reagem passivamente frente a esse sistema institucional. As respostas às regras se dão por meio de “táticas de adaptação”. Na interpretação de Goffman (2003, p.59-61) há várias formas dessas táticas se configurarem nas relações: *afastamento da situação*: que se caracteriza pela abstenção de participação; a *intransigência*, que se dá pela não cooperação à instituição; a *colonização* que é quando a experiência do mundo externo é usada como ponto de referência para demonstrar como a vida no interior da instituição é desejável; *conversão* - aceitação da interpretação oficial, age com tática mais disciplinada e moralista; a *viração* se dá pela combinação de várias táticas que tem por objetivo evitar sofrimentos físicos e psicológicos e a *imunização*, no qual o mundo da instituição passa a ser um mundo habitual sem novidades.

É notável que tais representações são usadas em instituições totais dos mais variáveis tipos e níveis, e nas casas de acolhida elas são moldáveis, todas essas não aparecem isoladas e se transformam, transmutam nas atitudes dos abrigados. Em uma das tardes, durante em jogo, um menino diz um palavrão e Glauber¹⁰⁹, um dos meninos mais velhos, logo o repreendeu, dizendo que (de acordo com as regras de convivência) não se podia falar palavrão ali. Primeiro deve-se considerar que a minha presença modifica o lugar (SILVA, 2009) e o fato de eu estar ali pode ter sido o agente motivador para ele repreender o outro menino, pois na ausência de um educador no local eu era a hierarquia. Porém, mesmo na falta de uma hierarquia oficial, há um ordenamento próprio, extra oficial, talhado por eles, onde interagem as regras do abrigo com as suas próprias. E, ainda, a figura do “mais velho” no momento também se mostrava representativa, pois o outro menino se calou e obedeceu, sabendo que estava *desviando* de uma das regras do código de conduta antes acordado.

Negociação afetiva

“Agora eu fiquei doce igual caramelo” – canta Luciano¹¹⁰, sentado à mesa durante a aula de artesanato.

¹⁰⁹ A escolha por Glauber foi devido a um olhar esperançoso desse menino, que sempre demonstrou com uma pureza própria, sua esperança em conseguir uma família que o amasse. Por isso, Glauber: “aquele que acredita”.

¹¹⁰ Ao escrever a dissertação pensei: “esse menino foi a luz da minha pesquisa”. Por isso, nada mais justo do que o nome Luciano. Esse nome tem a raiz (*luk, luc, lyke*), a mesma que originou a palavra lux, que significa “luz”.

“*Tô tirando onda de Camaro Amarelo*” – *eu continuo.*

Ao perceber que eu continuei a cantar a música, Luciano abriu um largo sorriso por “achar um gosto em comum”, o que, para ele criava um elo entre nós. Sendo assim me pergunta:

- *Tia, os caras que cantam essa música são bonitões, não é?*
- *Ah, não acho não, Luciano.*
- *É, mesmo, eles não são bonitos não, mas a música é boa, né?*
- *Também não gosto da música, só conheço esse pedaço.*
- *É... nem a música é boa mesmo.*

Ainda que pareçam somente detalhes, avalio que a relevância esteja nas minúcias do que cada fala *quer dizer*: “olhadelas, gestos, posicionamento e enunciados verbais que as pessoas continuamente inserem na situação, intencionalmente ou não” (GOFFMAN, 2011, p.9). Nessa pequena cena foi representativa a tentativa de criação de laços e de aproximação. A *fragilização de vínculos* – abordada por Escorel (1999) – se mostra de maneira forte e marcada, porém quando se trata das técnicas de vinculação, essas se dão das maneiras mais pormenorizadas possíveis. Luciano, apesar de ter seu gosto musical, pode mudar sua apreciação de acordo com as respostas recebidas na interlocução, isto é, ainda que seu quadro de preferências não esteja completamente constituído, ele o monta de acordo com os estímulos que o *outro desejado* o conduz.

Nesse episódio, Luciano, ao perceber a minha recusa, modificou seu gosto para estar equiparado com o que me agradava. Não foi para o conflito porque ainda não tem a garantia da autonomia pronta. A voz dele expressa a de quase todos que estão no abrigo esperando ser adotados. Por isso estão eles sempre numa cena teatral. A esse acontecimento que chamo de *cena teatral*, também é possível fazer uma interpretação paralela ao que Goffman (2011) chama de comportamento de *fachada*, em que a pessoa se coloca em *papéis do eu* em meio a um ritual de processos de interação social, cujo seu comprometimento e objetivo é preservar a sua fachada. A elaboração de uma relação face a face, onde a fachada está subscrita reflete o sentido de um sujeito que elabora a face em busca de uma adequação, um padrão de atos verbais e não verbais para enfrentar o outro social, em que avalia os participantes e especialmente de si mesmo. Porém, tal adequação não se trata de performance ou fingimento, mas de um compromisso consigo e com o grupo.

Os meninos se colocam disponíveis às tantas maneiras de se vincular e a presença de uma pessoa diferente no cotidiano deles já acena para isso. Uma das coisas que eu não esperava ao iniciar o trabalho de campo no abrigo foi uma recepção carinhosa “de graça”. Esperava ver jovens revoltados, que não gostariam de alguém estar ali para “saber da vida deles”, no entanto, são dóceis e alguns mostram, inclusive, o desejo de estar ali. É encontrada uma carência muito grande, expressa no pedido - quase automático - de apadrinhamento. A primeira vez que vi Glauber ele me perguntou: “Tia, quem a senhora vai adotar aqui?”. E quando disse que não adotaria ninguém, ele logo me perguntou: “Então vai ser madrinha de quem?” A atitude de Glauber, entre tantas outras, demonstra a tentativa de um resgate de vínculos o tempo todo. Para eles, não importa quem sou eu ou o meu nome, a aceitação e o abraço são imediatos. Quem você é não é importante, o que eles demonstram ser realmente modificador é o fato de você estar ali.

Há agências múltiplas e sentimentos múltiplos no sentido em que alguns meninos querem voltar para a família, outros querem ser adotados e também há aqueles que preferem continuar na instituição, como é o caso de Erasmo¹¹¹. Alguns meninos abrigados ainda tem uma relação com a família e Erasmo passou a ir em alguns finais de semana para a casa do pai. Em um dos fins de semana que deveria ficar com o pai, ligou e mentiu para o pai dizendo que não era pra buscá-lo. E essa mentira não foi para sair ou enganar também os educadores, mas simplesmente para passar o fim de semana no abrigo.

Para esse grupo de meninos, no qual Erasmo se insere, a casa de acolhida é a maior referência de casa e de família. A instituição abarca todas as áreas de orientação dessa criança e desse adolescente. Esse fato é expresso quando o corpo técnico e os educadores afirmam que a maior referência de família são eles, pois muitos não recebem visitas de família - nem a nuclear nem a extensa - e acabam passando a necessidade dessa relação para os educadores. Nas palavras da assistente social responsável, com os educadores essa dependência é mais forte do que com os técnicos (assistente social e psicóloga) que ficam com a parte mais administrativa, porque são eles que brincam no pátio, vão à praça, e vivem o dia a dia com os meninos. Eles que estão ativos na chamada *área de confronto*.

Essa referência se mostra de uma forma paradoxal em dois exemplos dados pela assistente social. Um reflete o argumento que na falta de uma figura familiar, essa função acaba sendo automaticamente transferida para o abrigo. Glauber, um dos mais antigos da

¹¹¹ Por esse menino ter sido o primeiro a me receber na casa de acolhida e por sempre mostrar uma atenção e carinho presente comigo e com todos que o rodeiam, o chamo de Erasmo, que significa: “o que gera o amor, amável, amoroso”.

casa, já passou por duas famílias acolhedoras e devido a problemas foi reconduzido ao centro. Uma vez, quando abordado na rua por policiais, sua pronta resposta foi: “Eu passei pelo abrigo da AMAR”, sem ter uma posição familiar para apresentar. Nesse fato, ainda que a instituição seja usada para evocar uma credibilidade e um referencial, ela não atua como no caso analisado por Rocha (2009), em que o projeto social é um *passaporte simbólico*.

O outro exemplo caminha no sentido oposto, e se encontra mais com a análise de Goffman (1988) quanto à manipulação do estigma. Nesse exemplo, morar numa instituição carrega e o fato de ser “carimbado” como menino abrigado, logo, sem família. É possível ver esse pensamento por meio das atitudes de Lucas e Luciano, que não falam que moram no abrigo. Lucas diz que fica na casa de dia porque é mais perto da escola, mas que tem uma família. Luciano somente apontava para a casa rosa dizendo: “eu moro ali”, mas sem entrar em detalhes do que aquele lugar era de fato. Mostraram-se desse modo para se inserirem, de alguma maneira, num grupo tentando “driblar” o estigma com suas agências múltiplas, mascarando e neutralizando os marcadores e elementos producentes.

Em acontecimentos como esse é mostrado a sagacidade dos meninos diante a vida. Em entrevista com o coordenador da casa de acolhida, ele afirmou que como sua presença significa a última instância no abrigo, há uma hierarquia que deve ser respeitada, ou seja, antes de chegar alguma questão a ele, deve ser passada, primeiro, pela avaliação dos educadores da casa. Mas diz que mesmo com essas regras “o menino joga muito contigo”. Se eles não conseguem o que querem com os educadores, vêm à sua procura, e não trazem a questão completa, só aquilo que é importante pra eles, porque acham que podem ignorar a fala do educador”. Ato esse tão comum, que põe toda uma situação contextual abaixo de um interesse ou necessidade. Isso não os torna melhor nem pior à sua condição de abrigado, mas o torna igual e semelhante aos sujeitos sociais.

No que se refere à interação com o corpo técnico o que aconteceu com Edgar¹¹² ilustra o afirmado pelo coordenador. O menino, de sete anos, fugiu da casa para ficar na rua, entretanto, ele não tinha vivido nas ruas antes e ainda não tinha adquirido a “malandragem” própria daquele grupo, por isso acabou sendo alvo de agressão dos meninos maiores e que já estavam naquele espaço há mais tempo. Assustado, voltou para o abrigo, mas como imaginava ter problemas por ter fugido e voltado, deu o nome de Paulo para os educadores para que o coordenador o pudesse receber, que conta: “*Quando eu fui procurar o menino*

¹¹² A esse menino que mesmo pequeno mostra o que quer dou o nome de Edgar: “aquele que defende seus bens com uma lança”.

novo, o Paulo, encontrei o Edgar e perguntei onde estava o tal de Paulo. E ele me respondeu: 'sou eu tio, sabe como é né, se eu dissesse que era o Edgar você não ia querer me receber'”

Ainda que com uma criança de sete anos já é notável a capacidade de interpretação dos acontecimentos e comportamentos. Com essa consciência, eles montam as suas estratégias de inserção e defesa. Ele tinha a consciência de uma suposta não aceitação por causa de sua atitude, mas mesmo assim, achou um caminho para contornar o que lhe foi posto, é a tentativa de se achar sempre uma margem, um estratagema para lidar com a interação prevista. Estratégias essas de vida, de defesa e de autoproteção aprendida por Edgar, a *fórceps*, em tão tenra idade.

Todas essas situações expõem os jogos de aceitação que montam a partir de suas percepções, de suas subjetividades quando estão diante de um encontro misto. Remonta ao fato deles receberem com aceitação prévia a minha presença, que não pode ser lido como uma ação ingênua, mas sim como algo proposital. Estão imersos numa densa troca de interesses e essas formas de recepção compõem um repertório da *fachada*, pois eles repercutem uma série de comportamentos que buscam um respeito próprio, um valor positivo para si. A tentativa de persistir num comportamento de fachada consistente é sustentada por um processo contínuo de agenciamento de capitais sociais e simbólicos. “O valor positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assume durante um contato particular” (GOFFMAN, 2011, p.13).

Em muitos contatos com os meninos ficou evidente a postura de pedidos de presentes sem discriminação. Havia uma insistência muito grande, pois o meu papel não era claro para eles, e a presença de qualquer um ali (voluntário, pesquisador e educador) era traduzido na possibilidade de um ganho secundário. Em meio a esse *ritual de interação*, a percepção subjetiva do que agrada o outro e não agrada também é muito aguçada, já que eles mudam suas respostas e comportamentos de acordo com o que o outro espera dele. Diante os tantos pedidos de presentes, perguntei (como maneira de análise) quem ganhava menos presente entre eles¹¹³. Orgulhosos de que ganhavam muitos presentes, todos logo falaram: “É o Alex”. E eu disse: “então é o Alex que deve ganhar qualquer coisa de presente”. No mesmo instante, o orgulho de receber muitos presentes se modificou e a disputa passou a ser quem ganhava menos presente.

¹¹³ Nenhum dos pedidos de presente foi atendido, mas não foram estancados com frases do tipo: “meu papel não é esse”. O intuito foi deixar com que os pensamentos dos meninos correrem naturalmente para que suas atitudes e respostas fossem as mais espontâneas possíveis, levando em conta que mesmo essa espontaneidade não é neutra e vem com elementos de uma interação face a face, como o exposto com a fachada.

Nesse cenário de disputa, Luciano mais uma vez se diferenciou, levantado o dedo e dizendo: *“tia, eu não quero nada”*. Quem não pede nada espera outra coisa, a aproximação para o alcance da admiração: *“tá vendo, todos pedem, eu não”*. Essa se constitui numa grande exemplificação dos jogos de aceitação que eles fazem com o agente externo, a negociação em meio ao contato misto, do estigmatizado, com o “normal”. Eles se adequam a circunstância dada e devem manter uma atitude coerente diante os outros, sustentando um comportamento-padrão, como quem diz: *“não estou te vendo como alguém que vai me dar um bem material, eu quero mais que isso, quero conquistar você e a sua confiança”*, visto em uma das descrições da fachada.

A fachada é uma imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados – mesmo que essa imagem possa ser compartilhada, como ocorre quando uma pessoa faz uma boa demonstração de sua profissão ou religião ao fazer uma boa demonstração de si mesma (GOFFMAN, 2011, p.14)

Nesse mesmo dia, participei do laboratório de artesanato com todos. Em meio à aula, Ícaro pediu para que eu voltasse no sábado, pois teria a festa de uma das educadoras. Disse a ele que não poderia e todos insistiram na pergunta do porquê eu não poderia. Falei que tinha um compromisso e todos pediram para que eu os levasse para sair, insistentemente num movimento de competição, em que cada um mostrava seus atributos para ser merecedor de uma saída com uma das pessoas diferentes que frequentam o abrigo¹¹⁴. Mas frente à reflexão sobre o comportamento de fachada, uma frase ecoada como um pensamento em meio a tantos ruídos, devido à disputa de quem passearia, me chamou a atenção. Júlio¹¹⁵, que numa reflexão em meio aquele momento disse: *“Ah, não quero ir não. Prefiro a minha calça”*. Curiosamente, Júlio, que havia pedido a calça, nunca havia conversado comigo e a linguagem dos presentes foi a escolhida por ele. Para alguns, a aproximação ocorre pela linha do afeto e admiração, para outros por meio de bens materiais adquiridos. Basta saber qual a importância e concepção de um apadrinhamento ou adoção que existe para ele. No caso de Luciano, por exemplo, já sei que seu objetivo é sair dali para uma possível adoção, quer uma família e por isso usa das armas da conquista e um sentido de persuasão afetiva para atrair a ele. E Júlio?

O Júlio se inscreve numa outra história que tem o componente de maus tratos muito presente. A sua trajetória de vida se liga à rotina da negligência e da violência familiar. Dessa

¹¹⁴ Essa é a referência que eles têm por não saber distinguir o trabalho exercido por cada um – pesquisador, voluntário ou educador - todos se enquadram numa categoria só: “pessoas que frequentam o abrigo”.

¹¹⁵ Escolhi Júlio, pois esse menino exala a essência da infância e adolescência. A juventude é expressa em seu rosto de forma enfática, por isso a decisão por Júlio, que significa “aquele que é jovem”, “jovial”.

forma, sua família, com todos os laços biológicos que a forma e a faz é sua pior referência que é sublimada por representar o negativo do que queria viver. Talvez, a busca de uma aparência melhor, se dê no campo da aceitação pelos amigos da escola que frequenta fora do abrigo, onde institui com esses amigos uma relação de parceria estabelecida, de início, pelos símbolos de suas vestimentas, daí o clamor pelo presente que o tornaria mais igual à sua turma, mais aceito por aqueles que, de fato, não lhe representa ameaça.

Quando o público e o privado se confundem

“Cada indivíduo em seu lugar e cada lugar em seu indivíduo”, esse pensamento exposto por Foucault (1977) está implícito ou explícito nos discursos institucionais e, no caso da instituição analisada, há um conflito com esse pensamento por uma prática comum na casa: a ida dos meninos abrigados para passar finais de semana junto com os educadores. Alguns dos funcionários alegaram que não levam os meninos para que o ambiente público e privado não se confundam, o espaço “casa e rua” (tendo rua como o local externo, de trabalho) não podem entrar em choque. Nesse sentido, a regulação acaba sendo direcionada por uma ordem emocional mais que técnica, em que o envolvimento pessoal se confunde com as atitudes institucionais.

Esse posicionamento pode ser lesivo no cenário onde as relações são postas. Trata-se de meninos que buscam uma referência familiar de várias formas e tal prática causa uma espécie de disjunção entre o seu papel e a função social do abrigo e dos próprios educadores. Uma vez que um menino passe o fim de semana ou uma data festiva com algum educador, retorna com a esperança da adoção, uma porta se abre, uma lacuna longe de ser estancada ou preenchida. Essas posturas delineam o tratamento dado aos meninos, se mais distante, mais próximo, com o cunho mais profissional ou afetivo.

São essas dúvidas que formam uma imagem dúbia quanto à função da casa de acolhida em suas vidas. Ao passo que a tem como o lugar de referência – devido a falta de outra, então se remete ao que está mais acessível – sabem que aquele espaço não representa uma família tradicional da qual querem fazer parte. Então, sempre acionam formas de se vincular a uma família, que se reflete no pedido de adoção para educadores, voluntários, ou pra mim, desde o primeiro encontro. Estar, no sentido provisório que a palavra remete, abrigada, se por um lado representa dor calada que aparece em cada pedido, negociação ou estratégia, por outro, também significa proteção e identidade. O pedido e anseio são frutos de uma carência que os fazem buscar um vínculo não tão instável ou uma base estável.

Nesse processo de comunicação entre abrigado e instituição “uma das atribuições do abrigo seria o exercício de funções maternas, substituindo a família, pois teria de ‘tapar o buraco’ que veio da família” (NEGRÃO ; CONSTANTINO, 2011, p.162). Desse modo, deve-se problematizar o próprio tratamento dado pelos meninos de *tio* e *tia*, que se constitui numa representação desse olhar construído pelo o que eles desejam.

Em muitos abrigos, os cuidadores diretos das crianças e dos adolescentes são denominados “mães e pais sociais”, ainda que em alguns casos as características de seus atendimentos distanciem-se daqueles vivenciados por pessoas com relações de consanguinidade. Nesse abrigo os educadores se referem uns aos outros como “tios e tias”, tal como as crianças e adolescentes os chamam. Parece ser uma forma de se garantir à função familiar da instituição, o que, por si só, já seria contraditório, tendo em vista que uma das principais funções legais dos programas de acolhimento institucional deve ser o retorno para a família de origem. (NEGRÃO & CONSTANTINO, p.162)

Conquanto, o tratamento de “tia” e “tio” possui dois caminhos dissonantes. Chamar de tia provoca um sentimento de aproximação familiar, mas também promove um movimento paradoxal, já que ao mesmo tempo em que aproxima despersonaliza. Classificar a pessoa como tio ou tia age na despersonalização que retira, mesmo que sutilmente, a sua identidade. Com essa afirmação, é possível retornar a argumentação inicial feita ainda na introdução: eles querem ser tratados pelo nome, pois isso personaliza e qualifica enquanto pessoa. E o “título” de tio e tia caminha no sentido contrário desse *pedido*. Inicia-se uma homogeneização de tratamento, na qual todos entram num preceito de condição familiar de tios e “perdem seus nomes”, sua identificação.

Durante o tempo de trabalho de campo pude perceber esse sentido homogêneo não só dado ao corpo técnico e voluntários, mas comigo também. Embora eu tenha me apresentado e falado o meu nome várias vezes eles nunca me chamaram pelo nome e sempre por tia. Algumas vezes ouvia alguns gritando: “*tia, tia*”, mas não respondia porque não sabia que falavam comigo, ao me encontrar diziam que estavam me chamando. Essa enunciação ganha vários contornos, sobretudo, porque pra mim que se transformou numa expressão contundente da despersonalização da qual argumentei e que é vivida, mais amiúde por esses meninos.

Em vista disso, as relações dentro do abrigo se dão num misto de uma ligação horizontal x ligação vertical, em que alguns momentos se denotam uma maior profundidade e em outros liames rasos. Uma ligação vertical promove capilaridades e ramificações, onde não se é possível um aprofundamento, Freire (2007) aponta que uma relação vertical remete a uma construção mecânica, cujas hierarquias não se diluem e se monta um esquema antidialógico, no qual as dificuldades afetivas provocam desadaptações sociais. Na medida em que o outro

lado ocorre quando há uma relação mais dialógica, no sentido de uma busca de maior intimidade.

Visto como se dá a interação entre abrigados e casa de acolhida, o tratamento familiar dentro da instituição faz uma ligação direta à relação instituição e família. Não se trata somente da imagem e a função social que a casa promove (e provoca indagações) no menino, mas é também relevante e imprescindível a análise e a representação dessa no imaginário dos pais e família do menino abrigado. Observa-se que o conflito de noções começa daí.

Uma dificuldade encontrada é que a própria família não tem clara a representação do abrigo nem o que ele representa para os sujeitos que dele fazem parte, na crítica e nas palavras dos funcionários: *“eles nos enxergam como uma autorizada. Se o aparelho der defeito, manda pra autorizada que conserta e volta novo. É isso que eles esperam ao ter seus filhos com a gente, que eles saiam daqui (voltando ou não pra eles) consertados”*. O conceito de recuperação e reparação é interiorizado como uma cultura na visão da família. Esse argumento é também expresso em Negrão & Constantino (2011, p.153): *“A representação de que a abrigagem serviria como uma espécie de ‘alívio’ para as famílias. É considerada salvação para a família, punição para a criança e o adolescente ou até um colégio interno que historicamente esteve associado às práticas correcionais”*. Dessa forma, é notado que impera o pensamento de um conceito de instituições correcionais, chegando, assim, a discussão de Goffman sobre a representação estabelecida entre sociedade e instituições.

Independentemente do fato de determinada instituição total agir como força boa ou má na sociedade civil, certamente terá força, e esta depende em parte da supressão de um círculo completo de lares reais ou potenciais. Inversamente, a formação de lares dá uma garantia estrutural de que as instituições totais não deixarão de enfrentar resistências. A incompatibilidade entre essas duas formas de organização social deve esclarecer algo a respeito das funções sociais mais amplas de ambas. (GOFFMAN, 2003, p.26).

O “erro conceitual” parte das duas partes, tanto da família, que avalia a instituição como caminho “mais fácil” para conseguir uma correção para o filho quanto da sociedade civil e das casas de acolhimento que, muitas vezes, categorizam e englobam numa ótica de família desestruturada. Esse argumento é visto no próprio encaminhamento (pelo Conselho Tutelar e Vara da Infância) do menino à instituição, ao afirmarem que “o menino necessita de auxílio institucional até a família conseguir *se estruturar*”, entre outros modelos e expressões. Essa conceituação de *família estruturada*, mesmo que seja difundida é constantemente refutada e indagada, porque não há um padrão, um arquétipo de uma família sóbrio e *certo*, porque, muitas vezes, é composta de pessoas muito desiguais, com características

psicossociais díspares. Vemos com a afirmação de Goldani (2010, p.94) que existe uma dificuldade de interpretação no que tange ao conceito de família:

Insistiríamos na complexidade dos fatores associados às mudanças na organização dos arranjos domésticos familiar e nas dificuldades de interpretação dos mesmos. Dificuldades que começam com a própria noção de família e de sua dinâmica cuja apreensão ultrapassa as fronteiras interdisciplinares. Neste quadro de referências, certamente, se encontra a matriz de insegurança sobre a situação das famílias hoje e a leitura da desestruturação das mesmas.

Na pesquisa de campo de Negrão & Constantino (2011) foi possível ver entrelaçamentos com o meu trabalho de campo. De acordo com as autoras, há uma tendência de culpabilizar a família pelo abrigo, não somente pelas casas de acolhida que recebem, mas também pelas esferas que os enviam. Esse entendimento advém do termo “crise familiar” ou desestruturação, que a “opinião pública associa à desintegração enquanto para muitos estudiosos a chamada crise da família significaria mudanças relacionadas com as transformações nos modos de vida, e condições de reprodução da população” (GOLDANI, 2010, p.89), que tem raízes na formação da assistência social, como afirmam Rizzini & Rizzini (2004, p.39):

A culpabilização da família pelo “estado de abandono do menor” não foi uma criação da Política do Bem-Estar do Menor, engendrada nos primeiros anos da Funabem. As representações negativas sobre as famílias cujos filhos formavam a clientela da assistência social nasceram junto com a criação da assistência social no Brasil. A ideia de proteção à infância era, antes de tudo, proteção contra a família. Foi, sobretudo, a partir da constituição de um aparato oficial de proteção e assistência à infância no Brasil, na década de 1920, que as famílias das classes populares se tornaram alvo de estudos e formulações de teorias a respeito da incapacidade de seus membros em educar e disciplinar seus filhos.

Sendo assim, o abrigo acaba se tornando a segunda opção quando a família não quer, não pode ou é impedida de permanecer com a criança e o adolescente, pois é ele visto como sinônimo de segurança. “Tem que vir pro abrigo. Porque o abrigo é um lugar que não vai ficar na rua, nos trem, distribuindo nada” (NEGRÃO & CONSTANTINO, 2011, p.153). O abrigo funciona como alternativa certa de não se tornar de risco, é a salvação e a correção, agindo, por excelência, como um dispositivo de disciplinarização. Nessa linha que envolve família e instituição, o menino também se vê obrigado a interpretar essa condição de não estar numa família, não poder viver na rua e o “dever” de ser institucionalizado.

Identities in transit and Directed Protagonism

Há uma complexidade na vida institucional na qual o menino tem que compreender o porquê está inserido e faz parte daquele arranjo. Certamente, esse efeito produz sensações e interrogações diferentes entre eles, mas nenhum está alheio ou atônito, e mesmo sem ter a resposta, pensam sobre a sua presença ali. Eles refletem sobre o fato de estar no abrigo, pois aquele espaço extrapola as instituições mais presentes em sua referência: a escola e a família.

Os meninos reflexionam o seu estado de institucionalizado e como sempre a busca de referência é com a casa – ou mesmo com a rua, que é um modelo de “casa” construída. A questão se mostra de forma ambígua, para alguns a casa de acolhida exerce o papel de uma segunda casa, para outros é a primeira casa, porque chegaram ainda novos e, muitas vezes entre idas e vindas, seu principal modelo de vida é advindo da instituição, como visto na situação de Glauber e Ícaro. Após algumas tentativas de reinserção em *famílias acolhedoras*, Glauber não se adaptou voltando a viver no abrigo porque o tem como a primeira lembrança quando o assunto é moradia. Já Ícaro chegou muito novo no abrigo, momento crucial para a sua formação identitária e de sua personalidade. A lógica formativa construída por ele está relacionada à vida no abrigo. Quando o perguntei há quanto tempo estava abrigado e onde ele morava antes, ele não sabia me responder e perguntou a uma das educadoras: “Tia, qual favela eu morava antes de vir pra cá? Eu não me lembro”.

As atitudes e interpretações são variadas e tem conexão com a vida pré-abrigo, pois a visão de uma vida “boa ou má” na casa de acolhida está relacionada ao seu histórico e ao que viveu. Todas as histórias são difíceis e conflituosas, por tal fato, a comparação é forte e existente. Em algumas falas se vê um peso e uma valoração à inserção educacional: “eu faço um curso de informática”, dizem com orgulho. A inscrição numa escola, num curso profissionalizante ou numa colônia de férias forma a conotação de “estar incluído”, o que denota uma alimentação da categoria de excluídos sociais. Corroborando o discurso de que “o abrigo é o lugar que se pode estar em ligação com a vida formal e educacional, logo é estar incluído”, pois entra na máxima de que se esses meninos estivessem em suas famílias não teriam subsídios para usufruírem desses direitos. A instituição é colocada, portanto, como uma reparação de perdas.

No entanto, essa não é uma verdade invicta entre todos. Ainda que o desejo de todos seja encontrar uma *família verdadeira*, alguns vêm no abrigo a melhor opção no momento, enquanto outros montam suas conjunturas de forma mais profunda e reflexiva. Nesse sentido, a cena mais representativa é colocada por Luciano, que numa conversa com a assistente

social, perguntou: “Tia, isso aqui serve pra quê?”. Essa interjeição reflete a lacuna que habita em sua mente referente à instituição, a real função dela, o porquê dele estar ali, o objetivo de se estar naquele local. Mesmo na falta de referências próximas, essa dúvida ainda ronda sua mente. Enuncia o que Luciano pensa dela, ou seja, em sua concepção, a instituição age como punição: se não foi obediente e *aprontou* com a família é levado para o abrigo e se lá ele se comportar, pode sair e *conseguir* outra família. O raciocínio ficou claro em sua fala:

“*Poxa, tia, o ‘fulano’ aprontava pra caramba e foi embora e eu estou quietinho e continuo aqui*”. Sua interjeição nos remete a citação já dada em Negrão & Constantino (2011, p.153) ao falar que, muitas vezes, o abrigo representa uma punição para os meninos: “A representação de que a abrigagem serviria como uma espécie de ‘alívio’ para as famílias. É considerada salvação para a família, punição para a criança e o adolescente ou até um colégio interno que historicamente esteve associado às práticas correccionais”.

Ainda para aqueles que *preferem* estar no abrigo há uma questão importante, para a qual todos devem estar preparados: a formação de vínculos e afetos. No ambiente institucional são montadas várias redes afetivas de forma rápida, porém não se fincam raízes sólidas. Nesse caso, os meninos ficam na superficialidade das relações; por serem efêmeras, os vínculos se desgastam na mais tênue tentativa de se aprofundarem. Paradoxo inequívoco que algo não se ajusta entre prática institucional, família e abrigado. A formação de vínculos deve ser analisada, pois à medida que é veloz é também transitória e inconsistente nesse plano, os meninos devem se adequar a laços muito delicados, que se formam entre o apego e desapego de crianças e adolescentes, funcionários e voluntários que vão e vem. E como lidar com isso? Como lidar com o desenraizamento familiar, adaptação institucional e construção de identidades desses meninos? Resiliência? Tolerância? Amor? Dedicção? Disciplina? Normas? Esse processo de vinculação e desvinculação de afeto está imerso em toda a formação e concepção do eu, pois a dimensão afetiva está relacionada ao seu funcionamento psicológico, a consciência, subjetividade e intersubjetividade, sentido e significado. O afeto nas relações é expresso: “ao ver algo, você não apenas o vê; você sente que está vendo algo com seus olhos”. (DAMASIO, 1996, p.232).

A relação, formação de vínculos e afetos é essencial para o desenvolvimento do menino em todas as esferas. A palavra afeto vem do latim *affectus* e tem o significado de “sentimento de adesão”, “reação de agrado ou desagradado”. O autor Damásio (1996)¹¹⁶ afirma que a dimensão do afeto nas teias relacionais permitem sensação de prazer e desprazer, que

¹¹⁶ Trago Lucas R. Damásio por ele falar sobre afeto a partir da neurociência. O autor realiza pesquisas no campo da afetividade e emoção como componentes biológicos do comportamento humano, que são estudos recentes na academia, já que até os idos de 1970 as influências das emoções no comportamento eram deixadas de lado pela psicologia tradicional.

ratificam vivências individuais e complexas expressões e linguagem do indivíduo. No afeto nos formamos e conduzimos nossos desejos e vontades.

De tal modo, mesmo que com outro sentido, mesmo na uniformidade e concretude dos muros e quartos do abrigo, a circulação (GREGORI, 2000) e a ruptura (ESCOREL, 1999) são vivas e constantes. A perspectiva adotada para a dissertação é que a entrada, e também a saída, no abrigo representa mais uma ruptura na vida do menino. Eles devem estar preparados constantemente e insistentemente à mudanças e transformações em suas vidas que, em muitos casos, são independentes de seus desejos e vontades. Por isso, suas vidas são reveladas por uma *identidade em trânsito*, que é a formação em constante movimento em espaço-tempo. A noção de pertencimento é refutada por passearem por tantos espaços, fazendo de suas vidas um permanente trânsito físico e existencial.

Retornamos a discussão precedente sobre ligação horizontal e vertical. Por serem conscientes que os laços são flutuantes, migram entre aprofundar os vínculos e não forçar uma “perenidade”. Ainda que o esforço seja para formar ligações fortificadas, a união do desejo com a realidade de constante mutação e substituição de pessoas faz com que montem estratégias relacionais. Nas próprias interpretações sobre a relação cotidiana vêem algumas pessoas que, simplesmente, passam e já acenam que sua presença não é perdurável, nesses casos, uma pré-postura de não envolvimento é acionada.

Uma das exemplificações que ficou viva e nítida foi a presença de uma “professora sazonal de inglês”. Sem data estabelecida, eles recebiam visitas de um casal americano que não falava português e apareciam quando era possível para eles. Nas vezes em que visitavam a casa de acolhida, a mulher ensaiava músicas em inglês com os meninos, sem antes ter dado qualquer aula ou noção da língua, eles deveriam pegar pela sonoridade e intuição. Percebia que poucos participavam da “aula” e a maioria se distraía com outros jogos e brincadeiras, às vezes no mesmo espaço que o ensaio da música acontecia. Avalio que, na interpretação deles, o envolvimento com uma professora que às vezes demorava meses para aparecer não dava segurança nem estabilidade. O comportamento de Luciano se destacou porque os meninos que participavam não eram sempre os mesmos, havia uma constante modificação, mas ele estava em todos os ensaios mostrando-se mais entusiasmado, aplicado e logo o *querido* da professora. Luciano é o que monta estratégias para a conquista afetiva de forma mais clara. De todos os meninos foi o que deixou mais aparente a sua dúvida por estar ali e a sua vontade de ir para uma *família estruturada*, pois para a sua *família de verdade* ele não queria voltar.

Essa discussão nos direciona, novamente, a falar da relação entre educador *x* abrigado e uma das questões que se coloca de forma mais expoente é um comportamento, já descrito

nesse capítulo, referente aos pedidos e solicitações de presentes. O fato não pode ser visto de forma isolada como constitutivo somente do jovem, mas sim num sincronismo com os educadores e corpo técnico, uma vez que tais ações estão dentro de um plano e refletem uma mentalidade institucional. O fato do estabelecimento de uma relação, muitas vezes, mediante a *petição* ainda é um dos principais recursos de aproximação, reforçado e favorecido por uma prática assistencialista, que acaba por estimular a posição de pedinte para que esse jovem não migre para a figura daquele que *toma* ou *surrupia* o que não te pertence e assim se eterniza condição de pedinte entre os jovens abrigados.

O problema desperta e ativa, novamente, a discussão sobre ser de risco ou estar em risco. A prática “ingênua” é assegurada e fustigada porque é melhor que esses meninos sejam reconhecidos na imagem de carência, que necessitam de ajuda para que não formem uma carreira moral corrompida pelo roubo e, por conseguinte, se somam vozes que dizem que é melhor o menino na instituição do que num trabalho ilícito ou roubando *gente de bem*. O cuidado, nesses moldes, se dá mediante o medo e, mais uma vez, se vê o retrato da correção se perpetuando, mas, como afirmado no capítulo 2, essa imagem não é por ações monocromáticas e sim permeado de uma visão pluridimensional, com atitudes que estimulam facetas variáveis de acordo com o que o momento pede. Mesmo que as ações dos meninos e das instituições funcionem como um auto reflexo constante, há o predomínio de uma consciência reflexiva dos jovens que, parafraseando Milton Nascimento, estão na produção de sentimentos e aprenderam, da forma mais dura, que “amar é laço que não escraviza”.

Consolida-se um “protagonismo dirigido”, no qual ocorre uma *falsa* impressão de autonomia. Todas as vozes institucionais (meninos e funcionários) estão repercutindo as vozes oficiais que montam o arquétipo de um conceito institucional, onde são retiradas as suas possibilidades emancipatórias.

Para além dos quadros estatísticos – Ronaldo, Patrick, Guilherme e Luciano

Durante os meses de convívio com todos da casa de acolhida, as trajetórias mostraram-se pulsantes e importantes. Infelizmente não é possível trabalhar todas uma a uma, por conta disso, dentre tantas histórias que mostram muito sobre as multi formas de agenciamento foram selecionadas três, na qual cada um reagiu de forma distinta a condição de abrigado, tendo sempre referência a cultura aparente que o formou. Antes de realizar um trabalho de campo, normalmente não só somos encaminhados e direcionados pelas leituras teóricas, mas também pelas pesquisas estatísticas realizadas referentes ao tema. Tais pesquisas

quantitativas possuem a maior relevância no âmbito do entendimento da pesquisa, e não somente isso, são também imprescindíveis para a elaboração e consecução de políticas públicas. Não obstante a esse fato, quando a entrada no campo ganha vida, a interação é observada no micro do cotidiano e histórias que escorrem para muito além do quadro negro que representa o exemplo: “48% dos meninos estão abrigados devido à violência familiar / 32% por uso de drogas / 13% por abandono dos pais / 7% fugiu de casa para ter mais liberdade”¹¹⁷. Nessas estatísticas habitam verdades, mas a corrente do dia a dia mostra o que está incrustado, encravado, cravejado o que extravasa e que abre a questão orgânica, os interstícios e os poros dessas afirmações.

Partindo dessa descoberta, que só se deu em meio a elaboração da pesquisa de campo, escolhi expor as histórias que se mostraram bastante complexas, exatamente por extrapolar e mostrar as nuances do subjetivo que não estão nas amostras dos quadros estatísticos. São mostradas as vidas de Ronaldo, Patrick, Guilherme e Luciano e nessas linhas.

*Ronaldo*¹¹⁸ – o elo perdido entre o pai e a infância

Narro aqui um diálogo reflexivo, ocorrido propositadamente, em torno da vida de Ronaldo. São mostradas algumas partes na íntegra de nossa comunicação, que abriram várias pontes para a reflexão entre teoria e prática.

Em uma das visitas a casa de acolhida encontrei Ronaldo sozinho e fui conversar com ele.

Eu: Está ai sozinho? Está pensando no que?

Ronaldo: Na minha madrinha.

- Ah, é? Me conta sobre ela?

- Ela veio aqui no domingo, o nome dela é Daniela, desde que ela foi embora não paro de pensar nela.

- Você vai morar com ela?

- Não, eu sou antigo aqui. Devo ter uns 14 ou 15 anos, mas daqui a dois dias eu vou embora. Mas eu não quero ir, não quero voltar pra casa da minha mãe, por isso vou fugir¹¹⁹.

¹¹⁷ Exemplo usado somente como ilustração, não há ligação com nenhuma pesquisa já realizada.

¹¹⁸ O nome Ronaldo é o que mais chega perto de seu olhar misterioso, um olhar como o mar, que possui um infinito para além do que você enxerga. Por isso, Ronaldo, que significa “o que governa com mistério”.

¹¹⁹ Ronaldo não fugiu e voltou a viver com a mãe biológica.

Ao falar isso, tirou um caderninho de seu saco vermelho e começou a me mostrar os desenhos que havia feito. Quase todos eram do pai, com frases do tipo: “Papai, eu te amo pra sempre, Ronaldo”. Outras eram do Michael Jackson (segundo ele, o pai parecia muito com Michael Jackson quando ele era ainda negro e por isso o menino se tornou fã do cantor). No primeiro momento foi notório que ele alimentava um amor e admiração por aquele pai, mas ali naquele amor habitava o motivo por ele estar na condição de abrigado.

- Esse é o meu pai, ele morreu quando eu tinha dois anos de AIDS e tuberculose, diz ele.

Se a história dele já me interessava desde sempre, a partir daquele momento me interessei ainda mais e comecei a perguntar e ele, sem nenhum problema ou constrangimento, respondia às minhas perguntas e ainda contava mais coisas das quais eu não havia perguntado.

Sua história brevemente é a seguinte. Ronaldo sempre nutriu uma admiração excessiva pelo falecido pai, apesar de tê-lo conhecido somente quando era muito criança. Segundo ele, sua mãe falava mal de seu pai e ele não suportava essa situação. Dizia que o pai era um vagabundo, que nunca deu nada a ele e que não valia nada. Inconformado com aquela situação fugiu de casa e morou na rua durante quatro meses. Nesse tempo, começou a fumar e foi pego pelo recolhimento da prefeitura que o levou para um abrigo em Bangu. De lá foi para a Comarca de Madureira que o enviaram para a AMAR.

- Quando eu cheguei em Madureira eles disseram que iam me enviar para a AMAR. E eu disse, “o que é isso, AMAR?”. E assim eu cheguei aqui. Eu tenho sorte porque não passei por abrigo que eles batem.

Ronaldo não entrou em detalhes sobre a sua vida nas ruas, pois essa não parecia ser fundamental para ele. O interessava mais falar sobre a vida com a mãe e a vida no abrigo e foi enfático que a sua preferência é viver no abrigo, mas entre morar com a mãe e na rua, ele prefere a rua.

- Eu não quero sair daqui, eu fujo e volto a viver na rua, mas com minha mãe eu não vivo novamente. Na verdade, o que eu queria mesmo era ser transferido para outro abrigo. Eu inventei uma história sobre a minha mãe. Eu disse que sofria abuso sexual, mas eu inventei. Ela respondeu o processo, mas depois eu desmenti.

- Mas por que você inventou isso?

- Porque ela tinha rasgado a foto do meu pai, a única foto que eu tinha, na minha cara. Dai eu fiquei com muita raiva e me vinguei dela. Ela vive falando que meu pai não presta e isso eu não aguento. Se ele não me deu nada foi por que ele não pode. Ela fala mal do meu pai e do Michael Jackson. Quando meu pai estava doente, eu via ela com uma cara de quem

queria que ele morresse e ele, coitado, falava com ela: “Renata, meu docinho de coco”. O meu padastro também falava dele. Eu prefiro levar um tiro do que ouvir eles falando do meu pai assim. Sabe, aqui eles não acreditam em mim, os educadores me perguntam com ignorância porque eu não quero ficar com a minha mãe. Eles não entendem meus motivos e não acreditam em mim quando eu digo que ela “enche a cara”.

E continua contando a sua história sem desvincular em nenhum momento com a imagem de seu pai.

- Eu sinto a alma do meu pai dentro de mim. E sabe o que eu queria mesmo? Queria ser abandonado, que a minha mãe me esquecesse, que ela fechasse o olho.

Nesse momento eu não entendi o sentido e ele concluiu sua frase dizendo que queria que a mãe “fechasse os olhos”. Para mim, seria no sentido de fechar os olhos para ele e não lutar mais por sua guarda, mas pouco depois Ronaldo foi mais incisivo com o que gostaria de dizer e repetiu algumas vezes.

- Eu quero que ela desça à cova, feche os olhos. Quero que ela se encontre com meu pai, quero que seus espíritos se encontrem. E de novo fala de sua madrinha...

A história de Ronaldo me impressionou muito e me mostrou ao vivo e a cores a heterogeneidade, o caráter multivariado e as multiformas que eu citava em estudos teóricos. A história dele foi muito além do que eu esperava escutar. Me tocou e surpreendeu, porque essa foi uma realmente não esperada.

Ronaldo se mostrava muito seguro e maduro em suas palavras, de uma forma um pouco assustadora para um menino de sua idade e isso me deixou impactada. Sua narrativa é prova de que dentro do quadro de motivações quantitativas há uma série de histórias complexas e que interferem completamente na formação subjetiva desse menino e que não se inscrevem nos motivos, muitas vezes reduzindo os porquês de se estar nas ruas e nas instituições.

Nosso diálogo foi interrompido pela festa que os meninos faziam na outra sala e fomos lá acompanhar. Fui, então, conversar com um dos funcionários e, falando sobre a conversa com Ronaldo, a primeira coisa que me disse foi: “olha, ele mente muito”. No entanto, a verdade ou a mentira não me importa e sim a(s) interpretação(s) possíveis que ele faz de sua própria vida. A mentira que ele(s) cria(m), nesse caso, se coloca mais importante porque representa a verdade do que ele queria vivenciar. Saber e conhecer essa *mentira* extrai mais dele do que as verdades e essa maleabilidade é superior a concretude. Uma das possíveis *gargalos institucionais* é esse: querer tratar esse menino de acordo com uma verdade concreta, sem levar em conta que um fato abre para a existência de várias versões e a verdade

nunca é neutra. Ao passo que a versão oficial serve para os meios que os encaminham (Conselho Tutelar, Vara da Infância etc), que devem avaliar as questões de forma objetiva, as casas de acolhida e seus educadores, no caminhar do dia a dia teriam que se debruçar mais no entendimento do outro sem ser categórico com uma versão mentirosa ou verdadeira, sabendo que não há uma mão única de análise. Para uma aproximação mais real as instituições devem se remeter a Cazusa quando diz que “mentiras sinceras me interessam”. Ao tecer uma crítica sobre a visão dos anglo-saxões acerca da observação participante, Jeanne Favret-Saada nos lembra um pouco do discutido sobre essa questão:

De maneira geral, havia nessa literatura um perpétuo deslizamento de sentido entre vários termos que teria sido melhor distinguir: a “verdade” vinha escorregar sobre o “real”, e este, sobre o “observável” (aqui, havia uma confusão suplementar entre o observável como saber empiricamente verificável, e o observável como saber independente das declarações nativas), depois sobre o “fato”, o “ato” ou o “comportamento”. Essa nebulosa de significações tinha por único traço comum o fato de opor-se a seu simétrico: o “erro” escorria sobre o “imaginário”, sobre o “inobservável”, sobre a “crença” e, por fim, sobre a “palavra” nativa. (FAVRET-SAADA, 2005, p.156).

Um dos funcionários me contou que Ronaldo faz tratamento psiquiátrico no IPUB, mas ainda não está diagnosticado. Vemos que o caso dele extrapola a *fantasia juvenil* e alcança uma patologia, mas mesmo assim não se invalida ou inviabiliza as interpretações que ele faz sobre a sua vida e sua autovisão. E essa ação ativa do abrigo sobre as suas decisões também mostra a interferência que ele atribui em sua identidade. A atitude de Ronaldo ainda assim, possui um dinamismo autônomo, no sentido de não aceitar a proibição e fazer à sua maneira o que ele acha ser o certo e o que ele, de fato, quer fazer. Denota-se a perspectiva de traçar o humano como ou o bom ou o ruim, mas esses meninos mostram que não são traçados pela exclusão: “ou é o menino que fala a verdade ou o menino que fala mentira”, e sim pela adição, passeiam entre as verdades e mentiras, sem mostrar um universo de oposições.

Segundo relato do funcionário, a mãe é uma das únicas que luta para continuar com o filho, mesmo em meio às impossibilidades e as “mentiras” do garoto. É possível observar um caminho oposto do que comumente encontramos, ao invés de filhos abandonados querendo um reencontro familiar, vemos uma mãe na busca de seu filho enquanto da boca dele sai a frase: “eu quero ser abandonado”. Mas, mesmo não querendo a mãe, é um apoio materno e familiar que ele busca, algo que é visível quando ele fala de sua nova madrinha. Em sua lista de preferência de moradia ele lista: em primeiro lugar encontrar uma nova família, caso isso não seja possível, ele prefere continuar no abrigo, se essa opção também não for viável, seu destino será a rua e, por último, voltar a viver com a mãe, o padastro e seus irmãos, que de acordo com os funcionários, o querem de volta.

Essa tentativa de ligamento com pessoas externas a sua família não é algo tão atual. Antes de ser abrigado pela AMAR Ronaldo teve contato com um pastor evangélico e queria muito ser adotado pela família dele. De acordo com os funcionários, a família também tinha interesse em adotá-lo e estava conversando com a equipe. Quando Ronaldo chegou ao abrigo estava influenciado pela doutrina do pastor e, assim, juntava todos os meninos pequenos para pregar a eles, no entanto, ele não sabia ler e só tinha decorado dois versículos, ficava com a bíblia na mão, sem lê-la e repetindo os versículos que sabia repetidamente. Um funcionário conta que: “num pleno verão, com esse calor de 40 graus, ele colocava camisa de botão de manga longa e abotoava até o pescoço. Até que nós não deixamos mais ele fazer isso, vimos que a religião estava fazendo mal a ele e o proibimos de pregar para os outros meninos. Então, ele começou a pregar sozinho virado pra parede, repetindo os mesmos versículos que ele sabia”. Nesse espaço, o pastor ainda tinha interesse na possível adoção, mas após os funcionários contarem toda a sua história de vida, o pastor desistiu, faltou a audiência e não apareceu mais. Quando ele soube que não seria adotado, parou de se comportar daquela forma, repetindo os versículos e pregando. Alguns comportamentos estranhos persistiram, mas não os referentes a essa ordem.

As atitudes expostas mostram que mesmo alegando que “quer ser abandonado” essa afirmativa nunca é completa, e “ser abandonado” não quer dizer *estar ao léu*. Há sempre a busca por um elo, um fio que os una a uma vida familiar e suas atitudes reproduzem esse desejo de se vincular, de se filiar.

Patrick¹²⁰ – abandono na abundância

Não foi possível estabelecer um diálogo com Patrick porque ele estava passando por uma crise e por isso se encontrava muito agressivo e logo depois houve a transferência de abrigo, mas por relatos dos funcionários avalio que sua história destoa um pouco dos outros por ele não vir de uma família pobre, mas ainda assim compartilhava o máximo abandono.

Segundo a fala de um dos educadores ele foi “rejeitado de verdade” porque, ao contrário dos outros meninos, não foi a pobreza, o envolvimento com drogas, a impossibilidade financeira ou algum desses fatores que o afastou da família, foi a rejeição clara e dura. Sua história, contada de maneira resumida, é a seguinte.

¹²⁰ Pela sua formação diferenciada em família abastada escolhi Patrick, que significa: “patrício, nobre”.

A mãe teve nove filhos, mas sofria de transtorno bipolar, por isso não cuidou de nenhum. Patrick tinha um irmão gêmeo, Reinaldo, e não queriam dividir os irmãos, então, uma tia, que tinha boas condições financeiras e morava em Las Vegas, se responsabilizou pela guarda dos dois. Tudo parecia estar ajustado, mas diante do juiz, ela disse que queria ficar com o Reinaldo e não com Patrick, alegando que ele tinha o mesmo problema da mãe. Cada um dos filhos foi rejeitado pela mãe, mas todos foram acolhidos por parentes. Patrick foi o único que foi rejeitado por todos e acabou institucionalizado. Alguns educadores se sensibilizaram com o histórico do menino e me diziam: “Você conhece a história do patinho feio? Então, é ele, que foi rejeitado por toda a família. Imagina a humilhação para ele, ele sentia que não era daqui, não tinha histórico de abuso, violência familiar e nem tinha cometido nenhum crime. Era o único que estava exclusivamente pela rejeição. Por isso, o comportamento revoltado de bater nos educadores”.

A condição de abrigamento reverbera e está presente na mente dos meninos, mas ainda que a posição de institucionalizado e a função de uma instituição não esteja completamente claro e definido, eles tem consciência de ligar sua presença ali com uma vivência difícil, sabem que estão inscritos um plano de pobreza social e que suas famílias não tem possibilidades financeiras de custear uma educação. Para Patrick isso tudo era muito mais nebuloso e pouco lógico, ele se diferenciava dos meninos pela condição financeira e pela cor e por outro lado era ainda mais rejeitado que muitos ali, como o próprio caso de Ronaldo. Para Patrick, estar ali era um estado de subordinação e demonstrava isso com atitudes agressivas e de revolta. Um dos dias que estava no abrigo, ele saiu pra ir à praça, demorou e quando voltou o portão estava fechado. Vi que começou a bater com as pernas na tentativa de derrubar e com rosto que mostrava muita raiva. Os próprios meninos mostraram-se amedrontados e foram chamar os educadores. Porém, sua forma de autoafirmação não se mostrava somente em atitudes como essa. Por ser de pele branca e se considerar mais bonito, buscava afirmar sua diferenciação ao mostrar semelhança com o ator Jonatas Faro. Alguns meninos e educadores concordavam, mas quando algum discordava, ele reagia mal, dizendo: “não é porque você não acha que eu vou deixar de ser igual a ele”. Ações como essas se davam sempre na tentativa de refutar e renunciar a sua própria condição de abrigado.

O comportamento de Patrick provocou muitos problemas, inclusive com outros meninos e assim ele que teve que ser transferido para outro abrigo. Ele foi transferido para um abrigo público e se mostra ainda mais insatisfeito, por isso mantém um vínculo afetivo ligando para o centro para conversar com os colegas e educadores e segundo ele não está satisfeito, pois “lá eles batem”. Na busca de fuga, na noite de Natal foi andando de Vila Isabel

a Benfica, até a casa de um educador, pois queria passar o Natal com uma família. Segundo relatos do educador: “ele chegou todo sujo, me deu muita pena. Eu não sabia o que fazer, até que decidi ligar pro abrigo e ficar com ele no Natal. Ele ficou do dia 23 até o dia 26 comigo e depois voltou, triste. Eu fico muito preocupado porque quando não tem reintegração familiar o destino é muito triste, fica embolando de instituição em instituição até completar 18 anos e virar realmente de risco”.

A fala do educador despertou para um assunto importante. O destino desses meninos que migram de abrigo em abrigo nos remete a Castel (1999) quando fala sobre os “processos de “desfiliação” e de fragilização dos suportes de sociabilidade, o que produz seres inválidos pela conjuntura, “sobrantes”, que se encontram completamente atomizados e rejeitados de circuitos sociais”. Esses que não tiveram uma formação com laços familiares de solidez e até os 18 anos são filiados somente a uma instituição de abrigamento, após a saída desse único meio de ligação estarão no quadro de desfilados ou flutuantes no mercado de trabalho. Depois essa filiação que o formou se dilui.

Guilherme¹²¹, o “menino pequeno”

Em uma entrevista com o coordenador, perguntei: “Qual a história que mais te marcou dos meninos que estão abrigados nesse momento?” Ao pensar por alguns segundos, se remeteu a Guilherme, o menor, o caçula dos menino. Sua idade ainda se distancia do outro menino mais novo. É, então, o que se destoa por seu tamanho, pela questão estética, por sua pele, sua cor,... Ao me contar um pouco sobre a vida de Guilherme me remeti à crônica de Raquel de Queiroz, que narra o caminho de um *menino pequeno*¹²² e, ainda que na figuração da arte, é possível ver, em muitos trechos, encontros com *o pequeno Guilherme*.

Ele descia a ladeira e vinha só, de cor era branco, de tez era pálido, dessa brancura descorada de criança que não come vitamina, (...) num pé só calçava um acanhado sapato de lona, no outro, uma tira negra encordoada, que há tempos fora uma atadura. Vestia uma jardineira azul, que na certa pertencera a um menino mais velho, pois a barra das calças arrastava atrás; os bracinhos nus, ao frio da manhã sem sol, de tão arrepiados eram ásperos, azulados.

Assustado, Guilherme chegou ao abrigo com muitas marcas da vida que levava com sua família. Com apenas sete anos é o que mais observa, menos fala de si, ou mostra suas

¹²¹ Escolhi Guilherme para identificar esse menino porque é um nome que deriva do germânico *Wilhelm*, formado da junção de *will*, vontade *ehelm*, proteção. No caso do “nosso” Guilherme trata-se do menino mais novo do abrigo que em suas ações, mesmo com seu olhar distanciado, busca uma proteção.

¹²² A crônica encontra-se no livro QUEIROZ, Raquel. *100 crônicas escolhidas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

angústias e dúvidas. Não explicita seus *porquês* como os outros meninos, não pede nenhum presente. A espontaneidade lhe foi calada. Não negocia o afeto, porque a desconfiança constante tomou esse espaço. Seu olhar está sempre em passeio aos acontecimentos e ao mesmo tempo atento ao que se passa. Coloca-se muito pouco, mas quando fala, o que diz provoca efeitos nos que escutam.

Quando iniciei as visitas na casa de acolhida, Guilherme me chamou a atenção por ser um menino pequeno, de olhos atentos e tão expressivos. Tentei me aproximar e senti um distanciamento, diferente dos outros que logo te recebem com alegria. Durante toda a pesquisa tentei uma aproximação, porém, o comportamento esquivo sempre o marcava. Conversei com os educadores sobre a posição de resistência dele e todos me disseram da sua dificuldade de se abrir por causa do histórico difícil, que teve em tão tenra idade. Essa dificuldade de estabelecer contato com ele pode ser relacionada à afirmação de Goffman quando diz que:

Durante o período em que o indivíduo está na presença imediata dos outros, podem ocorrer poucas coisas que deem diretamente a estes a informação conclusiva e que precisarão para dirigir inteligentemente sua própria atividade. Muitos fatos decisivos estão além do tempo e do lugar da interação, ou dissimulados nela. Por exemplo, as atividades “verdadeiras” ou “reais”, as crenças e emoções do indivíduo só podem ser verificadas indiretamente, através de confissões ou do que parece ser um comportamento expressivo voluntário. (GOFFMAN, 2002, p.12)

O histórico duro que Guilherme passou se revela numa soma de abusos sexuais e maltratos recebidos dos que ele esperava proteção. Sua mãe morreu muito cedo e ele foi criado pelo pai, mas dele foi afastado sob suspeita de abuso sexual. O caso ainda está em processo de julgamento, entretanto no âmbito moral e informal do abrigo é tomado como verídico. Nas palavras de um dos funcionários, com muitos meninos há uma desconfiança se eles falam a verdade ou mentem acerca dos fatos, já que possuem uma *malícia*. Todavia, quando o assunto é Guilherme a fala muda de lugar: *“Ele ainda é muito pequeno e não tem criatividade pra certas coisas que ainda nem sabe o que é. Por exemplo, ele conta tudo com detalhes. Diz: o meu pai colocou uma coisa na minha boca e saiu uma ‘aguinha’. Como ele vai saber disso? É muito difícil não acreditar”*.

Em razão dessa suspeita, Guilherme foi morar com os tios, mas lá o desrespeito mostrou-se de forma igualmente austera e penetrante. Com seus tios, sofria agressões físicas. O coordenador relata que: *“quando o Guilherme chegou aqui, seus olhos estavam roxos de hematoma e fundos, pensamos que ele tinha problema capilar, pois tinham muitos buracos. Depois descobrimos que quando a tia batia nele, arrancava os cabelos, vindo do coro*

cabeludo. O que o deixava com buracos na cabeça. O estado que ele chegou impressionou muito”.

O medo que o afasta do estranho e desconhecido é respondido por um histórico de *pequena vida* que experimentou a violência no lar, e não na rua, não com policiais, não sofreu rechaçamento de uma sociedade (que ele mal sabe qual é). Guilherme conhece a coação e a violência apenas de quem lhe é *confiável*, conhecido e próximo. Sabendo um pouco de sua trajetória ficou mais fácil entender o porquê dele se diferenciar dos outros meninos, nesse sentido. Ele poderia, sim, se expressar de outra forma, como outros que também experimentaram somente a violência doméstica e mortificam essa lembrança buscando afeto e mais amor. Porém, em minha concepção, Guilherme deve se perguntar se quem deveria protegê-lo fez isso, como seria com quem ele não conhece? Em sete anos, ter passado por dois lares, nos quais em ambos experimentou somente a dor do corpo ferido, explica a postura de retração com quem se aproxima.

Há um encaixe entre as experiências de vida de Guilherme com a instabilidade de vínculos que analisa Escorel (1999), pois está ele “integrado por processos de vulnerabilidade, fragilização, precariedade e ruptura dos vínculos sociais”. No entanto, como já exposto, há duas formas de ocorrências de tais rupturas de vínculos sociais, podendo eles serem rompidos – numa *ruptura passiva* – ou romperem – *ruptura ativa*. No quadro das crianças e adolescentes, assim como dos abrigados da casa de acolhida, existem meninos que mesclam uma decisão com uma “expulsão”. A ruptura se dá em sua *forma mista*. Por vezes são rompidos e por vezes rompem. Alguns fogem de casa, outros decidem fugir do abrigo, depois decidem, também, reestabelecer esses vínculos, e retornam. No caso de Guilherme, só ocorreu a ruptura passiva; em nenhum momento se operou uma ruptura ativa, por decisão de rompimento com uma ordem já estabelecida.

Oliveira (1997, p.50-51), em sua discussão sobre exclusão, afirmou que “os processos de exclusão que afetam os grupos não têm nada em comum: nem a mesma origem nem a mesma natureza, além de não se manifestarem da mesma maneira”. Relacionando essa afirmação com os jovens dessa dissertação, observa-se que exclusão por um “processo de vulnerabilidade” (ABRAMOVAY, 2002), apesar de se apresentar de formas complexas e não lineares, é, ainda lida, apenas de duas maneiras dicotômicas: os jovens *de risco* e os jovens que são *vítimas*. A eles é imputado somente uma das visões, **ou** promove risco **ou** foi vítima. Meninos que estão pelas ruas a roubar ou o grupo de *cracudos* que se estabelece na paisagem da metrópole são alocados na primeira forma de visão: são jovens de risco, nesse sentido,

despertam a rejeição, o *deixar morrer* de Foucault (2002), a *vida nua* de Agamben (2004), aquela que é moralmente aceita como *vida matável*.

Esse menino também passou por um processo de exclusão (no sentido da fragilização de vínculos) e situações de vulnerabilidade, mas não é mais visto como jovem vítima, seu *status* foi modificado. Quando *aquele menino cracudo* morreu atropelado na Avenida Brasil ou o Patrício Hilário, de 9 anos (TAKEUTI, 2002, p.193), foi morto porque “não teria futuro”, poucas *pessoas* (agora) *vítimas* disseram que eles morreram porque não foram devidamente assistidos por uma família e por um Estado. Não disseram nada porque esse discurso não lhes cabe. Quando existe algum tipo de comoção, é a “comoção estéril” (TAKEUTI, 2002), o que mostra que a reação à exclusão de um menino “de risco” e um menino “vítima” se dá em termos desiguais. O discurso do *desprotegido* escolhe onde agir e se articular.

Vemos a outra imagem de um menino que também está inscrito num processo de exclusão e vulnerabilidade: o do menino vitimizado, no entanto, para esse, o olhar lançado é o da piedade. A essa imagem associa-se Guilherme. Devido as suas características físicas, seu caminho, naturalmente, não estaria traçado para a rua, para o banditismo ou mesmo para o abrigo. Ele não carrega os estigmas da cor, da pele, de ter sido ex-menino de rua, da extrema pobreza. Não une categorias de estigmatização. É um menino novo, branco, bonito, pequeno, indefeso e, assim, suscita um dos polos do sentimento dos atores externos e das ações de acolhimento: pena e caridade. Desperta o pendor da comiseração. Esse é o outro lado¹²³ da exclusão, mas que desperta a comoção, por se tratar de um menino cuja vida é não matável. Sua vida, à vista da maioria da população, não é nua¹²⁴ como a vida de tantos meninos que em mesma situação de desamparo povoam as cracolândias das grandes cidades.

Em contrapartida, mesmo não estando completamente imerso na imagem daquele que é de risco, sua vivência é, de fato, dicotômica. Habita em dois lugares ao mesmo tempo, estando na linha tênue das duas condições, o que o deixa com a sensação de não pertencimento a nenhum lugar, daí vem seu olhar vago. É um menino bonito e branco que, ainda criança, não teve contato com o crime, o que o coloca na seara dos meninos com futuro promissor, que ainda há perspectiva de vida, ainda tem “salvação”. (RIZZINI, 2006). No entanto, Guilherme não mergulha nessa condição “salvacionista”, por ser, igualmente, uma

¹²³ Na verdade, existem vários lados e faces de processos de exclusão e vulnerabilidade. Aqui exponho e esboço o pensamento na forma dicotômica e dual como essa questão é tratada.

¹²⁴ Para explicar melhor, é vida nua no sentido de estar desprotegido e exposto a qualquer mazela que pode incidir sobre ele, como o que já passou na própria família. Mas não é nua no sentido de Agamben e no sentido em que a sociedade civil em geral e os discursos oficiais lhe imputam.

“criança carente”, vítima, abandonada e institucionalizada. A situação descrita estabelece “laços esgarçados” (KATZMAN, 2005), no qual opera, em seu plano subjetivo, uma percepção de incerteza e não pertencimento.

Guilherme se enxerga como um menino que ainda não encontrou o *seu lugar*, tenta colocar-se, de alguma maneira, ao falar igual a alguns meninos: “*Koé, tia, joga aí comigo*” ou “*essa comida tá gostosa pra cacete*”. Como todos jogam com formas múltiplas de pertencimento, Guilherme recorre à um estilo de *linguagem nativa* para ser reconhecido no grupo que está inserido. Tanto o caso de Guilherme – o “pequeno menino” abrigado - como o dos meninos *de risco* se enquadram numa representação, num símbolo da enunciação do que Raquel de Queiroz explicita e, assim, sua crônica vem de modo acre nos chamar para o tema:

Vi uma vez uma fita americana chamada *They were expendable*. Tratava de soldados na guerra e o título quer dizer mais ou menos- “eles são para gastar ou eles são para jogar fora”. Assim também é menino neste país. Não nasce para nada- nasce para se prender, para morrer, para ser jogado fora. Tanto trabalho, tanta agonia custa um menino. E mesmo que não custe nada, mesmo que nasça de parto sem dor e se crie sozinho pelas estradas sertanejas, pelos pés de serra, pelas calçadas do Rio; quanto custa a ele viver, quanto vale aquele pequeno milagre de vida que um dia pode chegar a ser homem! (...). Para que, afinal, a gente se organiza em sociedade, para que obedece às leis, para que aceita essa porção de contratos com à civilização – casamento, serviço militar, impostos, moral, semana inglesa, ministério do trabalho, eleição, justiça, polícia – se em troca nem ao menos se garante a chance de viver a um menino que nasce debaixo dessas leis? *Luciano e suas estratégias afetivas*

Durante o recesso de Natal e Ano Novo cada menino foi para a casa de um educador ou “padrinho”¹²⁵. Quando retornaram todos perceberam que o comportamento de Luciano mudou, porque ele está sempre alegre, sempre abraça e é festivo. Desde que cheguei tinha percebido essa grande diferença, ele estava cabisbaixo e triste. Perguntei aos meninos o que tinha acontecido e eles disseram que ele estava assim desde que havia chegado da casa dos padrinhos. Logo pensei que fosse porque lá não tinha sido bom ou sofrido algum maltrato, mas rapidamente pude perceber que o motivo era exatamente o contrário.

Luciano o tempo todo chorava, aquele choro que vinha de dentro, que naturalmente os olhos se enchiam de água. Coloquei-me à sua disposição e perguntei se ele queria conversar. Ele prontamente aceitou e fomos à praça. Começou a me contar, com muita tristeza, que estava assim porque tinha voltado para o abrigo. Nesses dias de Natal e Ano Novo ele havia ficado com um casal que o apadrinhou e desde que ele chegara ao abrigo não conseguiu mais se readaptar à antiga rotina, dizendo: “Não tô mais acostumado com isso aqui. É sempre a mesma coisa, tudo igual, nada muda. A gente faz sempre a mesma coisa. Tô

¹²⁵ Não padrinhos de batismo e sim no sentido de apadrinhamento.

enjoado. Imagina o que é ficar não sei quantos mil dias aqui. Eu nem sei há quanto tempo eu tô aqui”.

O fato da repetição de atividades, uma das razões que o causa enfado, remete ao que Goffman (2003) colocou ao falar das atividades sempre nos mesmos horários prescritos, o que causa uma uniformização do tempo e falta de particularidade, como visto pela fala de Luciano, causa também um afastamento institucional.

Luciano começou, então, a me contar de sua chegada ao abrigo e que sua vida com a família era muito ruim: “Eu não pude ser criado pela minha mãe porque ela foi buscar droga. Ai eu fui criado por essa outra que é a minha mãe também, lá em Inhaúma. Ela tinha mais três filhos, mas a vida lá era muito ruim, eu não podia brincar. Minha vida era arrumar a casa e apanhar. Todas as marcas que você pode ver em mim foi de lá (levanta-se, mostrando marcas nas pernas) era tudo, até copo de vidro (mostrando o corte em sua cabeça)”.

Perguntei: **E como você veio parar aqui? Quem te trouxe? Seus irmãos também estão em abrigos?**

- Foi a minha mãe mesmo, e só eu estou em abrigo. Ela não queria ter trabalho comigo, por isso me entregou aqui. Eu falo pra todo mundo aqui isso, que eu não quero voltar a morar com ela, mas eles não acreditam em mim, ficam insistindo que eu tenho que voltar pra minha “família de verdade”. O chato é que antes de chegar aqui a gente tem que falar tudo com assistente social, dar entrevistas, essas coisas.

- Mas por que você não gosta de falar com os assistentes?

- Ah, porque faz várias perguntas, tratam a gente igual “garoto solto”.

Luciano falou muito pouco sobre sua família e a vida no abrigo e trazia sempre para o centro do assunto seu desejo de ser adotado pela família com a qual havia passado as festas de fim de ano e o quanto aqueles dias tinham sido importantes para ele. Até que fui surpreendida com uma pergunta em que Luciano tenta me levar para a sua realidade.

- Tia, você já foi de abrigo?

- Não, como é?

- Vou te falar uma coisa: aqui é o inferno.

- Mas por quê? Eu vejo que vocês tem uma vida tão boa aqui. Brinquedos, comida, carinho etc. Vejo que eles também tentam ensinar o que é respeito.

- É porque você não ficou com meus padrinhos. Senão você ia entender o que eu tô sentindo. Se você passasse 10 dias com eles, igual a mim, você ia querer largar até a sua mãe pra viver com eles. E sabe do que mais, aqui não se pode ter nenhum amigo, porque se eles

aprontam colocam no seu nome. Um bate no outro e batem nos educadores também. Isso não é respeito não.

- Você tem vergonha de dizer que mora no abrigo?

- Tenho sim, eu mostro o abrigo e digo: “é ali que eu moro”. Como se fosse uma casa mesmo, não digo que é abrigo.

Luciano continuou negando gostar da vida no abrigo, dando respostas evasivas, embasada somente em seu sentimento e sem dar exemplos práticos. Na verdade, o negativo vinha sempre com uma comparação com a vida que teve apenas nesses 10 dias em que ficou fora: “Sabe tia, lá eles me dão educação, carinho, cuidam de mim. Me levaram passear, fomos no shopping e ainda disseram pra eu escolher as coisas”.

A educação, tão frisada por ele, foi exemplificada em alguns momentos, dos quais ele fazia questão de referenciar o casal de padrinhos como os responsáveis pela mudança de comportamento. Um foi na hora de atravessar a rua. A rua no abrigo é muito calma e os carros passam em uma velocidade lenta. Mesmo quando os carros estavam longe, ele me fazia esperar até o carro passar e dizia: “Eles que me ensinaram isso, tia. Ter que esperar o carro, porque antes eu atravessava com ele assim”. (mostrando o carro bem perto de nós).

Outro exemplo foi quando ele me levou em seu quarto para mostrar seu “armário” e disse: “Antes eu tinha três blusas e uma bermuda. Agora olha isso. (mostrava algumas blusas, um tênis e duas bermudas). Tudo isso eu ganhei deles. Eles também me deram essa escova pra eu limpar meus pés e minhas unhas. (mostra as unhas dos pés e das mãos limpas). E banho? Era tanto banho que eu tomava, nunca tomei tanto banho. Eu perguntava a eles se não podia tomar menos banho”.

Nesse fato é importante perceber o quanto o consumo e a higiene possuem um espaço de construção na mente desses meninos. Percebo que a maioria tem uma higiene muito escassa, dentes visivelmente mal escovados, unhas sujas. Pensamos que não há um valor, principalmente da parte deles, quanto a essas questões, mas o orgulho de Luciano ao mostrar suas unhas limpas foi notável a importância que a limpeza e roupas novas tinham na vida dele(s).

No desenvolver da conversa, resolvi perguntar o que era liberdade para ele e sua resposta foi clara e incisiva: “Liberdade pra mim é ter uma família. É ser cuidado”. Ao dizer isso mostrou as grandes possibilidades de reflexão em torno desse tema, na qual a ideia de liberdade vai além da concepção mais generalizada e diretiva atribuída para (e pelos) meninos de rua, a noção de liberdade não é indivisível e recebe multi-interpretações.

Diante dessa forte resposta, nosso momento de conversa foi interrompido por razões externas. Cada um se dispersou e fui conversar com uma funcionária. Logo, Luciano chega entre nós e conversa com ela dizendo o quanto queria ser adotado pelo casal de padrinhos e pergunta: “tia, há quanto tempo eu tô aqui?” e ela responde que pouco mais de um ano. Sabendo que era um longo tempo, ele me dá um olhar com o qual conversa comigo dizendo: “tá vendo, eu não disse que era muito tempo?!”.

A funcionária tentava explicar que o casal não havia falado em adoção e que o desejo deve partir deles. Com uma imensa decepção e sem coragem de falar que queria sair, Luciano diz: “perai rapidinho, já volto!” e sai sem mais voltar. Logo após esse episódio, o encontro em seu quarto, mais uma vez chorando e ele me diz: “mas tia, eu não vou desistir”.

O diálogo com Luciano me fez perceber a relação real com os educadores e me fez repensar um caminho de análise. Observava o quanto eles ganhavam presentes, doações, tinham, casa, roupa, comida etc. Mas não é legítimo pensar que somente porque se trata de um jovem que passou por privações que tudo que ele receba estará bom e que a recepção será sempre de gratidão pela “caridade”. Cada vez mais eles mostram serem atores e a buscam pelo protagonismo frente às demonstrações de que querem o melhor. Mesmo não recebendo a instrução necessária, não tendo noção de temporalidade convencional (o que eles possuem é um conceito de “temporalidade esgarçada” devido a vida que tiveram), eles querem o reconhecimento. O caso de Luciano - e de muitos jovens, pois ele é uma voz que expressa muitos – está relacionado às vulnerabilidades positivas, abordadas por Abramovay e Garcia (2004:02). A definição de vulnerabilidade positiva nega a referência única a uma vulnerabilidade de riscos, mas aponta “questões associadas a negatividades, mas que podem potencializar mudanças civilizatórias e engajamentos positivos, fazer diferença”. Significa que jovens vindos de áreas de pobreza, especialmente por viverem nessas situações, reagem, desempenhando papéis que mudem os sinais de vulnerabilidade apesar de muitas vezes faltar suporte. Nas palavras de Abramovay e Castro (2004, p.03):

Recorrem vários autores, ao conceito de vulnerabilidades sociais para tentar desconstruir sentidos únicos e identificar potencialidades de acionar atores e atrizes para resistir e enfrentar situações socialmente negativas. Haveria, portanto uma “vulnerabilidade positiva”, quando se aprende pelo vivido a tecer formas de resistências, formas de lidar com os riscos e obstáculos de forma criativa. Seria, portanto o conceito constituinte desse plano de vulnerabilidade (a vulnerabilidade positiva) subsidiário dos debates de Bourdieu (2001, original publicado em 1989) sobre capital cultural, social e simbólico, ou seja o que se adquire por “relações de comunicação”, tomando-se consciência de violências simbólicas, do que aparece como arbitrário. É quando as vulnerabilidades vividas trazem a semente positiva de “um poder simbólico de subversão” (BOURDIEU, 2001, p.15).

Para as autoras, alguns teóricos como Vignoli (2001) Filgueira, (2001) e Arriagada, (2001) têm recorrido a vulnerabilidades sociais para mostrar que existe uma dialética possível no conceito, referindo-se tanto ao negativo, comumente associada a obstáculos e riscos, “quanto ao positivo, considerando possibilidades, ou a importância de se identificar recursos mobilizáveis nas estratégias das comunidades, famílias e indivíduos (Vignoli 2001, p.58)”. (ABRAMOVAY & CASTRO 2004, p.03). O positivo denota-se na consciência e conhecimento dos riscos e obstáculos vividos, o que facilita as formas de montar estratégias para se colocar em outra(s) posição(s)¹²⁶

Se ser e estar jovem é fazer parte de relações sociais, inter e intra gerações, há que cuidar sobre os limites dos enfoques centrados nos jovens, que não o contextualizem. A juventude é, ao mesmo tempo, um ciclo de vida com características próprias e parte de um momento histórico. Também por ser social, comporta relações dialéticas, reelaborando trânsitos entre o negativo e o positivo e o desafio maior de políticas públicas de juventudes é trabalhar com vulnerabilidades que podem ter ou vir a assumir diferentes sentidos e metamorfoses. Daí, mais do que decretar programas, ampliar serviços, aumentar matrículas, fixar metas, há que estar atento/atenta para enfoques que desestabilizem cultural, política e economicamente as desigualdades sociais, exclusões e vulnerabilidades negativas e potencializem as positivas, a solidariedade intra e entre gerações pelo bem comum, por mudanças e que colaborem com a formação ética, o exercício da criatividade e que sejam combinados com medidas de proteção social, além da ênfase na educação de qualidade (ABRAMOVAY & CASTRO, 2004, p.12)

No entanto, os educadores, em muitas situações, não interpretam essa novas formas de enxergar suas viabilidades como algo positivo, a reação dos educadores quanto a esse “saber o que é bom” dos meninos, se coloca num ponto de antagonismo. A maior parte dos educadores também teve uma vida difícil, tiveram infâncias de privações e alguns também já foram moradores de rua. Em princípio, esse fato nos faz pensar numa aproximação de realidades, já que quem viveu entende de forma mais apurada e real do que o menino sofreu e sofre, mas incide aí a ambivalência de um sentimento, ora de compaixão por querer dar a esse menino o que ele não teve e ora de “disputa”, pois eles têm o que ele, educador, não teve quando criança e adolescente, comprovado em algumas falas: “Esses meninos levam uma vida muito boa. Eu que queria ter uma vida dessas quando era criança”, ou “Já viu quanto brinquedo? Na minha época eu tinha um brinquedo de madeira, feito pelo meu pai. Se ganhava um abraço já estava feliz, mas aqui eles ganham de tudo e não sabem ser gratos”.

¹²⁶ “Na juventude de hoje, buscas, tentativas por alternativas, críticas como as registradas neste artigo quando reaccessando pesquisas da UNESCO mencionam-se ao lado de indignações, protestos contra preconceitos e injustiças. Em pesquisas na década de 60 era comum a assunção da “culpa”: somos pobres porque “somos fracos” ou porque “Deus quis”. Hoje, registros de indignação, de crítica às instituições, de reações, não necessariamente positivas, como o escapismo, o recurso à violência, ao envolvimento com o crime, mas reações que trazem implícitas a crítica sistêmica”. (ABRAMOVAY & CASTRO, 2004, p.11)

A hora do lanche (no primeiro dia de readaptação após o recesso de fim de ano) também foi representativa. Os meninos estavam poucos acostumados à rotina, mesmo tendo passado poucos dias longe. Luciano era o que mostrava uma tristeza mais aparente, mas todos também não estavam completamente satisfeitos por voltar aos hábitos usuais. Frente a essa situação, para eles só havia duas possibilidades: “ou passar a mão na cabeça e enganá-los, deixando acreditar que a vida seria como foram nesses 10 dias ou botar a verdade logo pra eles engolirem de uma vez só” e esse pensamento foi expresso na frase: “A realidade de vocês é essa, hora de lanche, de dormir, acordar. E quem não quiser, não come”.

Por um lado, eles não podem ficar refratários e chorosos com todas as angústias que assolam os meninos, senão viram eles mesmos vítimas e não conseguem dar prosseguimento ao trabalho. E por outro indica uma negligência relacional, que não busca um diálogo e uma conversa para que o menino possa expor o que está se passando. Como afirmam os educadores: “é preciso ter pulso firme, senão eles aprontam mesmo”. Por isso, vivem tendo que se estabilizar entre a aceitação da vitimização e o “pulso firme”. E são em momentos como esse que as práticas repousam entre a repressão, o cuidado e a negligência.

Entretanto, quando o caso *se agrava* e extrapola os limites dos educadores passa a ser técnico e psicológico, como a história de Luciano, que despertou interesse e dúvidas não só em mim, mas em todos. A sua mudança “repentina” não havia se cristalizado naqueles primeiros dias, mas se tornou duradoura, levantando a preocupação de todos. Cada vez mais ele tenta se diferenciar dos outros meninos se referindo aos outros como *mal educados*, essa referência é ainda mais marcada que a menção que ele fez em nosso diálogo quando disse que não queria ser comparado a um “garoto solto”, em todo tempo mostra que quer se diferenciar.

As estratégias de conquista e negociação afetiva se intensificam com os funcionários da casa e se utiliza das formas conhecidas por ele para se colocar. A psicóloga conta que há alguns dias ele tentou cativá-la. “Disse pra mim: tia, você é a que mais parece com os meus padrinhos. Você deve ter uma casa bonita igual a eles e morar perto da praia. Eu disse que não, mas ele começou a fazer uma pesquisa do IBGE comigo e com os outros funcionários que ele achava que podiam ter as mesmas condições financeiras dos padrinhos dele, perguntava quantas TVs de plasma a gente tinha, se tinha ar condicionado na nossa casa”. Ela alega que o caso de Jorge tornou-se um problema da instituição, porque o *erro* partiu deles, há um hiato, uma lacuna, um fio solto que eles deixaram que esses padrinhos entraram e modificaram a conduta de Luciano em tão poucos dias. “Desde que o Luciano voltou que estou prestando atenção no comportamento dele e ele ainda não escorregou, eu não ouço mais nenhum educador chamando a atenção dele. Se ele estivesse assim só porque quer conquistar

os padrinhos, podia mudar só quando eles estivessem aqui. Mas não, ele internalizou o que aprendeu nesses 10 dias mais que o ano que estamos insistindo nas mesmas coisas. Sempre falamos de higiene, como se portar a mesa e ele nunca gostou de tomar banho, escovar os dentes, como todos os meninos. Hoje ele se destaca dos outros na hora das refeições e parece que está com TOC, toda hora quer tomar banho, lavar a mão”.

Essa mudança de comportamento exposta e, principalmente, esse fio solto e essa lacuna deixada pela instituição, reflete que ele foi *ganho* pelo afeto e isso fez com que tudo o que ele aprendeu fosse introjetado de outra forma, não mais por via da regra, que muitas vezes causa revolta e vontade de não cumprir, mas pelo afeto, na qual afirma a tese de Damásio (1996) que a partilha de afetos e emoções coadunam com as ações cotidianas e as respostas corporais, ou seja, que “os sentimentos e as emoções são uma percepção direta de nossos estados corporais e constituem um elo essencial entre o corpo e a consciência”.

Os dois diálogos mais profundos que tive carregam pontos em comum: a aproximação pela dor. Tanto Ronaldo quanto Luciano só se abriram completamente para mim por estarem passando por um momento de tristeza. Ronaldo estava triste porque ia embora e viver com sua mãe e Luciano porque retornara ao abrigo e não podia viver com a família que havia escolhido. Dificilmente num estado de alegria ou euforia eles conseguem se abrir ou aprofundar os sentimentos numa conversa.

Um campo contínuo – “afetada pelo afeto”¹²⁷

Os meninos institucionalizados estão abrigados pela lei, mas ainda assim a conotação de suas imagens está relacionada a um problema moral e a casa de acolhida interfere em sua carreira moral na medida em que viabiliza uma *institucionalização de comportamentos*. Desse modo, são sujeitados a uma produção de identidade controlada e, como afirmado, vivem uma realidade assistencialista ao invés de uma emancipação.

Entrei no campo com o intuito de responder a várias perguntas, mas as que davam suporte a pesquisa eram as: se as *novas* casas de acolhimento se relacionam com suas *antigas* tradições de tratamento institucional? Se há uma perda de identidade na própria instituição? E como o abrigado se situa nesse espaço, nesse hiato? Durante a pesquisa pude ver que essas questões se expressam nos detalhes da interação, mas que outros e variáveis elementos são adicionados a elas. Qual a postura institucional escolhida? O que existe é uma identificação em formação constante, sendo moldada pela própria experiência dos educadores no dia a dia. A maioria aprende de acordo com as respostas (e perguntas) dadas pelos meninos. Eles se

¹²⁷ Título em alusão ao texto “Ser afetado”, de Jeanne Favret-S.

constroem juntos, numa relação simbiótica, pois a própria atitude dos meninos modifica e transforma as regras internas e o comportamento dos funcionários com eles. Como esse menino reflexiona o seu estado de institucionalizado? Essa questão ainda é aberta a eles, mas as indagações são existentes, eles sempre montam possíveis respostas ao porque de estar ali, como nos casos expostos.

Concluo essa fase de trabalho de campo – nunca acabada por completo – sabendo que uma fala, um olhar, qualquer detalhe se mostra como dado, como um campo aberto para análise. É o trabalho de campo que fala alto com você. Por mais que eu ficasse 30 minutos no abrigo, era um tempo recheado de momentos importantes e, ainda, imprevisíveis. Fico com o décimo mandamento da pesquisa participante descrito por Valladares (2007, p.154):

O pesquisador é, em geral, “cobrado”, sendo esperada uma “devolução” dos resultados do seu trabalho. “Para que serve esta pesquisa?” “Que benefícios ela trará para o grupo ou para mim?” Mas só uns poucos consultam e se servem do resultado final da observação. O que fica são as relações de amizade pessoal desenvolvidas ao longo do trabalho de campo.

E, assim, os meninos me guiaram. Lembro-me de Paulinho da Viola quando diz “não sou eu quem me navega, quem me navega é o mar”. Fui eu levada pelo balanço da vida desses meninos.

3.2 Menores estrangeiros não acompanhados – trajetórias de vida e relação institucional

Por mim eu não estaria aqui, eu vim porque se eu ficasse no meu país eu seria morto. Em nenhum momento essa foi uma decisão.

Chatuluka, quando perguntado sobre o porquê da ida à Itália

Imigração italiana e o caso dos africanos - apresentação

Questões referentes à formação de identidade e identificação de território acontecem de formas ainda mais agudas com os *minori stranieri non accompagnati*. Os meninos estão na construção de uma identidade com sua região, com seu país e a cultura local, logo, a quebra da *cultura aparente* não se dá apenas nos aparatos familiares ou na criação. Há uma profundidade maior, porque esse rompimento é com uma cultura no *strictu sensu* do termo onde a ruptura é mordaz e permanente, pois eles não têm a opção de um retorno ao país de

origem ou reinserção na família, que, muitas vezes, já faleceu. Portanto, o trabalho de acolhimento é, também, feito do modo distinto. São meninos marcados para iniciar uma nova vivência e formar, a partir do abrigamento, novos marcos classificatórios, identificatórios e demarcatórios de vida. Em torno do cotidiano do acolhimento, serão tratados, nesse capítulo, os assuntos sobre a dificuldade de produção de “novas” identidades ao dialogar a cultura em formação (do lugar *nativo*) com a cultura adquirida (italiana), e de como a Itália se posiciona num contexto político quanto a tal emergência.

Durante o tempo de convívio no centro de acolhimento Eirene, por meio das entrevistas e do contato pessoal, pude perceber que a maior parte dos abrigados se sentia e se portava como um *outsider*¹²⁸, como quem não faz parte daquele contexto. Sentiam-se “intrusos”, mas apesar desse sentimento, muitos – principalmente os africanos - se colocavam com um tom de subversão nas relações, pois aprenderam e se formaram em meio a conflitos políticos. A epígrafe acima, dita por Chatuluka¹²⁹, explicita um pensamento comum a todos os africanos que chegaram à Itália e não escolheram sair dos seus países, por isso veem uma estrada difícil para encontrar algum tipo de marco identificatório.

Como definiu Geertz (2000), o pertencimento a uma nação refere-se ao sentimento de identidade e identificação com aqueles de quem se descende, com quem se parece no pensar, na aparência, na maneira de falar, de comer, de rezar, de gesticular e a quem se está empaticamente ligado, haja o que houver. Mas, se por um lado, Geertz ressalta o caráter unificador dado pelo pertencer a uma nação, por outro, afirma que “Quanto mais as coisas se juntam, mais ficam separadas...” (Geertz, 2000, p.217). A questão é que muitos indivíduos de “nações” diferentes e/ou etnias diferentes, com tradições culturais distintas foram colocados [...] em contínuo contato dentro de um mesmo território, pondo em evidência diferenças e produzindo desigualdades e relações de poder. (MOURÃO, 2009, p.88)

Esse é um dos problemas, que se dá no campo subjetivo dos meninos e que não pode ser negligenciado, mas a situação dos requerentes de asilo político, em busca de abrigo é crescente na Itália e por isso é uma problemática macro política. Para exemplificar tal fato apresento uma reportagem recente de uma dos maiores jornais do país que descreve como é comum o percurso desses meninos:

¹²⁸ Conceito abordado e aprofundado no livro de Norbert Elias – “Os estabelecidos e os Outsiders”. Na concepção do autor, os *outsiders* se constituíam naqueles “que viviam estigmatizados por todos os atributos associados à anomia, como violência e desintegração”, revelando as propriedades gerais das relações de poder. Outsiders: os não membros da “boa sociedade”, os que estão fora dela. Trata-se de um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intensos que unem os *established*. A identidade social destes últimos é a de um grupo. Eles possuem um substantivo abstrato que os define como um coletivo: são os *establishment*. Os outsiders, pelo contrário, existem sempre no plural, não constituindo propriamente um grupo social. (ELIAS, 2000, p.07).

¹²⁹ Escolhi esse nome, que tem o significado de “partida”, porque, me pareceu que, para esse menino, sua partida foi ainda mais dolorosa.

“Todos os anos, existem centenas de jovens que viajam sozinhos para a Itália em grande risco. Eles estão à procura de abrigo, uma educação, uma oportunidade para escapar da guerra em curso no seu país. [...] Conheci um desses meninos no verão passado, durante a nossa pesquisa, Ahmed disse-nos que ele tinha deixado sua casa no Afeganistão, em 2011, porque temia por sua vida. Com apenas 17 anos, ele havia viajado para a Grécia, chegando finalmente ao porto da cidade de Patras. Ahmed conseguiu esconder debaixo de um caminhão embarcou em um barco indo para um porto italiano. Preso em cima de uma caixa entre os eixos do caminhão por 18 horas, enquanto o navio atravessou o Mar Adriático [...]”

130

Nessa reportagem, o jornalista ilustra um exemplo único de um menino do Afeganistão, mas esta, sendo essa uma prática compartilhada por todos, pode ser considerada aceita, porque muitos se utilizam de meios iguais para adentrar à Itália e aos países que são comumente receptores. O campo da Itália está vivo no debate acerca desses meninos que chegam de forma ilegal, é essa uma discussão primordial na agenda italiana, mas aqui vamos adentrar o universo daqueles que entraram para o ciclo assistencial, e suas micro absorções lá dentro.

A entrada de campo no centro de acolhimento Eirene foi um pouco diferente da casa de acolhida Frei Carmelo Cox. Devido a dificuldade com a língua - a maioria ainda não dominava o italiano e ainda falava árabe, francês entre outras línguas e dialetos locais - não pude ter um contato fluido com todos. Em razão de contingências, os encontros se deram por meio de entrevistas estruturadas com operadores e abrigados. A observação participante também ocorreu, mas de maneira mais limitada, pois não conseguia compreender os (pelo menos seis) idiomas que falavam e eles também se mostravam incomodados com minha presença ali sem a possibilidade de interação. A limitação com o idioma não se dava somente comigo, mas entre eles e, principalmente, com os operadores, que na maioria das situações se comunicava por meio de mímicas. Todos estudavam a língua italiana, no entanto, a maioria demorava muitos meses para conseguir se comunicar.

O centro Eirene nasceu como um centro de emergência para o norte África, mas devido à demanda, também recebe outras nacionalidades, sendo ainda majoritária a presença de africanos. Quando realizei a pesquisa, havia africanos (Nigéria, Costa do Marfim e Guiné

¹³⁰ Tradução livre da autora de uma denúncia na matéria do Jornal *La Repubblica*, no dia 22/01/2013.

Bissau), um grande número de bengaleses, e também um albanês e um tunisino. Num universo de 21 abrigados só pude entrevistar seis (ou seja, 28,5% conseguiam se comunicar em italiano), mas ainda assim a comunicação com alguns foi muito dificultosa porque por mais que dominassem algumas palavras e frases em italiano não conseguiam se expressar.

Sociabilidade cindida – Daraja, Basma, e Chatuluka

De acordo com a pesquisa etnográfica feita por Agier (2011, p.138) “em campos de concentração, os refugiados africanos estão separados dos cidadãos por um fio” e como forma de sobrevivência – real e simbólica - constroem um esboço de cidade, cujo Agier chama de rascunho. Face à situação de exceção dos seus residentes, as formas de sociabilidade são iniciais, elementares, e permitem ao observador registros em primeira mão sobre os processos urbanos.

Essa interpretação de Agier passa relativizada quando transposta aos *minori stranieri non accompagnati*, apesar desses não estarem fazendo suas vidas dentro de campos de concentração, ainda assim são separados por um fio imaginário, uma fronteira simbólica dos cidadãos italianos. Estão sem ligações de pertencimento dentro da própria cidade que os “acolhe”, é como estar no porão da casa, o que seria estar no *porão da sociedade*. Usando a analogia, é passível de análise que não existe um local separado para eles, são criados dentro da casa (do país), todavia sua sociabilidade se dá no porão e como vivem no provisório, o rascunho é quase permanente. Essa realidade, muitas vezes os leva a uma vida de isolamento por decisão, na tentativa de se proteger dos preconceitos. O que ficou explícito na declaração de Daraja¹³¹, quando o perguntei se ele já havia sido vítimas de ações discriminatórias nas ruas. Ele respondeu que não conseguia ver essas ações porque não queria ver, já que estava sempre dentro do centro de acolhimento e quando saía era pra ir à escola e sempre junto de seus amigos.

A resposta de Daraja nos direciona a teoria sobre a preservação da fachada de Goffman (2011), só que em outro tipo que não o de Luciano e dos meninos do Rio, por exemplo. A preservação da fachada para os africanos é referente a um processo de evitação, no qual a pessoa não participa de determinados contextos e encontros sociais onde possa ser alvo de discriminação ou formas de tratamento que o prejudiquem. Se privar de uma participação do meio revela que, na maioria das vezes, os *minori* não vivem uma vida inteira

¹³¹ Daraja significa “ponte, fase”. É assim que vejo esse menino, ao ouvi-lo falar sobre todos os momentos de sua vida: nunca como algo fixo e sempre no sentido de uma ponte que liga a outra circunstância.

na cidade, vivem um pedaço dessa vida, o que extrapola um rascunho de sociabilidade para a existência de uma *sociabilidade cindida*. Então, frente a essas informações e a fala de Daraja, cabe-me apresentar a sua trajetória.

Natural da Costa do Marfim, Daraja, de 17 anos, enfrentou um longo e difícil caminho até chegar a Roma e seu trajeto é marcado por grandes percalços. Daraja passava muitos problemas em seu país por causa da guerra e foi capturado com alguns amigos por um grupo de soldados rebeldes, que os prenderam. Desde esse dia ele nunca mais viu nem teve notícias de seu pai. Ficou preso e por ter adquirido problemas de saúde, um guardião o ajudou a se cuidar e também a escapar do campo de rebelião, mas mandou ficar atento porque se o vissem mais uma vez ele morreria. Em sua rota de fuga, Daraja passou pela Líbia com um tio, porém não sabiam que o país estava tão perigoso e descobriram isso lá, no dia a dia. E lá foi separado de seu tio, que foi para a Itália procurar trabalho e não mandou mais notícias. Seguiu viagem e chegou a Malta¹³², no primeiro ano ficou numa casa de detenção e assim que recebeu a liberdade passou a viver nas ruas. “Abriram as portas do cárcere e disseram: ‘Andate via’”¹³³.

Quando as funcionárias disseram a Daraja que eu estava ali para fazer uma “pesquisa sobre a vida dos *minori* e sobre sua vida” ele hesitou, fez cara de muita dúvida, de não estar entendendo o objetivo daquilo tudo, eu cheguei a pensar que ele me negaria uma conversa, mas de uma maneira bem desconfiada ele aceitou¹³⁴. Durante o diálogo, além de desconfiança, ele mostrou astúcia e perspicácia, pois como estava dando entrevista em outro idioma e para uma pessoa desconhecida, o tempo todo queria saber se eu realmente entendia o que ele falava. Para além de ser chamado pelo nome, ele queria saber se eu tinha compreendido sua trajetória, pois sempre pedia para que eu repetisse o que ele falou e quando a entrevista terminou pediu para que eu repetisse tudo o que ele havia falado para ter certeza de que eu havia entendido tudo. Sua história de vida era muito cara a ele e sua preocupação não era, simplesmente, o medo de eu não ter entendido e sim o temor de que deturpem ou interpretem de uma forma errada tudo o que ele havia me dito. Afinal, era a vida dele que estava naquele papel.

¹³² Como em alguns países da África, incluindo a Líbia, a fuga é bloqueada pela terra e pelo ar, a maioria das rotas se dá em meio ao mar. Por isso, países com saída para o mar como Malta, Grécia e a região sul italiana, assim como a Sicília, são os principais pontos de chegada desses meninos.

¹³³ Vá embora! Como se dissessem: “Siga seu rumo, você não é mais responsabilidade nossa”.

¹³⁴ Daraja foi um dos únicos também a não aceitar tirar a foto em meu último dia de pesquisa.

O mesmo estranhamento aconteceu com Basma¹³⁵ e Chatuluka, ambos também com histórias fortemente dramáticas. Basma também veio fugido da Costa do Marfim, como Daraja. Seu pai era amigo do opositor do presidente que venceu e assim que o novo governo assumiu, um grupo de rebelião invadiu a casa de Basma e matou seu pai, primeiro com torturas e depois com tiros de fuzil, na frente de toda a família. Deixaram a mãe e os dois irmãos pequenos e como ele era o filho mais velho, o pegaram para a tortura também. Depois de o torturarem, pensavam que Basma estava já morto, por isso o deixaram pela rua, conta ele: “Depois de me torturar, eles pensavam que eu estava morto, por isso me deixaram pela rua jogado. Quando acordei eu chorava muito e pedia ajuda, mas tinham muitas pessoas fugindo, assim me colocaram dentro de um carro, que nos deixou num país perto da Costa do Marfim, a Burkina. Não fiquei muito tempo lá e fui pra Líbia”.

Dali pra frente seu caminho passou a não ser escolhido por ele mesmo e em suas próprias palavras, a partir daquele momento sua vida seguiu “o fluxo dos que fugiam da morte”. Passou por Burkina e pela Líbia, onde ficou seis meses, e depois que o país foi bombardeado seguiu sua fuga pelo mar até chegar a Sicília. “Nem eu nem ninguém sabia pra onde ia o barco, era escapar para não morrer”, diz Basma quanto a sua ida a ilha italiana, onde ficou um tempo até se instalar em Roma.

Basma desembarcou na Sicília e lá também viveu num centro de acolhimento. Diferente de alguns africanos, Basma deixou a Sicília e veio pra Roma com um objetivo: “Primeiro que na Sicília eu não tinha tratamento para as minhas feridas e as pessoas me diziam que eu só teria em Milão ou Roma. Também não tinha escola, eu não aprendia a língua, por isso imaginei que se eu viesse pra capital teria mais oportunidade de estudar o italiano e poder entrar na faculdade pra fazer ciência política”. Basma foi o rapaz que tinha seus objetivos mais concretos e delimitados, foi o primeiro que também expressou vontade de entrar na faculdade, ainda mais fazendo um curso da área de humanas, já que a maioria se concentra no que é “cabido” com os cursos técnicos de hidráulica ou jardinagem. O fato também da escolha pelo curso de ciência política e não um da área de exatas ou mais mecânico mostra também um “instinto mais revolucionário”. Todos os meninos passaram por muitas dificuldades, mas por talvez ele ter vivido, de forma mais intensa, a relação política se veja nesse papel de compreender e atuar com a ciência política para não se repetir as diversas tragédias pelas quais passou.

¹³⁵ Para ele nada mais simbólico do que um nome que significa “sorriso”, pois de todos os meninos, apesar de também ter compartilhado o passado traumático, é o que estampa um sorriso impossível de não reconhecer.

Numa posição de desconforto e desconfiança, para conferir mais credibilidade ao que me contava, Basma mostrava várias vezes as marcas das torturas pelas quais passou, contando de onde provinha cada cicatriz, isso quando lembrava a história de cada uma, já que eram muitas. Observa-se, não uma tentativa de um contato de confiança dado pela relação, mas sim de crédito nas palavras, pois suas palavras e versões sempre foram postas em dúvida em todo o percurso, então recorrem a sinais corporais e outras marcas que comprovem a verdade que estão contando. Essa é uma atitude incorporada, já que passaram os anos tendo que provar a própria realidade de vida e de existência. Todos os seus momentos são marcados pela comprovação: comprovar quem são, se são realmente *minori*, se não estão envolvidos com atentados, entre tantas questões. São “vidas à prova”.

Ao ouvir um pouco de sua história perguntei como lidou com as perdas durante o caminho e sua resposta foi grave e direta, me disse que lida bem com as “faltas” porque já vive com elas desde pequeno. Nota-se nessa fala uma vida já marcada por uma (constante) ruptura familiar, de trajeto e, sobretudo, uma ruptura biográfica. Ainda assim, lhes é “pedido”, solicitado – ou mesmo necessário – que eles entrem em processos de ressignificação de suas identidades e nacionalidades, numa perspectiva relacional, situacional e de manipulação das próprias diferenças. O conceito de identidade para os meninos se coloca de forma complexa, pois alcança muitas definições e variações, como explícito por Daniele Mourão:

Identidade(s) aqui se refere às múltiplas identidades dos sujeitos, à maneira como nos vemos e somos vistos, como nos identificamos e nos identificam. Numa referência a Hall (2003), identidades não essencializadas, não fixas e não homogêneas, mas sim permeáveis e fluidas. Chamo a atenção para a questão da identidade cultural que, no sentido de Todorov (1999), não se limita às identidades nacionais; incluem-se outras, ligadas aos grupos pela idade, pelo sexo, pela profissão, pelo meio social e, por isso, também consideradas situacionais. Já a referência à identidade nacional consiste numa abordagem como a tratada por Anderson (1989), que privilegia o sentimento de pertença a uma nação, constituído por meio de simbologias, sistemas de valores, crenças e ideologias criadas para dar unidade à identidade coletiva. Isso sem perder de vista que toda afirmação de identidade nacional é situada histórica e estrategicamente, dependendo da situação vivida pelos indivíduos. Nesse sentido, também o conceito de nação, marcado historicamente por idéias sintetizadoras, pretende aqui ser pensado de forma múltipla e plural, considerando-o não restrito exclusivamente à língua, ao território, à religião ou à raça, embora todos esses referenciais sejam construtores de identidade nacional [Hall, 2003]. (MOURÃO, 2009, p.94-95)

A discussão de identidade para esses meninos, de fato, tem um alto grau de complexidade, porque têm eles uma curta biografia já com muitos conceitos e noções como território, família e cultura tendo que estar solidificados. Existe um processo de produção de referências fundamentais à vida que os foi impedido e tolhido durante o trânsito permanente. Assim, no caso específico dos *minori* avalio que o afirmado por Anderson (1989): “o sentimento de pertença a uma nação, constituído por meio de simbologias, sistemas de

valores, crenças e ideologias criadas para dar unidade à identidade coletiva” funciona no sentido de uma aproximação e identificação entre os africanos que se reconhecem no mesmo processo de perda e falta, e assim a identidade nacional e cultural os liga no sentido de unidade, ainda que essa não esteja com raízes fortificadas por, terem eles, uma biografia em construção para certos valores intrínsecos à formação humana. Desse modo, concordo com a afirmação de Hall (2003) de que se constituem em identidades “não fixas e não homogêneas, mas sim permeáveis e fluidas”. E pela formação de identidade nacional e cultural ser quebrada, havendo uma necessidade de se construir novas formas identificatórias, por meio de técnicas de adequação, são elas: “situacionais” (TODOROV, 1999).

Mesmo que a noção de identidade e pertencimento se mostre com um caráter movediço, os *minori* e de se portarem como *outsiders* em muitas situações, ainda assim, se mostram políticos em sua consciência, e em suas reivindicações de direitos, no qual reflexionam sobre os direitos mais básicos do dia a dia até as formas de inserção formal e inclusão na sociedade italiana. Durante as entrevistas com os meninos, a maioria mostrou uma insatisfação, pois diziam que no abrigo era só um lugar onde se tem o que comer e dormir, nada que passasse do básico, o estritamente necessário para a sobrevivência: alimentação e sono. Em alguns depoimentos, a afirmação vinha acompanhada da frase “e quando tem...”, o que expressava que nem as necessidades básicas eram certas de se encontrar em estado receptivo. Em seus discursos eles mostravam que queriam mais do que os “direitos básicos” e, mesmo que nas entrelinhas, a necessidade de uma interação mais próxima era evocada.

Além dos depoimentos encontrados dentro no abrigo, encontrei na rua e em pontos do ônibus, jovens imigrantes, que também já foram abrigados, o que denota a maciça presença desse grupo em Roma. Numa tarde, esperava meu ônibus no ponto e ouço atrás de mim: “Ciao”¹³⁶. Eram dois africanos que falavam comigo. Achei muito curioso o fato deles me abordarem e ao longo de nossa conversa percebi que falar com outras pessoas em lugares públicos era uma prática deles e uma tática para treinar a língua e se aproximar dos italianos. Infelizmente, nossa conversa não foi longa porque tão cedo o ônibus chegou, mas no pouco que conversamos tive acesso a um pouco da história dos meninos. Eles vieram da Líbia, fugidos da guerra, ficaram abrigados e desde que chegaram ainda enfrentam muita dificuldade com a língua, segundo eles, essa é a maior dificuldade. Quando perguntei o que achavam do abrigo disseram que não gostavam: “era só comer e dormir”, mostrando um ar de desagrado com o básico. Disseram que no centro de acolhimento que estavam abrigados as atividades (extracurriculares) eram escassas e que só iam à escola uma ou duas vezes na semana, por isso

¹³⁶ Oi! Olá!

a dificuldade com a língua. Além de irem somente poucas vezes por semana a escola, lá não faziam curso de italiano, somente treinavam italiano com os operadores e de um jeito muito informal.

Por diversas vezes – durante os 10 minutos que conversamos - eles citaram a insatisfação com a língua, perguntei, então, por que eles permaneciam na Itália e a resposta foi: “Já estamos aqui, não temos pra onde ir, nem sabemos por onde começar”. Depois de enfrentar grandes obstáculos para chegar à Itália, a permanência no país é movida não pela acomodação, mas sim pelo “não saber” ou pelo medo de ter que começar do zero novamente. Na continuidade da conversa um deles mostrou insatisfação também em não estudar, a todo tempo fazia referência ao estudo, perguntava sobre o que eu estudava e quando eu devolvia a pergunta sobre o que ele queria estudar, ele dizia: “não sei”. Era um “não sei” com o olhar perdido, como se não soubesse nem as opções que tinha para escolher. Ele só sabia que queria estudar, porque, no mínimo, tinha consciência que aquele era um dos caminhos para tirá-lo da situação que se encontra, aquele desejo colocava-se como uma “consciência inconsciente”.

Além da dificuldade da língua, perguntei quais eram as outras dificuldades que haviam encontrado e rapidamente a resposta foi: tirar documentos. Segundo eles, era muito difícil e demorado tirar documento. Na realidade desses meninos, o documento funciona como uma “carta de alforria”, é a realidade de existência e a possibilidade de procurar algo para a mudança de vida, mesmo que eles ainda não saibam quais são as mudanças, eles sabem que querem mudar, e somente com um documento isso é possível, é ele o passaporte de uma vida autônoma.

Por fim, citaram outra dificuldade: a relação com os atores externos. Sabendo que são estrangeiros, e não só isso, africanos, refugiados e negros, mostraram que tem consciência de que são alvos de preconceitos, mas mesmo assim, arriscam e tentam estabelecer um contato, assim como fizeram comigo. Porém, disseram que, diferente de mim, recebem o silêncio como resposta. Apesar disso, insistem e perguntam porque a pessoa não respondeu e dizem que a resposta é: “Eu não te conheço”. Esse fato aponta que a aceitação é uma característica central na vida do menino estigmatizado e para alcançá-la eles *manipulam* os recursos com o objetivo de dialogar com seu meio. Essa *manipulação* deriva de um conceito de Goffman (1988): a “interação angustiada”, que é o tipo de interação que ocorre quando o estigmatizado está diante de uma situação social mista¹³⁷. Eles respondem a essa interação

¹³⁷ Contato misto é quando os “normais” e os estigmatizados se encontram na presença física um do outro.

com alguns de seus modos de resposta, que repousam ora no retraimento, ora na atitude ativa ora na agressividade.

Em vez de se retrair, o indivíduo estigmatizado pode tentar aproximar-se de contatos mistos com agressividade; mas isso pode provocar nos outros uma série de respostas desagradáveis. Pode-se acrescentar que a pessoa estigmatizada algumas vezes vacila entre o retraimento e a agressividade, correndo de um para o outro. (GOFFMAN, 1988, p.27)

Outra questão que se abriu durante nossa conversa foi o processo de instalação e acomodação no país, um tema crucial para estabelecimento de laços, tratado por Giovannetti (2008). Os primeiros dias no território italiano representam um momento decisivo na experiência migratória dos *minori*, no qual as expectativas e o conhecimento acumulado é posto à prova frente à experiência direta. Trata-se do período que elaboram as primeiras estratégias de sobrevivência, as primeiras redes (in)formais, mas, sobretudo, é a fase que resulta intenso as aspirações que os motivaram ao processo imigratório e as oportunidades estruturalmente presentes no país de chegada.

Os encontros travados durante essa fase provam serem definitivos para tentar resolver a situação de isolamento, a possível marginalização e também para influenciar e determinar a integração global desses *minori stranieri non accompagnati*. É um período em que o processo de inserção se dá por um trabalho mútuo de vários atores: através da polícia, assistentes sociais, operadores locais ou nacionais voluntariado integrados.

Apesar de terem um histórico de vida nas ruas, os *minori* não são considerados meninos de rua, por definição sociológica e jurídica. Mesmo que tenham morado na rua em outros países, quando chegam a Roma, a maioria passa, no máximo, uma semana ou pouco mais dormindo na rua (normalmente na *Termini*) e logo se apresentam ou são recolhidos para serem distribuídos nos centros de acolhimento. Os que ainda não foram recolhidos para abrigo e estão na rua também não possuem a definição de meninos de rua e sim *minori stranieri non accompagnati* ainda não abrigados. E nas entrevistas, com todos, foi perceptível que esse é o desejo deles: não querem viver na rua. A rua é sempre uma consequência, nunca uma decisão. Eles querem ser institucionalizados.

Como vi no caso de Daraja e Basma. Daraja, por exemplo, morava nas ruas em Malta. Lá ele continuava com problemas de saúde e de documentação e veio para a Itália achando que a situação seria melhor, além de ser geograficamente mais perto, vinha na esperança de encontrar seu tio (o que não aconteceu). Quando perguntei sobre como era sua vida nas ruas ele, rápido e com sagacidade, disse: “você sabe como é a vida nas ruas, eu não preciso te explicar”. E sem me dar tempo para falar nada continuou sua história, mostrando que esse fato

mostra que a rua não ocupa uma posição de centralidade e de reflexão em sua vida, ou ele não quer que ocupe.

A história de Basma caminha na mesma perspectiva, pois veio a Roma porque havia mais facilidade de estudo e de conseguir uma legalização para a sua permanência. Nos discursos, a documentação e a busca pela legalidade são os pontos mais importantes, na verdade, é um ponto nodal que une abrigados e operadores. É a partir da documentação que se abrem as ramificações para outras questões. Fazendo um paralelo aos argumentos dos meninos brasileiros, perguntei se Basma não achava que na rua ele tinha mais liberdade do que no centro de acolhimento e sua resposta foi taxativa. “Não é bom morar das ruas e eu não gosto desse discurso de liberdade. Liberdade sem comer, sem ter onde dormir, sem vestir, e tendo que roubar pra viver? Eu prefiro estar debaixo de uma instituição. Se tiver algum problema na rua, os policiais vão em cima dos que tão morando ali, eles nunca vão vir bater dentro do centro”.

Sua fala manifesta uma maior importância à segurança do que à *liberdade*, não comungando do discurso de “vida livre”, preza por um caminho seguro que pode o levar aos seus objetivos. A essa perspectiva também se insere a realidade contada por Chatuluka, que veio da Guiné Bissau e deixou seu país por problemas políticos. A história de Chatuluka é a mais entrelaçada com a vida política, pois seu pai era ministro do governo e trabalhava para o Presidente da República de Guiné Bissau (Lansana Conte, que governou de 1984 a 2008), quando o presidente morreu, assumiu o novo governo com Moussa Dadis Camara, que, como capitão do exército implementou uma nova forma de governo. Moussa foi considerado chefe dos golpistas da Guiné.

Quando Moussa assumiu, prendeu o pai de Chatuluka e toda a sua família (ou seja, pai, mãe e filho). Perguntei se ele não tinha irmãos, porque nesse tipo de cultura normalmente se tem mais de um filho, e ele contou que seu irmão foi morto em uma manifestação política em 2007, mostrando que a guerra não se trata de evento esporádico e sim uma rotina nas famílias. Ao serem presos, cada um foi preso numa cela diferente e por isso nunca mais Chatuluka viu os seus pais. Um militar amigo de seu pai era carcereiro de sua cela e, por isso, o deixou escapar: “Eu não tinha um trajeto certo, as pessoas me falavam pra eu ir para um lugar *x* e eu ia. Assim, parei primeiro na Costa do Marfim, depois Turquia, Grécia e Itália”.

Em todos esses lugares (excluindo Itália) ele dormia nas ruas. O lugar mais difícil foi a Turquia, porque, segundo ele, lá as pessoas não gostam de africanos e o tratavam com preconceito. “Dai encontrei alguns amigos, eles disseram que eu tinha que ir pra Europa e sair da Turquia, então eu fui pra Grécia. Lá tudo era difícil, morei dois anos e cinco meses na rua,

sem tomar banho, sem ter o que comer. Lá não tem centro de acolhimento igual aqui, eles te largam na rua”.

Chatuluka contou que andava com um amigo africano que tinha um primo na França e o chamou para ir com ele. “Mas eu não quero ir pra França, apesar de falar francês eu não quero ir pra lá. Quero ficar na Itália, não sei dizer o motivo, mas já estou aqui e quero ficar aqui mesmo sem falar a língua. Desses lugares que eu falei, aqui foi o melhor, mas mesmo assim é difícil, eu até hoje não tenho documento. Quando vim para a Europa não imaginava que seria difícil assim. Na verdade, por mim eu não estaria aqui, eu não queria sair do meu país, eu não teria saído de lá se não tivesse esse problema, eu poderia ser morto se continuasse vivendo na Guiné. Em nenhum momento foi uma decisão”.

Histórias como a de Daraja, Basma e Chatuluka são muito comuns e ecoam no centro de acolhimento Eirene, em Roma e em toda a Itália. É considerado um fenômeno novo, fortificado na década de 90, mas que se enraizou e se tornou uma das principais emergências italianas. Meninos que deixam suas famílias, vezes por decisão própria ou da família e outras por serem obrigados, para seguirem, sozinhos, a vida num outro país, mas sem deixar as marcas do caminho que os levou até ali. Na configuração italiana são eles considerados “o espelho da ambivalência italiana” (LICATA & PITTAU, 2012).

A imigração não é novidade para os países europeus, sua história é permeada de diversos exemplos, mas alguns invariáveis. Em todo o seu processo, e mesmo passando por mudanças, sempre esteve ligada ao trabalho/ exploração de uma mão de obra a baixo custo, a uma crescente no quadro de desempregados, requerentes ilegais ou a moradores de rua. Hoje, a menos de um século após a “partida” dos vendedores e limpadores de chaminé, a Itália vive o fenômeno dos jovens imigrantes. O país tornou-se, juntamente com outros países da União Europeia, um local de desembarque de adolescentes que migram de seus países na tentativa de melhorar suas condições de vida.

Daraja não é o retrato único de todos os *minori stranieri non accompagnati*, mas exprime bem uma parte característica dos que formam essa categoria. Ele se enquadra numa massa expressiva, que Giovannetti (2008) expõe quando delimita quatro tipos de motivações mais comuns que os levam a deixar suas casas e seus países. São elas:

1) Menores em fuga da guerra, perseguição e conflitos – nesse caso o percurso para a chegada é caracterizado por uma multiplicidade de motivos, mas a maioria deles está completamente coadunada com a busca pela sobrevivência, e vem normalmente de países africanos. Na conversa com esses meninos percebi que a maioria não tem um objetivo específico e são a mais pura exemplificação dos que andam “ao sabor das circunstâncias”. (SCOREL, 1999)

- 2) Menores que migram por razões econômicas, por procura de oportunidade e trabalho, normalmente de países asiáticos ou do leste europeu. Nesse caso, a escolha da Itália como país se dá pela maior oferta de oportunidades de trabalho. As perspectivas migratórias e a tipologia identitária de alguns se remetem aos contextos tanto social quanto familiar.
- 3) Menores atraídos por um novo modelo de estilo de vida: esses vão atraídos não somente por um bem estar econômico, mas ainda mais por um modelo de vida. Um modelo de vida não marcado pelo signo da privação, que vai além do econômico.
- 4) Menores “empurrados” pela desestruturação social: a partida desse menor é ligada, substancialmente, ao fato de que o próprio contexto de socialização vem, progressivamente se esvaziando devido a emigração. O número de seus pares diminui cada vez mais até “obrigar” o último restante a partir também.

Le condizioni socio – economiche della famiglia di origine hanno una influenza diretta sulla scelta migratoria del minore e generano un fenomeno di “adulizzazione dei minori”, che si manifesta in ruoli sociali non idonei alla loro età e in una responsabilità interiorizzata in modo prematuro. La stessa povertà, associata a *status* socio-educazionali bassi e ad una scarsità di opportunità lavorative, spinge i minori ad emigrare con la speranza di trovare collocazioni migliori, o almeno meglio retribuite. (EUROPEAN MIGRATION NETWORK, 2010, p.13).¹³⁸

Todos esses tipos foram encontrados no centro de acolhimento Eirene e era nítido o contraste daqueles que chegavam sem um objetivo fixo ou um projeto pessoal e aqueles que já estabeleciam um planejamento de vida e como essa trajetória inferia de forma direta em seu comportamento e na relação abrigado x instituição. Portanto, são esses, imigrantes precários e submersos, que começaram a ir à Itália e enfrentam viagens sozinhos. Esses jovens são predominantemente do sexo masculino e proveniente, espacialmente, de países da África, Ásia e Leste Europeu. Vem na esperança de encontrar um trabalho ou um futuro melhor, melhorar as próprias oportunidades de vida ou, como descrito no caso de Daraja, fugir da possibilidade de morte. Diante de um número tão expressivo¹³⁹ eles assumem, gradualmente, um papel significativo no discurso sobre a imigração nas intervenções sociais.

¹³⁸ Tradução livre da autora: As condições socioeconômicas da família de origem tem uma influência direta sobre a escolha migratória do menor e geram um fenômeno de “adulização dos menores”, que se manifesta nos papéis sociais não adequados à idade deles e uma responsabilidade interiorizada de modo prematuro. A mesma pobreza, associada a um estado socioeducacional baixo e a uma escassez de oportunidade de trabalho, empurram os menores a emigrarem com a esperança de encontrar melhores colocações ou, ao menos, melhores retribuições.

¹³⁹ A expressividade é clara em medidas quantitativas e estatísticas. Segundo pesquisa realizada pela Caritas/Imigrantes em seu *Dossier Statistico Immigrazione* (2011), o número aumentou significativamente em 2011. Do dia 1 de janeiro até 8 de julho de 2011 chegaram a Itália, via mar, 2.506 menores não acompanhados. 2.466 a mais que aqueles que chegaram no mesmo período de 2010. Desembarcaram principalmente na Sicília (2.143), Lampedusa (1.754), Puglia (254) e Calabria (91). Todas as regiões situadas no sul do país. E não é somente o número que aumenta e traz duas tendências prevaletentes: o intenso crescimento de menores provenientes dos países envolvidos com a crise do Norte da África, e a crescente presença dos menores de origem afegã, sobretudo, na cidade de Roma. (Onde se caracterizou meu campo).

Questa complessità rende estremamente difficili i tentativi di governo e gestione del fenomeno da parte delle istituzioni dei paesi di arrivo, ma ancor più rilevante diventa il ruolo dei governi locali, chiamati non più solo a gestire problemi “derivati” di accoglienza sul territorio, ma ad intervenire direttamente sui fenomeni e sulle conseguenze dei “flussi non programmati”. (CAPONIO, 2004, *apud* GIOVANNETTI, 2008) ¹⁴⁰.

As motivações que os fazem deixar seus países são fragmentadas e representam, num quadro diverso, um resumo das mais antigas e mais modernas aspirações migratórias: fuga da guerra, procura de novas oportunidades de trabalho, inquietudes gerais, desejo de experimentar novos modelos de vida e de consumo. Isso sem falar em outros, como seguir o exemplo de parentes e amigos que abandonaram seus países antes dele. A maioria deles vem consciente da gramática de riscos, sabem que a inserção é muito difícil, mas mesmo isso não é motivo para que se limitem seus desejos ou a necessidade de fuga.

Ci fanno pensare che l'emigrazione è percepita come uno dei mezzi più importante per migliorare il loro futuro e le condizioni socio-economiche delle loro famiglie. Non sarebbe improprio considerare questo fatto come il motivo principale che spinge i minori stranieri non accompagnati verso l'emigrazione. All'origine dell'esperienza migratoria ci sono i tanto i cosiddetti “push factors” – conflitti, guerre, povertà generalizzata, instabilità sociale, prospettiva negativa del futuro che genera nei confronti dei minori una percezione prematura della loro responsabilità, etc. – quanto i “pull factors”, come l'immagine dell'Italia costruita tramite i “feed back” positivi delle esperienze migratorie dei parenti/amici i tramite i mass media. La molteplicità delle motivazioni migratorie potrebbe richiamare i famosi “tipi ideale” de Max Weber. (EUROPEAN MIGRATION NETWORK, 2010, p.13). ¹⁴¹

Africanos, como os três, se inserem no caso dos *push factors* o que os fazem ter uma postura de retaguarda diante os outros. Como exemplo de campo, tenho a minha aproximação com eles, pois em todos os casos fui recebida com um olhar de pré-reprovação. Mas esse posicionamento não pode ser lido à luz de m posicionamento de não importância, eles não estão desconsiderando o outro, é essa uma defesa de um sujeito que esteve sempre numa posição de desconsiderado, e assim não consegue ultrapassar as barreiras para chegar a um tratamento de cordialidade num lugar onde não foi para constituir uma vida e sim empurrado como o *resto do mundo*. Portanto, esperar sorrisos é estar alheio a todo um processo de vida

¹⁴⁰ Esta complexidade torna as tentativas do governo de gerir o fenômeno com os países que eles vem extremamente difícil do, mas ainda mais relevante torna-se o papel dos governos locais, chamado não apenas para gerenciar problemas “derivados” do acolhimento, mas para agir diretamente sobre fenômenos e as consequências do “fluxo não programado”.

¹⁴¹ Tradução livre da autora: Os fazem pensar que a emigração é vista como um dos meios mais importantes para uma melhora de seu futuro e das condições socioeconômicas de suas famílias. Não seria impróprio considerar esta como a principal razão que os empurra os menores estrangeiros não acompanhadas para a emigração. A origem da experiência migratória existe tanto os “fatores de expulsão” - os conflitos, as guerras, a pobreza generalizada, a instabilidade social, a perspectiva negativa do futuro que gera nos menores uma percepção prematura de sua responsabilidade, etc. - quanto os “fatores de atração”, como a imagem da Itália construída pelo “feed back” positivo das experiências migratórias dos parentes e amigos através dos meios de comunicação. A multiplicidade de motivações migratórias pode lembrar os famosos “tipos ideais” de Max Weber.

deles. Já os meninos que se enquadram nos *pull factors*, que normalmente são de outras nacionalidades e vem com outros objetivos, possuem uma postura diferente com os operadores e diante da relação institucional, como veremos nesse momento.

Em busca de oportunidades e um novo estilo de vida

*Soldi e lavoro*¹⁴² foram as principais palavras pronunciadas por Chibale¹⁴³ durante nosso diálogo. Por ainda não ter domínio da língua, tinha um fala circular que não perdia a centralidade de seu discurso. Algumas vezes as palavras eram faladas soltas, mas ele as repetia insistentemente, mostrando que o seu objetivo principal era conseguir um trabalho e ter dinheiro para viver. Diferente dos meninos africanos, os bengaleses chegam com suas metas já estabelecidas e muitas vezes já feitas previamente pela própria família, que decide enviar seus filhos para uma melhoria de vida, como é o caso do próprio Chibale.

O *minore* de 17 anos veio de Bangladesh e está na Itália há quatro meses. Em suas palavras deixou o seu país “*porque não tinha trabalho, tinha muita bagunça e muitas pessoas com tantos problemas*”. Sua família era composta dele, do pai, da mãe e uma irmã, mas partiu sozinho de seu país. Passou pela Índia e pelo Paquistão até chegar à Grécia, “*mas lá também tinham muitos problemas*”. Permaneceu lá por uma semana e conheceu outros cinco bengaleses que estavam indo para a Itália de navio.

Assim como os africanos, dormiu na *Termini* durante uma semana porque também não sabia das possibilidades de acolhimento. Depois desses dias conheceu amigos que o indicaram para a polícia responsável pelos *moniri* e chegou ao Eirene. Em quatro meses abrigado, ainda não tem o domínio da língua para conseguir um trabalho e também não conseguiu a documentação necessária, no entanto, em poucos meses completa 18 anos e deve deixar o centro e essa é sua maior preocupação. Mas, mesmo com essas dificuldades, Chibale não cogita a ideia de voltar a seu país ou de deixar a Itália: “*Quando eu sair quero procurar trabalho, porque senão como eu vou comer e dormir? Mas mesmo assim não penso em voltar pra Bangladesh, lá é ainda mais difícil. São muitas pessoas, muitas pessoas procurando trabalho, mais ainda do que aqui*”.

Com a entrevista de Chibale um paradoxo se colocou. Enquanto eram eles os mais engajados numa mudança de vida e com objetivos mais claros, eram também os que menos dominavam a língua italiana, a do país que escolheram para fazer suas vidas. O fato de se

¹⁴² Tradução: dinheiro e trabalho.

¹⁴³ Escolho Chibale por significar o que esse menino busca com todos ao seu redor: “afinidade”.

constituir numa escolha e decisão deve ser grifado, porque, na maioria das vezes, esses meninos e suas famílias fazem uma pesquisa para escolher o país mais adequado para buscar uma melhora de vida, enquanto os africanos chegam “ao sabor das circunstâncias”. Mesmo com essa cobrança e determinação são os menos integrados nas questões próprias do país, as que são necessárias para uma entrada e permanência. De todos os bengaleses abrigados, Chibale foi o único que conseguia expor, minimamente, sua vida em outra língua que não a nativa. Com o grupo vindo pelos *pull factors* a dificuldade de aproximação não se deu pela desconfiança, mas, sobretudo, por uma fronteira idiomática.

Avalio que os bengaleses tentam resguardar e murar essa lacuna com a língua para alcançar uma relação mais aproximada. Certamente, uma relação mais aproximada já estava listada em seu *hall* de objetivos, mas como existe um espaço em branco e um dos quesitos se monta de forma insuficiente, eles dão ênfase ao relacionamento próximo. De tal forma, em suas estratégias de inserção entra a negociação afetiva com os operadores. Ainda que sem falar o italiano, mostram-se os mais chegados, mais simpáticos, mais carinhosos, mais respeitosos, pois se apropriaram de outra via para serem bem aceitos no lugar que “querem estar”, substituindo o valor da fala pela linguagem do afeto.

Para essa diferenciação é fácil identificar os “porquês” de comportamentos tão diferentes. A trajetória dos africanos é marcada por eventos mais que dramáticos, que fazem com que eles tenham essa postura de reivindicação de direitos em todos os momentos, já que a eles foi negado o acesso aos direitos, em todas as circunstâncias. Enquanto os bengaleses não passaram por um histórico de morar na rua, enfrentar a fome, a guerra e a tortura, estes foram para Itália com o objetivo da integração, e nada mais natural que se apropriem das estratégias de interlocução sempre que podem, mesmo sem dominar a língua, é aí, então que predomina a comunicação não verbal.

A entrevista com Chibale se resumiu em poucas palavras e muitas tentativas de interlocução. Comigo ele também se colocou prestativo e próximo e fez questão de me acompanhar em todas as outras entrevistas mesmo alegando não compreender quase nada. Mas se sentia e assumia um papel de importância na cena que os colocavam como protagonista de um estudo, que lhes atribuía o valor de sujeito, que, mesmo em gestos e olhares emprestava o entendimento para sua situação. Sua aproximação comigo teve outros motivos que somente uma simpatia, pois a minha presença naquele lugar e naquele momento representava uma possibilidade de ajuda. E não só Chibale me via assim, ele e outros me fizeram a mesma pergunta de forma direta e sem subterfúgios: “*Você pode me ajudar a conseguir o documento?*” Apesar da minha resposta negativa, o que prevaleceu foi uma

postura esperançosa dos possíveis benefícios que a minha presença poderia trazer, mesmo que eles não pudessem explicitar que benefícios seriam esses.

Devido as histórias encontradas, achei que seria muito difícil aparecer alguém que se enquadrasse na tipologia descrita por Giovannetti (2008) do menino que chegava à Itália com a principal finalidade de buscar um novo estilo e sentido de vida, já que o abrigo estava recheado de histórias de árabes, bengaleses e africanos, em sua maioria. No entanto, havia chegado um novo abrigado da Tunísia. Normalmente, eles não permitiam o contato com meninos recém-chegados, pois ainda estavam muito machucados e com traumas, não estavam, ainda, preparados para falar, mas com Chatha¹⁴⁴ foi diferente. Ali estava um menino que não veio fugido de guerra ou problemas econômicos, pois era ele um dos *minori* dos quais Giovannetti disse que vinha atrás de uma nova forma e um estilo de vida. Era ele, também, o que falava melhor o italiano, o que tinha os seus objetivos mais definidos e seu discurso mais firme.

Chatha tinha chegado à Itália há dois anos e já havia passado por várias cidades no país até vir para Roma. Sua relação com instituições é mais íntima e duradoura do que a dos outros, pois nunca conheceu a família e cresceu num orfanato. Sua decisão de vir para a Itália não se deu por problemas econômicos ou algum tipo de fuga, mas porque sempre gostou do país, por achá-lo “atraente”. Decidiu vir para encontrar um trabalho e uma namorada, sendo ele o primeiro que tocou no interesse em ter um relacionamento, ou seja, uma ligação definitiva com o país. Nesse ato, analiso que o namoro e um relacionamento firme atuam como novas formas de filiação (CASTEL, 1999), para além dos caminhos formais.

A história da viagem e da chegada à Itália de Chatha se assemelha a de seus colegas. Ele trabalhava num mercado e os funcionários financiaram uma viagem ilegal de barco que desembarcou na Sicília. “*Foram três dias em alto mar, uma viagem bem cansativa. Quando cheguei à Sicília tinha só dinheiro para comer e dormia na casa de conterrâneos meus. Cada dia na casa de uma pessoa diferente*”. Depois deixou a Sicília e foi “ganhar” a Itália e passou por Milão, Nápoles e Bologna e, ao contrário da Sicília, em todos esses lugares morou nas ruas.

Com bastante experiência e vivência de rua, apesar de uma trajetória tão distinta dos africanos, se coloca de forma equivalente ao dizer que: “*A vida nas ruas é muito ruim, não se encontra lugar pra dormir, só se vê gente ruim, feia, problemas. Nada na rua me agrada. Eu*

¹⁴⁴ Para esse menino, escolhi um nome que significa “finalidade, conclusão”, pois ele mostra saber seus objetivos e finalidades e que a Itália se constitui na “conclusão de seus planos”.

prefiro estar aqui. Aqui não tem problemas, eu durmo bem e como bem. Nem é preciso ficar muito tempo para saber que a vida aqui é melhor”.

Voltei com a pergunta sobre a definição e o peso da liberdade em sua vida e como relacionava essa definição com a vida nas ruas. Ele me olhou e deu uma resposta com tom de militância: *“Liberdade e rua não tem nada a ver. Liberdade nas ruas? Que liberdade é essa? Não tem liberdade nenhuma, só problemas, pessoas ruins. Isso é liberdade? Isso sim é liberdade (abre os braços mostrando o abrigo). Liberdade é ter onde se deitar, o que comer. Não é ficar largado sem ser ninguém. Agora que eu consegui um lugar pra mim, o que eu quero é ficar nesse país. Quero fazer a minha vida porque pra mim esse é o melhor país do mundo”.* Para finalizar o questionei sobre a discriminação nos lugares pelos quais passou e Chatha mostrou uma fala muito emblemática: *“Não, não achei discriminação com atos violentos não, mas também não achei ninguém pra me ajudar”.* Essa fala reflete um alto grau de indiferença social. Não descriminalizam, nem tampouco ajudam ou olham. É a vida do *passar em branco*.

Na conversa e convivência com todos os meninos, foi percebido dois pontos que se destacaram: a busca pela legalização e o conceito de liberdade. Estão abrigados na perspectiva da legalização e da tentativa de uma desestigmatização e nesse pensamento não cabe espaço para dizer que o território da rua é o local que propicia a liberdade, porque suas concepções se constroem de outra forma e suas prioridades se ancoram em outros ângulos. Numa proporção altíssima, 100% dos entrevistados se colocaram contra a vida nas ruas, mostrando que o principal pilar que buscam é a segurança e a liberdade só funciona quando atrelada a esse fator. A liberdade, que eles também buscam, só é alcançada mediante segurança e legalização. Nesses moldes, a vida no abrigo é aceitável (e buscada), por ser o único meio conhecido por eles de se chegar à vida formal. O habitar as ruas nunca é uma ação finalística por ela mesma, é um meio às vezes necessário, funciona como um rito de passagem forçado pelas circunstâncias, faz parte de um processo para a chegada ao objetivo de todos: ter uma vida conforme as leis, padronizada às regras italianas a fim de alcançar um trabalho e viver uma vida legal. Dessa forma, se enquadram e subordinam nas *relações de poder* (FOUCAULT, 1995) que lhe são postas, a partir da disciplinarização de comportamento.

Tal pensamento mostrou-se significativo também num encontro no “campo informal”. Esses meus encontros não programados aconteceram na maioria das vezes em pontos de ônibus, um lugar muito significativo, por representar um ponto de chegada e partida, onde a permanência nunca é enraizada. O primeiro encontro se deu com um egípcio, que chegou a Roma, ainda como um *minore* e que agora já estava num abrigo para maiores de idade. No

curto espaço de espera de seu ônibus, ele conseguiu me contar um pouco da sua história e deixou um pensamento que seguiu como guia e eco. Moza veio do Egito com um sonho um pouco mais alto do que a média, queria ser engenheiro, mas quando chegou viu a dificuldade de um imigrante se inserir e ainda mais dar entrada na faculdade. Fez a mesma sequência da maioria dos outros *minori*, passando alguns dias morando na *Termini*, morando em centros de acolhimento até atingir a maioria e começar a trabalhar como garçom. Em referência ao pequeno tempo que morou na *Termini*, perguntei sobre a relação dele com os policiais e Moza disse: “a relação era de *respeito*, pois não eram eles que precisavam da gente e sim a gente dele”.

Essa afirmação é expressiva no que tange ao pensamento acerca do poder e submissão, sendo um posicionamento que se opõe ao enfrentamento ou a revolta. Aqui se expressa uma precisa e característica *relação de poder*. Para Foucault, o que existe não é o poder estático, onipresente e onisciente, não é o poder de um soberano, vertical e “de cima pra baixo”. O que ele expõe é que o poder não é uma coisa e se manifesta por meio de *relações de poder*, que transborda para outros níveis, mostrando que o poder é uma realidade e ação dinâmica, se constitui num instrumento de diálogo entre os sujeitos da sociedade.

Diferente do suplício e do espetáculo da morte, a discussão que Foucault (2008) traz versa sobre a atuação que as *relações de poder* impõem em instituições, escolas, prisões, entre outras. A maneira de punição é marcada pela disciplina. Através de dispositivos disciplinares as *relações de poder* tornam-se observáveis de forma mais fácil e menos limitada. Essa passagem rápida sobre a teoria *foucaultiana* foi para possibilitar a observação da fala de Moza. Sua afirmação mostrou, claramente, uma *relação de poder* estabelecida e os dispositivos disciplinares atuando e sendo obedecidos pelo *minore*. O egípcio já chegou ao país predisposto a se inserir “conscientemente” nos moldes disciplinares que as *relações de poder* impunham, ou seja, “consciente daquilo que se quer, e inconsciente em relação ao que se quer que ela faça” (FOUCAULT, 1995). Essa relação inicia com a submissão ao poder policial e se perpetua nos muros do centro de acolhimento.

Portanto, num campo heterogêneo de nacionalidades e perfis, há uma linha que os une. Todos possuem no abrigo, apesar das críticas que tecem, o caminho para alcançar seus objetivos. Criticam a ligação horizontal, tanto nas entrelinhas quanto no discurso explícito, porém o abrigo para eles é a possibilidade de proteção, não há a barganha por um tratamento diferenciado porque eles não se colocam como se a entidade *necessitasse* da presença dele, mas sentem-se *ajudados*. E por isso afirmo que a negociação afetiva dos meninos bengaleses se difere. Nesse caso, é uma negociação ativa sim, mas fincada no medo do retorno, da volta

ao conhecido. Ainda que inseguro com o que esse desconhecido (abrigo, operadores) os ofereça, o temor pelo o que eles já conhecem os amedronta mais. Enquanto para os meninos do Rio a situação de abrigo ainda não está clara e explicada, em Roma o sentido da institucionalização é límpido. Esse “saber o porquê de estar abrigado” opera no sentido da probabilidade de poder configurar novas formas associativas de vida.

A chegada à Itália e as interações no acolhimento

O objetivo ao analisar as interações face a face dentro de uma instituição foi o de observar como certos mecanismos de estruturação usados por ela acarretam consequências na formação do eu do indivíduo que nela participa sob determinada condição. (GOFFMAN, 2003). Mas no caso dos *minori stranieri non accompagnati* há uma série de etapas muito complexas pré-abrigo, no qual é necessário uma inserção no processo que ele passa desde a chegada à Itália até ser abrigado.

Ao desembarcarem no país, os *minori stranieri non accompagnati* não podem ser expulsos e a eles é dada uma autorização de residência. Eles se enquadram na categoria de titulares de “asilo humanitário” exigido por lei, de devem receber autorização de residência, seguro obrigatório e inscrição gratuita no *Servizio Sanitario Nazionale* [Serviço Nacional de Saúde] (nº 1 do artigo 34b da Lei de Imigração; circular do Ministério da Saúde em 24 de março, nº 5). As inscrições para o S.S.N. são permitidas a partir do momento em que é feito o pedido de autorização de residência. Em média chegam por ano 7000 *minori stranieri non accompagnati* na Itália.

Nel quadro normativo internazionale il riferimento primario per la tutela dei minori è costituito dalla Convenzione di New York sui diritti del Fanciullo, ratificata dall'Italia con la legge 176/1991, per effetto della quale, tutti i minori, senza discriminazioni, e cioè indipendentemente dall'origine nazionale, etnica o sociale, anche se entrati clandestinamente nel nostro Paese, sono titolari dei diritti garantiti dalla Convenzione predetta, quali il diritto alla protezione, il diritto allo sviluppo complessivo (fisico, mentale, spirituale, morale e sociale) ed il diritto alla partecipazione (diritto di opinione tenuto conto dell'età e del grado di maturità). (SARTI, 2011, p.94)¹⁴⁵.

De forma resumida, o processo de acolhimento se dá da seguinte forma: os meninos quando chegam se apresentam a uma polícia especial, a NAI. As procuram por estarem com fome ou problemas de saúde. A polícia aciona a SOS (*Sala Operativa Sociale*) que distribui e

¹⁴⁵ Tradução livre da autora: No quadro regulamentar internacional a principal referência para a Proteção das Crianças é a Convenção de Nova Iorque sobre os Direitos da Criança, ratificada pela Itália com a lei 176/1991, cujo efeito é que todas as crianças, sem discriminação, isto é, independentemente de sua origem nacional, étnica ou social, embora tenha entrado ilegalmente no nosso país, são titulares dos direitos garantidos pela referida Convenção, como o direito à proteção, o direito ao desenvolvimento global (física, mental, espiritual, moral e social) e do direito à participação (direito de opinião devido à idade e grau de maturidade).

assim os envia para os centros de acolhimento. Eles vão para o abrigo, mas estão sob a tutela do *Tribunale di Minori*. E, por isso, os operadores devem estar ligados com os agentes oficiais, havendo sempre encontros entre eles, pois esse trabalho sem passar pela vara oficial não tem validade.

Sulla necessità di attuare in favore dei minori non accompagnati le più opportune strategie “per il loro riconoscimento e la completa attuazione dei diritti di cui i medesimi sono titolari” e di realizzare “azioni coordinate per garantire loro i massimi livelli di protezione”, nel febbraio del 2009 è stata indirizzata ai Prefetti la Circolare n. 685, con la quale il Ministro dell’Interno ha richiamato l’importanza della discussione e del confronto sul tema, di tutte le Istituzioni competenti sul tavolo dei Consigli Territoriali per l’Immigrazione nel cui ambito, laddove non fosse già prevista, andava istituita un’apposita sezione dedicata ai minori. In un primo momento di ingresso, sia nel caso in cui i minori stranieri non accompagnati chiedano asilo, ovvero nel caso che non lo chiedano, la loro presenza sul territorio è comunque monitorata attraverso i meccanismi procedurali dell’identificazione, che consente anche il loro inserimento nei diversi centri di accoglienza, assistenza e tutela. (SARTI, 2011, p.92)¹⁴⁶.

Ao chegarem sem documentos e pedindo para se abrigarem devem passar também por uma certificação de que são menores de 18 anos, já que não há nenhuma documentação que comprove esse fato, além da palavra dos meninos. Quando eles se apresentam como menores aos policiais, é feito um método europeu de verificação: *Età presunta dell’uomo calcano*, no qual os médicos fazem exames de pele, na parte dentária e genitália para confirmar.

Depois de serem direcionados pelos policiais e pela SOS, passarem por entrevistas com os agentes públicos do *Tribunale di Minori*, eles chegam ao centro de acolhimento para passar por mais algumas entrevistas. O centro em que realizei a pesquisa pertence à Cooperativa Eriches e é 100% financiado pela prefeitura. O centro de acolhimento Eirene localiza-se numa região central de Roma, surgiu para receber uma grande, e relativamente nova, emergência italiana do âmbito dos *minori stranieri non accompagnati*: a dos requerentes de asilo do Norte da África. No momento em que fiz o trabalho de campo totalizavam 21 *minori* abrigados e destes, metade se constituem em requerentes de asilo (africanos) enquanto a outra metade veio para buscar melhores oportunidades (bengaleses, egípcios e tunisinos). Mas esse número se modifica constantemente, pois todo mês entram e

¹⁴⁶ Na necessidade de atuar em favor dos menores desacompanhados as estratégias mais adequadas “pelo reconhecimento deles e a completa atuação dos direitos pelos quais os mesmos são titulares” e para realizar “ações coordenadas para a garantia do máximo nível de proteção”, em fevereiro de 2009 foi endereçada aos prefeitos a circular n° 685, com a qual o Ministro do Interior recordou a importância da discussão e do confronto sobre o tema, de todas as instituições competentes sobre a mesa dos Conselhos Territoriais para a Imigração nesse âmbito, onde não estava ainda previsto, foi criada uma seção especial dedicada aos menores. Num primeiro momento de ingresso, seja no caso em que os menores estrangeiros não acompanhados peçam asilo ou no caso que não peçam, a presença deles no território é, contudo, monitorada através de mecanismos de identificação processual, que consente também a inserção deles nos diversos centros de acolhimento, assistência e tutela.

saem meninos. Os requerentes de asilo são aqueles que partem de seus países por causa de uma situação dramática e pedem proteção, com o *permesso de soggiorno*¹⁴⁷, porque não podem voltar para seus países. Esse é o caso, na maioria das vezes, dos africanos. Enquanto os bengaleses e egípcios pedem *permesso de soggiorno* não por proteção, mas sim para oportunidades de emprego.

Esse centro está inserido num plano de primeiro nível de assistência, o plano emergencial. É um centro de acolhimento por tempo breve, que recebe os *minori stranieri non accompagnati* recém-chegados e tratam de suas necessidades primárias, como ligadas à saúde e à documentação, asilo político e formalização de existência civil no país. Essa é uma das principais dificuldades enfrentadas no estreitamento dos laços e na solidificação de um projeto de vida para eles, pois, eles já chegam ao centro perto da maioria e por isso devem ser, tão logo, enviados para outro tipo de centro de acolhimento. Como o centro é direcionado para menores, quando esses completam 18 anos devem sair e os operadores disponibilizam para os rapazes uma lista de lugares em que eles podem procurar para se abrigar (nessa lista existem abrigos que funcionam nos dois circuitos, o público e o voluntariado). A ligação com o abrigo se restringe, então, a conexão com o mundo formal, pois só àqueles que estão sob os cuidados da instituição sabem os lugares que tem direito a acessar, a exemplo o serviço sanitário, o STPI. Aqueles que permanecem nas ruas, se invalidam diante de uma gama de informações. É a vida só existe enquanto vida civil, senão de nada vale.

A questão do tempo de permanência dos meninos é fundamental para a análise do processo, pois o centro não tem meios de manter um vínculo estruturado e forte com os *minori* e só dão conta de tratar de suas primeiras necessidades reais. Além disso, como se tratam de *minori* todos os processos devem ter um estreito laço com os órgãos oficiais. O primeiro passo é: os menores devem contar a sua história, diante de uma entrevista com o serviço social que decide como será todo o percurso burocrático e legal de cada. Junto aos operadores é feito o PEI (Projeto Educativo Individualizado), que buscam as intenções deles, que normalmente são os de frequentar cursos técnicos e de italiano. Assim, produzem o projeto juntos, onde estabelecem os objetivos a partir das inclinações e motivações dos rapazes, mas tudo depende do tempo que eles ficam ali. Muitos ficam apenas três meses e isso dificulta muito a realização do projeto de vida, o acompanhamento e uma relação mais íntima.

O centro Eirene era grande, com cerca de cinco quartos, uma grande sala que funcionava como sala de tv e de jantar e uma área de lazer, onde jogavam ping pong e outros jogos. Esse momento era o que havia mais interação entre os próprios meninos. A distância

¹⁴⁷ Permissão de estadia

territorial, cultural e, principalmente, linguística, os afastavam e tornavam os relacionamentos mais difíceis, por isso a área de lazer se fazia tão importante, agia como uma espécie de *locus* de participação e cooperação entre eles. Além do jogo, outro ponto em comum que os ligavam era a religião, já que a maioria partilhava da mesma crença: o islamismo. Sendo assim, tinham a mesma fé, as mesmas formas de comunicação e horários de oração e culto. Algumas vezes aconteceu de eu chegar para entrevistá-los no horário de sua oração e quando isso acontecia solicitavam para que eu esperasse, já que os horários devem ser respeitados.

Avalio que a filiação a uma religião, na qual é existente uma gama de preceitos, regras, dogmas e obrigações, já atuava como um dispositivo disciplinador, o que auxiliou para o processo de submissão às outras ações disciplinares oriundas do centro de acolhimento. No entanto, a religião, ao mesmo tempo em que os aproximava, por outro lado, era a razão de conflito na relação com as operadoras. Um tema recorrente em todas as falas dos operadores sociais era a distinção de tratamento e comportamento com os operadores e operadoras. Na visão dos funcionários, há um *desrespeito* com as operadoras do sexo feminino (que formam 90% do quadro de funcionários), que se mostra com uma negação no olhar ao receber ordens e obedecer as regras vindas de uma mulher, ou seja, tal desrespeito não é por meio de um confronto, um combate, mas se dá pelo não olhar. Entretanto, uma das funcionárias argumenta, dizendo que essa grande barreira pode atuar também como uma “brecha relacional” ao tentar buscar alguma flexibilidade nas regras de acordo com a compreensão sobre a cultura deles.

É perceptível que a religião é fator determinante na interação já que há uma forte inscrição religiosa pré-existente quando eles entram no abrigo. Esse fato faz retornar ao caso dos meninos do Rio. O centro Eirene não tem nenhuma vinculação religiosa, ao passo que a casa de acolhida Frei Carmelo Cox é de iniciativa católica. Os meninos do Rio de Janeiro geralmente não tem uma religião ao entrar no abrigo e lá são todos, sem exceção, inscritos nas tradições religiosas do cristianismo católico. Devem todos rezar antes das refeições e participar de festas cristãs como o Natal. Por não haver nenhuma conexão do abrigo italiano Eirene com doutrinas religiosas, os *minori* têm possibilidades de exercer sua livre expressão religiosa, no caso o Islamismo. No abrigo Frei Carmelo vai se “criando” novos vínculos dos quais os meninos são conduzidos a se associar, leio essa atitude como uma forma de *filiação induzida*.

Esse foi um exemplo de *filiação induzida* no abrigo do Rio, mas as instituições possuem suas formas de induzir uma filiação “necessária” ao abrigado. No centro de acolhimento Eirene há essa filiação “necessária” no campo da adequação às leis italianas o

que faz com que sejam induzidos, ou mesmo obrigados caso queiram permanecer no país, a se filiar às diversas modalidades que eles estabelecem.

Inicia-se um processo de mortificação do eu inicial do sujeito, pelas concessões de adaptação às novas regras institucionais. O indivíduo é despido da sua personalidade real e a personalidade que lhe é induzida, não só pela instituição como por toda a sociedade. Cada carreira moral, e, atrás desta, cada eu, se desenvolvem dentro dos limites de um sistema institucional, (...) Neste sentido o eu não é uma propriedade da pessoa a que é atribuído, mas reside no padrão de controle social que é exercido pela pessoa e por aqueles que a cercam. (GOFFMAN, 2003, p.142).

Nesse cenário, o estabelecimento de uma relação no cotidiano dos abrigados e operadores é, muitas vezes, difícil e conflituosa, porém assim como os objetivos e caminhos que os levam a sair de seus países são diferentes, assim também é o comportamento e a convivência no centro de acolhimento. Uma das funcionárias entrevistadas, disse que, de uma forma geral, o primeiro período é de desconfiança e insegurança da parte deles. A dificuldade com a língua é muito forte porque muitos chegam analfabetos e deve-se iniciar do zero. *“No início eles não sabiam escrever o próprio nome e hoje já o fazem. Não conseguem fazer discursos elaborados, mas ao menos nos entendem e se comunicam”*.

Nas palavras de todos os operadores sociais, os mais difíceis de lidar são aqueles com a trajetória cheia de tropeços, que são machucados e revoltados, que fugiram da guerra, foram torturados, moraram na rua e comeram lixo. Aqueles que chegam sem objetivo, perdidos, sem saber o que “esperar da vida”. Os africanos estão no centro devido ao movimento “natural” da vida, eles querem a sobrevivência, não querem negociar os seus papéis, mostram quem são e viveram a vida inteira no conflito e por isso não tem medo dele. Já os bengaleses são os negociadores e articuladores porque, por mais que tivessem passado por situações de dificuldade em seus países, foram para a Itália já com o objetivo da integração e, desse modo, se apropriam das estratégias de interlocução sempre que podem, mesmo sem dominar a língua e recorrendo a relação não verbal. Devido a essa construção, foi mostrado em todas as entrevistas com os operadores tem uma pré-disposição e uma abertura maior a relação com os que não são requerentes de asilo político, como dito nessa afirmação: *“É difícil estabelecer um projeto educativo porque não há confiança da parte deles. Eu acho que eles vêm com uma expectativa, com uma ilusão do que é o serviço social e se decepcionam. Já com os meninos bengaleses, por exemplo, há a dificuldade de lidar com a fase característica da adolescência, mas eles são mais dispostos, mais compreensivos e mais dispostos a entrar num percurso de integração”*.

Contudo, como já exposto, a integração é dificultada porque o foco é coligado somente com a inscrição formal e documental, o que reverbera numa relação verticalizada e instrumental entre todos. O trabalho dos centros que lidam com *minori* é objetivado (e não centrado numa relação subjetiva) muito também pela impossibilidade de tempo, ou seja, não passa do tratamento de problemas concretos (trabalho, documentos), fazendo com que a recuperação de uma autonomia e de um tratamento psicossocial se tornem fatores secundários, ou ainda não explorados. Num paralelo com a situação explorada na Frei Carmelo Cox, foi colocado que as relações são muito aproximadas, o que gera, muitas vezes, uma “confusão” entre o público e o privado, a relação institucional e familiar, se estabelecendo uma regulação emocional. No centro Eirene, os problemas obtidos caminham em oposição, porque a crítica se dá pelo relacionamento ser ancorado numa primazia da verticalização.

O grau dessas influências – “permeabilidade” – tem como consequência a redução das diferenças, a geração da comunicação e a dificuldade da manutenção da distância intragrupo. Para que a manutenção da moral, da instabilidade e dos objetivos da instituição seja garantida a equipe dirigente utiliza a “impermeabilidade” – negação das influências (GOFFMAN, 2003, p.106)

A relação com os operadores se baseia num auxílio institucional, estão ali para dar o que eles “precisam” e o que estão dentro de suas necessidades do dia a dia: comer, dormir, bilhete do ônibus, conseguir um curso, uma vaga na escola, etc. Ao passo que a relação mais íntima e de um contato pessoal mais aprofundado acaba ficando para segundo plano. Há uma dificuldade de se estabelecer um relacionamento em que se compreenda o projeto pessoal do menino por dois motivos simples e complexos ao mesmo tempo: o pouco tempo que os meninos permanecem e a comunicação, já que poucos falam italiano. Assim, pode-se visualizar o afirmado por Goffman:

Parece-nos, à primeira impressão, que as duas esferas - internados e equipe dirigentes - mantêm uma distância social e têm somente uma interação limitada aos “padrões de deferências” que são impostos formalmente com exigências específicas e sanções para as infrações e que devem ser apresentados pelo internado à equipe dirigente obedecendo a escala dos papéis. (GOFFMAN, 2003, p.140).

No entanto, forma-se um quadro multifacetado de aspirações e objetivos, apesar dos meninos se adequarem a essa “linha objetiva” de atuação e estarem ali também na perspectiva de inserção na vida formal, reivindicam e mostram a necessidade que tem de uma relação mais aproximada. Fundamentam, muitas vezes, suas críticas se queixando de uma discriminação por parte dos operadores. Por exemplo, em minha entrevista com Daraja, ele

fez questão de falar na frente dos operadores, porque, segundo ele, queria “*dar o seu recado*”. E quando me afirmou que não sentia o preconceito com os atores externos, disse, prontamente que a discriminação vinha mesmo dos “*de dentro*”, dos operadores sociais, com indignação afirmou: “*Eles são provocadores e não operadores. Você sabe que quando completamos 18 anos devemos ir embora, né? Eles não nos ajudam, assim como no cárcere, eles abrem a porta do centro e dizem: Vai. E fecham e não podemos mais voltar. Pra mim todos os centros podem mudar a vida do abrigado quando é uma relação verdadeira, quando não é, não se muda nada*”.

A indignação de Daraja se expressava não em atitudes do cotidiano, mas sim no fato de se sentir desprotegido e desabrigado ao abrirem as portas do abrigo. Isso faz com que recorra a sua memória afetiva para fazer uma associação entre as situações e essa ligação se dá com sua vida no cárcere, na prisão. Por isso, a comparação se mostra de forma tão cortante.

Cada um demonstra suas frustrações com o centro de forma distinta. Daraja associou a desproteção que viveu quando as portas do cárcere se fecharam à negligência que ele diz ter o centro com os que completam 18 anos. E Basma foi mais específico, falando de ações cotidianas: “*As minhas maiores dificuldades aqui são com as regras. Por exemplo, o jantar começa no horário tal e termina no horário tal. Se eu chego depois desse horário eles não me dão mais a comida, eu fico sem o jantar. Agora se alguma outra pessoa que não é do centro (por exemplo você) chegar pedindo o jantar, eles vão dar, entendeu? Pra mim isso é discriminação com a gente. Outro exemplo é quando a gente tá doente, eles sabem que não sabemos explicar em italiano o que sentimos para o médico, mas ao invés deles nos acompanharem, eles nos mandam sozinhos para o médico, nos largam. Já cheguei no hospital e a doutora disse que eu não poderia ser atendido porque era menor e estava desacompanhado. E eu tinha que ir muitas vezes, porque perdi seis dentes na tortura e queria tratar disso, todas as vezes sozinho, sem acompanhamento. Eles nos dão o endereço e mandam a gente ir, se você tem sorte, encontra o hospital se não tem, não encontra. É assim. Muitas dificuldades seriam menores se eles estivessem mais perto da gente. A vida não é só dar o de comer, a gente também precisa de cuidados*”.

A afirmativa de Basma fez, circularmente, uma referência à *negligência institucional*, que, em alguns casos, se mostra mais corrosivo do que a repressão aberta, pois as questões se colocam de forma mais sutil e surtem efeitos, paulatinamente, nos meninos. De tal modo, eles acostumados a viver uma repressão aberta, são agora postos a uma nova forma de abnegação, mas, ainda assim, nos dois sentidos eles se enxergam na imagem de abjetos, seja pelo Estado (que os repele e não os quer), seja pela instituição (que numa relação

distante, mostra seu desinteresse e omissão, ou seja, um estado de impassibilidade). Tal negligência reflete de forma negativa na autoimagem da instituição, porque, como essa “possível falha” não está às claras, à ela não se imputa uma *culpa*. Logo, não vê as possibilidades de melhoria, uma vez que não enxerga ali um gargalo institucional.

No entanto, mesmo diante desse fato visivelmente espinhoso, ainda assim, o fator primaz no discurso de todos os *minori* é o benefício de se estar abrigado. Afirmam que sua vida é melhor aqui do que antes, na rota de fuga ou dormindo pelas ruas. A primeira coisa citada para afirmar que é melhor morar no centro foi a possibilidade concreta de conseguir documentos. Basma, Chatuluka e Chibale tiveram um discurso linear quando o ponto tocado era o relacionamento institucional e acionaram, subitamente o binômio documentação e legalidade. A fala mais categórica ao sobrepor o documento à relação foi a de Chatuluka ao sustentar que: *“Viver aqui é melhor do que na rua, eu tenho onde dormir, não preciso procurar comida no lixo. O problema daqui é que a gente não pode caminhar livre, eles não te dão dinheiro, não te dão bilhete do ônibus. A relação não é problema perto do fato da gente não ter nosso documento, esse é o maior problema”*.

À vista das realidades apresentadas, é possível dizer que a postura institucional se diferencia nos dois cenários. No Brasil existem anos de tradições referentes ao abrigo/acolhimento institucional. Na medida em que a Itália teve que se adaptar em pouco tempo a essa emergência institucional. O trabalho assistencial era direcionado a *persone senza fissa dimora* e outras categorias de imigrantes, o que denota não uma *falta*, mas um início de identificação, uma formação plena.

4 CONCLUSÃO

Interrogações finais

*Todas as criações da natureza são iguais.
Todas as ações, cruéis, piedosas ou indiferentes, são iguais.
Contudo, o homem não é igual a outro homem, bicho ou coisa.
Não é igual a nada.
Todo ser humano é um estranho impar*

Carlos Drummond de Andrade

“Me chama pelo nome”: juventude vulnerável entre muros e esquinas do Rio e de Roma, foi o maior contato com a realidade visceral do mundo que pude ter no meu curso de vida. Digo isso, porque não posso me furtar de cruzar a minha trajetória com as escutadas, reflexionadas e expostas aqui de forma narrativa. As etapas da elaboração de uma pesquisa entrelaçam as tramas existenciais do pesquisador com a dos sujeitos, por isso, retorno a minha afirmação inicial de que “os índios transformaram Antony Seeger, a favela à Alba Zaluar, as garotas de programa à Maria Dulce Gaspar e os travestis a Hélio Silva”. Ao finalizar esse trabalho, posso afirmar que eu também fui transformada pelas histórias ouvidas e pelas novas teorias apreendidas. O impacto da pesquisa começou, antes de tudo, a partir de mim e, cada linha exposta demonstra o meu *pulsar analítico* diante do que pude “filmar com meus olhos”, fazendo referência à Silva (2009) de que devemos “filmar ao invés de fotografar” o nosso campo.

Devido aos limites e possibilidades de uma pesquisa de mestrado, ao pegar dois cenários tão diferentes e distantes, uma comparação se faz de difícil realização e não dá para esgotar. Uma comparação, ainda que não queiramos ou percebamos, atribui grau hierárquico. Nesse sentido, o propósito aqui não foi estabelecer um estudo comparativo *strictu sensu*, mas sim uma descrição de singularidades. Singularidades complexas que envolvem os dois grupos de jovens num território, num histórico de privações, e numa vida regulada por dispositivos institucionais. Os meninos da pesquisa são marcados pelo banimento ou pela disciplina, pois enquanto *garotos soltos* – me referenciando a categoria usada por Luciano – são ambos *carimbados* pela apartação. Possuem, assim, duas opções: o banimento ou o enquadramento, e a segunda opção ocorre com a entrada numa regência disciplinar que, nesse caso, se dá a

partir da institucionalização. São, ambos, somente aceitos nessa condição: enquanto disciplinados e institucionalizados.

Aqui foram apresentadas as histórias, os recursos para pertencimentos e as possibilidades que o ambiente tem de abrigar meninos na formação da noção de território, família, cultura e que possuem diferentes vivências da desigualdade com o impacto de rupturas importantes. Quais as rupturas comuns? E as que pertencem a cada um?

Ainda que as instituições de abrigo trabalhem com sujeitos diferentes, são direcionadas para meninos *necessitados*. Grifo essa palavra porque a própria nomenclatura deve ser posta à prova. Ambos são necessitados devido a um processo de relegação que os coloca, e os determina, na posição de necessitados, dependentes dessa ajuda. Ao entrar em minha pesquisa de campo, um dos principais questionamentos se formava em torno desse pensamento. Com base nele tentei verificar como as instituições agenciam sua função social e o trabalho face a face com seus abrigados; de que modo eles respondem a esse processo de relegação do mundo externo e como reflexionam o confronto do que viveram (*cultura aparente*) com a nova vida, agora na situação de menino institucionalizado.

A análise e a reflexão aconteceram por meio de um estudo descritivo com metodologia de observação participante. Foram essas observações, na união com as teorias lidas, que me possibilitaram ver de que forma o abrigamento de jovens se torna tema em cidades que possuem diferenças substanciais em sua história e de como tratam os *jovens proscritos sociais* nas suas mais diferentes singularidades. Singularidades de uma juventude em conflito social, espacial e pessoal, que perpassa suas vidas pelas paredes de uma instituição. Estão formalmente abrigados em instituições de acolhimento, mas no desabrigo de suas cidadanias, sem emprego, sem teto próprio, contando com o olhar piedoso ou assistencialista da população ou do Estado.

Portanto, essa pesquisa comportou dois grupos diferentes, em dois pólos continentais distintos, só aí mostra uma gama heterogênea. Dentro de uma cidade, encontramos diferentes centros de acolhimento e trajetórias, encontramos visões múltiplas de mundo, que denotam que essa heterogeneidade passeia entre as micro relações e o contexto macro. Sentidos e sentimentos plurais em sujeitos diversos inseridos nas mesmas palavras: *exclusão, vulnerabilidade, risco social, abrigados, institucionalizado* (...). Palavras defrontam sentidos e histórias, e em cada palavra encontrei uma rama de pluralidade, na qual os meninos se mostraram, cada vez mais, um campo heteróclito de informações.

Em Roma, os meninos vieram do máximo desamparo, de um exílio, da expulsão da pátria. Nessa ruptura são ancorados num sentido pleno de *exclusão*. Ao chegarem à Itália

passam a ser incluídos de alguma maneira no sistema social, mas numa inclusão *duvidosa, precária*. A imposição da rotina institucional se afirma como mais uma ruptura e, no abrigo, eles montam recursos dialógicos com a única rede que lhes é possível. Eles bancaram os riscos para estar ali e sabem porque estão “acolhidos” e (des) abrigados em outro país. Assim, assumem uma postura de decisão, em que sabem o porquê e de que forma suas vidas são marcadas, e se envolvem com a instituição buscando uma relação *conveniente*, no sentido de saber extrair dela a sua *utilidade* para alcançar seus objetivos de entrada num mundo legal/formal. Em outro contexto, como é estar em desabrigo no próprio país?

Os meninos do Rio não viveram um exílio extremo como os de Roma, não foram expatriados, mas conheceram um tipo de rejeição, ainda que mais sutil, não menos corrosiva. Foram afastados de suas famílias, seus meios de convivência e são vistos pelo olhar que o *normal* concede ao estigmatizado: ou do *pivete* ou da *criança carente*. Estão também incluídos no grupo dos necessitados, que não podem virar *garotos soltos* e devem ser tutelados. Diferente dos meninos de Roma, a postura institucional no cotidiano dos meninos do Rio, se mostra com mais interrogações, ainda que a negociação afetiva se mostre presente e persistente. Apesar de saberem que o estado de pobreza os levou àquela condição, se perguntam mais sobre o porquê de estar ali, qual a real função que aquele local possui e exerce, como ficou claro com o questionamento de Luciano ao dizer: “*tia, isso serve pra quê?*”

As duas fases e faixas etárias distintas também demonstram que tentam, de diferentes formas, usar a instituição como um meio associativo de vínculos. Os vínculos frágeis, ou os que foram perdidos, são buscados por meio do abrigo, atuando ele como um “trampolim simbólico”. No caso dos *minori* de Roma, esse elo que o centro de acolhimento permite é com o mundo do trabalho, já que a família é algo que eles sabem que não conseguirão na condição de imigrantes. A única forma de romper a barreira de um jovem em *desarmonização com a lei* para estar em paridade com a norma é através da inscrição no trabalho. Já os meninos do Rio se utilizam da casa de acolhida para alcançarem uma vida familiar, o que na idade que se encontram, lhes confere estabilidade emocional e conformidade com a lei: agora na condição de *adotados*.

Assim, todos eles se enquadram num conjunto de fragilidade de vínculos (SCOREL, 1999) e uma carreira de rupturas, no entanto, cada um possui sua particularidade e processos de ruptura diferentes. Para todos os sujeitos, os abrigos se constituem numa etapa determinante de ruptura, seja com a rua, com a família ou com o país de origem. Ambos vivem, também, numa situação de *risco social*, mas são duas dimensões de risco social. O

risco entre eles não pode ser visto de forma homóloga. Para com os meninos do Rio, a instituição age como possibilidade de não deixá-lo ser *de risco* na conotação da violência. Já com os *minori* de Roma o risco dele não estar abrigado é o de superlotar a capital na exposição de sua miséria. O risco é de um número oneroso para o estado de *inúteis socialmente* (CASTEL, 1999), pois, como são ilegais, representam custos. A face violenta não está exposta nesse menino, mas a da pobreza sim. Nos dois casos há o medo da miserabilidade à vista, mas com pesos diferentes.

No caso das instituições percebe-se uma ação concomitante, bem como reações ao que os meninos trazem consigo. Ao passo que o menino chega com sua vida cheia de marcas das rupturas vividas, a instituição também não possui um histórico linear, de tal forma se percebem junto com os meninos ao (re) formular sua perspectiva, sua postura institucional. Dentro das relações estabelecidas com os abrigados mostram os contornos que dão ao cotidiano institucional.

A ação no Rio de Janeiro se caracteriza por uma regulação emocional, na qual existe uma contínua referência familiar, como serem chamados de *tios* e *tias* e saírem com os meninos para passar fim de semana e festas. Essa não é uma ação completamente autônoma, trata-se de uma interlocução e resposta ao que os meninos buscam: a *filiação familiar*. As ações do centro de acolhimento em Roma já são distantes e verticalizadas, em que não há a busca de se fixarem relações. Essas também funcionam como uma resposta aos objetivos dos *minori* de conseguir um meio para se estabelecer legalmente na cidade.

Por isso, a intenção foi ver como essa instituição, que em seu histórico passou pela via da repressão, da filantropia, da pena, da negligência, se posiciona frente às novas “exigências” contemporâneas para a chegada desse menino em formação de sua personalidade, com rupturas em todas as searas das suas formações de conceitos e concepções de mundo. Os abrigos também tentam se encontrar nas ações cotidianas e se autoidentificar a partir das respostas, perguntas, argumentações e questões que os meninos levantam para eles. Por isso, não é possível apartar suas construções simultâneas nesse período em que os dois estão juntos no mesmo local.

Durante o processo de escrita da dissertação foi impossível não me recordar de um trabalho final que fiz para a disciplina de Metodologia Qualitativa. Nesse trabalho, defendi a ideia de que o campo e os sujeitos da pesquisa influenciavam na consecução da escrita. Igualmente, não somente a minha postura em campo foi modificada, como também a minha escrita. Nesse trabalho final, tentei mostrar que pesquisa e escrita estão interligadas em todo processo de produção e execução de um trabalho, que o sujeito estudado transforma e

determina a forma narrativa do pesquisador e a sua condução interpretativa. Para isso, parti das obras *Travesti: entre o espelho e rua* e *Vozes do Meio Fio*, de Hélio Silva, para analisar como a vida e a trajetória dos personagens dos livros - travestis e meninos de rua – falam, se expressam e se mostram em linhas e pensamentos desenhados nas letras de Hélio: um autor, uma forma de escrever e dois livros tão, essencialmente, distintos. O trabalho comungou da visão que a pesquisa não se separa de sua forma narrativa, afinal, o momento da escrita “é universo rigoroso e pluridimensional, pontuado por ritmos, movimentos e significações que ecoam em sua arquitetura formal” (SILVA, 2007, p.14).

Refiro-me a esse trabalho porque me reporte a ele em muitos momentos enquanto escrevia. Ao descrever e analisar as trajetórias dos meninos do Rio e de Roma percebi como suas próprias narrativas desenhavam o meu estilo num tom mais vertical, mais aproximado, mais analítico ou mais fluido. E foram as vivências com cada um que me deram o caráter e o estilo que mais se encaixava com seus modos, seus gestos e jeitos. A partir da forma da letra, mesmo que sem perceber, eu os esboçava, pois numa frase mais marcada e categórica me remetia ao seu tom de voz, ao olhar, a forma de falar. A diferença encontrada na escrita e descrição dos meninos são, completamente, reflexos do trabalho de campo vivido, comprovando que a tese de que o sujeito determina e desenha as letras do texto estava certa.

Quando escrevo sobre os meninos do Rio avalio que, ainda que densa, a escrita é mais leve e com mais enlevo, vistos nas histórias de atitudes espontâneas próprias da fase que compartilham. Com os *minori* o tom é mais agro, seco, mais ostensivo e cortante, assim como a vida de tantos percalços. Por isso, ofereço aos meninis de Rio e Roma essa dissertação, pois nada seria apresentado e expresso se não fosse pelos seus sorrisos, amarras, aproximação e distanciamentos. O tônus principal é deles e a eles dedico cada letra e palavra que os vi representado, pois como os personagens são vivos, delineiam a escrita do pesquisador, tornando os textos uma paráfrase de suas vidas. Tive, portanto, o objetivo de não mostrar as suas vozes por eles e sim com eles.

Saio dessa pesquisa com a sensação de incompletude e com as persistentes interrogações. As perguntas que me propus responder - como se espera das nuances que se configuram na sociedade - não tiveram suas respostas fechadas, igual a um jogo de lógica, porque meus círculos de questionamentos ainda estão abertos, assim como as identidades das instituições e dos meninos, que mostram o seu caráter mutável. Saio dessa pesquisa com uma grande resposta: os questionamentos enriquecem. Saio com as interrogações que ressoam em cada ato cotidiano das instituições do como fazer, do que falar diante da situação, de cada

palavra que se mostra nova e nada previsível. Por isso, como respostas às minhas interrogações finais “eu fico com a da pureza das respostas das crianças”.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. et al. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina*. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ABRAMOVAY, Miriam e CASTRO, Mary. *Juventudes no Brasil: vulnerabilidades negativas e positivas*. In: TRABALHO APRESENTADO NO CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATNO AMERICANA DE POPULAÇÃO, 1, Caxambu, ALAP, 2004.

AGAMBEN, Giogio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

_____. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004a.

AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

A.Megale e A. Teselli. *Lavori minorili e percorsi a rischio di esclusiones sociale*. Roma: Ediesse, 2006.

ARIÈS, Philipe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1981.

ATLANTE SPRAR. *Rapporto Annuale Del sistema di protezione per richiedenti asilo e rifugiati*. Roma: Cittalia, 2012.

AUGÉ, Marc. *Não lugares*. Lisboa: 90º, 2005.

BARRETO, Paulo. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BECKER, Howard. Problemas de inferência e prova na observação participante. *Métodos de Pesquisas em Ciências Sociais*. São Paulo, Editora Hucitec, 1993.

_____. *Outsiders. estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CAPUZZO, Paolo. *Nuove dimensioni del rapporto centro-periferia: appunti per un dossier: Storicamente*, 2006. Disponível em: <<http://www.storicamente.org/02capuzzo.htm>>

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república do que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

CLIFFORD, James. “Sobre a autoridade etnográfica”. In: *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. Porto Alegre: *Revista Virtual Textos & Contextos*, n.4, dez. 2005.

DAMÁSIO, Antonio R. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fé, Oxford: School of American Research Press/ James Currey, 2004.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34. 1997.

DEMO, Pedro. *Charme da exclusão social*. Campinas: Autores Associados, 1998.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

EUROPEAN MIGRATION NETWORK. *Secondo Rapporto EMN Italia – Minori non accompagnati, ritorni assistivi, protezione internazionale*. Roma: Edizioni Idos, 2010.

ESCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

FARRUGGIA, Francesca ; RICOTTA, Giuseppe. Sicurezza urbana e periferie: *Due studi di caso a Roma*. Roma: Quaderni di Ricerca del Dipartimento Innovazione e Società, n.33, 2010.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. *Cadernos da Campo – revista dos alunos de pós-graduação em antropologia social da USP*, n.13, 2005.

FELTRAN, Gabriel. “Jovens em conflito com a lei”. *Revista de Antropologia Social dos alunos do PPGAS- UFSCar*, v.3, n.1, jan-jun., 2011.

FERRAROTTI, Franco e MACIOTI, Maria. *Periferie da problema a risorsa*. Roma: Sandro Teti Editore, 2009.

FERRAROTTI, Franco. *Roma da capitale a periferia*. Roma: Laterza, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977-1978)*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Microfísica do poder*. Petrópolis: Vozes, 1995.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de programa: prostituição em Copacabana e Identidade Social*. Rio de Janeiro: Luciano Zahar, 1985.

GIOVANNETTI, Monia. *L'accoglienza incompiuta: le politiche dei comuni italiani verso un sistema di protezione nazionale per i minori stranieri non accompagnati*. Roma: Il Mulino, 2008.

_____. "Politiche e pratiche di accoglienza dei minori stranieri non accompagnati in Italia". Università di Poitiers: *e-migrinter*, n.2, 2008.

GIOVANNINI, Enrico. *Rapporto annuale 2012: La situazione Del Paese*. Roma: Istituto nazionale di statistica – ISTAT, 2012.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Rio de Janeiro: Editora Perspectivas, 2003.

_____. *Estigma: notas sobre a manipulação da Identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

_____. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOLDANI, Ana Maria. A crise familiar' no Brasil hoje. *Revista travessia do centro de estudos Migratórios*, 2010.

GREGORI, Maria Filomena. *Viração: experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GUIVANT, Julia. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. *Revista brasileira de informações bibliográficas – ANPOCS*, n.46,p. 3-38, 1998.

IAFRATE, Paolo. *La tutela del minore straniero: problematiche ed aspetti legali*. Roma: CREG – Università Degli Studi di Roma Tor Vergata, 2012.

KAZTMAN, Ruben. Vulnerabilidad y Exclusión social. Uma proposta metodológica para el estudio de las condiciones de vida de los hogares. CEPAL, 2005.

LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. *Rev. Sociol. Polít., Curitiba*, 14, p. 173-194, jun. 2000.

LICATA, Defina ; PITTAU, Franco. *Rapporto italiani nel mondo 2012*. Roma: Redazione Centrale Rapporto Migrantes Italiani nel Mondo, 2012.

MACHADO, Elias. O pioneirismo de Robert E. Park na pesquisa em Jornalismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v.2, n.1, 2005.

MAIA, Romero. Interpretando o que se diz dos jovens: um ensaio crítico. *Verinotio - Revista On-line de Educação e Ciências Humanas*, n. 8, Maio de 2008.

MANNHEIM, Karl. *Diagnóstico de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

MAURIZIO, Roberto. “Il lavoro di strada in Italia: rassegna di eventi e temi”. Firenze: Istituto degli Innocenti di Firenze; *Quaderni del Centro Nazionale di Documentazione ed Analisi per l'infanzia e l'adolescenza. Dossier monográfico: In strada com bambini e ragazzi*, Dicembre, 1999.

MARCHI, Rita de Cássia. A infância não reconhecida: as crianças ‘de rua’ como atores sociais”. Santa Catarina. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS , 2 , Santa Catarina... **Anais Participação e Democracia**, Santa Catarina, 2007.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MINARDI, Romano. Residenza fittizia: un diritto per le persone senza fissa dimora e per i senza tetto. *ANUSCA – Associazione Nazionale Ufficiali di Stato Civile ed Anagrafe*, 2011.

MOURÃO, Daniele Ellery. “Guiné-Bissau e Cabo Verde: identidades e nacionalidades em construção. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 1 (58), jan./abr. 2009.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. *Cadernos CRH*, jul./dez., p.29-47, 1994.

NEGRÃO, Adriane ; CONSTANTINO, Elisabeth. *Acolhimento institucional em tempos de mudança: uma questão em análise*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NERI, Natasha Elbas. *Tirando a cadeia dimenor: A experiência da internação e as narrativas de jovens em conflito com a lei no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

KOWARICK, Lucio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

KOWARICK, Lucio. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.51, v.18, fev. 2003.

LEAL, Giuliana Franco. “Abordagens da exclusão social no Brasil na virada do milênio”. São Paulo: *Revista estudos de sociologia*, n1, vol.16, jan-jun. 2010.

MARX, Karl. *O capital: crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos ‘existem’? Notas sobre a elaboração de um novo conceito”. São Paulo: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.33, v.12, fev,1997.

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e a política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

PICHLER, Walter. Algumas observações sobre o conceito de marginalidade social. *Ensaio FEE*, Rio Grande do Sul, n.1, v.1, 1980.

RABHA, Nina. *Centro do Rio. Perdas e ganhos na história carioca*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

RADICCHI, Alessandro *et al.* *Mind the gap: oltre la línea gialla*. Roma: EC edizioni, 2011.

REGOLIOSI, Luigi. “Le funzioni educative degli operatori di strada”. Firenze: Istituto degli Innocenti di Firenze; *Quaderni del Centro Nazionale di Documentazione ed Analisi per l’infanzia e l’adolescenza. Dossier monográfico: In strada com bambini e ragazzi*, Dicembre, 1999.

RIZZINI, Irene. O movimento de salvação da criança no Brasil: idéias e práticas correntes de Assistência à Infância Pobre na Passagem do Século XIX para o XX. In: *CONGRESSO BRASA*, 8, Nashville, Tennessee, USA, 2006.

_____. População infantil e juvenil: direitos humanos, pobreza e desigualdades. In: FREIRE, Silene (org.). *Direitos humanos e questão social na América Latina*. Rio de Janeiro: Gramma, 2009.

_____. *Crianças e adolescentes com direitos violados*. Situação de rua e indicadores de vulnerabilidade no Brasil urbano. Rio de Janeiro: Puc- Rio, 2010.

_____; KAUFMAN, Natalie Henever. *Entre a garantia de Direitos Humanos e a realidade de vida de crianças e adolescentes em âmbito internacional*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz, 2008.

_____; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil - percurso histórico e desafios do presente*. São Paulo: Loyola, 2004.

ROCHA, Lia. *Uma favela diferente das outras? Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão*. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2009.

RODRIGUES, Antonio Edmilson. História da urbanização do Rio de Janeiro. A cidade: capital do século XX no Brasil”. In: _____. *Cidade: olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

ROSATI, Domenico. “L’evoluzione storica dei modelli di solidarietà”. In: _____. *Vuoti a perdere: rapporto 2004 su esclusione sociale e cittadinanza incompiuta*. Milano: Feltrinelli, 2004.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1993.

SARTI, Sandra. *L'Italia dei rifugiati*. Roma: Citalia, 2010.

SAVE THE CHILDREN. *In viaggio verso quale futuro? Minori stranieri non accompagnati, fra integrazione e devianza*. Italia Onlus, novembro 2006.

SEEGER, Anthony. *Os índios e nós: estudos sobre sociedades tribais brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora Campus LTDA, 1980.

SIERRA, Vânia ; MESQUITA, Wania. Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 148-155, jan./mar. 2006.

SILVA, Hélio ; MILITO, Claudia. *Vozes do meio fio*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SILVA, Hélio. A situação etnográfica: andar e ver. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 171-188, jul./dez, 2009.

_____. *Travestis: entre o espelho e a Rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G (org.). *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. São Paulo: *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, 161-178, 1993..

STRAUSS, Lévi. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TAGLIAVENTI, Maria Teresa. “Per un alfabeto comune: bambini ed adolescenti che lavorano”. Firenze:Istituto degli Innocenti di Firenze; *Quaderni del Centro Nazionale di Documentazione ed Analisi per l'infanzia e l'adolescenza. Dossier monográfico: Minori e lavoro in Italia, questioni aperti*, Febbraio, 1999.

TAKEUTI, Norma. *No outro lado do espelho: a fratura social e as pulsões juvenis*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal*. BH: Argvmentvm, 2010.

VALLADARES, Lícia. “Os dez mandamentos da observação participante”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol.22 nº.63 São Paulo Feb. 2007

VELHO, Gilberto (org). *Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

VIEIRA, M. da C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. (Orgs.). *População de rua: quem é? Como vive? Como é vista?* São Paulo: Hucitec, 1994.

WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade: estudo da marginalidade avançada*. Rio de Janeiro, Editora Revan, 2001.

WEBER, Max. *Ciência e Política- duas Vocações*. São Paulo: Cultrix, 2006.

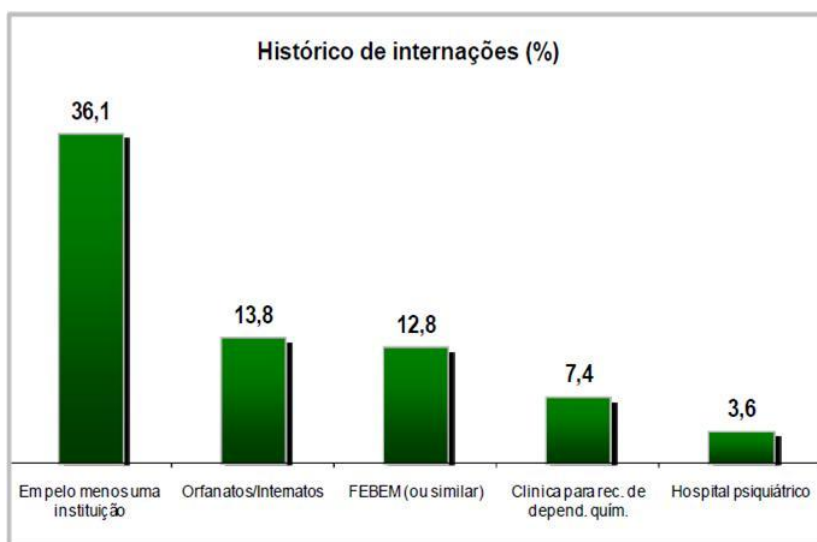
WERNECK VIANNA, Maria Lúcia. *Em torno do conceito de política social: Notas Introdutórias*. Rio de Janeiro, MIMEO, 2002.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994.

ANEXOS A



Figura 1 - Foto publicada revista O Malho em 1907. Lê-se na frase acima da figura: “*Uma limpeza indispensável. A Hygiene vai limpar o Morro da Favella, ao lado da Estrada de Ferro Central*”.



Fonte: 1º Censo Nacional de Crianças/Adolescentes em Situação de Rua - 2010/Meta Instituto de Pesquisa DADOS DA AMOSTRA - Base de estimativa percentual: 2.246 indivíduos - RESPOSTAS MÚLTIPLAS

PEQUENO REGISTRO ICONOGRÁFICO DA PESQUISA¹⁴⁸



Figura 2- Entrada do Centro Diurno Binário 95, em Roma.



Figura 3 - Sala de Jantar do Binário 95.

¹⁴⁸ Todas as imagens fazem parte do arquivo pessoal da pesquisadora. As fotografias divulgadas foram devidamente autorizadas pelos sujeitos que nela aparecem.

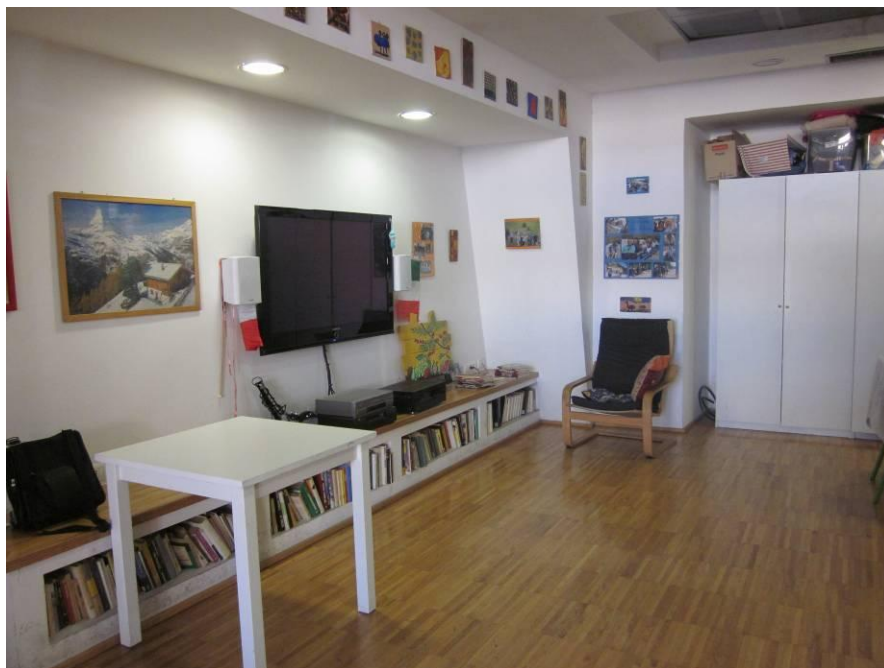


Figura 4 - Sala de TV do Binário 95.



Figura 5 - Oficina de Teatro para os hóspedes do Binário 95.



Figura 6 - Entrada da Casa Elettra para mães e filhos imigrantes, em Roma.



Figura 7 - Entrada da Casa Elettra para mães e filhos imigrantes, em Roma.



Figura 8 - Entrada do Centro de Acolhimento Eirene, em Roma.



Figura 9 - *Minori stranieri non accompagnati*, em Roma.



Figura 10 - *Minori stranieri non accompagnati* jantando e vendo a partida de futebol entre Itália e Alemanha.



Figura 61 - *Minori stranieri non accompagnati* Bengaleses e uma das operadoras.



Figura 72 - Entrada da casa de acolhida Frei Carmelo Cox, no Rio de Janeiro.

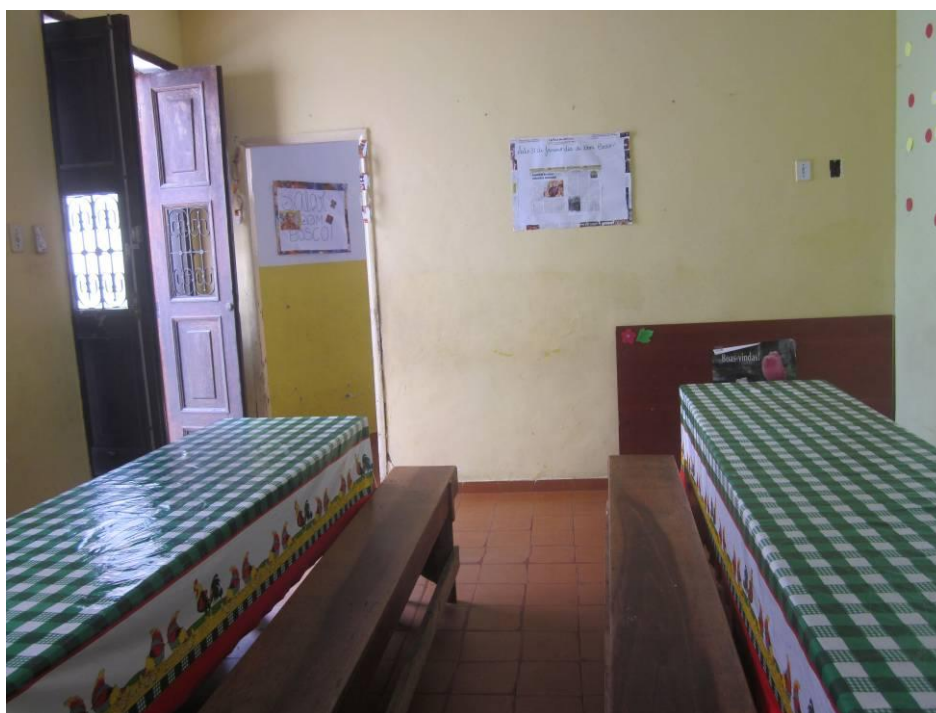


Figura 83 - Sala de Jantar da casa de acolhida Frei Carmelo Cox.

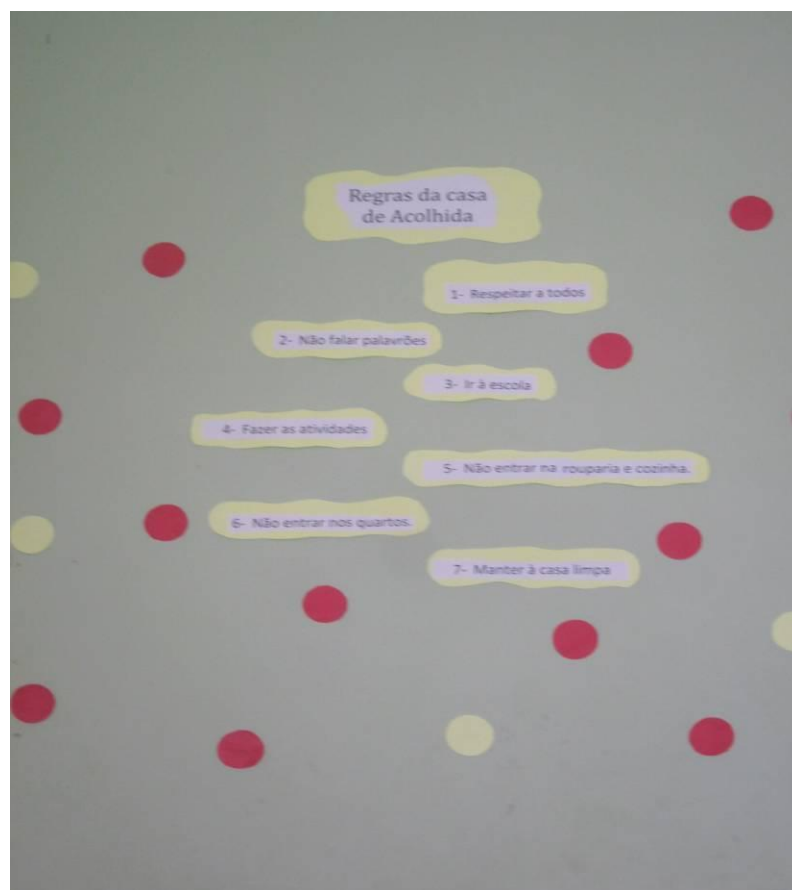


Figura 14 - Regras da casa de acolhida Frei Carmelo Cox.



Figura 15 - Recreação com os meninos da casa de acolhida Frei Carmelo Cox, no Rio de Janeiro.



Figura 96 - Meninos da casa de acolhida Frei Carmelo Cox.



Figura 107 - Menino e um educador da casa de acolhida Frei Carmelo Cox.



Figura 118 - Menino da casa de acolhida Frei Carmelo Cox.